

Jonathas Luiz Carvalho Silva

FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO || |

**perspectivas epistemológicas, humanas
e técnico-pragmáticas**

Abecin
EDITORA

FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO

**perspectivas epistemológicas, humanas
e técnico-pragmáticas**

Jonathas Luiz Carvalho Silva

FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO

**perspectivas epistemológicas, humanas
e técnico-pragmáticas**

São Paulo
ABECIN
2022

©2022 by Jonathas Luiz Carvalho Silva
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586f Silva, Jonathas Luiz Carvalho
Fundamentos da informação II : perspectivas epistemológicas,
humanas e técnico-pragmáticas / Jonathas Luiz Carvalho Silva. – São
Paulo: Abecin Editora, 2022.
507 páginas.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

e-ISBN: 978-65-86228-09-0.
Inclui referências.

1. Ciência da Informação. I. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 23. edição, 020

Ficha catalográfica: Raildo de Sousa Machado – CRB-2 1501.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Aldinar Martins Bottentuit (UFMA)	José Antonio Frías (USAL, Espanha)
Alessandra dos Santos Araújo (UFS)	José Antonio Moreira González (UC3M, Espanha)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Manuela Moro Cabero (USAL, Espanha)
Aurora Cuevas-Cerveró (UCM, Espanha)	Márcia Ivo Braz (UFPE)
Célia Regina Simonetti Barbalho (UFAM)	Márcio Bezerra da Silva (UNB)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marta Lúgia Pomim Valentim (UNESP)
Dunia Llanes Padrón (UH, Cuba)	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Helen Beatriz Frota Rozados (UFRGS)	Naira Christofolletti Silveira (UNIRIO)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Paulina Szafran (UDELAR, Uruguai)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Samile Andréa de Souza Vanz (UFRGS)
Isidoro Gil Leiva (UM, Espanha)	Valéria Martin Valls (FESP/SP)
Ivana Lins (UFBA)	

Capa e Normalização: Autor

Diagramação, Editoração e Revisão: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora Abecin. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proposta de definição de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	96
Figura 2: Configuração disciplinar da informação	103
Figura 3: Ética informacional alteritária	142
Figura 4: Informação, sociedade e protagonismo social	175
Figura 5: Informação no âmbito da economia política	218
Figura 6: Processo educativo da informação	226
Figura 7: Equação da relação entre ideologia, linguagem e informação.....	251
Figura 8: Construção processual de sentidos entre informação e memória.....	287
Figura 9: Equação linguística da informação	381

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fundamentos científico-naturais e científico-sociais da informação.....	53
Quadro 2: Conceito de meta-mediação	63
Quadro 3: Percepções pluri/multi/inter/transdisciplinar da informação na Ciência da Informação.....	105
Quadro 4: Interrelações entre informação e educação	231
Quadro 5: Relações entre ideologia e informação.....	252
Quadro 6: Contribuições da mediação documentária para os processos de informação.....	309
Quadro 7: A informação na perspectiva da gestão nas organizações destinada ao público	330
Quadro 8: Aplicabilidades da tecnologia nos processos e serviços de informação.....	349
Quadro 9: Semelhanças e diferenças entre informação científica e tecnológica	363
Quadro 10: Fatores diretos e indiretos na construção da informação em museu.....	434
Quadro 11: Conceito de informação no âmbito dos fundamentos epistemológicos	447
Quadro 12: Conceito dos fundamentos técnico-pragmáticos	450
Quadro 13: Conceito geral de informação como integração dos três fundamentos.....	452

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA INFORMAÇÃO ..	32
2.1 A informação como fenômeno científico-natural e científico-social	36
<i>2.1.1 Percepções relacionais entre conhecimento científico-natural e científico-social.....</i>	<i>38</i>
<i>2.1.2 Fundamentos da informação na correlação científico-natural e científico-social.....</i>	<i>43</i>
2.2 A informação como fenômeno (multi)temporal	56
2.3 A informação como fenômeno de objetividade, subjetividade e intersubjetividade.....	69
2.4 A informação como fenômeno pluri, inter e transdisciplinar.....	85
<i>2.4.1 A epistemologia (inter)disciplinar: das semânticas autorais ao continuum pluri/multi, inter e transdisciplinar ...</i>	<i>87</i>
<i>2.4.2 Do ontológico ao gnosiológico-epistemológico: perspectivismos pluri/multi, inter e transdisciplinares da informação na Ciência da Informação</i>	<i>96</i>
2.5 Informação e ética	114
<i>2.5.1 Percepções sobre ética da informação.....</i>	<i>115</i>
<i>2.5.2 Da ética (pluri)contextualista à ética alteritária da informação: princípios e fundamentos.....</i>	<i>124</i>

3 FUNDAMENTOS HUMANOS DA INFORMAÇÃO	145
3.1 Informação e sociedade	146
3.1.1 <i>Informação e cultura</i>	179
3.1.2 <i>Informação e política-economia.....</i>	205
3.1.3 <i>Informação e educação</i>	219
3.2 Informação e ideologia	239
3.2.1 <i>Percepções preliminares sobre ideologia aplicadas à informação.....</i>	239
3.2.2 <i>A informação na perspectiva da ideologia: a constituição do proselitismo informacional</i>	254
3.3 Informação e memória.....	266
4 FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS DA INFORMAÇÃO	290
4.1 Informação na perspectiva dos processos	296
4.2 Informação na perspectiva da gestão	317
4.3 Informação na perspectiva da tecnologia	335
4.4 Informação e linguagem	370
4.5 Informação em ambientes de informação: aplicações em bibliotecas, arquivos e museus	388
5 PROPOSIÇÃO DE CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NOS CONTEXTOS DOS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, HUMANOS E TÉCNICO-PRAGMÁTICOS	440
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	457
REFERÊNCIAS.....	464

SOBRE O AUTOR.....507

PREFÁCIO

Siempre me ha fascinado imaginarme cómo sería el despertar de la conciencia en un primate del género *Homo* que descubre que no sólo se pueden utilizar herramientas como extensiones del propio cuerpo (varas, piedras, conchas, huesos); sino que puede fabricar esas herramientas con determinada técnica; y al mismo tiempo, junto a esa actividad práctica, imprescindible para la supervivencia en ese momento, se asombra de la realidad que le rodea, en ocasiones amenazante y en otras fascinante, por lo que trata de encontrarle sentido mediante una actividad eminentemente espiritual con un sincretismo que conjunta magia, religión, arte, rudimentos de filosofía, ciencia, moral.

Recuerdo esa dicotomía de actividad racional porque nos ha venido acompañando desde su aparición en aquellos difíciles tiempos de la prehistoria hasta nuestros días, ya con el sofisticado andamiaje científico tecnológico que acompaña nuestra vida cotidiana en el siglo XXI; además de que sirve de pretexto y contexto para presentar la presente obra: *Fundamentos da informação II: perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas* de Jonathas Luiz Carvalho Silva.

En efecto, por un lado, se tiene una racionalidad instrumental orientada al éxito, que se ha venido manifestando desde la técnica rudimentaria de trabajar las piedras hasta las modernas tecnologías de información y comunicación, la ingeniería genética, la robótica, etc. y por otro, una racionalidad hermenéutica, orientada a la

comprensión, presente desde los primeros mitos y leyendas hasta las complejas ideas filosóficas propuestas a lo largo de la historia de la filosofía. Dichos tipos de racionalidad siempre han estado en tensión, pero también en complementación. Tal vez, para un *Homo hábilis*, un *Homo erectus* o un *Neanderthal*, o, si estos no poseyeron las facultades para hacerlo, seguro sí para uno de los primeros *Homo sapiens*, pudo haber parecido pérdida de tiempo escuchar mitos sobre su origen y destino, sobre la estructura, funcionamiento y teleología de fenómenos naturales; lo importante era obtener resultados prácticos que le satisficieran sus necesidades inmediatas. A pesar de los cientos de miles, tal vez millones de años que nos separan de esos primeros representantes del género *Homo*, muchos *Homo sapiens* actuales, siguen pensando de manera semejante, y consideran banal el ponerse a reflexionar sobre la naturaleza y fundamentos de las cosas, si eso no conlleva a resultados prácticos que le hagan más fácil sus actividades.

Sin embargo, existe el otro extremo de la racionalidad, que también cumple con una función fundamental: darle sentido a la realidad e identidad al propio sujeto y su comunidad. Debido a ese papel de orientador que permite situarse en el mundo y relacionarse con él, dicha racionalidad ha sido considerada importante a lo largo de la historia de la humanidad y cultivada por individuos, la mayoría de las veces, alejados de la actividad práctica, dedicados más a la contemplación y reflexión.

Lo anterior viene a colación por la problemática analizada en este libro del Dr. Jonathas Carvalho. Claramente

el análisis que se realiza no sirve para obtener productos tangibles que se utilicen para mejorar la atención de usuarios en bibliotecas, archivos o museos; para perfeccionar la organización de los acervos, optimizar los recursos materiales o humanos; corregir errores en la administración; o en general para que las actividades que se realizan en esos ámbitos informativo-documentales sean más eficientes y eficaces. Esto es, el texto que tenemos en nuestras manos no está dirigido por la racionalidad instrumental. Por el contrario, es un estudio realizado con la racionalidad hermenéutica, cuya finalidad consiste en comprender la naturaleza, los principios y fundamentos de un fenómeno que resulta central para este campo de conocimiento, pero que, al mismo tiempo, ha mostrado ser muy difícil de aprehender por el intelecto: la información.

En efecto, es necesario situar este libro en el plan general del autor, que consiste en estudiar la información, siempre como científico de la Ciencia de la Información, pero desde diversos ángulos, recorriendo diferentes caminos, dialogando con otras ramas del saber. Tal cometido, conduce, según el autor, a presentar los resultados, y por supuesto a mostrar cómo se obtuvieron, a través de una trilogía, cuyo primer libro intitulado *Fundamentos da Informação I: perspectivas em Ciência da Informação* ya fue publicado en 2017. Ahora toca el turno al segundo libro, que es el que estamos presentando. En el primer libro se persiguió el objetivo de delimitar los fundamentos teóricos de la información dentro de la Ciencia de la Información, en el segundo, complemento y continuación del primero, se

construyen los presupuestos teóricos de la información, a partir de una Ciencia de la Información más dialógica con otros campos de conocimiento, es decir, se buscan unos fundamentos externos al área. Dentro de las múltiples fundamentaciones que presuntamente pueden presentarse, el autor elige tres de ellas, convirtiéndose su análisis y posterior síntesis en el cuerpo de la obra. La primera de ellas son los fundamentos epistemológicos de la información, que conlleva a estudiar la información como fenómeno científico natural y científico social; como fenómeno, con terminología del autor, multitemporal, que significa que la información siempre es interpretada por un sujeto que se encuentra en un contexto histórico concreto; como fenómeno objetivo, subjetivo e intersubjetivo; como fenómeno pluri, inter y transdisciplinar; y como fenómeno ético. La segunda de las fundamentaciones son los fundamentos humanos de la información, donde se reflexiona sobre información y sociedad en los aspectos de la cultura, política, economía, y educación; las interrelaciones con la ideología; y finalmente con la memoria. La tercera fundamentación son los fundamentos técnico-pragmáticos de la información donde se analizan los procesos informacionales (organización, recuperación, mediación, acceso y apropiación de la información), la gestión de la información, la información desde la perspectiva de la tecnología, las interrelaciones con el lenguaje, y la información en centros de información.

Como producto de esos análisis, el autor construye tres conceptos de información, el primero a partir del fundamento epistemológico, el segundo, con base en los

fundamentos humanos, y el tercero, surgido de los fundamentos técnico-pragmáticos. Finalmente, propone un concepto general de información al realizar una síntesis de esos tres conceptos y afirma que

A informação é um fenômeno multiplamente produzido com base em diálogos epistemológicos de cunho (multi)temporal, objetivista, subjetivista e/ou intersubjetivista, disciplinares no contexto da multi/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade e da ética (fundamento epistemológico), articulado na realidade social, considerando aspectos culturais, político-econômicos, educacionais e ideológicos com perspectivas de preservação da memória (fundamento humano) e aplicado mediante atividades processuais protagonizadas pela mediação, valores gerenciais estratégicos, desenvolvimento de suportes tecnológicos físicos e/ou digitais, embasados por elementos linguísticos (meio de identificação dos sujeitos; meio de organização da informação; meio de mediação da informação; meio de compreensão e apropriação da informação; meio para construção do conhecimento e para construção da cultura informacional) em ambientes de informação (fundamento técnico-pragmático), visando à construção de novos conhecimentos, perspectivas de armazenamento, dinamização dos fluxos informacionais, formação de competências e habilidades, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução-resposta para problemas, (re)formulação de práticas gerenciais, (re)formulação de políticas e planejamento para futuras atividades em geral.

De esta manera, nos encontramos ante una obra eminentemente metateórica, que al analizar la información nos ofrece metainformación (información sobre la información) y con ello nos devela la paradoja de que para saber lo que es la información, es necesario obtener información para ello. Más que una definición, estamos frente a una descripción, casi fenomenológica de las características que aparecen desde los enfoques elegidos (epistemológico, humano y técnico-pragmático); pero que puede seguir siendo estudiada desde otros enfoques y niveles. Lo anterior descubre una de las riquezas de este libro, por un lado, proporciona una visión profunda y abarcadora sobre el fenómeno de la información, pero por otro lado, como todo estudio epistemológico y filosófico, no agota el tema ni pone punto final a la discusión, sino incluso propone y abre camino a otros análisis y debates.

El problema de la información siempre estará abierto debido a su naturaleza misma: como categoría primitiva, primigenia, fundante, la más abstracta y gnoseológicamente la más general, comparable a lo que es el ser en el nivel ontológico. Es por ello que no puede existir una definición universal de información, en física puede estar ligada a los principios de termodinámica y entropía, en biología a cadenas de aminoácidos; en tecnología a la improbabilidad de transmisión de señales; en comunicación a los mensajes; en psicología a representaciones ideales; en Ciencia de la Información a interpretaciones de signos inscritos en un documento, junto a lo que el Dr. Jonathas Carvalho destaca: unido al lenguaje, a lo social, cultural, tecnológico, con miras

a preservar la memoria, entre otras características.

Ahora bien, sí nos atenemos a los principios de Ranganathan planteados para la Bibliotecología: los libros son para usarse, a cada libro su lector, a cada lector su libro, ahorra tiempo al lector y la biblioteca es un organismo en desarrollo; este libro tiene ante sí dos grandes retos: encontrar sus lectores y que sus lectores lo encuentren. Por su importancia es de desear que todos los miembros de la comunidad de la ciencia informativo-documental (Archivística, Bibliotecología, Ciencia de la Información, Documentación, Museología) sean lectores de esta obra y a través de ella aumente su autocomprensión, pero al mismo tiempo su espíritu crítico y reflexivo que los invite a continuar con la búsqueda de los principios y fundamentos de su disciplina.

Miguel Ángel Rendón Rojas
Ciudad de México. Septiembre de 2018

1 INTRODUÇÃO

O primeiro livro da Trilogia da Informação intitulado “Fundamentos da Informação I: perspectivas em Ciência da Informação”, publicado em 2017, pela Editora da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), buscou tratar da diversidade dos pressupostos epistemológicos da informação na Ciência da Informação, considerando, por um lado, os pressupostos já existentes no âmbito global e, por outro lado, propondo novos conceitos/questões sobre informação neste campo do conhecimento.

Dentro desses três grandes pensamentos expostos no parágrafo anterior, o segundo livro da Trilogia da Informação intitulado “Fundamentos da Informação II: perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas” atua do seguinte modo em relação ao primeiro livro:

- a) como complemento – no sentido de aprofundar as concepções de informação a partir dos pressupostos da Ciência da Informação, observando que os conceitos propostos no primeiro livro são aplicáveis à lógica do segundo, mas fundamentalmente o segundo livro apresenta teorias e questões que vão para além do que já fora discutido no primeiro livro, pois o “Fundamentos da Informação I” teve a pretensão de delimitar fundamentos teórico-conceituais de informação dentro do campo da Ciência da Informação, formalizando um diagnóstico e ao mesmo tempo prospectos teórico-epistemológicos sobre

informação neste campo do conhecimento (fundamentação interna da área);

- b) como alargamento dialógico – firma as perspectivas do diálogo teórico-bibliográfico, científico e institucional com outros campos do conhecimento, tais como Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Tecnológicas, entre outras, visando à interpretação e à construção de novos conceitos de informação através do que denominamos de fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos (fundamentação externa a área);
- c) como proponente de novos fundamentos – o livro “Fundamentos da Informação II” possui a pretensão de conceber pressupostos sobre informação para o campo da Ciência da Informação como forma de contribuir com os campos do conhecimento em geral (fundamentação mais externa da área) estabelecendo tanto novos fundamentos da informação para o campo em questão, quanto para outros campos do conhecimento com os quais os diálogos fluem (combinação entre as fundamentações interna e externa).

Desse modo, o livro “Fundamentos da Informação II” busca constituir pressupostos teórico-conceituais de informação, empreendendo uma Ciência da Informação mais dialógica com diversos outros campos do conhecimento, possibilitando construir novos pensamentos a partir de outros já existentes; e de produção criativa como forma de propor novos conhecimentos com apropriação crítica que

solidifiquem os fundamentos da Ciência da Informação e fortaleçam suas interlocuções com outros campos do conhecimento.

Diante da miríade de possibilidades de estudos sobre informação, estruturamos três fundamentos que consideramos contemplar de forma ampla e complementar a realidade dos estudos e práticas informacionais na sociedade e na ciência contemporânea, quais sejam: **epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos.**

Os três fundamentos expressam uma articulação em busca de uma cientificidade da informação que ampare tanto o campo da Ciência da Informação, quanto outros campos das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e das Ciências em geral, considerando que a informação é um objeto de estudos transversal com múltiplas possibilidades de concepção, reflexão, crítica, criação e inovação.

Os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos formam uma concepção *in totum* da informação no contexto científico a partir de articulações de teorias, conceitos, conhecimentos e aplicabilidades em geral entre Ciência da Informação e outros campos do conhecimento que expressam perspectivas de construção da informação.

Os fundamentos se fundam através de uma racionalidade hermenêutica no sentido de construir concepções sobre/de informação como fenômeno de interdependência entre os diversos contextos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos, tomando como base o diálogo em torno de questões conceituais e

operacionais.

A existência da informação está imbricada as diversas perspectivas teórico-práticas que constituem os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos e contemplam uma simbiose no sentido dos fundamentos promoverem uma nova constituição epistêmica da informação, enquanto a informação prevê as condições para estruturação dos três fundamentos em questão.

Os fundamentos epistemológicos correspondem a delimitação de princípios e fundamentos que norteiam a informação, através da delimitação da informação no campo científico que contempla o diálogo com as questões científico-naturais e científico-sociais, as questões objetivas, subjetivas e intersubjetivas, questões da (multi)temporalidade, disciplinaridades e suas derivações como a pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e, por fim, da ética.

Os fundamentos humanos são concernentes às questões dos sujeitos e campos temáticos que norteiam as atividades informacionais, considerando como os sujeitos se situam com informação no contexto das questões sociais, tais como da sociedade que inclui cultura, política-economia e educação, além da ideologia e da memória.

Os fundamentos técnico-pragmáticos são referentes a uma visão científica sobre as questões mais operacionais que norteiam a informação no âmbito de uma percepção da fenomenotécnica composta por questões processuais, gerenciais, tecnológicas, linguísticas e comumente aplicáveis

aos ambientes de informação como bibliotecas, arquivos e museus.

A articulação entre os fundamentos da informação pondera as questões dos princípios, de concepção dos sujeitos e das operacionalidades que regem a informação, considerando a multiplicidade de olhares (integrados ou não) entre a operacionalidade, os sujeitos em torno da realidade (incluindo os assuntos que a envolve) e dos princípios que sustentam a informação.

Cada fundamento possui autonomia hermenêutico-analítica, no modo de ação conceitual e operacional e pode ser compreendido através de suas particularidades como uma concepção de informação dos princípios (epistemológico), dos sujeitos em relação à realidade social (humano) e operacionais (técnico-pragmático), mas a interlocução entre os três fundamentos possibilita a concepção mais abrangente da informação, contemplando um olhar integrado que norteia os fundamentos da informação.

A obra prima pelo desenvolvimento de um itinerário lógico que condense as articulações ordenadas pelos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos. No entanto, essa ordenação pode ser redimensionada a depender do olhar do leitor/pesquisador, sendo possível exercer também a lógica ordenada entre fundamentos epistemológicos, técnico-pragmáticos e humanos; humanos, epistemológicos e técnico-pragmáticos; humanos, técnico-pragmáticos e epistemológicos; técnico-pragmáticos, epistemológicos e humanos; e/ou técnico-pragmáticos, humanos e epistemológicos.

Por exemplo, é possível também uma articulação entre os fundamentos a partir do olhar dos sujeitos (humano), do olhar dos princípios (epistemológico) e do olhar operacional (técnico-pragmático) ou do olhar operacional (técnico-pragmático), do olhar dos sujeitos (humano) e do olhar dos princípios (epistemológico), assim como é possível uma articulação entre os três fundamentos, visando à concepção de uma síntese entre o epistemológico, o humano e o epistemológico, conforme proposto na obra.

Cada fundamento é estruturado por uma seção nesta obra aferindo a densidade dos fundamentos, suas interdependências e olhares mais holísticos sobre o conceito de informação na medida em que este termo só pode ser plenamente analisado em conexão com outros assuntos.

O primeiro fundamento abordado é concernente aos fundamentos epistemológicos da informação que delimita os princípios que norteiam a informação. Os fundamentos epistemológicos se constituem como princípios por dois fatores: o primeiro por se estabelecer como proposta teórica que busca uma delimitação para a informação como objeto de estudo e aplicação; e o segundo em virtude de que os procedimentos teóricos possibilitam uma visão capaz de dialogar com os fundamentos seguintes, visto que tudo que aquilo que é abordado nos fundamentos epistemológicos também é de suma relevância para contextualização com os fundamentos humanos e técnico-pragmáticos.

Os fundamentos epistemológicos da informação buscam estabelecer as estruturas passíveis de aplicação no contexto da informação, considerando a realidade da CI e de

outros campos do conhecimento, assim como perspectivas de articulação com os fundamentos humanos e técnico-pragmáticos. Os fundamentos em questão são divididos em cinco subseções.

A primeira subseção instaura o debate sobre a informação como fenômeno científico-natural e científico-social precisamente trazendo significados da informação nesses fenômenos científicos e, principalmente, mostrando características procedimentais e teleológicas da informação no âmbito científico natural-social.

A segunda subseção aborda a (multi)temporalidade da informação, compreendendo que a informação não pode deixar de ser analisada na relação tempo-espaco concebendo relações convencionais do passado para o presente e anticonvencionais do presente para o passado, aferindo que a informação do hoje pode ajudar a transformar informações já construídas. Para tanto, o tópico propõe o conceito de “meta-mediação” como forma de compreender uma cultura integrada de informação através da meta-mediação retrospectiva e meta-mediação prospectiva, promovendo possibilidades para integração (multi)temporal da informação.

A terceira subseção está situada na tríade objetividade-subjetividade-intersubjetividade da informação contemplando dois assuntos: a vontade de poder e a lógica dialética da informação. O primeiro assunto redimensiona o significado de poder para produção da subjetividade da informação, que põe a consciência como fenômeno mais terminal para expressão do pensamento informacional e não

como fenômeno principiológico valorizando as pulsões como substrato compreensivo da subjetividade informacional. O segundo assunto é complementar na medida em que quando se desloca o papel da consciência para produção da informação, há nova valoração da relação objetividade e subjetividade, dito que na lógica dialética ambas não são vistas de forma isoladas, mas diretamente no contexto dos conflitos e contradições reconhecendo a subjetividade como fenômeno mediador entre a objetividade e a intersubjetividade.

A quarta subseção define a informação no âmbito da caracterização pluri, inter e transdisciplinar partindo do princípio quantitativo pluridisciplinar ao desiderato unificador transdisciplinar. A elaboração deste tópico tem o objetivo de promover um olhar sobre como a informação se situa no espectro da disciplinaridade e para além das disciplinaridades no campo científico, culminando com o olhar de que a identificação das ciências e pesquisadores que estudam informação traz um pressuposto quantitativo caracterizado por um unilateralismo disciplinar promovendo o que denominamos de paralelismo pluridisciplinar da informação (PPI); já interações e contribuições entre disciplinas nos estudos sobre informação deliberam pressuposto qualitativo representado por reciprocidade disciplinar constituindo uma coordenação interdisciplinar da informação (CII); e, por fim, a fusão de conteúdos entre disciplinas designa pressuposto holístico aferindo uma unificação transdisciplinar da informação (UTI).

A quinta e última subseção aborda as questões da

ética da informação, considerando um diálogo entre autores como Rafael Capurro e Luciano Floridi e propõe uma concepção de ética da informação intitulada de ética (pluri)contextualista e alteritária da informação a partir de um conjunto de princípios que a constituem e contribuem para pensar questões teórico-práticas da informação e munir os fundamentos epistemológicos.

O segundo fundamento faz referência aos fundamentos humanos da informação que favorece a correlação entre a formação dos sujeitos da informação nos contextos das questões (sociais e temáticas) que os cercam. Estes fundamentos agem mediador entre o epistemológico e o técnico-pragmático, já que o humano é capaz de produzir ressignificação da realidade epistemológica e instituir condições para aplicabilidades dos fundamentos técnico-pragmáticos, o que justifica sua ordenação como seção do meio (entre os fundamentos epistemológicos e técnico-pragmáticos).

Esta seção é dividida em três partes:

- a) a primeira contempla reflexão sobre informação e sociedade na consecução segmentada da informação social ao protagonismo social estabelecendo diálogo com conceitos tais como intencionalidade e competência. Dentro deste tópico, há subtópicos como informação e cultura no âmbito da cultura utilitária da informação e da cultura digital que é relevante para mundialização da informação; informação e política/economia mostrando as possíveis relações dessa composição triádica a partir

da díade informação-globalização e breve argumentação acerca da informação no contexto da política-economia; informação e educação no desiderato da autonomia amparada no desenvolvimento humano e a formação de competências em informação;

- b) a segunda consta de tópico sobre informação e ideologia a partir de alguns diálogos conceituais de ideologia com autores quais sejam Marx, Manheim, Thompson e Bakhtin mostrando aplicações destes conceitos às concepções de informação. Os conceitos dos autores e suas aplicações no espectro da informação sustentam o que denominamos de proselitismo informacional que significa a tentativa de sujeitos ou grupos de sujeitos de impor a outros sujeitos a ideia de que determinada informação é verídica, mostrando caráter arbitrário do proselitismo como relação de poder situada comumente na construção da contrainformação;
- c) a terceira aproxima informação e memória a partir de revisão que mostra que esta relação se dá de forma imediata na condição semântica na medida em que a memória designa registro e armazenamento de informações. O tópico ainda propõe a “construção processual de sentidos entre informação e memória” na medida em que os termos associados produzem aparato histórico de compreensão e transmissão.

A seção de fundamentos humanos demonstra que a informação está situada nas mais diversas realidades sejam

elas formais ou informais, contextualizado com vários aspectos históricos, apoiado nas tomadas de decisão dos sujeitos da informação, principalmente daqueles que detêm o maior poder em determinados grupos e que a informação apoia o desenvolvimento conceitual de sociedade, cultura, política, economia, educação, ideologia e memória, assim como é apoiado por essas questões.

O terceiro e último fundamento é relativo à formação dos fundamentos técnico-pragmáticos da informação. Foi estabelecido como último fundamento em virtude de se instituir como operacionalidade da informação que é amparada, por um lado, pelos fundamentos epistemológicos e humanos, assim como sua própria estrutura que contempla a informação na perspectiva dos processos, da gestão, da tecnologia e da linguagem aplicada em ambientes de informação.

A primeira subseção traz a reflexão sobre a informação na perspectiva dos processos com a finalidade de estudar processos informacionais como organização, recuperação, mediação, acesso e apropriação da informação. Para tanto, a discussão gira em torno do protagonismo da mediação da informação ou mediação documentária que favorece a dinamização dos demais processos de informação. A divisão desses processos mostra que a informação possui uma lógica, mas não necessariamente linear, pois o contato com os processos estabelece finalidades específicas, conforme as necessidades dos sujeitos envolvidos.

A segunda subseção mensura a informação na perspectiva da gestão delimitadas em dois aspectos: a

informação como insumo processual e estratégico que delimita a constituição dos valores da informação no contexto organizacional (valor de delimitação, valor indicativo, valor organizacional, valor de comunicação, valor comercial, valor de produtividade e valor político); e a gestão como recurso para os fluxos das atividades informacionais nas organizações destinadas ao público.

A terceira subseção trata da informação na perspectiva da tecnologia. O objetivo do tópico é lidar com dois aspectos: questões conceituais e operacionais que permeiam a grande relevância da tecnologia nas atividades informacionais; e algumas tipologias da informação científica e informação tecnológica, mostrando suas diferenças, associações e como são relevantes para o desenvolvimento da informação.

A quarta subseção versa sobre informação e linguagem estabelecendo algumas inter-relações no âmbito da pragmática informacional e nos contextos associativos de como a linguagem contribui para construção da informação. O tópico ainda discute sobre a **construção informacional** no qual um ato impeditivo da linguagem se manifesta prejudicando a produção informacional. Essa construção pode ocorrer quando há deturpações ou inibições nos seguintes contextos: linguagem como meio de identificação dos sujeitos; linguagem como meio de organização da informação; linguagem como meio de mediação da informação; linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação; linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento; e linguagem

como meio para construção da cultura informacional. Percebemos a relevância do conceito de **contexto** para elaboração desta subseção.

A quinta e última subseção discute sobre a informação em ambientes de informação culminando com o caráter operacional da informação. São destacados três grandes ambientes de informação: bibliotecas, arquivos e museus. Na primeira parte, é desenvolvida discussão sobre o conceito de centros e ambientes de informação, divisão de pragmatismos informacionais em centros de informação e possíveis características que associam os diversos tipos de centros de informação. Na segunda parte, a análise é pautada na informação em bibliotecas (acesso, uso das fontes de informação e serviços baseados na categorização da informação cotidiana em família, trabalho, lazer e individualização) informação em arquivos (caracterizada pela informação orgânica e gestão de documentos) e informação em museus (centro de informação que menos contempla o ideário conceitual de informação, mas insere fatores diretos e indiretos que caracterizam a informação).

Em seguida, a obra constitui uma seção que traz uma síntese dos três fundamentos a partir da proposição de conceitos de informação para cada fundamento, bem como a proposição de um conceito geral de informação que unifique e condense os conceitos elaborados para os três fundamentos. A proposta se fundamentou na elaboração de conceitos específicos e um geral de informação que reúna os conceitos específicos. Vale destacar que para os fundamentos humanos foram elaborados três conceitos que se

complementam.

O conceito geral de informação segue o nosso itinerário lógico ao contemplar a articulação ordenada pelo conceito dos fundamentos epistemológicos, seguido do conceito dos fundamentos humanos e culminando com o conceito dos fundamentos técnico-pragmáticos, engendrando um conceito integrado.

A proposta da obra incide sobre a perspectiva de uma racionalidade hermenêutica na medida em que se estrutura e propõe uma visão holística baseada em três fundamentos que se articulam e se complementam, assim como buscam alternativas para compreensão das questões conceituais e operacionais que envolvem os fundamentos, considerando particularidades e, principalmente, integrações entre si.

Portanto, entendemos que os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos buscam um itinerário lógico de como discutir, compreender e propor conceitos de informação em diversos aspectos, formalizando percepções específicas (o olhar de cada subseção) e holísticas (o olhar dos fundamentos em geral como construto conceitual e operacional).

2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA INFORMAÇÃO

Iniciando nosso itinerário lógico, vale considerar que a informação é um elemento semântico investigado e delimitado em diversas áreas do conhecimento e em variados períodos históricos atentando para uma vicissitude semântica, assim como aplicações particulares, conforme a realidade de determinadas áreas do conhecimento ou necessidades dos estudiosos e/ou necessidades naturais e sociais. Assim, a informação é multiplamente semântica, conforme a área do conhecimento em que está sendo estudada.

Todavia, é pertinente observar que há um conjunto de significados de informação que auxilia na firmação de pactos acadêmico-institucionais entre áreas do conhecimento ou estudiosos de diferentes áreas do conhecimento ou, de forma contrária, alguns estudiosos firmam pactos acadêmico-institucionais para investigação semântica da informação.

Ambas as opções são aceitáveis do ponto de vista científico, mas há uma diferença cabal entre elas: a primeira se dá num plano micro que podemos chamar de percepção reprodutivista da informação que reside na apropriação (crítica ou não) de conceitos de informação entre pesquisadores da mesma área ou de diferentes áreas do conhecimento, enquanto a segunda envolve um plano macro que podemos chamar de percepção crítico-criativa da informação e reside num conjunto de articulações entre pesquisadores de uma mesma área do conhecimento ou de

diferentes áreas que articulam heurísticas teóricas, metodológicas, epistemológicas e empírico-pragmáticas para compreender possíveis significados de informação ou, de forma mais precisa, encaminhar novos conceitos de informação.

Evidentemente que o segundo plano identificado é o mais lato do ponto de vista histórico-científico, de sorte que, além de deixar profundas marcas conteudísticas da informação para gerações vindouras permitindo novas reproduções ou criações, movimenta um ethos semântico da informação mediante interlocuções teórico-práticas nos diversos programas de pesquisa espalhados pelo mundo , fomentando dinâmicas de comunidades discursivas a partir dos seguintes fatores:

- a) que um mesmo objeto (em nosso caso a informação) possa servir a um conjunto diversificado comunidades discursivas (LEFFA, 1999) considerando a perspectiva de objetos mais flutuantes que possibilitem firmar o equilíbrio entre a autonomia científico-institucional das áreas do conhecimento concomitante as suas possibilidades de diálogo e dinamização de suas finalidades sociais. A informação não somente é um objeto flutuante como valoriza as relações entre as áreas do conhecimento, de modo que, por mais que seja investigada em uma área do conhecimento, recebe influências de outras áreas;
- b) a necessidade de compreender e definir as origens e trajetória de uma determinada comunidade discursiva, suas relações com outras comunidades e

aquilo que se estabelece como objeto (PRIOR, 2003) ou, no caso da informação, como está sendo estabelecida como objeto, assim como aquilo que está sendo pretendido e/ou definido como informação;

- c) embora pertençamos de forma prioritária a uma comunidade discursiva acadêmica, é fundamental reconhecer a possibilidade de vínculo – informal ou formal – a outras comunidades discursivas acadêmicas que não se excluem, mas se complementam (CANAGARAJAH, 2005);
- d) as comunidades discursivas acadêmicas se estabelecem por meio de apanágios sociais como a necessidade de distinguir grupos sociolinguísticos de socio-retóricos, a intencionalidade de alcançar objetivos socializadores e o caráter centrífugo, pois busca separar os sujeitos em grupos, de acordo com necessidades específicas atestando um fundamento funcional e plural das comunidades discursivas (SWALES, 1990).

Observamos que a informação, enquanto conceito, possui um conjunto de características associadas às comunidades discursivas, pois, em essência, é uma busca conceitual de diferentes comunidades discursivas (acadêmicas ou não), bem como pode ser objeto de diferentes comunidades discursivas, sendo abordada de maneira generalista (aplicável em múltiplos contextos ou ambientes sociais) ou contextualista (aplicável em um ambiente social específico) e ainda possui um objetivo socializador e uma dinâmica plural de dividir grupos e

espraiar interpretações, apreensões e apropriações entre sujeitos.

A categorização estabelecida intitulada de fundamentos epistemológicos da informação implica no caminhar semântico da informação por diversas áreas do conhecimento das ciências naturais e humanas/sociais e das intercorrências pluridisciplinares que se desenvolvem entre essas ciências atestando o caráter poliepistemológico da informação como um objeto cultural que articula estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos-organizações) em contextos concretos de ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000).

De modo mais específico, em relação aos fundamentos epistemológicos da informação, consideramos as seguintes categorias: a informação como fenômeno científico-natural e científico social; a informação como fenômeno (multi)temporal; a informação como fenômeno de subjetividade; a informação como fenômeno de diferença e afirmação; a informação na perspectiva pluri, inter e transdisciplinar; e a ética da informação através da proposição da ética (pluri)contextualista e alteritária da informação.

Portanto, a compreensão dos fundamentos epistemológicos da informação é premente em virtude de trazer uma unidade representativa do discurso acadêmico-científico entre o que é produzido e vivenciado; pensado e idealizado; idealizado e aplicado; aplicado e repensado em termos de informação e permitir concepções sobre como a ciência, em suas diversas facetas, pensam e articulam os significados de informação.

2.1 A informação como fenômeno científico-natural e científico-social

Há uma infinidade de ideias e estudos sobre informação (conceitos/relações conceituais, práticas, teorias, histórias, fundamentos sociais, aplicações etc) em diversas áreas do conhecimento, tanto das ciências naturais (Física, Matemática, Biologia, entre outras) quanto das ciências sociais (Ciência da Informação, Comunicação, Sociologia, Filosofia etc).

Essas ideias e estudos possuem um misto de autonomia/particularidade e relações entre as áreas do conhecimento. Por exemplo, Ciência da Informação e Comunicação possuem formas próprias de estudar a informação, mas alguns pressupostos possuem aproximações didáticas, teóricas e aplicativas, especialmente no âmbito da relação informação-comunicação-tecnologias. Do ponto de vista potencial, há perspectivas de aproximação conceitual entre a Ciência da Informação e a Física no âmbito dos modelos de transmissão da informação, mas que na prática são esporadicamente aplicadas.

A possibilidade de aproximar a construção do conhecimento sobre o conceito e práticas de informação entre as ciências naturais e sociais é um dos grandes desafios científicos do século XXI superando o isolacionismo e a fragmentação do conhecimento científico tão presentes no construto das ciências, especialmente durante a Idade Moderna e denunciado por estudiosos contemporâneos

como Ortega y Gasset (1962)¹, Wiener (1961)², Oppenheimer (1957)³ e Snow (1959) que buscaram propor uma visão mais ampla de mundo a partir das relações entre ciências naturais/sociais e suas diversas ramificações.

A visão de mundo eminentemente especializada e fragmentada possui a vantagem de detectar e resolver problemas específicos, mas se institui como desvantagem no contexto da grave limitação de olhar macros sobre a realidade do objeto. A informação, assim como vários outros objetos de estudos das ciências, padece desse conflito entre o olhar estritamente especializado e o olhar geral mais integrado entre as áreas do conhecimento.

Estudos desenvolvidos por Hartley (1928), Shannon e Weaver (1949), Wiener (1961), Turing (1950), Weizsäcker (1974), Dretske (1981; 1986), Logan (2012) trazem à baila novos ramos do conhecimento científico que envolvem a informação e rumos conceituais-aplicativos que a informação pode dimensionar, tanto a partir de visões mais específicas de área (ciências naturais), quanto a partir das possibilidades relacionais entre ciências naturais e ciências sociais.

A Ciência da Informação se insere precisamente no desiderato das ciências aplicadas do século XX em que um objeto – neste caso a informação – pode ser partilhado por diversas ciências considerando divergências, convergências, complementos e relações no campo da teoria e prática científica. No entanto, vale considerar que entre os vários

¹ Obra original de 1929.

² Obra original de 1948.

³ Original de 1955.

campos do conhecimento a Ciência da Informação possui um conjunto de pressupostos, questões e práticas relevantes e estratégicas para os estudos em informação que podem ser correlacionados de forma mais ampla e concreta com outros campos do conhecimento das ciências sociais e naturais.

2.1.1 Percepções relacionais entre conhecimento científico-natural e científico-social

Entre a diversidade de estudos desenvolvidos na história da filosofia e da ciência duas questões ultrapassam limítrofes temporais: a questão da verdade e a percepção/apreensão da realidade. Não é a esmo que essas questões são axiomas fundantes da filosofia antiga e da Epistemologia (disciplina essencialmente contemporânea). Vale ressaltar que a díade verdade-realidade são tão complementares que não seriam analisadas com profundidade epistemológica de forma isolada.

Sem a pretensão de estabelecer um reducionismo lógico-científico, as questões de verdade-realidade são passíveis de compreensão quando se pensa a conexão entre um conhecimento científico natural e o humanístico-social, ou seja, quando as questões da natureza se unem as questões socio-humanas, verdade e realidade passam a ter uma conotação isenta de isolamentos, concepções absolutistas, unilaterais e estanques.

Isso significa que a plenitude do conhecimento (no sentido de capacidade hermenêutica de compreender a realidade) se dá na possibilidade de atrelar uma perspectiva científico-natural e científico-social. Como afirma Santos

(2008, p. 61) “A distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade.”

Estabelecendo de maneira breve e expositiva, as relações entre o pensamento científico-natural e humanístico-social podem ser constatadas não somente na proximidade epistêmica, mas também em uma perspectiva metodológica (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAIDER, 1998) e histórica de aplicação entre ciências naturais e humanas/sociais, respeitando simultaneamente à autonomia e as perspectivas de reciprocidade.

A sensibilidade científica relacional (no sentido de aguçada percepção entre ciências consideradas de natureza diferentes) epistêmico-metodológica entre os axiomas naturais e humanístico-sociais podem ser gestados, em primeira instância, a partir da Filosofia e da Física em que ambas estão vinculadas à propositura conceitual do ser e do mundo, sendo a primeira atrelada à percepção teórica e a segunda à prática filosófica.

Como nos indica Bunge (2000) embora a Filosofia apresente questões conceituais profundas, o seu caráter científico (a formação da Filosofia da Ciência) se dá pela necessidade de enfrentar as questões éticas e sociais desenvolvidas pelas ciências considerando formulações axiomáticas por meio de fundamentos matemáticos constituindo a Filosofia da Física.

Para tanto, a Filosofia da Física de Bunge (também chamada de Filosofia Exata) conquista caráter eminentemente pragmático quando da conotação de elementos lógicos e metafísicos atestando o que Mora (2001) chama de materialismo ontológico ou realismo epistemológico.

Pensar em um materialismo ontológico ou realismo epistemológico pelo viés da Filosofia da Física significa condicionar a aproximação entre o uso e a consciência sobre a realidade social humana apreendida pelos vieses das relações entre natureza-sociedade; tempo-espaco; história-temporalidade; cultura-ontologia manifesta; dinâmica-estagnação, entre outros. Do mesmo modo que a Filosofia da Física pode engendrar perspectivas de consolidação epistemológica e ontológica da Filosofia, a Física moderna e principalmente contemporânea⁴ se alimenta epistemologicamente de fundamentações histórico-conceituais da Filosofia. Conforme revela Heisenberg (2008, p. 40):

Existe uma consciência generalizada de que a física contemporânea tem produzido uma grande revisão na concepção do universo que o homem tem e as relações que o ligam a ele. Também é dito que esta revisão afeta a função

⁴ É preciso considerar que as relações entre Filosofia e Física se dão com densidade epistemológica desde a Idade Moderna como a ideia de explicação do universo, a relação entre a mecânica quântica justificada por leis e realidades temporais anteriores e a causalidade humana, além do conceito de tempo elaborado pela teoria da relatividade restrita, por exemplo, e se aprimoram na Idade Contemporânea a partir da teoria da relatividade geral de Einstein (1999).

do destino e da liberdade do homem, quebrando as concepções tradicionais sobre a capacidade de controlar seu próprio destino.

Observamos como a Física se apropria de fundamentos conceituais da Filosofia e por meio de atividades pragmáticas revisa e responde várias questões humanas da contemporaneidade referentes à consciência, à mente, à liberdade e outras terminologias que envolvem a atividade lógico-ontológica. Além das relações entre Física e Filosofia, consideramos a imanência entre Biologia e Sociologia em que a primeira forneceu fundamentos para o advento da segunda como as noções de raça e a segunda forneceu bases para a formação de uma Biologia Social ou sociobiologia (WILSON, 1975) que estuda o comportamento social dos animais como abelhas e formigas a partir de conceito como evolução e genética populacional.

Biologia e Sociologia se desenvolvem, por um lado, no âmbito da diferença (quando uma prima pela elucidação essencialmente histórico-biológica do ser e a outra por um condicionante organizacional histórico-social e, por outro lado, no âmbito da complementaridade em um significativo processo de associação de ideias (quando da formulação de conceitos que primam pelo caráter social da ação humana e não-humana).

Vale ressaltar também que a sociobiologia também está intrinsecamente concatenada à Psicologia, em especial, nos fundamentos da Psicologia evolutiva e Psicologia molecular. Essas relações podem ser concebidas a partir do gene transportador da Serotonina (SERT) no que tange ao

gene que codifica o transportador (SLC6A4) implicando dizer que os polimorfismos da parte produtora do SLC6A4 estão diretamente ligados às alterações de humor, de agressividade e de depressão (LESCH et al., 1996) ou de doenças mentais (KOHEN et al., 2008).

A Psicologia, embora seja uma ciência recente (contemporânea) pode ser considerada uma das ciências mais pluridisciplinares e dialógicas, de sorte que seus fundamentos teóricos, epistemológicos e empíricos estão multiplamente situados nas ciências naturais (estudos sobre a fisiologia e behaviorismo natural que aproximam a Psicologia da Biologia e Ciências da Saúde) e humanas/sociais (como exemplos os estudos sobre comportamento e consciência sociais).

Um dos principais ramos da Psicologia denominado de Psicologia Social, embora seja vinculado institucionalmente às ciências humanas, requer uma mistura das ciências naturais e biológicas, a livre investigação e uma filosofia ética da democracia (ALLPORT, 1954) constituindo esse *status*, principalmente a partir do período turbulento das duas guerras mundiais em que a necessidade de se pensar a atividade da consciência, do comportamento e do corpo humano (uma vinculação premente do conhecimento científico-natural e científico-social) se tornou ainda mais latente.

Não podemos esquecer ainda dos estudos em Geografia que contemplam uma dinâmica social (procedimentos políticos e humanos de analisar o mundo) e uma dinâmica da natureza (compreender as questões físicas, territoriais e geológicas do planeta), assim como das relações

disciplinares entre Saúde Pública e os campos Educação, Sociologia e Psicologia; Letras (Linguística e Literatura) e Comunicação Social; Computação e CI, também as relações entre Estatística e os estudos quantitativos das ciências humanas/sociais, além dos métodos e heurísticas em comum entre as duas ciências (métodos experimentais, comparativos, causais, quantitativos e qualitativos) e as constituições de novos movimentos científicos que permeiam fundamentações pluridisciplinares como a nova matemática (LESH; HAMILTON; KAPUT, 2007) que busca compreender não apenas seus processos lógico-formais, mas principalmente a problematização da realidade (BARELL, 2007; SAVIN-BADEN; WILKIE, 2006)

As ciências contemporâneas se fortalecem em seus desideratos de negação (rejeitar percepções isoladas de como as ciências, em seus diversos fundamentos, pode conceber a natureza social do ser), diferença (divergir em prol do avanço das concepções científicas), afirmação (convergência plural e associativa dos campos científicos), subjetividade (diversas possibilidades de perceber as relações e unificações entre a realidade natural-social) e disciplinaridade (como as ciências podem contribuir reciprocamente para o fortalecimento epistemológico e amadurecimento das maneiras ontológicas de ver o mundo).

2.1.2 Fundamentos da informação na correlação científico-natural e científico-social

Essa breve reflexão na subseção anterior é pertinente para elucidar que a informação também se deu em um conjunto de transformações históricas no âmbito das ciências

naturais ou sociais e da Filosofia, mas preserva uma premissa essencial que é a composição das díades verdade-realidade e natureza-humanidade como pressupostos epistemológicos. Evidentemente que quando indicamos a ideia de verdade-realidade no entendimento conceitual de informação, não estamos falando no sentido do positivismo lógico de uma simples apreensão factual ou empírica, mas em uma dimensão mais ampla de diálogos prementes como científico-natural; científico-social; humano-natural; histórico-contextual; singular-plural que compõem as perspectivas de apreensão da realidade e, por conseguinte, a permanente busca pela(s) verdade(s).

A informação, em caráter geral, apresenta dois pressupostos que a dinamizam epistemologicamente: o caráter contextual (a informação é vista dinamicamente de um ponto de vista de satisfação específica, mas considerando diversas possibilidades científico-naturais e científico-sociais) e o caráter coletivo em que a informação busca uma satisfação coletiva considerando uma diversidade de fatores naturais e sociais.

Desse modo, rejeitamos a ideia da informação na contemporaneidade ser vista nas ciências de forma isolada, de sorte que, por exemplo, ciências consideradas naturais como a Física e a Biologia contemporâneas põem em xeque a percepção isolacionista de vivo e não vivo, orgânico e inorgânico, espaço e tempo, generalidade e relatividade, já que suas segregações implicariam em um reducionismo científico-cognitivo, assim como ciências ditas humanas/sociais como a Psicologia, História e Sociologia

agregam em seus estudos a perspectiva da compreensão natural de gênero, mente, espaço, tempo etc. para compreender as relações e representações sócio cognitivas.

Como realçamos a pressuposta evidência das relações entre os conhecimentos científico-natural e científico-social, não implica falar na perda de autonomia e particularidades das ciências, mas, ao contrário, no amadurecimento teórico-epistemológico e empírico das ciências proporcionando uma identificação mais ampla entre si e um conhecimento representado de forma mais fidedigna à realidade humana.

Então, quais seriam, em tese, os elementos científico-naturais e científico-sociais pertinentes às concepções semânticas de informação e que relações possuem entre si a fim de ratificar a condição de proximidade e possivelmente de unicidade epistemológica desses elementos?

Malgrado vindicarmos aproximações semânticas entre informação no âmbito científico-natural e científico-social é preciso destacar que a comunidade científica no transcurso histórico nem sempre percebeu dessa forma, mas, ao contrário, isolou a característica natural da informação. Além da Teoria Matemática da Comunicação (conceito técnico de informação) já discutida neste estudo ou da proposta de fluxo comunicacional de Avramescu (1973) que empreende percepções fisicalistas da informação, outras teorias se estabelecem como construtos que individualizam o conceito de informação, principalmente no que tange à transmissão de sinais.

Essas visões ocorrem, sobretudo, pelo largo

desenvolvimento tecnológico ocorrido durante o Século XIX e principalmente XX em nível analógico e posteriormente digital assimilando a informação como um mero expoente linear de repasse de dados ou sinais de um sujeito/autor e/ou mediador para um sujeito/usuário. Um desses representantes, anterior às teorias de Shannon e Weaver, é Ralph Hartley (1928) que em sua obra *Transmissão da informação* declara que os sistemas de transmissão elétrica não têm nada a ver com seres humanos e sim com máquinas sendo pertinente evitar influências psicológicas envolvidas nessa noção.

Observamos que essa ocorrência conceitual se desenvolveu em virtude de que a finalidade, cientificamente falando, não era compreender os postulados significantes da informação, mas de quais maneiras os dados podem ser transmitidos por meios de sinais elétricos e maquinários. Neste caso, a informação ganha caráter de negação semântica indicando um significado menor e incipiente para representar a realidade informacional, visto que é na conferência da construção social de significados que esses dados ganham destaque.

Em particular, discordamos precisamente do termo transmissão da informação em virtude de que é empregado comumente para designar a importância apenas de seres não-vivos em detrimento das relações sociais para construção da informação desagregando a relação entre o caráter científico-natural e científico-social, bem como impossibilitando considerar as relações de produção cognitiva e humana para um redimensionamento dos significados de

informação.

A ideia de transmissão da informação não somente relega a um plano inferior o prospecto de fundamento científico da informação (aproximação entre informação científico-natural e científico-social) quanto pensa a informação do ponto de vista tecnicista, mecanicista e linear.

Quando se pensa na aproximação entre informação de carácter científico-natural e científico-social o seu *modus operandi* não está relacionado, em essência, à ideia de transmissão, mas, sobretudo, as ideias de interação (exposição, mostras, diálogos...) e construção englobando os aspectos naturais (tratamento, disponibilidade e significação de dados) e aspectos humanos (partilha) como elementos indissociáveis.

A aproximação entre informação como elemento relacional de cunho natural/social se dá, por exemplo, a partir do que poderíamos denominar de percepção mecânico-informacional como pode ser visto nas teorizações de Turing (1950) quando busca explicitar o conceito de informação a partir da natureza do pensamento inteligente desenvolvendo um método sintético de análise aplicado a modelos mecânicos da mente como forma de compreender os processos de organização da mente e também de Dretske (1981; 1986) que busca na compreensão naturalista compreender o significado filosófico de informação.

É na obra *Knowledge and the Flow of Information* que o filósofo alavanca as reflexões sobre significados filosófico-naturalistas da informação. A obra de Dretske (1981) se

desenvolve centralmente a partir da transmissão da informação entre dois sistemas. Para tanto, o filósofo toma como base duas inspirações: a primeira de cunho abstrativo e reflexivo que reside na teoria da mente de Brentano que postula serem os fenômenos mentais pressupostos caracterizados sob medidas de intencionalidade ou direcionalidade no que tange aos seus referentes e a segunda de cunho aplicativo concernente à aplicação da Teoria Matemática da Comunicação para elucidar os estados psicológicos que definem os significados de informação.

Na perspectiva de transmissão da informação, Dretske postula a quantidade de informação contida nos sinais (dados) e suas possibilidades de transmissão entre sistemas considerando que: a informação não vem gradualmente, mas é uma questão de tudo ou nada (DRETSKE, 1981, p. 108); a informação é sempre relativa ao conhecimento pré-existente do receptor (DRETSKE, 1981, p. 80-81); a informação só se concretiza quando é passível de produzir conhecimento requerendo a noção de verdade para ambos (DRETSKE, 1981, p. 45).

Embora seja evidente a tentativa de Dretske em aproximar a concepção filosófica (mental) da concepção natural (transmissão de sinais), assim como atentar para a informação como instrumento de produção do conhecimento, podemos destacar uma série de deficiências do pensamento dretskeano:

- a) aborda uma concepção cognitivista da informação que vê um isolamento entre os sujeitos da informação, de sorte que prima pelas condições mentais dos sujeitos

e não sociais. Em outras palavras, o uso das teorias das representações mentais focaliza a informação como fenômeno idealista inviabilizando a formação da consciência social de informação;

- b) busca elucidar a conotação cognitivista da informação a partir dos pressupostos da TMC que vislumbra a informação em seu caráter processual/quantitativo e não semântico favorecendo considerar a mente como pressuposto desfavorecendo procedimentos de como a mente pode desenvolver informação a partir das relações sociais;
- c) o modelo dretskeano apresenta uma deficiência teórico-epistemológica que restringe em demasia o tipo de regularidades que podem sustentar o fluxo informativo que não pode explicar satisfatoriamente a viabilidade e falibilidade das regularidades que sustentam o fluxo da informação (PÉREZ GUTIÉRREZ, 2000);
- d) embora concordemos com a ideia de que a informação só é produtivamente concebida quando voltada para a produção do conhecimento, entendemos que este papel se dá num prospecto social e não simplesmente mental, bem como apresenta um caráter mais qualitativo (impreciso) do que quantitativo (preciso), de modo que precisar a informação é promover um sinal de arbitrariedade como se a informação já fosse consolidada no emissor cabendo a este apenas a função transmissiva e ao sujeito/usuário a condição de captar o transmitido

relegando a um plano inferior as condições interativas;

- e) discordamos também da percepção de que a informação não vem gradualmente (tudo ou nada). Essa assertiva comprova que Dretske não visualiza o caráter histórico da produção da informação, além dos legados culturais que a informação pode deixar. Até mesmo na produção do conhecimento, a informação é reconhecida em sua perspectiva gradual, já que envolve os processos históricos, mesmo que imediatistas, atrelados a temporalidades recentes ou específicas;
- f) se a informação fosse tudo ou nada estaríamos rejeitando o seu construto social da partilha (ou tentativa de partilha) no sentido que, na interação social, a informação pode ser construída de modo mais expansivo não somente para o sujeito/usuário, como instrumento ontológico apropriador, mas também para o emissor;
- g) a informação como fenômeno de poder está atrelada a disputas políticas e de dominações, mas em algum momento haverá ganhos e prejuízos para as partes envolvidas, mesmo que de forma desigual;
- h) não acreditamos no tudo ou nada da informação, embora devamos concordar que possa ocorrer uma ação de concentração e dominação que é perpetuada quando o emissor não está disposto a interagir e incentivar o processo de partilha da informação

restringindo o ato produtivo da informação e impossibilitando, por sua vez, perspectivas para construção do conhecimento ou em que o sujeito/usuário não tem vontade/desejo de articulação para produzir informação tornando-se um sujeito inerte e alheio a sua própria autonomia de apropriação.

Desse modo, o fluxo da informação deve considerar os fundamentos históricos, sociais, cognitivos, biológicos, além da interação entre sujeitos da informação (humanos e não-humanos) para se constituir e não simplesmente como momento imediato percebido, pois mesmo nas interações imediatistas, a ideia de produção gradual ocorre porque é referente também aos aspectos anteriores (história dos sujeitos e das instituições informacionais) e posteriores (apreensões e apropriações dos sujeitos e se houve transformações nas instituições de informação após as interações).

Em outras palavras, o fluxo de informação que pregamos está designado no conceito crítico-social de informação, pois embora tenha como finalidade a partilha, pode haver um conjunto de dualidades e contradições como transferência ou partilha; verticalidade ou horizontalidade; disposição ou indisposição do(s) sujeito(s); individualidade ou socialidade; arbitrariedade ou negociação; individualismo ontológico ou acepção alteritária; qualidade e/ou quantidade (podem existir individualmente ou como elementos complementares), mas a ideia de tudo ou nada é restritivamente quantitativa e natural deliberando *ad*

arbitrium a irrelevância da interação social entre os sujeitos da informação.

A ideia de informação que aproxima o desiderato científico-natural e científico-social não se presume apenas na prevalência de um ser sobre o outro ou de uma tecnologia sobre outra (embora isso possa ocorrer), mas nas relações entre natureza e sociedade que permitem apropriações, construções de sentido e compreensões entre sujeitos. A informação apenas no contexto natural revela a transmissão de sinais, enquanto a informação apenas no contexto social despreza características biológicas, identitárias e físicas da realidade humana e técnica.

Os fundamentos epistemológicos da informação comprovam uma reunião inexorável de elementos sociais e da natureza como componentes do processo de produção da informação, visando à satisfação e à compreensão humana, pois como assegura duplamente o físico e filósofo Weizsäcker (1974) a informação é uma coisa diferente a matéria e a consciência e a informação é referente aquilo que pode ser compreendido ou que gera informação.

Isso significa que a informação não implica em um conceito fisicalista e nem na formação dos modelos mentais. A informação é ente abstrativo que se dá a partir das relações sociais e necessita de uma construção dialógica entre sujeitos para se consolidar. A percepção de Weizsäcker se aproxima da teoria de Wiener (1961, p. 132) quando afirma que “[...] informação é informação, não é matéria ou energia.”

Podemos observar alguns conceitos de informação das

ciências naturais que dialogam diretamente com as ciências sociais, são conceitos contextuais referidos a uma determinada situação (MAHLER, 1996); informação possui ambivalência em relação à temporalidade e também é um dispositivo que conecta o local ao global (MATSUNO, 1996) ou conceitos que partem das ciências sociais e dialogam com as ciências naturais como as concepções de Dretske (1981) ou Brookes (1977; 1980).

O quadro a seguir elenca algumas atribuições dos fundamentos científico-naturais e científico-sociais da informação:

Quadro 1: Fundamentos científico-naturais e científico-sociais da informação

Fundamentos procedimentais	Fundamentos teleológicos
Historicidade dos sujeitos e tecnologias	A informação demanda múltiplos significados para pensar a ciência e a sociedade
Subjetividades dos sujeitos	A informação é social e natural quando é precedida por paradigmas e auxilia na produção de novos paradigmas
Negações entre os sujeitos	Contribuições dos elementos naturais para produção social da informação
Diferenças entre os sujeitos	Contribuições sociais demandam instrumentos técnicos para produção da informação

Afirmações dos sujeitos	Condicionantes associativos de cunho biológico e social para concepção da relevância histórico-social e histórico-natural no âmbito da produção da informação
Restrições à ideia de uma natureza social da informação pré-determinada	A produção da informação é essencialmente social e natural quando se observa transformações humanas e não-humanas
	A produção da informação é social e natural quando satisfaz os referentes humanos
	A informação é natural e social quando mediada sócio-construtivamente efervescendo sujeitos humanos e não-humanos
	A informação é natural e social quando reconhece as interferências humanas sobre sujeitos não-humanos de forma a satisfação coletiva
	A informação é natural e social quando os sujeitos conseguem aliar necessidades e satisfações biológicas e sociais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os fundamentos epistemológicos da informação designam a forma como a informação é produzida constituindo as possibilidades filosóficas e cognitivas em geral. Logo, a informação é concebida a partir do

reconhecimento de suas formas históricas, humanas, sociocognitivas e naturais.

Estes fundamentos, especialmente os cinco primeiros, demonstram que a informação não é um ente concreto, mas é construído a partir das relações concretas. A informação se constitui como fenômeno objetivo, mas se constitui através das relações subjetivas e intersubjetivas. A informação demanda um olhar interativo inicial de negação possibilitando posteriormente o reconhecimento das diferenças, sendo estas as condicionantes que irão dar cabo da consecução das intencionalidades de dominação, partilha ou mesmo de indiferença, ou seja, que irão deliberar a afirmação dos sujeitos da informação.

Por isso, a informação é um elemento dialético na medida em que valoriza os conflitos e contradições entre os sujeitos e as possíveis transformações humanas e intelectivas. Embora a informação não seja matéria ou consciência é constituída a partir das condições materiais (documentais, tecnológicas, institucionais) que norteiam a realidade social e auxiliam na formação de novas consciências.

Em síntese, o ato de produzir informação na composição dos cinco primeiros fatores (procedimentos socialmente ontológicos) depende, sobretudo, dos outros elementos mencionados que dinamizam intersubjetivamente as potencialidades científico-naturais e científico-sociais que unificadamente tem dois objetivos centrais de objetivação de sentidos: a satisfação de necessidades de informação e a construção de novos elementos representacionais e tecnológicos para respaldar os sujeitos da informação.

O quadro exposto poderá ser compreendido de forma mais efetiva na discussão das subseções seguintes.

2.2 A informação como fenômeno (multi)temporal

Uma das principais características dos fundamentos epistemológicos da informação é a sua ocorrência (multi)temporal. A ideia de temporalidade aplicada à informação compreende espectros de transitoriedade ou provisoriedade, de modo que a informação é permanentemente produzida e construída, conforme necessidades sociais/naturais dos sujeitos.

Designamos o termo temporal em virtude da informação ser compreendida e apropriada através de uma perspectiva contextualista que satisfaça um determinado aspecto do cotidiano e seja possivelmente esquecida, descartada ou não mais desenvolvida. Já o termo (multi)temporal designa as transformações históricas pelas quais a informação passa a partir de seus processos de uso, apreensão, compreensão e apropriação.

Destarte, a informação como fenômeno (multi)temporal pode ser introduzida como pressuposto de transformação social e cognitiva dos sujeitos a partir de fatualidade singular ou plural; individual ou coletiva; pessoal ou institucional e até mesmo consciente e/ou inconsciente.

Mas como a informação enquanto fenômeno (multi)temporal pode ser visualizada pragmaticamente? Destacamos duas questões fundamentais: a informação mediada a partir do tempo presente e a integração entre os tempos passado-presente-futuro como mostra do caráter

totalizador da informação ultrapassando limites históricos e não está preocupada apenas com uma simples satisfação pessoal, mas centra sua preocupação na produção do conhecimento e no desenvolvimento historicista e humano do intelecto.

Com relação à primeira questão, Morin (2010, p. 12) esclarece a ideia do tempo presente como mediador histórico:

De fato, sempre existe um jogo retroativo entre presente e passado, no qual não somente o passado contribui para o conhecimento do presente, o que é evidente, mas igualmente no qual as experiências do presente contribuem para o conhecimento do passado e, por meio disso, transformam-no. [...] O passado é construído a partir do presente, que seleciona aquilo que, a seus olhos, é histórico, isto é, precisamente aquilo que, no passado, desenvolveu-se para produzir o presente.

Morin destaca a fundamentação seletiva da história, mas quebra o paradigma de sua narratividade no âmbito da linearidade mostrando que presente e passado possuem uma associação nem sempre convencional/complementar e recíproca. Em outras palavras, a história, para ser constituída, demanda um intenso olhar retrospectivo (do presente para o passado) para ser associado ao olhar prospectivo (do passado para o presente).

Neste caso, o processo de desenvolvimento da informação se dá nos seguintes contextos:

- a) o primeiro é de cunho convencional que a informação

se dá essencialmente no tempo presente em face da interação entre sujeitos da informação, mas com base nas necessidades históricas constituídas no passado. São as particularidades e evidências do passado que estimulam as relações constitutivas da informação no presente;

- b) o segundo é que na interação do tempo presente entre os sujeitos da informação podem construir novas perspectivas de informação satisfazendo necessidades constituídas no passado. Isso significa que o segundo contexto é complementar ao primeiro, de sorte que conduz (ou deve conduzir) inexoravelmente à satisfação mínima, parcial ou total (este muito mais difícil em virtude das necessidades se desenvolverem permanentemente) de informação a partir de procedimentos de apreensão, compreensão e apropriação;
- c) o terceiro contexto é eminentemente contemporâneo e referente às possibilidades imbricadas de interação entre os sujeitos da informação em tempos distintos, mas que favorecem a produção da informação (multi)temporalmente. Neste caso, o processo de constituição da informação ocorre em virtude do lato desenvolvimento das tecnologias digitais que dão azo a novas perspectivas de flexibilidade, adaptação e manipulação (AGGER, 2011) aos sujeitos da informação que podem interagir em tempos distintos, permitindo atestar que o presente de um não é necessariamente o presente do outro (diferente do

primeiro contexto mencionado), mas as interações em tempos presentes podem produzir satisfações de necessidades de informação do passado;

- d) nos dois primeiros contextos e principalmente no terceiro contexto concebido, a (multi)temporalidade da informação se dá a partir das diversas maneiras de produzir informação que estão essencialmente concatenadas aos pragmatismos contidos em atividades como gestão da informação, concernente aos fatores decisórios a partir da interação entre os sujeitos da informação, tecnologias da informação, planejamento estratégico, organização/representação da informação, atividades de disseminação e mediação da informação que consolidam subsídios (multi)temporais para acesso/uso da informação compreendendo, por um lado, múltiplas atividades de recepção, e, por outro lado, múltiplas possibilidades de produção do conhecimento pelos sujeitos da informação;
- e) neste terceiro contexto é que observamos a ideia de transferência, mas não da informação em si e sim dos espaços que os sujeitos da informação utilizam. Espaços estes que, por um lado, são (multi)temporalidades no sentido de que os sujeitos da informação podem utilizar em tempos diversos, sem preocupações com tempos específicos, mas com construções históricas, de acordo com suas necessidades e, por outro lado, são atemporalidades, já que estes espaços podem indicar para os sujeitos da

informação um tempo presente, mas, em verdade, são espaços que superam a ideia de temporalidade por não terem garantia de duração de disponibilidade e muitas vezes por sequer estabelecerem pontualidades temporais. Como afirmam Melro e Oliveira (2012, p. 158) “[...] a transferência virtual dos indivíduos é um efeito do tempo atemporal e do espaço de fluxos. É possível, hoje, ir para outros lugares sem que isso implique deslocação física” possibilitando constatar que os espaços de fluxos interferem direta ou indiretamente e positiva ou negativamente nos processos de interação e construção da informação entre os sujeitos.

Conforme mencionado no capítulo anterior acerca do emissor que pode ser dividido em emissor/autor e emissor/mediador é preciso ressaltar a possibilidade do estabelecimento de interações entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário ao mesmo tempo ou em tempos diferentes.

No que tange à segunda questão, a produção da informação prevê uma atividade multitemporal ainda mais complexa que a primeira, de modo que passado-presente-futuro se articulam inexoravelmente entre os sujeitos da informação, visando não somente a satisfação das necessidades de informação, mas a construção preservadora da memória e primados para construção do conhecimento. Essa articulação (multi)temporal pode ser compreendida no discurso de Hobsbawm (1998, p. 50):

A maior parte da ação humana consciente,

baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. E é claro que as pessoas o fazem com base na suposição justificada de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos.

É fundamental conceber uma relação entre passado, presente e futuro. Qualquer prognóstico para uma situação futura exige um conhecimento do passado, principalmente pelo fato de que o passado serve para interrogar e problematizar as prerrogativas do presente, visando, por sua vez, uma previsão do futuro.

Por isso, apenas narrar os eventos não é suficiente, uma vez que a tríade passado-presente-futuro, embora seja atestada por muitos indivíduos e grupos sociais não é um fenômeno tão simples e muito menos arbitrário, mas uma construção baseada no cotidiano social dos atores. Implica dizer que a análise histórica pressupõe conceber mecanismos para correlacionar os eventos de modo multilateral com vistas a buscar efetivos entendimentos sobre determinadas realidades.

E como se dá a produção da informação considerando a tríade passado-presente-futuro? **Em primeiro lugar**, é preciso considerar que para os sujeitos da informação, a ideia

de passado e presente possui caráter provisório e não somente é baseada em apreensões factuais lineares da experiência, mas constituídas a partir de relações históricas de esferas macro como cognitivas, sociais e biológicas e esferas micro como profissionais e pessoais.

Em segundo lugar, a relação entre passado e presente no âmbito dos sujeitos que produzem informação se dá através de um elemento basilar chamado de meta-mediação. No Direito, área do conhecimento que se originaram os termos mediação e meta-mediação, este último apresenta dois conceitos essenciais: o primeiro é de resolução de conflitos e o segundo de negociação.

A meta-mediação, também chamada no Direito de mediação de segunda ordem, significa definir clara e concretamente o problema, examinar as soluções já tentadas, definir claramente a mudança necessária, formular e implantar o projeto para promover a mudança, explicitar o implícito para expressar ao invés de esconder (WATZLAWICK; WEAKLAND; FISCH, 1974).

A meta-mediação no contexto jurídico é realizada após uma mediação que não gerou acordo para as partes ou que não concretizou satisfação parcial ou total das partes. Podemos afirmar que a meta-mediação é um ato de observação em que o meta-mediador é também um meta-observador que conforme Hofstadter (2000) este meta-observador pode revelar realisticamente a estrutura e organização dos processos cognitivos, do sistema, no nível inferior de observação interferindo de forma coerente no sistema observado.

Podemos considerar que a percepção de meta-mediação (e também mediação) são vistas comumente no Direito como procedimentos de tomadas de decisão a partir de um conjunto de negociações desenvolvidas pelo meta-mediador de acordo com as necessidades das partes. O meta-mediador no sistema jurídico é um conciliador, o que permite afirmar que para exercer seu papel constitui três condições fundamentais: o ato de negar quando as partes visam interesses unilaterais; o ato de diferenciar para reconhecer as vontades e virtudes das partes interessadas e o ato de afirmar visando à resolução de conflitos entre as partes.

Em outras palavras, a meta-mediação é um instrumento de representação e transformação do sistema social exercido a partir das condições de interesse morais e jurídicos das partes e do próprio meta-mediador (que deve exercer efetivo equilíbrio emocional e cognitivo), dado que como afirma Fix (1997, p. 50) “[...] os mediadores de segunda ordem (meta-mediadores) constroem o campo cognitivo através do qual a sociedade representará ela mesma em relação ao mundo.”

Nos estudos das áreas de informação, entendemos que a meta-mediação tem outro significado, conforme apresentado no quadro:

Quadro 2: Conceito de meta-mediação

Meta-mediação
Conjunto de procedimentos cognitivos e sociais baseados nas relações históricas e materiais que pode ser promovida a partir de dois vieses concernentes à interação entre os sujeitos da informação (em qualquer ambiente em que ambos são meta-

mediadores de si e do outro) ou entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário (comumente em ambientes formais de informação como ambientes de informação, ciberespaço, organizações...) buscando a satisfação coletiva de necessidades construídas entre os sujeitos da informação e a construção de novos conhecimentos. A meta-mediação apresenta um caráter retrospectivo (passado-presente), prospectivo (presente-futuro) e (multi)temporal (compreensão integrada entre passado, presente traçando perspectivas para o futuro) que não se excluem, mas, ao contrário, se complementam.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para alcançar essa visão integradora entre passado-presente-traçando perspectivas para o futuro, a meta-mediação deve ser uma atividade plural no sentido de identificar e reconhecer fundamentos relevantes para a interação entre os sujeitos da informação e indicar possibilidades para construção do conhecimento a partir dos seguintes fatores:

- a) a meta-mediação parte da formação de um conhecimento social prévio de alteridade a partir das seguintes interpelações: o que o outro necessita? O que o outro pensa? Como posso me relacionar com o outro? Quais condições são impostas para minha relação com o outro? Quais recursos possuo para interagir e quais recursos o outro possui para interagir? Quais interesses tenho sobre o outro? Quais satisfações pretendo aferir na relação com o outro? Essas perguntas podem ser feitas em duas etapas: uma retrospectiva indicando fundamentos iniciais de como pode se dar o processo de interação entre os

sujeitos da informação (integra passado e presente) e na interação propriamente dita (integra presente-passado e alarma condições para o futuro dos sujeitos da informação);

- b) a meta-mediação deve reconhecer a memória e o esquecimento dos sujeitos da informação – por meio de perguntas e questionamentos entre si, os sujeitos da informação podem fixar de forma mais efetiva aqui o que deve ser preservado e o que pode ser lembrado trazendo uma atividade de crescimento cognitivo recíproco. Neste caso, a potencialidade da memória traz aos sujeitos da informação identificações reconhecidamente dialógicas de construção do conhecimento que antes não eram tão perceptíveis ou que não eram imagináveis nos conhecimentos prévios de ambos ou de uma das partes;
- c) a recorrência da meta-mediação à memória é condição *sine qua non* para que os sujeitos da informação produzam conhecimento a partir dos seus próprios conhecimentos prévios e dos desideratos de apreensão, compreensão e apropriação da informação significam que “[...] a memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o

resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.” (SANTOS, 2003, p. 25-26);

- d) a potencialização da memória ativa o passado dos sujeitos da informação antes considerado definitivamente imutável, o presente com novos questionamentos e produções de sentidos e um futuro com a produção de novos conhecimentos;
- e) a meta-mediação busca reconhecer as negações, diferenças e convergências entre os sujeitos da informação a fim de tornar a interação produtiva para as partes interessadas focalizando um conhecimento praxiológico (BOURDIEU, 1996) baseado na “[...] mediação reencontrada entre a teoria e a prática, entre homem e história, entre ator e estrutura, entre agente social e sociedade.” (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 5) que concretize uma “[...] construção subjetiva da realidade feita sob a coação de estruturas que existem objetivamente.” (STEVENS, 2003, p.66);⁵
- f) a meta-mediação deve reconhecer que a produção da informação não é fenômeno definitivo ou acabado, mas um subsídio para produção do conhecimento através do fenômeno construtivo (cognitivism social da informação) e do caráter crítico-social da

⁵ Nascimento e Marteleto (2004) entendem que a percepção praxiológica de **Boudieu** supera o caráter individual do positivismo e do estruturalismo, assim como a noção de subjetividade da apreensão do mundo (fenomenologia e etnometodologia).

informação;

- g) a meta-mediação possui o caráter de estrutura histórica organizada que não é plenamente subjetiva ou objetiva e teórica ou prática. A meta-mediação é uma combinação dos elementos objetivos que constituem fundamentos subjetivos e pragmáticos que possibilitam teorizações. A meta-mediação apresenta gnosiológica e epistemologicamente razões sociais entre os sujeitos da informação para estruturar relações objetivas e pragmáticas mediante a construção intersubjetiva de sentidos, por meio de interpelações, interpretações, observações, reconhecimento das diferenças, da história e memória dos sujeitos da informação. Logo, a meta-mediação da informação é um elemento (multi)temporal de relações sociais.

O discurso da meta-mediação da informação deságua no pensamento de Sartre (2005, p. 158) quando afirma que:

A temporalidade é evidentemente uma estrutura organizada, e esses três pretensos “elementos” do tempo, passado, presente, futuro, não devem ser considerados como uma coleção de “dados” cuja soma deve ser feita – por exemplo, como uma série infinita de “agora”, alguns dos quais ainda não são, outros que não são mais -, mas como momentos estruturados de uma síntese original. Senão, encontraremos, em primeiro lugar, este paradoxo: o passado não é mais, o futuro ainda não é, quanto ao presente instantâneo, todos sabem que ele não é tudo, é o limite de uma

divisão infinita, como o ponto sem dimensão.

A meta-mediação não é um construto quantitativamente definível em termos de tempo, pois está mais preocupada com os sentidos históricos dos sujeitos da informação do que com a simples delimitação temporal. A meta-mediação é o incentivo ao sujeito a interagir com outros sujeitos. É o desiderato da preservação e difusão da memória individual e coletiva. É o espaço (não no sentido físico, mas humano) de interação e reconhecimento das diferenças e afirmações entre os sujeitos.

Em outras palavras, a meta-mediação se associa ao contexto do sociointeracionismo no sentido de situar a informação como um fenômeno do cotidiano que distribui e possibilita múltiplas interações e interpretações ou “[...] como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos.” (GOMES, 2010, p. 87).

Assim, o que está em jogo na meta-mediação não é uma simples coleção de dados dos sujeitos (isso o sujeito pode fazer isoladamente até mesmo sem interagir diretamente com outros sujeitos humanos e não-humanos), mas também as necessidades cotidianas que interessam diretamente aos sujeitos e buscas de maneiras de como satisfazer necessidades de informação. A meta-mediação não diminui incertezas e sim mostra como lidar com as incertezas, atestando que são necessárias para transformação social. A meta-mediação não visa ao acúmulo linear de conhecimentos, mas uma construção de novos conhecimentos por meio de questionamentos coletivos.

A meta-mediação é, em suma, a liberdade dos sujeitos

da informação de desenvolverem processos de interação, expor o que pensam, de respeito ao outro, inclusive nas diferenças e de trazer as partes interessadas subsídios para produção da informação e do conhecimento. A meta-mediação é liberdade porque demanda reciprocidade, alteridade, autonomia e sociação (SIMMEL, 1983) minando projetos prévios com finalidades pré-estabelecidas de arbitrariedade e focalizando novas projeções sociais entre os sujeitos da informação.

Portanto, a meta-mediação não vislumbra a necessidade pré-formada dos sujeitos com finalidades pré-determinadas, mas reconhece interesses prévios dos sujeitos da informação a fim de que nas interações as necessidades possam ser (re)contextualizadas, redefinidas em prol da satisfação coletiva. Logo, a necessidade na meta-mediação da informação não é estanque, mas dinâmica e a satisfação não é definitiva, mas provisória tornando a construção intersubjetiva do conhecimento uma realidade latente para firmar novas ideias e novas possibilidades de comunicação, interação e informação.

2.3 A informação como fenômeno de objetividade, subjetividade e intersubjetividade

Um dos assuntos mais instigantes da ciência e da Filosofia na contemporaneidade (e que já vem em franco desenvolvimento desde a ciência moderna) é referente à subjetividade/intersubjetividade ou, mais precisamente, as relações entre objetividade e subjetividade.

Focalizamos a discussão centralmente na

subjetividade por se constituir como elemento mediador entre a objetividade e a intersubjetividade. Mediador em face de ser a subjetividade pressuposto de interpretação e compreensão da realidade e que promove sentido teórico-prático à objetividade e sentido interacionista à intersubjetividade.

A subjetividade podendo ser multiplamente entendida na contemporaneidade como “[...] a compreensão que temos sobre o nosso eu” (WOODWARD, 2000, p. 55), [...] a capacidade do locutor para se propor como "sujeito" (BENVENISTE, 1991, p. 285), ao processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular (LEONTIEV, 1978), “[...] algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana” (BOCK, 2001, p. 23), “[...] tudo aquilo que se refere ao sujeito” (DUARTE, 2004, p. 231), “[...] processo de tornar o que é universal singular, único, isto é, de tornar o indivíduo pertencente ao gênero humano.” (VYGOTSKY, 2000, p. 76), entre outros conceitos nos permite perceber quão complexas são as percepções do termo em lide.

A subjetividade é discutida nas ciências contemporâneas de diferentes maneiras, mas comumente a partir de três grandes características: a subjetividade como fundamento imanente do sujeito ou das formas do eu se posicionar (comumente separada da objetividade); a subjetividade ligada à apreensão do mundo social e material (relacionada à objetividade); e a subjetividade como fenômeno de relação social e compreensão singular

(formação da intersubjetividade).

No entanto, há alguns pensamentos considerados mais audaciosos sobre subjetividade como em Nietzsche (2008) sobre a vontade de poder condizente a uma vontade pulsional; e em Sartre que compreende a ideia de existência do ser no mundo através dos seguintes fatores: a obra literária 'A Náusea'⁶ ao afirmar que “[...] existência não é a necessidade. Existir é simplesmente estar presente; os entes aparecem, deixam que os encontremos, mas nunca podemos deduzi-los. Creio que há pessoas que já compreenderam isso. Só que tentaram superar essa contingência inventando um ser necessário e causa de si próprio.” (SARTRE, 1986, p. 193-194) e as realidades do fenômeno e da consciência quando afirma em 'O ser e o nada' que “[...] a consciência reflexiva (*réflexive*) posiciona como seu objeto a consciência refletida, envergonho-me ou orgulho-me dela, aceito-a ou a recuso, etc. [...]” (SARTRE, 2000, p. 24).

Assim, não há primazia da reflexão sobre a consciência, pois a consciência não é revelada a si pela reflexão (SARTRE, 2000) e Foucault a partir das noções de subjetividade-tempo (FOUCAULT, 1999) e subjetividade-corpo (FOUCAULT, 1984; 1985a; 1985b).

No âmbito da informação, a subjetividade é comumente vista como fenômeno segregado da objetividade, isto é, enquanto a subjetividade é conceito abstrato, a objetividade é conceito concreto e a intersubjetividade agiria

⁶ Embora a obra “A Náusea” seja essencialmente literária distinguindo do estilo da Filosofia Tradicional, não se isenta de teor epistemológico e ontológico.

como catalisadora de uma atividade de unificação compreensiva e de apropriação do concreto-abstrato.

Contudo, é preciso desmistificar essa concepção excludente de que objetividade e subjetividade não podem ocupar campos agregados de análise e referência social. Se assim for, estaremos afirmando que a informação em nada se relaciona com os processos de objetivação social, bem como sua fundamentação intersubjetiva não seria social. Por isso, é pertinente considerar objetividade e subjetividade como conceitos que se relacionam diretamente sem perderem autonomia (formam a intersubjetividade que traz a constituição de sentidos e compreensão das relações sociais).

A caracterização essencial da informação como fenômeno subjetivo, especialmente quando vista como ente abstrativo, (RENDÓN-ROJAS, 2005) traz certo isolacionismo à objetivação social. Por isso, é pertinente desmistificar a simples concepção de que a subjetividade é relativa ao sujeito e à objetividade relativa ao objetivo, pois do contrário, a informação será sempre vista como conceito distante da realidade objetiva e desvinculado à formação da intersubjetividade (compreensão social do conceito de informação). Entendemos que se a subjetividade informacional se manifesta tradicionalmente como elemento abstrativo é preciso uma forma de situá-la diante da realidade objetiva em caráter relacional.

Aprofundamos a questão a partir das seguintes questões: a vontade do poder em Nietzsche como forma de entender as disputas subjetivas pelo poder no âmbito informacional e a noção clássica marxiana da dinâmica

objetividade-subjetividade compreendida no âmbito da dialética.

No que tange à vontade de poder nietzschiana relacionada à informação é concernente aos modos como os sujeitos da informação buscam de várias maneiras produzir informação (seja o sujeito/autor, sujeito/mediador ou sujeito/usuário) e constituir poder. Entendemos aqui o poder em duas condições gerais: o sentido de possibilidade em produzir informação e buscar, por um lado, partilhar/estimular o outro e, por outro lado, dominar o outro a partir dessa produção.

Assim como a vontade de poder em Nietzsche se dá na exaltação das pulsões auto-dissolúveis e movidas por sentimentos pulsionais, a informação é movida por um permanente espectro social de poder (em geral nos dois sentidos de poder mencionados no parágrafo anterior). É precisamente no âmbito do domínio que a pulsão se estabelece e caracteriza o ser humano superior e o ser humano inferior. Nietzsche (2002, p. 50) aborda a questão da seguinte forma:

O domínio sobre as paixões, não seu enfraquecimento ou extermínio! Quanto maior é a força dominadora de nossa vontade, tanto mais liberdade pode ser dada às paixões. O grande homem é grande pelo espaço de liberdade de suas paixões: ele é, porém, forte o suficiente, de modo que faz desses monstros seus animais domésticos.

A subjetividade em Nietzsche se estabelece a partir do domínio interno do ser humano por meio de pulsões que se

encontram, em primeira instância, como dissoluções fragmentadas que, por um lado, são selecionadas, visando conceber qual a vontade de poder mais adequada ao ser humano e, por outro lado, as pulsões conflitam entre si exigindo do ser a afirmação de algumas vontades em detrimento de outras que definem as intencionalidades de poder do ser humano.

No processo de produção da informação, há um conjunto de pulsões que move as perspectivas dos sujeitos. Essas pulsões estão essencialmente ligadas a satisfações prévias de necessidades de informação. Como discutido no tópico anterior sobre a (multi)temporalidade da informação, essa necessidade é um fenômeno eminentemente preliminar e relativo a satisfação histórica do eu que impõe, em primeiro plano, domínio sobre suas próprias pulsões e, em segundo plano, domínio sobre o outro (este ocorre apenas quando a vontade do sujeito produtor é criar uma hierarquia de dominação) ou perspectiva de partilha e crescimento coletivo (este, embora mais complexo no âmbito das relações sociais é aparentemente mais visível em virtude do sujeito produtor manifestar anseios que demandam apreensão e apropriação social de informação) que deliberam conforme ressaltam Bolton, Greiner e Ockenfels (2013) práticas de reciprocidade para reputação da informação produzida.

Podemos destacar entre essas pulsões comumente em caráter conflitante: o anseio de produzir para ser lido/analísado, o anseio de produzir para dominar ideologicamente o outro ou ainda o anseio de produzir para socializar conteúdos que promovam benefícios coletivos, o

ato de referenciar determinadas concepções perante uma comunidade, o ato de construir conhecimento individuais (o produtor seleciona quem pode ou deve utilizar e se apropriar de informação e produzir novos conhecimentos) ou coletivos (o produtor oportuniza uma gama diversas e às vezes dispersa de sujeitos/usuários para utilizar e se apropriar de informação para produzir novos conhecimentos).

É precisamente o controle das pulsões que torna o ser humano um substrato ontológico superior quando se apropria coletivamente de uma cultura coletiva de informação e consegue a subjetividade do eu individualista e voltada apenas para a satisfação das próprias necessidades.⁷

Mas o controle das pulsões não implica na harmonia do sujeito produtor de informação ou mesmo entre os sujeitos da informação, de modo que é pelo conflito que a informação é produzida. Os conflitos apenas demonstram quais intencionalidades e evidências a produção da informação pode promover constituindo um controle pulsional sobre outras pulsões e a subjetividade conflituosa do ser humano considerado superior.

É possível afirmar ainda que a ideia de ser superior e inferior referente ao sujeito da informação, seja sujeito/autor ou sujeito/mediador, seja sujeito/usuário não necessariamente se exclui. Um sujeito autor, mediador ou usuário de informação, pode atribuir sentidos de

⁷ Entendemos cultura de informação como a capacidade do sujeito em manifestar construtos informacionais baseados na perspectiva de promover acesso e uso da informação em condições largas e dinâmicas primando pelo respeito e diálogo com os sujeitos/usuários.

inferioridade (quando não controla suas pulsões arbitrárias) ou de superioridade (quando controla suas pulsões mais absurdamente individualistas em favor das pulsões socialmente coletivas) constatando que a vontade de poder da informação pode estar ligada à ideia de dominação ou de partilha, sendo este conflito dualístico que preconiza as percepções de inferioridade e superioridade humanas, respectivamente, na produção da informação.

É neste sentido que as pulsões se relacionam à consciência no processo de produção da informação formatando a subjetividade em Nietzsche que vai do sentimento pulsional à formação do eu. Nietzsche (2001a, p. 62) explicita melhor a questão:

A consciência é o último e derradeiro desenvolvimento do orgânico e, por conseguinte, também o que nele é mais inacabado e menos forte. Assim a consciência é tiranizada – e em boa parte pelo orgulho que se tem dela! Pensam que nela está o âmago do ser humano, o que nele é duradouro, derradeiro, eterno, primordial! Tomam a consciência por uma firme grandeza dada! Negam seu crescimento, suas intermitências!

No argumento nitzscheano, há uma aparente contestação à percepção dos chamados idealistas hegelianos e afins de que a consciência promove o ser social. Para os hegelianos, a consciência atua como princípio e fim dos processos de construção social. Para Nietzsche, a consciência é vista como princípio último a partir de um profundo paradoxo, haja vista que a consciência é ao mesmo tempo elemento frágil e fundamental para o desenvolvimento

humano. Isso ocorre em virtude de ser a consciência uma espécie de pano de fundo em que se manifestam seletiva e limitadamente algumas pulsões humanas, conforme os interesses do ser humano.

Existe uma profunda relação entre a informação e a consciência que se dá nos seguintes contextos, a saber: a) a informação não é formada a partir da consciência humana, mas a partir das condições de objetivação social que são gestadas a partir de relações e percepções entre os seres humanos; b) a consciência é um pano de fundo para que o sujeito da informação selecione como, quando e com quem interagir para produzir informação calcado nas condições de dominação sobre o outro, a partilha ou o simples de interesse de compartilhar; c) não é a consciência que designa a interpretação e apropriação da informação pelo ser humano, mas os construtos da memória e do pensamento humano a partir da objetividade social, sendo a consciência o posto de apoio para revelar determinados interesses; d) isso significa que o sujeito pode construir informação (como sujeito/autor/mediador/usuário), mas selecionada, conforme seus interesses o que é mais viável a ser tratado.

A condição pulsional como elemento geral e a consciência como elemento representativo e seletivo que dão azo à produção da informação. As pulsões indicam a verdadeira face do sujeito da informação, enquanto a consciência abre possibilidades para afirmação de determinadas pulsões que intencionalmente podem representar a realidade de acordo com o contexto dos sujeitos da informação.

Esse contextualismo é fundamental em virtude de que considerando duas contextualidades, a saber, a do sujeito e do atribuidor (DE ROSE, 2012, p. 304-306), sendo a primeira ligada a critérios estabelecidos pelos próprios sujeitos para julgar uma determinada realidade e a segunda ligada a critérios mais amplos que não contemplam os anseios de um sujeito da informação em si, mas a totalidade dinâmica de normas/regras e condições/possibilidades para produção da informação que envolve os sujeitos. Logo, a consciência expressa uma efetiva vontade de poder da informação do sujeito que afirma uma pulsão em detrimento dos outros, sendo essas afirmações transitórias e modificáveis no contexto espaço-temporal, podendo ser relativo ao sujeito (mais limitadora/dominadora) ou ao atribuidor (mais de partilha).

As pulsões que conotam a vontade de poder e a consciência expressada formalizam a formação da subjetividade do eu que produz informação e, sobretudo, tornam objetividade e subjetividade facetas de uma mesma realidade apreensível. Neste caso, a consciência é o instrumento para mediação dos sentimentos pulsionais que revelam a informação primando por satisfazer o eu no contexto social. No entanto, não é a consciência que designa a vontade de poder da informação, pois ela não é reguladora, mas instrumento para a prática mediacional e sim as condições pulsionais e subjetivadas do eu.

No que se refere à lógica dialética subjetiva da informação, entendemos que há uma disputa cognitiva de afirmação entre subjetividade que é vista comumente de

posse do sujeito e a objetividade como posse do objeto. Essa linha de pensamento define que quando se evidencia a subjetividade há uma exclusão da objetividade e quando se afirma a objetividade há uma exclusão da subjetividade. Esse processo de exclusões inviabiliza pensar a subjetividade como relação social e inviabiliza pensar a objetividade como um conjunto de práticas e percepções históricas e sociais.

Assim, é preciso pensar em uma superação do isolacionismo a fim de que seja possível considerar que subjetividade-objetividade fazem parte de um mesmo processo de interação e construção de sentidos. Consideramos, em primeira instância, que a superação desse isolacionismo se dá em dois requisitos: o primeiro concerne, conforme revela Leontiev (1978, p. 44) a “[...] uma propriedade do sujeito ativo” e o segundo é baseado em Marx (1998, p. 101) quando afirma que “[...] a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em realidade, é o conjunto das relações sociais”.

O pensamento dos autores se complementa em face de que a subjetividade firmada pelo e no sujeito só pode ocorrer na dinâmica transformadora da história. Pensar a subjetividade como se o papel do subjetivo do sujeito fosse apenas abstrair elementos da realidade social aleatoriamente é preconizar a subjetividade como fenômeno estático e unilateral. A subjetividade não é unilateral, uma vez que o sujeito para se tornar ativo, precisa de um conjunto de valores históricos e sociais para formação do seu eu necessitando sintomaticamente da relação com o outro.

É neste momento que entra a máxima marxiana de

que a subjetividade não é a simples abstração de sentidos do sujeito (este nada mais é do que um sujeito passivo e estático), mas uma produção baseada nas relações sociais significando que a formação do eu é necessariamente constituída na relação com o outro perfazendo a ideia de que a subjetividade não é o que “eu” penso sobre o mundo, mas o que as minhas relações histórico-sociais com o mundo permitem que o “meu eu” forme uma percepção representacional dessa realidade.

Observamos que a produção da informação segue as máximas de Leontiev (1978) e Marx (1998), já que a informação só pode ser concebida a partir da formação de sujeitos ativos (neste caso, tanto os autores e mediadores, quanto os usuários são sujeitos ativos de sua própria história de construção informacional), assim como a subjetividade informacional constituída entre os sujeitos da informação ocorre quando da interação entre eu e outro (relações conferidas no âmbito da objetivação social) que constituem novos sujeitos da informação, isto é, a constituição do subjetivismo calcado na objetividade social. É precisamente essa relação subjetividade-objetividade entre eu e outro que preconiza a formação da intersubjetividade (conjunto de valores firmados nas práticas sociais e que se consolidam ao longo da trajetória histórico-social dos sujeitos).

Contudo, é preciso considerar que em um primeiro momento objetividade e subjetividade estão segregadas entre os sujeitos da informação, visto que sujeito/autor ou sujeito/mediador observam o sujeito/usuário como instrumento de depósito de conteúdos e o sujeito/usuário

visualiza os emissores como instrumentos ontológicos de acesso e uso.

Esse prévio desconhecimento mútuo tornam os sujeitos passivos socialmente, mas ativos individualmente, justificando o motivo pelo qual o sujeito (subjetivo) quase sempre visualiza o objeto-usuário (objetivo) de forma segregada (neste caso, tanto sujeito autor e mediador, quanto usuário podem se configurar como sujeitos, mas é preciso destacar que na tradição informacional o processo de produção / organização / disseminação / mediação da informação está ligada ao sujeito autor e/ou mediador, enquanto o acesso / uso / apreensão / compreensão / apropriação ao sujeito/usuário). É precisamente esse misto isolacionista que deve ser desfeito, pois essa segregação de emissor como definitivo produtor e o sujeito/usuário como definitivo objeto torna a subjetividade passiva socialmente e traz sempre ao sujeito autor ou mediador a perspectiva da dominação e controle unilateral sobre a realidade social.

Desse modo, é na lógica dialética que subjetividade e objetividade entre os sujeitos da informação conquistam novas fundamentações, atestando que não podem ser vistas separadamente. Cambaúva e Tuleski (2007, p. 83) argumentam que a superação do isolacionismo entre objetividade e subjetividade “[...] pode se dar apenas através da lógica dialética, que como método pode auxiliar a entender objetividade e subjetividade como termos que só têm sentido quando referenciados um ao outro, e, portanto, não podem se excluir, pois se constituem na relação de um com o outro.”

A dialética aproxima objetividade e subjetividade porque se move através dos conflitos e contradições. É precisamente conflitos e contradições que caracterizam as relações entre os sujeitos da informação, permitindo que sejam reconhecidos os diversos processos sociais para produção da informação. Isso significa que a informação como fenômeno de subjetividade não pode ser compreendida apenas como ente abstrativo, pois é nas relações sociais que é constituída (nos espectros das objetivações sociais).

A informação se estabelece como ente subjetivo em dois momentos: o primeiro é quando os sujeitos da informação interagem a partir dos processos de exposições, mostras e diálogos (dinamizações cognitivas no objetivismo social) e o segundo é quando os sujeitos apreendem, compreendem e se apropriam afirmando o caráter abstrativo da informação. É neste momento de apropriação que os sujeitos da informação desenvolvem estratégias cognitivas tornando a informação elemento intersubjetivo (a visão do eu a partir da interação com o outro aplicada a novas realidades sociais).

Essa percepção supera a ideia de que a subjetividade da informação se configura duplamente como olhar prévio do sujeito sobre uma realidade e apreensão/apropriação unilateral dos elementos constituintes da realidade. A subjetividade no âmbito dos sujeitos da informação atua como fundamento mediacional, de sorte que ao lidar com a realidade social, se aproxima necessariamente da realidade objetiva concomitantemente ao fato de que fornece bases

para a constituição intersubjetiva da informação dinamizando uma construção dialética.

Assim, a subjetividade não perde seu caráter abstrato de ver o mundo e consegue desenvolver uma perspectiva concreta em nível individual (formas de ver a objetividade e se relacionar com ela) e coletivo (formas de na apreensão da realidade objetiva produzir conhecimento e conceber formas de disseminá-lo junto a novas relações sociais). Lamizet (1998, p. 9) representa com propriedade o discurso da mediação como fenômeno dialético, possibilitando diálogos com a perspectiva subjetiva da informação:

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade, dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. [...] É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que trata-se do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é, por definição o lugar da mediação cultural

A subjetividade é dialeticamente mediadora quando:
a) há um conjunto de relações derivadas da realidade objetiva

(correlaciona necessariamente os pensamentos/ideias/ações entre os sujeitos da informação) constituindo um momento de negação e diferença entre os sujeitos; b) busca dinamizar os conceitos e práticas de necessidades de informação e satisfação (estes não são elementos cognitivos prévios que devem ser concretizados, mas elementos que só são compreendidos, dinamizados e redimensionados quando da consecução das relações sociais); c) cria novas configurações de necessidade e satisfação, valorizando a formação de práticas intersubjetivas da informação (focalizadas não apenas em interesses individuais e em momentos específicos dos sujeitos da informação, mas calcada na valorização histórica e cognitiva dos sujeitos) constituindo um momento de diferença e afirmação entre os sujeitos.

Ressaltando que quando falamos em subjetividade como mediadora da informação, não estamos mencionando a subjetividade como conceito teorizante, mas da subjetividade como prática social construída pelos sujeitos da informação que passa a ser mediadora porque se situa entre/com a objetividade social e entre/com configuração intersubjetiva dos sujeitos da informação. Utilizando processos sociais de mediação é que os sujeitos desenvolvem a autonomia de se relacionar com o outro e ao mesmo tempo construir suas próprias estratégias para redefinir necessidades e produzir novos conhecimentos.

A subjetividade dialética da informação é plural na medida em que é construída a partir das representações sociais (diante dos conflitos e contradições) e pode ser singular na medida em que os sujeitos da informação

engendram novas concepções (constituindo novos fundamentos para construção do conhecimento e perspectivas para lidar com novos conflitos e contradições). Por isso, é possível constatar que a subjetividade da informação reside procedimentalmente nas representações plurais e apresenta como fito representações singulares, pois são as representações singulares construídas nas relações sociais que dinamizam perspectivas da informação como fenômeno intersubjetivo (focalizado na satisfação de necessidades e construção de conhecimentos).

Em suma, a subjetividade da informação também pode ser considerada mediadora porque revela contextualmente (contextualismo atribuidor) o que pensam os sujeitos da informação, já que a subjetividade enquanto mediação da informação é um processo histórico-social e não um recorte de tempo estático, ela resulta da relação dos sujeitos com o mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2008a; 2009).

2.4 A informação como fenômeno pluri, inter e transdisciplinar

A informação, definida como fenômeno produzido por múltiplos meios e sujeitos humanos, não humanos e institucionais, em nível físico e/ou virtual é um tema amplamente estudado em diversos campos do conhecimento, tais como as Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas, Ciências Tecnológicas, Ciências da Saúde, seja de maneira particularizada, seja de maneira dialogada/integrada.

Como fenômeno histórico-temporal, o conceito de

informação foi sendo delineado, de acordo com o desenvolvimento da humanidade e da ciência (considerando os pensamentos de diversos cientistas), desde a percepção de dar a forma a algo, passando pela concepção de transmissão de sinais, aspectos transferenciais e chegando aos pressupostos da transação e partilha da informação. Evidentemente que esse fenômeno não é linear, já que os conceitos de informação desenvolvidos no contexto histórico-temporal coexistem na sociedade e ciência contemporânea.

Como fenômeno epistemológico, o conceito de informação conquistou novos contornos a partir da representação da realidade social e científica, intervindo e interferindo mais diretamente no cotidiano da humanidade, em especial, a partir de um gradual processo de globalização econômico-cultural, sustentado por tecnologias de alcance planetários, conferindo a informação uma concepção central nas práticas interacionais entre os diversos tipos de sujeitos nos múltiplos tipos de segmentos.

A articulação entre os fenômenos históricos e epistemológicos delimitam um conjunto de características próprias da informação na contemporaneidade consubstanciando não somente a chamada era da informação, mas também novos modos de produção de organização e dinamização da vida humana e natural.

Os olhares contemporâneos sobre a informação, consoante à visão particularizada e/ou integrada entre os campos do conhecimento, ecoam através de duas grandes características, sendo a primeira, o legado do perspectivismo que vislumbra a análise da informação por diversos pontos de

vista científicos e a segunda, contempla a didática político-epistemológica da disciplinaridade e suas derivações (pluri/multi/inter/transdisciplinares) que preconizam um olhar de coordenação, combinação ou fusão de disciplinas/áreas do conhecimento que tratam da informação.

A presente obra revela uma discussão de cunho teórico-propositivo sobre o caráter perspectivista-(pluri/multi/inter/trans) disciplinar da informação a partir da Ciência da Informação em diálogo com outros campos do conhecimento. A concepção perspectivista e pluri/multi/inter/transdisciplinar busca superar o dogmatismo sobre a natureza interdisciplinar da informação na Ciência da informação, alertando sobre procedimentos mais plurais em termos temáticos, autorais, históricos, epistemológicos, filosóficos e pragmáticos para observar a informação como fenômeno social e científico.

2.4.1 A epistemologia (inter)disciplinar: das semânticas autorais ao continuum pluri/multi, inter e transdisciplinar

As teorias sobre disciplinaridade que pode ser entendida como “[...] progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo” (JAPIASSÚ, 1976, p. 61) têm se configurado como uma das discussões mais instigantes das ciências contemporâneas nos Séculos XX e XXI em virtude de seu caráter pragmático, dinâmico e associativo.

O movimento da disciplinaridade conquista amplo destaque em meados da década de 1960 na Europa

(principalmente França e Itália)⁸ com a efusão de três palavras familiares – pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade – que soam não como a formação de novas categorias de conhecimento, mas como primado de ação pautado nas melhorias educacionais, principalmente em termos da construção de novas metodologias de ensino. Em especial, a interdisciplinaridade tem sido a mola motora do movimento acadêmico por uma educação de qualidade a partir de estudos como:

- a) Snow (1959) revela críticas às duas culturas científicas segregadas (ciências da natureza e ciências sociais) focalizando um hiato entre literatos e cientistas e a incompletude dessas duas culturas em ignorar/desconhecer a atuação uma da outra;
- b) Kapp (1961) vê a interdisciplinaridade como integração do conhecimento pelos vieses da fragmentação do conhecimento social na especialização e compartimentalização, níveis de organização do conhecimento no âmbito da matéria inanimada, organismos vivos, a sociedade humana e ainda as noções de homem e cultura como premissas de integração no âmbito de conceitos em comum, do

⁸ É preciso ressaltar que, na década de 60, a interdisciplinaridade se desenvolve como movimento político-educacional, mas o advento se dá em fins do século XIX pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitos ramos e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade. (GADOTTI, 2000).

conceito de homem e natureza humana, conceito moderno de cultura e a estratégia da investigação científica culminando com uma ciência do homem na sociedade;

- c) Gusdorf com variadas e ricas obras sobre a realidade de professores (GUSDORF, 1967), processos metodológicos, pedagógicos e científicos da interdisciplinaridade (GUSDORF, 1978), construção de pesquisas interdisciplinares (GUSDORF, 1984);
- d) Piaget (1971) com a metodologia das relações disciplinares e Heckhausen (1972) / Boisot (1972) que ressaltam tipos de disciplinaridades/interdisciplinaridades;
- e) Japiassú (1976) com revisão sobre as principais questões da interdisciplinaridade e o anúncio de pressupostos para uma metodologia interdisciplinar;
- f) Palmade (1979) que centrou o estudo na construção de conceitos de interdisciplinaridade e as relações com a ideologia;
- g) outros estudos mais contemporâneos como Pombo (1994; 2008) concebendo uma revisão crítico-criativa sobre disciplinaridade e suas derivações.

A ênfase na variedade de estudos sobre disciplinaridade e suas derivações justificam as pluralidades de percepções construídas por estudiosos de vários países. Por um lado, essa variedade de percepções é pertinente pela busca por novas perspectivas de ação educacional e científica. Por outro lado, essa variedade trouxe desvantagem no

sentido de estabelecer efetivo modismo no trato teórico-prático do cotidiano educacional, especialmente com o termo interdisciplinaridade que virou ponto chave do senso comum na academia e atividades profissionais para justificar qualquer tipo de relação, sem a necessidade de um aprofundamento mais amplo.

O uso do termo interdisciplinaridade traz à baila a reflexão entre aquilo que é discursivo e aquilo que é prático. Não deveria ser a díade discurso-prática uma realidade idêntica ou pelo menos aproximada? Ao que parece, o uso do conceito de interdisciplinaridade se estabeleceu no contexto educacional muito mais para justificar uma hierarquia institucional do que prover novas perspectivas práticas e metodológicas de educação.

É comum no cotidiano educacional, a interdisciplinaridade ser utilizada como instrumento natural de aproximação disciplinar em detrimento de uma construção social focalizada em princípios coordenados e dialogados, além de ser gestada considerando suas heurísticas, perspectivas e dificuldades de realização. Fazenda (1994, p. 28-29) traz algumas questões preliminares para o debate quando afirma que:

Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; a interdisciplinaridade nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; interdisciplinaridade é a arte do tecido que nunca deixa ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem trançado e flexível. A interdisciplinaridade se

desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

Quando se fala na interdisciplinaridade como categoria de ação é que seu advento não está referido à constituição de um novo campo do conhecimento, mas em um conjunto de estudos e concepções pragmáticas que permita compreensões histórico-epistemológicas e didático-pedagógicas entre disciplinas.

A interdisciplinaridade é um processo investigativo de aproximação disciplinar que valoriza a intercomunicação entre disciplinas (JAPIASSÚ, 1976), o intercâmbio mútuo e a integração recíproca entre disciplinas (PIAGET, 1971) e a integração interna que rompe estruturas de uma disciplina firmando novos axiomas (PALMADE, 1979).

A interdisciplinaridade surge como categoria de ação porque está pautada na perspectiva de identificar deficiências disciplinares, avaliar fundamentos disciplinares e promover possibilidades de integração disciplinares, implicando afirmar que toda e qualquer atividade interdisciplinar é concebida a partir das realidades objetivas das disciplinas e não simplesmente como atribuição afirmativa dogmática a priori, principalmente em meio a visões positivistas como, por exemplo, determinada ciência é **interdisciplinar porque** é perceptível suas relações com outra(s) ciência(s).

É pertinente destacar algumas etapas da percepção pluri/multi/inter/transdisciplinar: é dialógica na medida em que situa a articulação e conexão entre as disciplinas e transformam fragmentos disciplinares em práticas interdisciplinares, visto que determinados problemas ou

objetos não são contemplados apenas por uma resposta de uma só área, mas envolvem o conjunto de contribuições das disciplinas que se relacionam para responder uma pergunta/questão central (HABERMAS, 1987); é intuicionista no sentido de constituir um exercício de conhecimento de duvidar, questionar e perguntar; é sociointeracionista na medida em que é construída no âmbito de relações horizontais que negam, diferenciam e afirmam relações e integrações mútuas entre disciplinas; é perceptiva na medida em que as duas condições anteriores são desenvolvidas, permitindo constatações sobre a fundamentação dialógica e integrada entre as disciplinas ou, em outras palavras, permite a afirmação de juízos de valor justificados social e pluralmente diante do domínio de determinadas comunidades acadêmico-científicas e profissionais.

A percepção interdisciplinar, ao se dar dentro das próprias condições axiomáticas das disciplinas, sugere um conjunto de pressupostos que a justifiquem no âmbito da realidade científico-social das disciplinas, já que por ponderar a pluri/multi, inter e transdisciplinaridade como conquista social, é salutar a indicação de elementos que justifiquem essas conquistas, a saber:

- a) epistemológico – alusivo aos diversos tipos de representações e soluções que a ciência pode produzir, considerando a transversalidade dos conhecimentos desenvolvidos entre disciplinas em comum a partir de integrações temáticas e práticas de reciprocidade científica;
- b) filosófico – sustenta a concepção do objeto/fenômeno

a ser estudado como uma construção amalgamada de disciplinas, atuando como uma diretriz sobre questões relevantes, tais como: o reconhecimento de que o conhecimento é um campo que merece abertura para o diálogo e disposição de diversos autores e disciplinas (constitui o caráter dialógico da concepção pluri/multi e interdisciplinar; qual objeto a ser estudado; como será estudado; quais as contribuições de cada disciplina; quais relações entre as disciplinas que possibilitam modificações entre si e concomitantemente contribuindo para uma nova representação da realidade;

- c) ético – referente a um construto social e normativo de recomendações sobre as maneiras como os sujeitos das comunidades desenvolvem os princípios morais e humanos para o desenvolvimento das ações entre as disciplinas atentando para o benefício coletivo das ações;
- d) alteritário – é relativo à maneira dos sujeitos de uma disciplina pensarem na outra de forma recíproca, de modo que é no olhar para a outra disciplina, sem a intencionalidade de exploração, mas de congregação de valores coletivos que a atividade disciplinar se desenvolve;
- e) temporal – as ações entre disciplinas não devem ser consideradas como atividades definitivas e naturalmente afirmadas, pois as transformações sociais definem maneiras de como as disciplinas podem se integrar. Mesmo que determinadas

disciplinas se concretizam como interdisciplinares, os motivos e as formas de integração disciplinar podem mudar no transcurso histórico;

- f) espacial – evidentemente que as ações disciplinares nem sempre se dão em um contexto generalista das disciplinas em caráter local, regional, nacional, continental e/ou global, mas podem ocorrer conforme necessidades contextuais de pesquisadores de determinadas disciplinas. Em verdade, talvez, a condição espacial seja a mais concreta em termos de afirmação disciplinar, haja vista que focaliza interesses específicos de disciplinas e pesquisadores;
- g) político-institucional – demanda a conexão entre todos os outros pontos na elaboração de um conjunto de ações que norteariam as práticas pluri/multi/inter/transdisciplinares, compreendendo essas ações como um programa de diretrizes que agregam os fazeres das disciplinas, promovendo a ideia central de que as práticas das derivações disciplinares se dão no processo de construção histórico-pragmática entre os representantes de cada disciplina.

É preciso observar que centramos a análise não no termo interdisciplinaridade em si, mas nas diversas possibilidades de ações disciplinares com o intuito de mostrar que uma integração disciplinar se dá para além do termo interdisciplinaridade e se aplica nas diversas derivações da pluri/multi, inter e transdisciplinaridade que compõem conceitos distintos e complementares entre si. Por isso, é salutar o esclarecimento sobre os significados das derivações

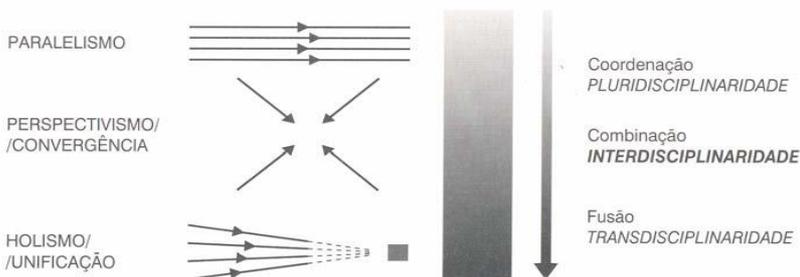
do termo disciplina para compreender o caráter plural e simultaneamente interligado. O pensamento de Pombo (2008, p. 3) é bastante promissor para elucidar de forma continuada a perspectiva triádica da inter, pluri/multi e trans disciplinaridade quando afirma que:

A ideia é a de que as tais três palavras, todas da mesma família, devem ser pensadas num continuum que vai da coordenação à combinação e desta à fusão. Se juntarmos a esta continuidade de forma um crescendo de intensidade, teremos qualquer coisa deste género: do paralelismo pluridisciplinar ao perspectivismo e convergência interdisciplinar e, desta, ao holismo e unificação transdisciplinar. Se esta proposta tivesse aceitação entre a comunidade daqueles que pensam estas questões, teríamos aqui uma forma simples de nos entendermos. Quando estivéssemos a falar de pluridisciplinaridade ou de multidisciplinaridade, estaríamos a pensar naquele primeiro nível que implica pôr em paralelo, estabelecer algum mínimo de coordenação. A interdisciplinaridade, pelo seu lado, já exigiria uma convergência de pontos de vista. Quanto à transdisciplinaridade, ela remeteria para qualquer coisa da ordem da fusão unificadora, solução final que, conforme as circunstâncias concretas e o campo específico de aplicação, pode ser desejável ou não.

A elucidação proposta indica que pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade conotam relações de complementaridade e de amplitude. Complementaridade porque o entendimento de um conceito leva à compreensão do outro. Amplitude porque os sufixos da disciplinaridade

“pluri, inter e trans” se estabelecem, nessa ordem, como conceitos de grandeza teórico-epistemológica e, principalmente, ação/aplicação social. O continuum disciplinar não significa necessariamente linearidade, mas uma construção que considera as sincronias e diacronias entre as disciplinas, considerando que há um continuum intensificador que se inicia na pluri/multidisciplinaridade favorecendo uma crescente integradora interdisciplinar e, por fim, uma prática consolidadora de fusão transdisciplinar, conforme expressa a figura que segue:

Figura 1: Proposta de definição de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade



Fonte: Pombo (2008).

Vale destacar que o *continuum* disciplinar apresentado pela autora será condição *sine qua non* para a compreensão sobre as perspectivas de práticas interdisciplinares da informação entre os campos do conhecimento, especialmente no sentido de alinhar as dinâmicas das relações entre os processos pluri/multi (coordenação), inter (combinação) e transdisciplinar (fusão).

2.4.2 Do ontológico ao gnosiológico-epistemológico: *perspectivismos pluri/multi, inter e transdisciplinares*

da informação na Ciência da Informação

O *continuum* disciplinar de Pombo (2008), além das discussões sobre os conceitos de disciplinaridade e suas derivações é essencial para o entendimento acerca da fundamentação disciplinar da informação. É muito comum ver estudos sobre a natureza interdisciplinar da CI que culminam por caracterizar a informação naturalmente como fenômeno interdisciplinar em face da relação objeto-campo do conhecimento (PALMER; NEUMANN, 2002; PINHEIRO, 2004; PREBOR, 2010; CHERRY et al., 2011; BICALHO; OLIVEIRA, 2011; CHANG; HUANG, 2012).

Evidentemente que o grande objeto que possibilita uma construção pluri/multi/inter/transdisciplinar da Ciência da Informação é a informação que pode definida como:

- a) das condições semântico-discursivas, meta-informacionais e infra estrutural. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000);
- b) conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2002);
- c) a informação materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos. (FROHMANN, 2008);

- d) a informação como fenômeno alteritário de negação (no contexto da unilateralidade e/ou arbitrariedade transferencial), da diferença (na perspectiva da reciprocidade) e da afirmação (na concepção da transação e da partilha). (SILVA; GOMES, 2013).

As percepções conceituais apresentadas denotam que a informação no campo da Ciência da Informação pensa as práticas pluri/multi/inter/transdisciplinares como fenômenos histórico-sociais produzidos através das relações entre os sujeitos, atribuindo múltiplas possibilidades de relações entre os campos do conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Tecnológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas, entre outras.

É salutar rejeitar a ideia de que a informação é um fenômeno interdisciplinar por natureza ou que possui natureza interdisciplinar entre os campos do conhecimento. A inversão desses fatores altera o resultado na medida em que quando afirmamos que a informação é interdisciplinar por natureza, emitimos um juízo a priori que pré-determina o valor natural da informação e quando afirmamos a natureza interdisciplinar da informação, não estamos buscando a partir da objetividade social pensar e construir pressupostos que caracterizem os fundamentos interdisciplinares da informação e sim buscando prever o que seria a interdisciplinaridade (a natureza interdisciplinar da informação), ou seja, atentamos apenas para o fator intuitivo relegando a um plano inferior o pressuposto sociointeracionista e perceptivo que caracterizamos no presente estudo.

Embora seja diferente afirmar que a informação é interdisciplinar por natureza e considerar a natureza interdisciplinar da informação, consideramos que as duas formas estão equivocadas por tratarem a informação como axioma carente de fundamentação social e com configuração antidialógica. É preciso verificar as possibilidades recíprocas de interação para configuração da informação como fenômeno interdisciplinar que se situa para além de uma natureza interdisciplinar da informação.

Destarte, desconsiderando a natureza interdisciplinar da informação, poderíamos pensar que possui um princípio pluridisciplinar no sentido de que está ligada paralelamente ao olhar de várias ciências, sem relações diretas ainda estabelecidas. Porém, esse princípio não deve ser gestado como natureza social, mas em diálogo com o pensamento de Pombo (2008) paralelismo disciplinar.

Para tanto, a informação como fenômeno pluridisciplinar reside precisamente na identificação das ciências e dos pesquisadores que em um determinado contexto especial e temporal estudam questões relativas à informação (fundamentos teóricos-epistemológicos, aplicações técnicas e humanas...) constatando o paralelismo pluridisciplinar ou uma potencialidade interdisciplinar.

Por isso, a informação tem seu princípio disciplinar concebido na concepção pluridisciplinar. De outro modo, a informação como fenômeno pluridisciplinar é pensada como “pressuposto quantitativo” das ciências, uma vez que se configura na identificação das ciências e pesquisadores que estudam informação e quais tipos de questões estudam sobre

informação. Por exemplo, Ciência da Informação, Filosofia, Comunicação, Computação, Física, Biologia, Estatística, Matemática podem estudar o conceito de informação sob determinado viés, mas importa na pluridisciplinaridade identificar o que está sendo estudado e as potenciais relações que podem ser estabelecidas entre essas disciplinas. Daí o motivo pelo qual utilizar o termo “pressuposto quantitativo”.

Na pluridisciplinaridade da informação, pode ocorrer uma espécie de unilateralismo disciplinar “[...] quando uma disciplina se ocupa de outra(s) sem promover um diálogo que prime pela reciprocidade” (SILVA, 2013, p. 87), ou seja, quando se apropria de conteúdos relativos à informação de outras áreas sem diálogos diretos e promoções de retorno, favorecendo a importação simples e direta de conteúdos (SILVA; RIBEIRO, 2011) sem uma percepção mais crítica e ampla.

Já a informação como fenômeno interdisciplinar se apresenta como complemento e afunilamento da pluridisciplinaridade, pois o que está em jogo são interações e contribuições recíprocas entre as disciplinas constituindo suas condições em comum relativas aos estudos sobre informação. A informação no âmbito da interdisciplinaridade designa “pressuposto qualitativo” ou espécie de coordenação entre disciplinas (não necessariamente convergências), já que as relações são prementes e buscam potencializar o aprimoramento da ideia de informação entre si. Por exemplo, como Ciência da Informação e Filosofia; Ciência da Informação e Comunicação; Ciência da Informação e Ciência da Computação (CC); Filosofia e CC; Filosofia e Física estudam

informação e como as disciplinas podem interagir e contribuir reciprocamente para um amadurecimento epistemológico.

A informação como fenômeno transdisciplinar conquista um *status* ainda mais amplo, visto que reside na unificação ou fusão disciplinar entre as disciplinas que investigam informação. A transdisciplinaridade da informação é o resultado aprimorado das várias percepções e práticas pluridisciplinares e interdisciplinares permitindo designar um “pressuposto holístico”.

Essa unificação ocorre quando, por exemplo, Ciência da Informação e Comunicação abarcam um conjunto de disciplinas em comum que estudam as condições sociais e tecnológicas da informação, a saber, teorias da informação, tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, a realidade transdisciplinar é esporádica e ocorre com mais frequência em contextos espaço-temporais muito específicos das disciplinas.

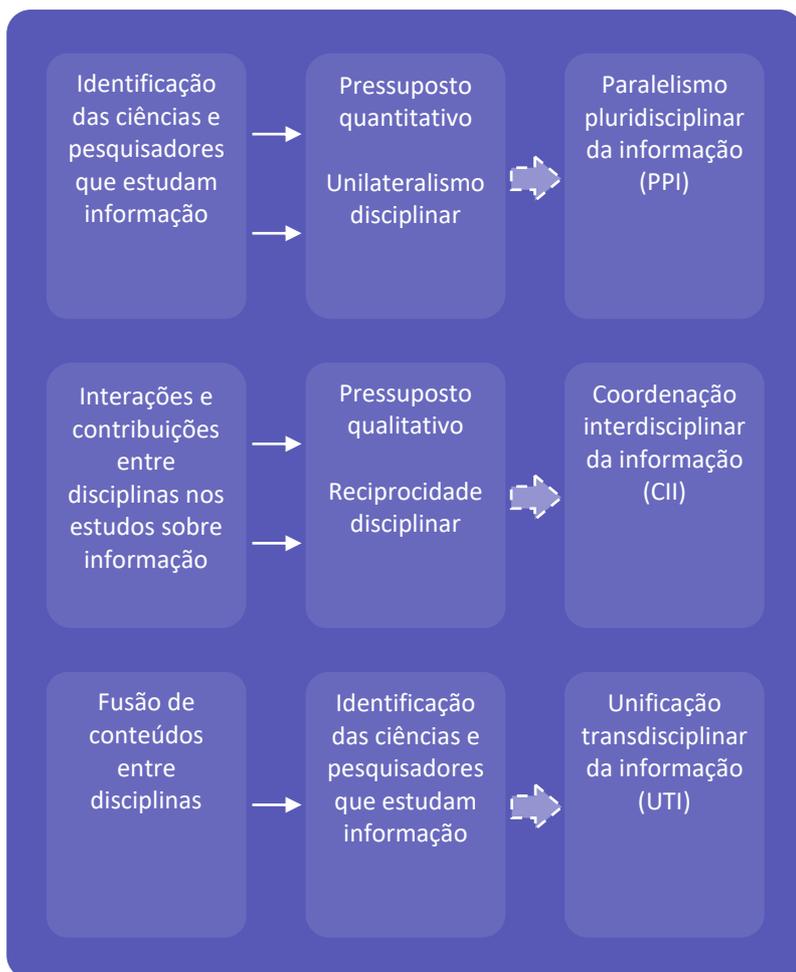
Um dos únicos casos em que o conceito de informação é estudado transdisciplinarmente de forma clara e direta é na CI e suas disciplinas (Biblioteconomia e Arquivologia). Não é a esmo ponderar a relação disciplinar entre a CI e disciplinas como referência para os estudos em informação que pode ser dialogado e estabelecido como referência para outros campos e pesquisadores que pretendem estudar informação.

É pertinente afirmar que a realidade disciplinar da informação (e também pode assim dizer das ciências, principalmente a CI), se estabelece de forma particular como fenômeno dialético da passagem da quantidade

(pluridisciplinaridade) para a qualidade (interdisciplinaridade), sendo que pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade estão em constante tensão e nesse processo pode surgir um fenômeno de unificação transdisciplinar.

A figura que segue representa a realidade disciplinar da informação:

Figura 2: Configuração disciplinar da informação



Fonte: Elaborado pelo autor com base na concepção de Pombo (2008).

O *continuum* disciplinar da informação é referente às perspectivas de ação das e entre disciplinas considerando o caráter de produção cultural e institucionalização cultural das ciências (LENOIR, 2004) sobre informação em três momentos: o primeiro trata da definição da ciência como polos plurais de estudos que devem ser respeitados e estão paralelamente em

construção; o segundo, de cunho complementar ao primeiro, é relativo às relações e o simultâneo reconhecimento da autonomia dos campos científicos significando que mesmo nos processos de reciprocidade disciplinar as ciências devem incorporar axiomas, mas sem esquecer de sua autonomia peculiar; e o terceiro indica a unificação de conteúdos e ações disciplinares entre os campos científicos que preconizam a formação de novas disciplinas independentes ou mesmo dentro de disciplinas consideradas mais densas ou campos do conhecimento.

Em suma, o *continuum* disciplinar informacional revela que a informação não deve ser caracterizada inexoravelmente como interdisciplinar, dado que, do contrário, representaria um conjunto de justificações de práticas científicas baseadas em modismos e afirmações do senso comum, bem como indica que o desenvolvimento da disciplinaridade da informação reside em seu viés pragmático que relacional e conflituosamente vai ganhando novas dissoluções científicas.

O quadro que segue representa possíveis ênfases perceptivas de carácter pluri/multi/inter/transdisciplinar da informação na Ciência da Informação, observando aspectos temáticos na relação com outros campos do conhecimento:

Quadro 3: Percepções pluri/multi/inter/transdisciplinar da informação na Ciência da Informação

Áreas	Subáreas no âmbito da informação
Biblioteconomia	Representação da informação; Sistemas de recuperação da informação; estudo de usuários (incluindo desejos / demandas / necessidades e uso de informação); processamento automático da linguagem; gestão da informação; tecnologias da informação; processos de informação; bibliotecas tradicionais e digitais/virtuais; informação e memória.
Arquivologia	Representação documentária; gestão documental/gestão eletrônica de documentos; tecnologias da informação; arquivos tradicionais e digitais/virtuais; documento e memória.
Museologia	Representação de artefatos; estudos de público; gestão e tecnologias da informação; museus tradicionais, digitais/virtuais; documentos/artefatos como fonte de preservação da memória.
Ciência da Computação	Representação da informação; Sistemas de recuperação da informação; Inteligência Artificial e Tecnologias da informação e comunicação
Ciência Cognitiva (ênfase em	Psicologia - Estudo de usuários (desejos/demandas/necessidades e usos da informação no âmbito dos sujeitos da

Psicologia e Linguística)	informação).
	Linguística – análise documentária; representação e recuperação da informação; informação e linguagem.
Comunicação	Tecnologias da informação e comunicação e Comunicação da informação científica e tecnológica; fundamentos teóricos da informação e da comunicação; informação e comunicação.
Filosofia Sociologia História	Filosofia (Filosofia da informação, epistemologia e representação da informação; Sociologia (fundamentos sociais, a sociedade da informação, sociologia da ciência, sociologia do conhecimento, Comunicação da informação científica e tecnológica e Estudos métricos da informação); História (estudos sobre arquivo, museu e preservação da memória).
Administração e Economia	Administração - Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Inteligência Competitiva; Planejamento e administração de unidades de informação; Tecnologias de Informação e Comunicação e Economia da informação; Métodos quantitativos.
	Economia – Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Inteligência Competitiva; Economia da informação e Avaliação de custo/benefício.

<p>Ciências da Saúde</p>	<p>Relação entre informação e saúde no âmbito dos estudos sobre serviços, necessidades e satisfação dos usuários; nomenclaturas para caracterizar o indivíduo utilizador de serviços; estudos sobre metrias de informação (bibliometria, cienciometria, informetria e webometria) aplicados à produção na área da Saúde; competência em informação na área de Saúde; políticas de informação científica e tecnológica no âmbito da Saúde.</p>
<p>Outros campos das Ciências Exatas como a Física e a Estatística</p>	<p>Física – Informação no contexto da transmissão de sinais; conceitos gerais de tempo e espaço no âmbito da informação.</p> <p>Estatística – desenvolvimento dos estudos métricos da informação e métodos quantitativos em geral.</p>
<p>Outros campos das Ciências Humanas como o Direito</p>	<p>Informação e democracia. Direito à informação. Informação jurídica. Ambientes de informação jurídicos.</p>

Fonte: Adaptado de Silva (2013).

O quadro exposto, evidencia que a informação na Ciência da Informação pode ser estudada e relacionada em diversos campos do conhecimento sob uma ótica peculiar, considerando que a relação entre os campos do conhecimento, demandam necessariamente, a constituição das relações entre essas peculiaridades.

É possível observar, sobre a informação no campo da Ciência da Informação, perspectivas de práticas multi/pluri,

inter e transdisciplinares com todas as áreas do conhecimento elencadas no quadro 1, embora, seja comum observar que no contexto majoritário dos casos, a informação na Ciência da Informação exerce uma atividade pluri/multidisciplinar, afirmando um pressuposto quantitativo-unilateralista efetivando um paralelismo pluridisciplinar da informação (PPI).

No entanto, é com a Biblioteconomia que existe a possibilidade do entendimento transdisciplinar na medida em que as disciplinas se apropriam mutuamente de conhecimentos, gerando novas dimensões disciplinares, atribuindo, via pressuposto holístico, uma unificação transdisciplinar da informação (UTI).

Essa possibilidade transdisciplinar decorre de um conjunto de fundamentos histórico-epistemológicos de cunho curricular, ensino, pesquisa e no fazer político-científico de ambas as áreas que denotam uma intercorrência unificadora ou como diria *Heckhausen* (1972) uma interdisciplinaridade unificadora que procede de uma coerência estreita dos domínios do estudo das disciplinas que resulta de uma aproximação dos níveis de integração teórica e dos métodos correspondentes.

Desse modo, é pertinente pensar em um perspectivismo pluri/multi/inter/transdisciplinar da informação na Ciência da Informação a partir de dois fundamentos: **perspectivismo ontológico** (NIETZSCHE, 1998; 2008) que, de maneira aplicativa, representa a vivacidade dos sujeitos que compõem a CI e suas dinâmicas de ação com outros pesquisadores dentro do próprio campo e entre outras

áreas do conhecimento e um **perspectivismo gnosiológico/epistemológico** (NIETZSCHE, 2001a; 2001b; 2006) que representa o conhecimento produzido pelos pesquisadores da Ciência da Informação em parceria com conhecimentos e/ou com pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

No que se refere à informação na Ciência da Informação, o perspectivismo ontológico está situado aos seguintes aspectos, a saber:

- a) modos como os professores/pesquisadores interagem com pesquisadores de outros campos do conhecimento – parcerias efetivadas com pesquisadores de outras áreas do conhecimento por meio de ensino, pesquisa, eventos no campo informacional. Por exemplo: parceria com pesquisadores da computação para tratar de construção de softwares; parcerias com pesquisadores para tratar da gestão em ambientes de informação; parcerias com pesquisadores da Filosofia para tratar dos fundamentos filosóficos da informação; e, por fim, parcerias com mais campos do conhecimento para tratar de temas transversais como, por exemplo, os significados da informação na contemporaneidade, congregando pesquisadores da Ciência da Informação, Computação, Filosofia, Linguística etc.;
- b) modos como os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação interagem com outros Programas de Pós-Graduação – envolve a dinâmica de atuação através das linhas de pesquisa, projetos de

atuação dos docentes, eventos etc, constituindo como se alinham a realidade de pesquisadores de Programas de outras áreas do conhecimento formando núcleos estratégicos de pesquisa, ensino e educação continuada de forma geral em informação. Por exemplo: Ciência da Informação e Comunicação; Ciência da Informação e Computação; Ciência da Informação e Administração;

- c) modos como as associações científicas da Ciência da Informação interagem com outras associações científicas – envolve as parcerias com associações científicas de outros campos do conhecimento, visando conceber os alinhamentos político-científicos de cada área do conhecimento e as contribuições mútuas passíveis de desenvolvimento do campo científico. Por exemplo, parcerias entre associação científica da Ciência da Informação, com associações da Comunicação, Filosofia, História, Sociologia Administração, Computação e outras áreas para tratar de temas em comum no âmbito da informação;
- d) modos como os professores/pesquisadores, associações e a comunidade científica de forma geral interagem para construção do ensino, pesquisa e práticas curriculares – está relacionado à realização de eventos e atividades acadêmicas entre um conjunto de pesquisadores e áreas diversas do conhecimento a fim de refletir sobre os rumos das teorias-práticas informacionais, instituindo o que pode ser denominado de “percepções transversais sobre

informação”.

O perspectivismo ontológico promove vida às áreas do conhecimento e, em especial, ao desenvolvimento das práticas científicas sobre informação, contemplando as múltiplas visões em comum entre as áreas do conhecimento. É este perspectivismo ontológico que confirma a ideia da pluri/multi/inter/transdisciplinaridade ser instituída através da prática histórico-científica entre sujeitos representantes entre diferentes campos do conhecimento na produção de concepções em comum.

Já o perspectivismo gnosiológico-epistemológico é relativo à diversidade da produção de conhecimentos entre pesquisadores da Ciência da Informação e de outros campos, de acordo com o que foi indicado no quadro 1 (subáreas no âmbito da informação) em que a informação é visualizada na relação entre a Ciência da Informação e outros campos do conhecimento a partir de aspectos temáticos, como, por exemplo, Ciência da Informação e Psicologia (estudo de usuários, desejos/demandas/necessidades e usos da informação no âmbito dos sujeitos da informação).

O perspectivismo gnosiológico-epistemológico envolve desde a produção de textos de opinião, artigos científicos para eventos e periódicos, livros, capítulos de livros, comunicações científicas, palestras/conferências, cursos/oficinas, manuais, guias, cartilhas, além de projetos de pesquisa e projetos operacionais que institucionalizam à produção do conhecimento formal em comum entre diferentes campos do conhecimento no âmbito da informação.

Isto quer dizer que os perspectivismos ontológico e gnosiológico-epistemológico estão intrinsecamente concatenados, sendo o primeiro compreendido como uma diretriz existencial e estratégica para a prática pluri/multi/inter/transdisciplinar, enquanto o segundo é o resultado concreto dessa diretriz existencial e estratégica, concebendo uma ideia de interdependência ou complementaridade direta de cunho pluri/multi/inter/transdisciplinar.

A informação possui perspectivas diversificadas de estudos nos campos do conhecimento. Na Ciência da Informação, a informação possui uma densa carga de produção de conhecimentos que são estudados à luz de questões apropriadas de outras áreas e das teorias/questões da própria CI. É na dimensão pluri/multi/inter/transdisciplinar que a informação é compreendida como fenômeno plural e passível de uma multiplicidade de encontros entre as áreas do conhecimento.

Como a informação é vista como fenômeno plural no encontro entre as áreas do conhecimento, apresentando nas condições da pluri/multi/inter/transdisciplinaridade um dos principais fundamentos dessa pluralidade, é pertinente observar que a percepção de que a informação na Ciência da Informação possui uma natureza interdisciplinar se constitui num axioma metafísico, tanto pelo olhar enviesado da informação, quanto pelo olhar naturalizado das práticas pluri/multi/inter/transdisciplinares.

A compreensão histórica, epistemológica e filosófica do conceito de informação, na Ciência da Informação,

empreende a produção de uma concepção de pluri/multi/intertransdisciplinaridade dinâmica que não deve ser naturalizada, pois é produzida a partir de relações sociais do cotidiano científico que se dão em ambientes locais em diálogo com uma realidade global. Logo, não é uma condição metafísica natural e universal do fenômeno informacional.

Para tanto, a superação desse fenômeno de natureza interdisciplinar da informação na Ciência da Informação, pode ser superada a partir da noção do perspectivismo, em especial, de cunho ontológico e gnosiológico-epistemológico que mobilizam os sujeitos representantes das áreas do conhecimento a um esforço de mutualidade sociocognitiva na institucionalização e produção de novos conhecimentos em comum.

A informação na Ciência da Informação revela que o caráter perspectivista ontológico precisa ser empreendido com mais ênfase a partir de dois fatores: a apropriação crítica de conhecimentos da CI e o retorno para o campo do conhecimento que o conhecimento foi apropriado de forma crítico-criativa.

Já a informação na Ciência da Informação sob o ponto de vista gnosiológico-epistemológico denota o conjunto de produções desenvolvidas a partir do perspectivismo ontológico, formalizando uma relação de causalidade (a produção de conteúdos sobre informação precisa de sujeitos humanos e institucionais para ser dinamizada), consequencialidade (os resultados da produção desses sujeitos revelam o nível de interdisciplinaridade entre os campos do conhecimento sobre informação) e

complementaridade (uma concepção perspectivista não vive sem a dimensão contextualizadora da outra), visto que ambas as visões perspectivistas superam o caráter metafísico, objetivista e relativista da informação, pois buscam nas práticas locais, a concepção do todo para galvanizar a realidade pluri/multi/inter/transdisciplinar da informação.

Portanto, a informação na Ciência da Informação desponta com grandes perspectivas interdisciplinares, conforme delineia múltiplas percepções disciplinares apresentadas, promovendo variadas possibilidades de relações sociais, institucionais e político-científicas entre as comunidades científicas (incluindo a atuação dos órgãos de classe como associações e sociedades científicas).

2.5 Informação e ética

Os estudos sobre ética se configuram, nos diversos contextos históricos, como grandes desafios de problematização, reflexão, compreensão e solução de problemas para filósofos, cientistas, profissionais e sujeitos em geral, tanto em níveis locais, quanto em níveis globais. A chamada Filosofia da Informação tem situado os espaços de estudos sobre informação e ética no âmbito da chamada virada informacional na Filosofia, em permanente diálogo transversal com a Ciência da Informação, Computação, Sociologia, Ciência Cognitiva, Comunicação e Linguística.

Na contemporaneidade, alguns estudos ganharam grande ênfase como ética profissional, ética no âmbito dos princípios tecnológicos, ética na ciência (e na pesquisa), ética nos campos/disciplinas do conhecimento, ética em sistemas

culturais, éticas e sistemas humanos e a contextualização entre ética e informação.

A ética (pluri)contextualista está situada entre o universalismo e o relativo, possuindo a pretensão de reconhecer a força da realidade objetiva em detrimento de princípios formais para constituição da ética informacional, além de situar a concepção ontológica e pragmática da ética informacional no âmbito das interações e forças entre sujeitos atestando os seguintes pontos de análise que a envolvem: pluralidade, diversidade, hibridismo, zonalidade (física e virtual/ conforto e conflito) e preconceito (negação da ética pluricontextualista da informação).

2.5.1 Percepções sobre ética da informação

A configuração relacional entre informação e ética ganhou força no século XX, pois as sociedades mais desenvolvidas têm na informação um dos seus principais primados político-econômicos, culturais, educacionais, ambientais, científico-tecnológicos e na formulação de políticas de atuação em geral, instanciando a percepção de que a informação auxilia na mobilidade das forças que regem a sociedade e das interações entre os sujeitos.

Contudo, é preciso considerar que os estudos sobre ética informacional não se situam apenas como setor de pesquisa reprodutiva dos modelos tradicionais da ética, mas buscam novas alternativas metodológicas, epistemológicas e normativas de pensar a aplicação da ética informacional através de estudiosos espalhados pelo mundo. Dentre os estudiosos sobre ética informacional destacam-se Floridi

(1999, 2005, 2008, 2009), Capurro (2005, 2006, 2008, 2009, 2010), Ess (2008), Brey (2007) e Himma (2008).

A necessidade de pensar novas alternativas de estudos em ética informacional em detrimento das correntes clássicas, tais como o deontologismo e o utilitarismo se referem à incapacidade do primeiro em investigar as questões de cunho virtual como crimes cibernéticos (FLORIDI, 1999), tais como pedofilia, preconceitos de raça, gênero, religião, territorialidade, brigas virtuais entre torcedores de futebol (e esportes em geral) etc. e a limitação do segundo ao considerar que os utilitaristas concebem as tecnologias digitais como neutras, sendo possível delimitar seus aspectos de bondade ou maldade apenas pelo resultado (QUILICI-GONZÁLEZ et al., 2010, p. 17).

Contudo, a ética informacional ainda busca espaços para se consolidar entre as comunidades discursivas do meio acadêmico-científico. Destacam-se para breve reflexão os estudos de Floridi (2008; 2009) relativo à ética ontocêntrica e Capurro (2006; 2008; 2009; 2010) no que tange à ética intercultural da informação para compreensão da ética informacional. Quanto ao conceito de ética informacional Floridi (2008, p.12) afirma que:

A EI [Ética Informacional] é uma ética ecológica que substitui o *biocentrismo* pelo *ontocentrismo*. A EI sugere que há alguma coisa mais elementar que a vida, chamada *ser* – isto é, a existência e o florescimento de todas as entidades e seus meios globais – e alguma coisa mais fundamental que o sofrimento, chamada *entropia*. Esta última não se refere ao conceito

dos físicos da entropia termodinâmica. Entropia aqui se refere a qualquer tipo de destruição e corrupção de objetos informacionais [...] isso é, qualquer forma de empobrecimento do *ser*.

A ética informacional floridiana não está fincada na ideia de vida, mas na ideia de ser. Por isso, destaca a formação da ética ontocêntrica que se constitui da existência e desenvolvimento informacional do ser atrelado aos aspectos humanos e não-humanos que compõem o *ethos* valorativo dos sujeitos. A ética ontocêntrica possui característica universal na medida em que os sujeitos dispõem de meios globais físicos e virtuais que norteiam suas condutas.

A ética informacional floridiana designa, por um lado, o estudo científico moderno da ética atrelada à informação (que os filósofos clássicos não o fizeram) e, por outro lado o comportamento moral dos sujeitos no que se refere ao uso e apropriação da informação em diversos espaços físicos e principalmente virtuais compreendendo como as tecnologias de informação afetam os sujeitos em suas práticas morais. As influências das tecnologias de informação para formação da consciência e da moral dos sujeitos estabelecem um olhar ontocêntrico entre ser e ente, ao mesmo tempo em que valoriza a produção da ética global da informação (macroética).

Para tanto, a constituição da ética informacional como macroética demanda “[...] analisar informacionalmente todas as entidades envolvidas (incluindo o agente moral A) e suas alterações, ações e interações, ao tratá-las, não como

separadas, mas como parte de um meio informacional, ou infosfera, à qual elas pertencem enquanto sistemas informacionais em si mesmos.” (FLORIDI, 2008, p. 10).

Neste caso, a ética informacional produz uma característica essencial de verificar como a informação ajuda na produção de sentidos e comportamentos morais dos sujeitos, assim como é preciso considerar a associação direta entre sujeitos (ser) e ente (meios tecnológicos) como fenômenos de ação, interação e alterações sócio cognitivas, sendo esta associação pressuposto vital para pensar como a informação (através de seus meios tecnológicos digitais) interfere na ação moral dos sujeitos da informação.

Assim, a ética informacional em Floridi tem seu limite na infosfera que trata do universo e de tudo que nele existe consubstanciando a lógica compreensiva da moral dos sujeitos, pois a percepção ética ontocêntrica não admite a separação entre ser e meio, já que o universo é constituído de sistemas humanos e não humanos que interagem diretamente entre si e produzem valores morais.

A ética ontocêntrica de Floridi se configura na superação de pressupostos ético-metafísicos e apresenta grandes perspectivas de cunho pragmático para compreender as relações entre informação e ética. O caráter ontológico-pragmático da ética informacional floridiana se justifica no dizer de Floridi (2009, p. 229) de que “[...] não é a declaração dos direitos humanos [...]” compreendendo que os aspectos ontológicos da ética informacional floridiana estão mais preocupados na compreensão moral das interações entre sujeitos e estruturas diversas do universo (principalmente

tecnologias digitais que indicam a fenomenalização global das relações humanas) do que o estabelecimento de uma concepção normativa de ética informacional.

É interessante considerar a ética informacional em Floridi como a “ética do mundo exterior”, pois concebe um arrazoado crítico de como se dão as interações entre sujeito e universo e como essas interações contribuem para o desenvolvimento das ações morais dos sujeitos. A informação e seus diversos objetos informacionais passam a exercer papel central de mediação das interações na medida em que possuem valor moral, se situam como espaço de comunicação e produção do conhecimento e interferem na vida social dos sujeitos, atestando que os objetos informacionais significam “[...] uma estrutura de dados apropriados que constituem sua identidade e um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio.” (FLORIDI, 2008, p. 10-11).

Não é por acaso que quando Floridi lança o termo “entropia”, busca mostrar como sujeito e meio estão diretamente associados e não reconhecer as dinâmicas dos objetos informacionais seria empobrecer o sujeito da informação em sua dinâmica cognitiva, interacional, acional, contextual e, por fim, moral. No entanto, é preciso considerar que a ética informacional ontocêntrica, embora se apresente como ética global e mostre múltiplas nuances morais e informacionais dos sujeitos, precisa incluir aspectos políticos e interculturais sob pena de restringir os aspectos interacionais entre sujeitos a meras acepções lineares e hierárquicas (verticais), bem como não reconhecer que a

associação entre ser e universo demanda observar a informação como fenômeno baseado em decisões políticas, construções culturais e fundamentação de valores humanos individuais e/ou coletivos em que as tecnologias, como suportes informacionais, reproduzem esses valores político-culturais.

Neste sentido, Capurro adentra com a concepção da ética intercultural da informação no sentido de compreender como as dinâmicas interacionais entre sujeitos (e mais amplamente entre culturas humanas) instituem a fundamentação de comportamentos morais, em especial, no âmbito das tecnologias digitais. Capurro (2010, p.13) afirma que:

A EII surge no momento em que o questionamento teórico da moral se torna cada vez mais urgente dado o profundo impacto prático das TIC na sociedade. Os conflitos que antes se davam a nível local, se transformam agora rapidamente em conflitos globais e vice-versa. A ética é um sintoma de que normas e hierarquias de valores que se davam por encerrado, entram em crise.

A ética informacional surge em um momento que a problematização central gira em torno da globalização informacional em que sujeitos distantes no espaço territorial físico podem estabelecer contato simultâneo, concebendo influências culturais diretas entre si. Todavia, a ideia de globalidade não implica no abandono da particularidade informacional, mas as análises morais giram em torno das influências interculturais de cunho global nas ações locais de produção informacional e como as produções locais de

informação podem afetar contextos globais.

Podemos afirmar que a ética informacional é essencialmente tecnológica quando produz meios de interação entre sujeitos em tempos e espaços diversificados; é ontológica quando focaliza as multiplicidades interacionais dos sujeitos; é intercultural quando favorece as interações e imposições culturais entre grupos de sujeitos mesclando aspectos culturais, reconstruindo culturas informacionais e globalizando algumas culturas em detrimento de outras culturas locais, definindo novos aspectos identitários dos processos de produção da informação.

É precisamente no aspecto intercultural que Capurro delinea sua ética informacional focalizando a intersecção entre os princípios globais e as particularidades locais ou, em outras palavras, do conflito entre o universalismo e o objetivismo/relativismo. As múltiplas dimensões da ética informacional podem ser visualizadas pela articulação de seu objeto de estudo.

Em verdade, a ética informacional possui a generalidade de constituir múltiplos objetos de investigação acompanhando as dinâmicas das tecnologias digitais, agregando assuntos, tais como: privacidade, propriedade intelectual, acesso livre ao conhecimento, o direito de expressão em redes digitais, censura digital, identidade digital, definições de gênero, comunidades digitais, plágios digitais, controle social digital (CAPURRO, 2010; HIMMA; TAVANI, 2008). Observamos que a mudança de objeto da ética tradicional para a ética informacional de cunho intercultural reside em três aspectos fundamentais:

- a) o primeiro representa uma virada informacional pragmática e procedimental no âmbito dos suportes de informação, particularmente, no que se refere à mudança de concentração de estudos para os meios de desenvolvimento digital em diversas esferas (redes digitais, comunidades digitais, censura digital, identidade digital, acesso livre ao conhecimento etc.), pois permite a multiplicidade das interações espaço-temporais;
- b) o segundo, de cunho mais amplo, é mais abstrativo, no entanto, extremamente significativo no que se refere às mudanças culturais que o mundo passa em meio às relações interculturais promovendo a configuração de novos valores informacionais relativos a ansiedade, emoção, publicidade instantânea e aleatória de conteúdos, necessidade do sujeito se expressar publicamente sem um contato físico direto com outros sujeitos, necessidade de ter as ideias compartilhadas, comprovando que a identidade digital pressupõe a concretização da identidade social;
- c) o terceiro é uma condensação dos dois primeiros no sentido de que a ética informacional intercultural implica que o outro é requisito *sine qua non* para compreensão do desenvolvimento digital e, por conseguinte, para firmar os estudos em ética informacional ou como afirma Capurro (2010, p.25) “[...] universalidade e singularidade se condicionam mutuamente, posto que o outro é sempre um outro concreto, histórico, situado com toda sua bagagem

cultural e seus diversos afetos fundamentais.”

Ao tratar do desenvolvimento das tecnologias digitais e dos fenômenos de comunicação digital, Capurro não formula uma ética global da informação de cunho intercultural que trate ou resolva todos os busílis morais dos sujeitos. Ao contrário, se Capurro polariza a ética informacional entre o universalismo e o relativismo, possibilita afirmar que vive-se no espectro da ontologia digital que possui a perspectiva de interpretar a relação e diferenças entre ser e não um reducionismo metafísico que indica que os entes são bits e só é possível interpretá-los como tal deliberando, por sua vez, um reducionismo epistemológico (CAPURRO, 2006).

Ademais, a fundamentação ético-informacional situada na preservação relacional entre universalismo e relativismo implica que o desafio ético das tecnologias de informação é precisamente se concretizar no âmbito da interculturalidade. Para tanto, Capurro (2009) pensa duas éticas informacionais: a ética da informação digital e a ética da informação afirmando que ambas são passíveis de análises críticas interculturais. Em sentido amplo, a ética da informação digital vê todos os entes como digitalizáveis, enquanto a ética da informação é restrita ao contexto da comunicação digital.

Podemos observar que os dois tipos de ética informacional propostos por Capurro se complementam na medida em que o primeiro analisa o suporte informacional como estrutura de apoio à produção da informação, enquanto o segundo delinea a interação propriamente dita

entre os sujeitos da informação em nível digital. Estes dois tipos de ética permitem, de modo articulado, pensar os estudos sobre suportes informacionais digitais e práticas sociodigitais em caráter simultâneo como, por exemplo, comunidades digitais e acesso livre ao conhecimento, que só podem ser compreendidos no âmbito dos suportes digitais (ética da informação digital) e a comunicação digital (ética informacional).

2.5.2 Da ética (pluri)contextualista à ética alteritária da informação: princípios e fundamentos

Após a breve reflexão sobre as éticas informacionais em Floridi e Capurro, que contribuem de modo significativo para abordagem sobre fenômenos éticos da realidade social/digital, propomos duas acepções de ética informacional com fundamentação interdependente: a primeira é a ética informacional (pluri)contextualista e a segunda é a ética informacional alteritária.

A ética informacional (pluri)contextualista define o reconhecimento de análise das situações diversas na produção informacional. O termo (pluri) que prefixa a ética informacional contextualista denota que o contexto só é plenamente compreensível quando se considerada variedades de situações cotidianas que envolvem a produção informacional. Abib (2008, p. 421) destaca que:

Como ética contextualista defende a compreensão da questão ética como o estudo de situações. Com a defesa de que não é possível aplicar *automaticamente* regras morais previamente estabelecidas para julgar, por exemplo, casos de aborto e eutanásia, uma ética

contextualista argumenta que a avaliação de uma questão ética particular deve ser feita da perspectiva da história e da situação dos atores morais envolvidos. Argumenta ainda que o conhecimento ético adquirido com o exame de situações não é *automaticamente* aplicável a novas situações, mesmo que as analogias sejam sugestivas, porquanto o conhecimento aprofundado e detalhado de cada caso pode afetar significativamente as regras gerais previamente estabelecidas. Uma ética contextualista opõe-se à ética formalista, a teoria de que a moral deve valer-se de princípios abstratos e gerais, aplicáveis a qualquer caso. Uma ética contextualista é avessa a formalismos, abstrações e generalizações que simplifiquem o juízo circunstanciado e concreto das questões éticas.

A ética informacional (pluri)contextualista apresenta várias características de nível ético-fundamental e o segundo de cunho pragmático quando se refere à aplicação da ética informacional (pluri)contextual aos assuntos pertinentes da ética informacional, principalmente no contexto digital. O primeiro tipo de característica indica que a ética informacional (pluri)contextualista é identificada a partir dos seguintes aspectos que são similares em escala de relevância e apresentam interdependência lógica:

- a) não é uma ética normativa no que tange à determinação de regras morais, mas se define como ética de apropriação informacional situada nos contextos da realidade objetiva;
- b) por conseguinte, a ética informacional

(pluri)contextualista é pautada pela ideia de que toda informação está potencialmente vinculada ao cotidiano e a partir do uso de objetos informacionais é possível se apropriar da realidade cotidiana;

- c) é uma ética que parte dos contextos gerais/globais para os particulares/locais, visando a partir de uma compreensão mais ampla da realidade objetiva produzir contextos de ação informacional específicos, com vistas à satisfação de necessidades;
- d) é uma ética pragmática na medida em que alia a compreensão das causas de força e interação entre os sujeitos para produção da informação com as consequências da informação produzida;
- e) a ética informacional (pluri)contextualista é dual quando pensa as relações entre causas e consequências das situações envolvidas nos processos de produção da informação; esta ética informacional é antiutilitarista quando não considera apenas que a ponderação entre bom e mas na produção informacional está condicionada apenas aos resultados, pois os contextos causais também são importantes para revelar o sentido informacional;
- f) esta ética também não pode ser considerada neutra, pois a ética em si revela tendências a partir de aspectos diversos como intencionalidades e forças de dominação entre os sujeitos;
- g) verifica que a informação, quando pensada a partir de polêmicas gerais como, por exemplo, crimes

ciberespaciais ou produzida em um contexto específico de interação digital, não pode deixar de levar em consideração os aspectos históricos dos sujeitos, pois desconsiderá-los seria reduzir a inteligência, o conhecimento produzido pelos sujeitos e reduzir a informação a mera substância de conveniência.

A ética informacional (pluri)contextual está segmentada na dinamização da comunicação digital no âmbito das comunidades digitais buscando compreender quais as causas e consequências das relações entre os sujeitos identificando que “[...] é pertinente estudar os propósitos para os quais as pessoas se ocupam usando um grupo como uma fonte de informação e analisar que problemas este uso resolve, que tipo de informação ele provê e quais qualidades do grupo são encontradas e que fazem diferença na vida das pessoas.” (WIDÉN-WULFF et al., 2008, p. 352).

Além dessas características gerais, a ética informacional (pluri)contextual tem suas bases epistêmicas concebidas em cinco fatores que merecem um olhar mais cauto: pluralidade, diversidade, hibridismo, preconceito e zonalidade e o preconceito (este com análise mais particularizada).

A pluralidade entendida como “[...] a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.” (ARENDR, 2009, p.16). A pluralidade evoca simultaneamente a percepção de sermos uma unidade (no sentido de seres

humanos) com características diferentes (biológicas, linguísticas, morais etc.). Na concepção da ética informacional (pluri)contextual tem-se que toda informação parte da pluralidade humana em que os processos informacionais por envolverem aparatos humanos e não-humanos (objetos informacionais) se dá no reconhecimento de semelhanças e diferenças dos sujeitos humanos e não-humanos. A pluralidade na perspectiva ético-informacional implica o reconhecimento de um todo geral (a totalidade dos contextos informacionais nem sempre atingidos pelos sujeitos) e particular (a extração dos contextos que mais interessam aos sujeitos para produção da informação).

O conceito de pluralidade evoca inexoravelmente o conceito de diversidade, pois em toda pluralidade informacional há acepções de diversidade que implica a identificação de grupos majoritários ou minoritários, relações de inclusão e diferenças em situações específicas.

Isto posto, é possível compreender que a diversidade pode ser definida como um *mix* de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social. Nestes sistemas coexistem grupos de maioria e de minoria. Os grupos de maioria são os grupos cujos membros historicamente obtiveram vantagens em termos de recursos econômicos e de poder em relação aos outros (FLEURY, 2000, p.20).

Neste conceito, a ética informacional (pluri)contextualista tem o sentido de força de dominação e interação quando o controle dos objetos informacionais e as relações de poder tornam algum grupo de sujeitos mais

referenciáveis na informação produzida. Em outras palavras, a informação produzida pelos sujeitos que dominam os objetos informacionais e determinam tipos de relações entre sujeitos são as informações consideradas mais pertinentes na situação concreta envolvida.

Outro conceito é que a diversidade “[...] inclui todos, não é algo que seja definido por raça, gênero ou personalidade. Inclui estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, tempo de serviço na organização, *status* de privilégio ou de não-privilégio e administração ou não-administração” (THOMAS JR., 1991, p.10). No âmbito da ética informacional (pluri)contextualista este conceito de diversidade se configura na incidência crítica de que todos os sujeitos humanos e não-humanos (objetos informacionais) possuem alguma significação nos processos de interação. Desconsiderar questões como cultura, origem geográfica, repertório linguístico, personalidade etc. é reduzir os contextos em que a informação é produzida e considerar apenas aqueles que são convenientes. A ética informacional (pluri)contextualista é inclusiva na diversidade, pois, mesmo na divergência, reitera a existência e significação de sujeitos e objetos informacionais valorizando a interculturalidade entre os sujeitos da informação.

Um terceiro conceito de diversidade ganha conotação sintética dos dois primeiros que “[...] significa as grandes diferenças humanas básicas em uma determinada situação. A diversidade no ambiente de trabalho” (CHIAVENATO, 2005, p.164). Este conceito é o mais simplório dos três ao mesmo que é o mais pragmático. Na ética informacional

(pluri)contextualista quando um sujeito interage com objetos informacionais ou quando sujeitos interagem entre si, com vistas à consagração de determinadas finalidades é pertinente a repercussão e contextualização das diferenças, pois estas é que deixam clara a realidade cultural em que os sujeitos estão envolvidos (quando interagem entre si ou quando interagem com objetos informacionais) permitindo a conotação pragmática da interculturalidade.

Já o conceito de hibridismo é resultado das convenções pragmáticas da pluralidade e diversidade. O hibridismo trata da prática da interculturalidade entre sujeitos apresentando como ponto negativo a “[...] perda de tradições regionais e raízes locais” (BURKE, 2003a, p.18) e como positivo apresenta a capacidade de inovar a partir das interações culturais contribuindo para novas construções de conhecimento em nível planetário.

O hibridismo como fenômeno ético-informacional (pluri)contextualista se apresenta de forma ambígua e escorregadia no sentido de que pode significar a constituição de novos meios, em especial, no âmbito das relações digitais e interculturais entre sujeitos ampliando os processos de comunicação digital, mas também, pode significar a monopolização cultural na medida em que determina como informação necessária aquela ditada pelo poder dominante na macro política-econômica global. O hibridismo pode tornar a ética (pluri)contextual como aparato estereotipado em que as relações são vistas de forma generalizada. Por exemplo, nas relações entre sujeitos nos mais diversos devires (culturais, científicos, tecnológicos etc.) de um país

considerado desenvolvido e de um país considerado subdesenvolvido costuma prevalecer a informação daqueles sujeitos situados no primeiro país dado sua imposição cultural de cunho mais globalizante.

Todavia, essa prevalência não é natural na medida em que há uma aceitação passiva dos sujeitos de países subdesenvolvidos ou pode ocorrer através de certa resistência, sendo que, para além dos interesses individuais dos sujeitos, há um conjunto de interesses coletivos em países subdesenvolvidos, propagado pela mídia, instituições públicas e privadas que propagam as informações do país desenvolvido promovendo aceitação em massa e/ou inibindo o processo de criatividade/inação no processo de comunicação digital e formando uma identidade digital híbrida.

Por outro lado, o hibridismo influi na formação de uma ética informacional (pluri) contextualista mais ampla redimensionando as formas de produzir conhecimento e inovar no espírito da construção da informação através da inserção de novas tecnologias para nações desprovidas de objetos informacionais sofisticados. É neste aspecto que há aceitação coletiva das práticas político-econômicas que se instituem de “cima para baixo”, mas socializam novas dimensões interculturais ampliando as possibilidades de analisar situações e reconhecer contextos de produção informacional.

No que tange à zonalidade é um ponto elementar de territorialização em que a ética informação (pluri)contextual está inserida. A zonalidade é a identificação dos lugares,

espaços, pluralidades, diversidades e fundamentos histórico-culturais em que os sujeitos (ou grupos de sujeitos) se expressam e se relacionam. Vale ressaltar que esta zonalidade possui um aspecto universal na medida em que valoriza necessidades globais ou que determinados sujeitos (ou grupos de sujeitos) expressam um valor em dimensão planetária que são distribuídas zonalmente e afetam outros (grupos) de sujeitos em zonas diversas do globo terrestre, assim como tem um aspecto relativista na dinâmica do que os sujeitos se apropriam de zonas emissoras de informação e interferem nessas emissões visando aprimorar a informação produzida.

Assim, a zonalidade atua como elemento ético-informacional (pluri)contextualista pautado em necessidades/demandas gerais ou específicas, conforme a disposição dos sujeitos que produzem/controlam informação e objetos informacionais para interação. Ressaltando que podemos identificar os seguintes tipos de zonalidade como expressão (pluri)contextual da ética informacional:

- a) zonalidade física – convencionalmente se estabelece em procedimentos de interação através de contatos presenciais em que os sujeitos concebem suas dinâmicas morais de reprodução de sentidos. A zonalidade física pode ser informal (quando se trata de diálogos entre sujeitos físicos) e formal (quando trata de diálogos institucionais). A zonalidade formal convencionalmente é mais densa e costuma afetar uma diversidade de sujeitos físicos, pois delimita procedimentos de como se deve produzir e utilizar

objetos informacionais;

- b) zonalidade virtual – esta se estabelece em dimensão muito mais ampla e envolve interações das mais diversas entre sujeitos no âmbito de comunidades digitais, interação em redes sociais e, principalmente, relações interculturais que caracterizam a formação de um hibridismo informacional. A ética informacional é contextual porque os sujeitos têm a capacidade mais efetiva (e até improvisada) de escolher como, onde e quando expressar seus anseios e ideias. A zonalidade virtual é eticamente contextualista em virtude de ser livre e espontânea (o que não significa ser livre de critérios) porque o que a relação exige não poderá ser programado de antemão e também não é abstrato, mas parte de realidades concretas insistindo que o próprio contexto é eticamente significativo (MAY, 2008, p.67);
- c) zonalidade de conforto – reside na capacidade dos sujeitos em evitar interações em diversos ambientes sociais por acreditar ser a interação supérflua ou pelo fato de já sentir determinadas satisfações individuais relegando a um plano inferior às necessidades de outros sujeitos. A zonalidade de conforto significa uma preocupação com o “eu” em detrimento da preocupação com o “outro”;
- d) zonalidade de conflito – relativo à permanente interação entre sujeitos de culturas, ideologias e fundamentos linguísticos diferentes tentando se afirmar e produzir informação de acordo com o

contexto (apreensão da realidade e concatenação com necessidades sociais) ou intenção (tentativa de prever o que é melhor para si mesmo ou melhor e pior para outro sujeito, conforme suas percepções de mundo. Esta zonalidade é premente em face de que todo sujeito, ao interagir, está potencialmente vinculado à formação de conflitos, sendo que a informação pode ser produzida de forma mais concreta a partir da formação de conflitos, pois é neste momento em que há exposições, análises, descobertas e tomadas de decisão que valorizam um sujeito ou um conjunto de sujeitos, conforme o que for apropriado do conflito.

Os dois primeiros tipos de zonalidade são de cunho espacial e expressam que a ética informacional é deliberada por aqueles que estão localizados em pontos mais estratégicos e possuem os objetos informacionais e poderes mais incisivos para influenciar informacionalmente sociedades em nível global. Os dois últimos tipos de zonalidade podem ser consideradas de espírito, mas não no sentido metafísico e sim de mentalidade ideológica em que os sujeitos têm suas informações previamente constituídas e definem os contextos nos quais querem ou não interagir.

A zonalidade é antiética quando um grupo de sujeitos tem a contribuir com outros, mas se nega por questões de conveniência/dominação ou quando um grupo de sujeitos não respeita a privacidade informacional de outros sujeitos buscando, por exemplo, “furtar” dados de contas/senhas em ambientes digitais.

Entender os contextos ético-informacionais

relacionados à privacidade e à comunicação digital em geral residem na resposta a seguinte pergunta formulada por Quilici-González et al. (2010, p. 9) “[...] quais são as consequências da disseminação dos sensores, câmeras, entre outras ferramentas tecnológicas generalizadas na percepção e ação humana?”

Os contextos da ética informacional no espectro digital buscam a partir do conhecimento das causas (desenvolvimento tecnológico digital em massa e a expansão das relações interculturais) para compreensão das consequências (quais os impactos, perspectivas e limitações da ampla socialização dos objetos informacionais).

No tocante ao preconceito é o ponto mais tenso que provém comumente das vivências com a pluralidade, diversidade e hibridismo expressando a ética informacional (pluri)contextualista na expressão histórica de valores e ideologias dos sujeitos. É tenso porque os sujeitos atribuem contextos e intenções pré-determinados rejeitando outras posições que não sejam condizentes com as suas.

O preconceito pode ser definido como “[...] uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra os indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade” (JAHODA; ACKERMAN, 1969, p. 27). O preconceito do ponto de vista ético-informacional tem o seu pior contexto vinculado à ideia de negação do outro. Para afirmar a rejeição, os sujeitos utilizam de estratégias hostis contra o outro a fim de que a ideia de informação seja consagrada apenas em sua percepção ou simplesmente que o

outro não possa interagir e conceber o que entende como aspecto informacional. O preconceito é, por assim dizer, a negação da ética informacional quando trata a informação como propriedade particular ou o uso dos objetos informacionais como exclusivo e passível de ser verdadeiro apenas no contexto individual ou no contexto de grupos pertencentes.

O preconceito como negação da ética informacional ocorre quando do uso de objetos informacionais como redes sociais discriminando o que é considerado popular e elitista. Por exemplo, o Orkut se estabeleceu reconhecidamente a partir de 2004 até mais ou menos 2009 como rede mais popular do mundo em virtude da quantidade e diversidade/pluralidade de sujeitos. Nos últimos anos, este posto foi sendo assumido pelo facebook. No entanto, um grupo de sujeitos, no ano de 2009, resolveu criar uma rede social chamada Elysiant, uma rede social considerada como “o Orkut da elite global”.

Tal rede foi lançada em Hong Kong operando em rede com as cidades de São Paulo, Dubai e Curaçao (e sendo expandida para cidades como Beirute, Abu Dhabi e Miami) agrupando quando do seu lançamento, aproximadamente 15 mil usuários considerados figuras ilustres e ricas da sociedade global. A rede é patrocinada por empresas como Ferrari, Diesel, Prada, visando agregar novos usuários considerados ricos e propagar uma rede de minorias comumente relacionadas ao meio empresarial (COLAVITTI, 2009).

Vale ressaltar que o preconceito como negação da ética informacional não reside na criação de redes específicas

em si, mas no menosprezo de grupos elitistas com a maioria da sociedade global, considerada não-elitista, no sentido de que os contextos apresentados pelos grupos elitistas relegam a um plano inferior a preocupação com outros segmentos sociais.

Entretanto, o preconceito como negação da ética informacional não está focado em regras ou normas previamente estabelecidas, mas "[...] surge no processo de socialização, como resposta aos conflitos gerados neste processo" (CROCHIK, 1995, p. 15). O preconceito, neste caso, é um fenômeno desenvolvido através de ideologias específicas que não respeitam qualquer possibilidade de um outro diferente, inibindo a amplitude da interação como construto de diversidade produtiva da informação e dando vazão a forças de imposição, coagindo o pensamento de que a informação é pré-determinada e não se dá a partir de contextos concretos, mas sim de meras abstrações, regras e valores morais pré-estabelecidos por grupos específicos.

O preconceito é antiético quando rejeita o outro expressamente. A informação passa a ser uma regra formalista e não uma construção de sentidos contextualizada na diversidade, pluralidade e hibridação, reduzindo a ideia de zonalidade ético-informacional aos aspectos de interesse específicos. O preconceito nega a ética informacional contextualista por querer tratá-la como deontologia clássica de cartilha primando por arbitrariedades, hierarquias, punições e outros feitos que valorizam a coerção moral em detrimento da socialização moral. A ética informacional (pluri)contextualista leva à produção da ética alteritária que

conforme Vicente Miranda (1992, p.332):

[...] somente uma compreensão dinâmica da pessoa como agente e sujeito moral permite superar uma cosmovisão moral fixada durante muito tempo no conceito de 'natureza', que necessariamente desembocava num modelo moral deontológico, no qual a adequação à lei passava a ser o único critério de valor. Incluir a categoria de pessoa significa adotar o modelo de responsabilidade relacional. Considerar a pessoa como sujeito moral ressalta que as ações são consideradas não só nem diretamente em relação à norma exterior, mas em relação à pessoa a qual está na base de todo comportamento ético.

A relação entre a ética informacional (pluri)contextualista e a ética informacional alteritária reside na necessidade de reconhecimento do outro nos processos de interação, mesmo que posteriormente haja certa divergência. Sem a ideia de relação entre eu e outro, a ética informacional alteritária é inviabilizada, pois seria pensada apenas no plano individual e toda concepção ética deve ser pensada no âmbito das relações sociais, sendo “o outro” sujeito moral que nos dá condição de sentir perspectivas de associação, pertencimento ou divergência.

A ética informacional alteritária não se dá apenas na relação entre o eu e o outro, mas na responsabilidade que o eu exerce de apoiar o outro primando por princípios éticos (antecessores à ontologia), haja vista que o reconhecimento da alteridade ocorre no âmbito da “[...] própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da de-posição do eu soberano na consciência de

si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem.” (LÉVINAS, 1988, p. 93).

Mesmo em processos de divergência e conflito, a ética informacional alteritária está alicerçada na preocupação coletiva, embora esta preocupação não seja necessariamente focalizada na percepção excludente da satisfação do outro em detrimento da satisfação do eu, mas sim de uma satisfação mútua. A ética da informação alteritária pode ser pensada no âmbito da comunicação digital a partir dos seguintes fatores:

- a) pensar o livre acesso ao conhecimento como política necessária em nível global respeitando as interculturalidades e promovendo espaços de expressão científica no cotidiano acadêmico e social;
- b) compreender que as comunidades digitais devem ser vistas como espaços de interação e construção e não de isolamento e conformação;
- c) a identidade digital é no âmbito das relações sociais, logo, é também uma identidade social;
- d) mesmo de caráter público, o ciberespaço também demanda privacidade dos sujeitos deliberando, por um lado, precaução de um sujeito que está em situação de perigo no processo de uso dos objetos informacionais e cautela daquele que pretende cometer um ato prejudicial ao comportamento coletivo (por exemplo, atos de racismo, pedofilia ou uso indevido de dados de outro sujeito);
- e) o ambiente virtual, embora de grande publicidade,

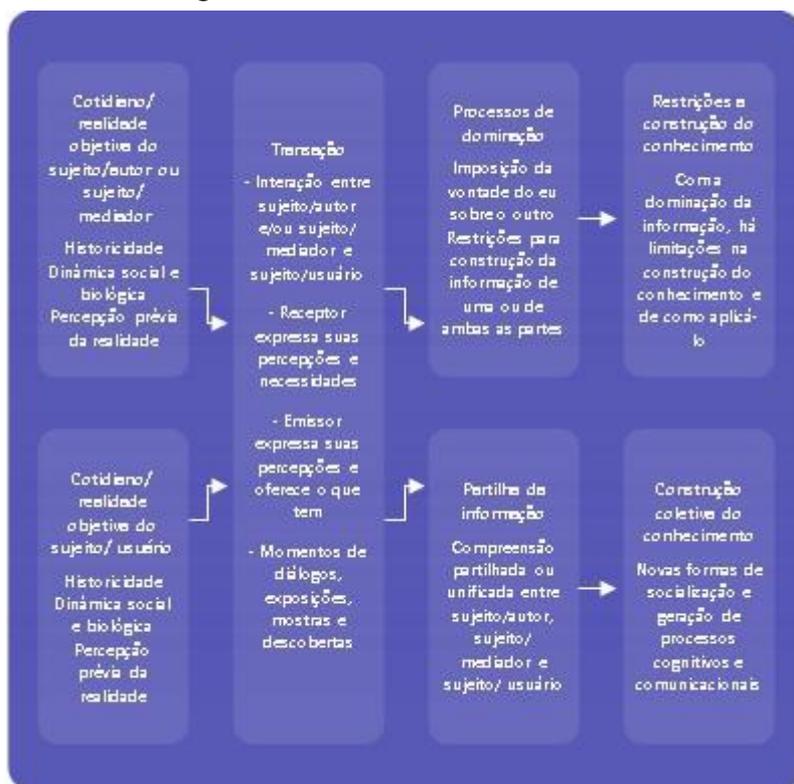
necessita do reconhecimento das ações dos sujeitos autores que se posicionam como criativos e dos reprodutores (aqueles que se apropriam das criações). No entanto, é preciso diferenciar reprodução informacional de plágio informacional (digital), pois este segundo fere fundamentos éticos alteritários, pois neste caso, não se configura sequer como rejeição ou ira ao outro, mas apropriação indevida;

- f) é preciso que o ambiente virtual seja contemplado como espaço de expressão social. No entanto, é preciso que o sujeito tenha cuidado em compartilhar deliberadamente qualquer tipo de mensagem sem uma preocupação com o pensamento do outro, em especial, quando se trata de temas polêmicos como machismo, racismo, pedofilia, entre outros;
- g) o próprio termo “direito de expressão digital” implica em uma possibilidade de uso de objetos informacionais, mas considerando a expectativa do outro. A liberdade de expressão digital deve ponderar sobre questões ofensivas ao outro, especialmente quando se trata de ofensas culturais ou religiosas (a ética informacional alteritária demanda uma prática intercultural de respeito às diferenças);
- h) assegurar a salvaguarda por meio de processos de preservação e conservação, além do estímulo à transmissão o direito à memória entre gerações em vários níveis: físico/digital e científico/profissional/institucional. Não há fenômeno mais ético-alteritário do que preservar a informação

no contexto histórico exercendo preocupação latente com futuros sujeitos. Esta ação evita o apagamento da informação e da memória, bem como auxilia em processos de conduta e tomadas de decisão dos sujeitos tornando a informação um fenômeno concreto de aplicação que se transforma no tempo e no espaço, conforme as dinâmicas dos sujeitos da informação.

A ética informacional alteritária como fundamento (pluri)contextual pode ocorrer de forma sintética da seguinte maneira, conforme revela a figura que segue:

Figura 3: Ética informacional alteritária



Fonte: Adaptado de Silva e Gomes (2013).

Há dois pontos fundamentais de convergência entre ambas: não estão focalizadas na elaboração prévia de normas que delimitem o que o sujeito da informação deve fazer (ética formal) e sim a partir da realidade concreta observar condições construtivas de ação informacional pautada no reconhecimento da diversidade, pluralidade e coletividade, bem como atentam para o sujeito da informação (não simplesmente um ser, mas um ser passível de atuação moral) interligado direta ou indiretamente a objetos informacionais e/ou a outros sujeitos com expectativas, emoções e valores a

serem concretizadas no processo de interação.

A ética da informação se constitui como um dos grandes desafios e legados de pesquisa e elucidação da realidade socio-informacional que inclui o diálogo entre Filosofia, Ciência da Informação, Computação, Comunicação e outros campos do conhecimento. A ética da informação em Floridi e Capurro mostra como aspectos universais e interculturais da informação ora se conflitam, ora se complementam ou exigem explicações imediatas ou a médio/longo prazo dos busílis informacionais, especialmente no que tange às perspectivas políticas, econômicas, culturais e tecnológicas para construção da informação.

A ética pluricontextualista da informação busca a compreensão das diversas formas de produção da informação em ambientes físicos e principalmente digitais incluindo as forças e as interações entre os sujeitos para construção da informação. As ideias de pluralidade, diversidade, hibridismo e zonalidade se constituem como elementos que ajudam a compreender como os sujeitos buscam produzir informações contemplando aspectos éticos.

No entanto, o preconceito é visto como principal aparato antiético que desvaloriza a constituição da ética pluricontextualista, visto que, por um lado, não observa elementos de pluralidade, diversidade, hibridismo e/ou zonalidade dos sujeitos da informação (outro) e, por outro lado, rejeita ou menospreza uma relação horizontal com os sujeitos da informação.

Em síntese, sem dimensionar os elementos da ética

pluricontextualista, não é possível repensar a ética informacional no âmbito de uma prática alteritária, já que esta pode ocorrer tanto na imposição da vontade do eu sobre o outro, promovendo restrições para construção da informação de uma ou de ambas as partes quanto na busca pela partilha de informação através de um conjunto de forças e interações que preconizam novas formas de socialização e geração de processos de comunicação.

3 FUNDAMENTOS HUMANOS DA INFORMAÇÃO

Seguindo com o nosso itinerário lógico, é preciso destacar que historicamente a informação e o conhecimento são fenômenos estratégicos para o desenvolvimento de diversas práticas da humanidade. Podemos ousar ainda mais e dizer que, na contemporaneidade, a informação deixou de ser insumo de apoio para ser o próprio legado histórico das práticas humanas e sociais.

Essa relevância da informação remete ao conjunto de significados nos mais diversos setores do cotidiano humano como na educação formal, no mercado de trabalho/práticas profissionais, nas relações sociais, no campo da saúde, nas ações jurídicas, etc. que exigem um conjunto de práticas mediacionais, gerenciais e tecnológicas que amparem as questões conceituais e operacionais da informação.

É precisamente a partir de princípios que a informação se constitui como fundamento humano justificando conceber um itinerário lógico que se origine a partir da realidade epistemológica, fornecendo elementos para pensar um humanismo informacional aplicável às questões técnico-pragmáticas (processuais, gerenciais, tecnológicas, linguísticas no contexto dos ambientes de informação).

Os fundamentos humanos são divididos nos seguintes aspectos: informação e sociedade (que inclui também informação e cultura; informação e política-economia; e informação e educação); informação e ideologia; e

informação e memória.

3.1 Informação e sociedade

Nos fundamentos humanos da informação, temos a prerrogativa de repensar como se dão as questões epistemológicas da informação e como contribuem para construção do humanismo informacional e de uma operacionalidade informacional. Para tanto, a relação entre informação e sociedade é ponto chave para a concepção do humanismo informacional considerando as perspectivas de fundamentação da informação social como substantivo formativo do protagonismo social.

O discurso e a prática da informação social buscam precisamente superar essa concepção de interesse pragmático predominantemente mercadológico e industrial da informação tecnológica em que a organização é vista do ponto central para focalizar centralmente os sujeitos da informação, conforme suas necessidades sociais (na informação tecnológica a realidade é concebida “de cima para baixo” ou dos interesses econômicos da indústria para o consumo desenfreado dos sujeitos, enquanto na informação social a realidade é concebida “de baixo para cima” ou dos interesses coletivos dos sujeitos em confronto com os interesses elitizados das organizações).⁹

⁹ É nesse sentido que o conceito de tecnologia é limitado, quando está mais preocupado em produzir produtos/ferramentas e serviços/ambientes físicos e digitais que visem estritamente o lucro. Neste caso, a informação tecnológica também é limitada a metodologias de organização e disseminação sistemática de dados e conteúdos que servem de apoio aos interesses da organização, já que a

Quando vislumbramos a ideia de informação e sociedade não nos referimos a uma informação semanticamente singular (no sentido pragmático de produção, uso, compreensão e apropriação humana) e muito menos a uma sociedade singular no sentido global (consideramos a totalidade dinâmica dos sujeitos, grupos e movimentos sociais diversos que possuem necessidades e satisfações diversas). Estamos nos referindo à noção de que a informação é construída a partir dos conflitos entre os sujeitos e grupos sociais e marcada pelas relações de poder (entendido como sinônimo de possibilidade, vontade, disputa e determinação arbitrária de valores entre sujeitos ou grupos sociais).

Diante da diversidade de conceitos relativos à sociedade, é preciso destacar que o objetivo não é compreender a relação entre os conceitos da Idade Moderna que unificam sociedade e Estado como a organização do Estado civil em que a conotação originária do medo recíproco indica que o estado dos homens fora da sociedade civil é um simples estado de guerra (HOBBS, 1992); a ideia de civilidade ou civilização em Locke (BOBBIO, 2000) em que se estabeleceu como “[...] um projeto encarregado de resolver o problema permanente de liberar, diluir e sublimar a violência; a incivilidade era o inimigo permanente da sociedade civil” (KEANE 2001, p. 138) e que foi temática central nos séculos XVIII e XIX; e as condições de bondade de justiça (ROUSSEAU,

prerrogativa do desenvolvimento técnico-científico e social é relegada a um plano inferior interferindo arbitrariamente, por conseguinte, os processos de mediação, acesso, uso e apropriação da informação. O caso das pesquisas da indústria farmacêutica comprova o argumento.

2007) e conceitos que segregam Estado e sociedade como postulado por Hegel, pois, embora o estado subsidie perspectivas formais da sociedade, esta é anterior ao Estado.

Nossa percepção está mais voltada para os conflitos conceituais de sociedade entre o norte (países considerados desenvolvidos) e o sul (países considerados subdesenvolvidos) que centralizam a ideia de sociedade no primeiro (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013)¹⁰ permitindo afirmar que a ideia de sociedade que pensamos é constituinte das percepções contemporâneas surgidas na América-Latina que invocam uma luta contra as teorias metrocêtricas (CONNELL, 2012), já que o protagonismo social da informação só pode ser ratificado no âmbito da autonomia dos sujeitos em detrimento da dominação. O objetivo não é julgar um conceito ideal, mas observar como a ideia de informação pode promover perspectivas para o protagonismo social de maneira genérica.

Historicamente, as concepções de informação social estão situadas na dinâmica dos países considerados desenvolvidos (norte) que determinam e transferem informação para os países mais carentes mediante suas conveniências políticas e culturais (visão anglo-saxônica ou eurocêntrica).

¹⁰ É preciso atentar para a delimitação sociológica e não geográfica de sociedade, de sorte que as próprias autoras destacam que “a divisão entre o Sul e o Norte Global é aqui utilizada como metáfora sociológica e não geográfica para os países considerados não desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento” (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013, p. 184).

O conjunto de teorias que enfatizam a percepção eurocêntrica de sociedade como hegemonia (GRAMSCI, 1978), comunicação/teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 1989; 2003), além de outras visões como a tocqueveliana (virtude cívica); neotocqueveliana (capital social); neoliberal (filantropia); a comunitarista (comunidade); neodurkheiana (solidariedade); a cosmopolita (paz). (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013) mostram que a informação na sociedade tem sido amplamente determinada a partir do contextualismo do sujeito (favorece *ad arbitrium* a ideologia do grupo que produz a informação).

Podemos destacar que a informação social comumente é perceptível a partir de algumas das teorias apresentadas a partir das seguintes configurações:

- a) hegemonia – pensa as contradições sociais dos sujeitos nos processos de produção da informação considerando as variedades de tempo (quando se dá o acesso à informação) e espaço (em quais condições e ambientes físicos e digitais é possível conceber acesso à informação) deliberadas por um grupo que determina e outro que aceita/rejeita;
- b) agir comunicativo – pressupõe modelos de entendimento mútuo para os sujeitos da informação “[...] entrelaçado com um sistema de perspectivas de mundo” (HABERMAS, 1989, p. 166) e a formação de uma ordem social a partir de consensos entre os sujeitos da informação não excluindo conflitos e dissensos (HABERMAS, 2003), mas primando pelas possibilidades de acordos que permitam a ampliação

das perspectivas de acesso e uso da informação;

- c) filantropia – se estabelece a partir do discurso neoliberal público ou privado da ação social de caridade em que sujeitos e comunidades, carentes do acesso à informação, recebem serviços de outras pessoas e instituições para suprir temporariamente algumas carências (a filantropia também pode ser considerada como ação de solidariedade). A ação filantrópica apresenta a estratégia das organizações como empresas, indústrias e bancos (por meio de fundações e associações), além de instituições religiosas e organizações não-governamentais podem “suprir necessidades básicas de acesso à informação”, como acesso às tecnologias digitais, alfabetização de crianças, jovens e adultos, incentivo à leitura, entre outros. O grande problema da filantropia é que se estabelece através de ações assistenciais que não buscam a resolução de problemas, mas apenas uma estabilização ou conforto temporário que resignam as massas.

A informação social é construída a partir dos vieses de dominação em que se observa o que o Estado, a propriedade privada ou o setor da sociedade civil mais disponível em termos financeiros e humanos têm a oferecer ao setor mais carente da sociedade. Esse discurso não somente supervaloriza as desigualdades no acesso à informação quanto pré-determina quem e como se deve ter acesso à informação.

Ferchland e Reimann (2004) produziram um estudo

sobre a informação social referente à realidade alemã, mas que pode ser aplicado a outras realidades em face da detecção de problemas graves de cunho social, mesmo em um país considerado desenvolvido, considerando duas questões centrais: a nosso ver, a informação social deverá servir a uma política solidária social no âmbito da justiça social; temos o objetivo de explorar o grande potencial para o aumento da participação, para a conscientização, a politização e a ativação do público, inerentes à informação social.

Com relação ao primeiro ponto, há uma postura diametral entre o que convém chamar de justiça social e desigualdade social. Se a informação social é produzida, mas não auxilia na diminuição das desigualdades sociais, há uma apropriação da injustiça social (o que comumente ocorre). Normativamente é finalidade da informação social a construção dos elementos de igualdade social favorecendo o desenvolvimento da justiça social significando dizer que essa noção de justiça não deve ser fator de justificação da desigualdade, mas “[...] uma arma na luta por mais igualdade” (HEIMANN, 2001, p. 716).

Mas, embora pensemos na contradição justiça-social e desigualdade social no âmbito da informação social, poderíamos afirmar que a segunda é promovida pelo não-cumprimento da primeira, especialmente considerando que em ambos os casos (falta de justiça e desigualdade) compõem uma mesma esfera de atuação: o pensamento restrito ao contextualismo do sujeito (leva em consideração interesses particulares de grupos para construção da informação social).

Quando afirmamos a justiça social na fundamentação da informação social, estamos relatando não apenas condições para diminuição das desigualdades sociais, mas a firmamento de políticas, projetos e ações que vislumbrem a partilha da informação, levando em consideração a capacidade dos sujeitos em interagir com respeito às diferenças.

De outra forma, devemos considerar que a informação não é um bem escasso a parte considerável da sociedade por falta de condições do Estado, da propriedade privada ou de parte da sociedade civil, mas sim pela postura dominante desses setores em restringir as perspectivas de acesso à informação ou de fornecer aos sujeitos apenas aquilo que considera conveniente para manutenção da realidade desigual comprovando que a injustiça social promove a desigualdade.

Apenas discordamos do termo “política social solidária” em face de entendê-lo como substrato que Estado, propriedade privada e outros setores da sociedade civil devem disponibilizar ou doar a massa da sociedade civil quando, em verdade, é preciso destacar o papel da sociedade em participar democrática e coletivamente da construção da informação.

No que se refere ao segundo ponto se constitui como ampliação do primeiro e possui uma fundamentação mais recrudescedora do modo de vista vindicativo e aplicativo, pois o desenvolvimento da informação social a partir de pressões políticas e participação dos diversos setores da sociedade “[...] poderá, dessa forma, contribuir para um processo de

comunicação pública sobre os problemas sociais fundamentais da sociedade, conduzido com o objetivo de combater as injustiças sociais.” (FERCHLAND; REIMANN, 2004, p. 4).

A informação social não pode mais ser vista como aquela que parte “de cima para baixo” (visão elitista), mas aquela que é construída levando em conta a participação de todos com voz ativa e altiva. Para tanto, é pertinente que sujeitos e grupos sociais da própria sociedade percebam as necessidades de informação social que lhes são inerentes, dialogando entre si, necessidades sociais específicas, visando cobrar das autoridades maneiras de satisfação.

Ferchland e Reimann (2004) observam que um dos principais pilares da informação social que prima pelo combate à injustiça social e solução contra as desigualdades sociais reside na informação sobre a pobreza. Embora os autores não aprofundem a questão é possível afirmar que se fala em pobreza de renda e de acesso a quesitos básicos como saúde, educação, alimentação, moradia, saneamento básico, etc.

Ampliando o debate, quando pensamos em informação contra a pobreza, podemos nos referir a: informação referente à pobreza financeira (relacionado à construção da informação necessária para constituição de renda para subsistência); informação concernente à pobreza assistencial (quais as condições de acesso à saúde, educação, moradia, saneamento básico, subsistência alimentar que o sujeito da informação possui? Como pode superar as barreiras de restrição ao acesso à informação?); informação

contra a pobreza cognitivo-intelectual (constitui um permanente processo educativo que situe o sujeito da informação na sociedade a partir de ações no cotidiano humano e o desenvolvimento de ações profissionais especializadas que contribuam promissoramente com outros setores sociais); informação cotidiana (como as informações que construo podem ser pertinentes para o desenvolvimento cotidiano do sujeito enquanto pessoa, profissional, instrumento da família e ator social no tocante às maneiras de se relacionar com o outro).

Diante desse recorte de informação referente à pobreza, observamos uma questão fundamental na produção da informação social: a intencionalidade social com que os sujeitos da informação produzem e interagem entre si. Comumente é essa intencionalidade mensurada, por um lado, com sentimentos de restrição e dominação e, por outro lado, com sentimentos de socialização e partilha.

Para tanto, a intencionalidade na produção da informação social desenvolve diversos elementos de adaptação de valores quando da interação entre os sujeitos da informação, sejam eles peritos ou leigos. Giddens (1991) desenvolveu quatro alternativas de adaptação a partir da interação entre sujeitos que nominou de “consequências da modernidade” e que podem ser aplicados no ideário da informação social delimitando da seguinte forma: aceitação pragmática, otimismo sustentado, pessimismo cínico e engajamento radical.

A aceitação pragmática se refere à arte de sobreviver a partir das atividades do cotidiano humano. No contexto da

informação, a arte de sobreviver pode indicar várias questões, tais como: informação para saúde (prevenção e estabilização de doenças); informação que coloca um sujeito em posição estrategicamente mais vantajosa que outro sujeito em uma atividade eminentemente competitiva; informação para aquele indivíduo concernente a necessidades básicas do cotidiano física, mental, intelectual e social. Observamos que vários são os sentidos de sobrevivência a partir das condições informacionais.

A questão central na aceitação pragmática aplicada à informação é que comumente o sujeito da informação é passivo e aceita qualquer conteúdo advindo do emissor, sem atribuir questionamentos, diálogos, interações críticas. O sujeito/usuário simplesmente por necessidade de sobrevivência aceita, conforme os motivos expostos, as determinações do sujeito/autor ou sujeito/mediador, o que faz do sujeito/usuário um sujeito de apropriação acrítica e limitada intelectualmente.

O objetivo principal do sujeito/usuário é receber uma mensagem do sujeito/autor ou sujeito/mediador a fim de que possa aplicar em sua necessidade de sobrevivência. O problema é quando a mensagem é impertinente para sua sobrevivência, o sujeito/usuário descarta automaticamente, tornando a informação mero instrumento de utilidade (no sentido de não promover sentidos mais amplos de cunho histórico-cultural de aplicação no cotidiano).

O otimismo sustentado é relativo “[...] a persistência das atitudes do Iluminismo, uma fé contínua na razão providencial a despeito de quaisquer ameaças de perigo

atuais” (GIDDEENS, 1991, p. 121). Na semântica informacional, o otimismo sustentado é perpetrado, especialmente por aqueles sujeitos considerados leigos que desenvolvem suas percepções através do chamado conhecimento do senso comum que foram concebidos por gerações ou mesmo de conhecimentos gestados por outros sujeitos.

Podemos observar o otimismo sustentado na informação por meio de sujeitos que tentam demonstrar compreensões e apropriações em questões de cunho científico-natural e científico-social de modo mais simplório e inconsistente, pelo simples fato da existência de um determinado fenômeno ser útil para a humanidade (por exemplo, ponderar que os problemas da violência serão explicitados, esclarecidos ou até solucionados por conta da realização de inúmeras campanhas publicitárias ou diversos programas, as relações rotativas entre a terra e o sol ou o uso da consciência para o desenvolvimento da cognição); a informação religiosa que apresenta pressupostos modelares imperiosamente impostos por sujeitos indiretamente humanos (autores de obras religiosas) e diretamente não-humanos (o conteúdo das obras religiosas em si) que explicam a realidade humana e espiritual.

Historicamente, a informação religiosa é, por um lado, tratada, conforme as conveniências de um seletivo grupo ou restrita em termos de acesso e uso para não revelar questões íntimas da espiritualidade humana e divina, como foi, por exemplo, com a tradução da bíblia durante séculos (BURKE, 2002; 2003b), mas, por outro lado, a informação religiosa

possui grande profundidade em refletir no sujeito não apenas o significado em si do fenômeno espiritual, mas a busca permanente pela concretização desse significado no cotidiano e na materialidade humana (por isso, o otimismo sustentado se aplica na informação religiosa).

O pessimismo cínico, pelo uso do termo, já denota um caráter de representação sarcástica ou paródica da realidade, ou, em outros termos, “[...] o cinismo é um modo de amortecer o impacto emocional das ansiedades através de uma resposta ou humorística ou enfasiada com o mundo” (GIDDENS, 1991, p. 122). Podemos afirmar que os termos pessimismo e cínico atuam como elementos neutralizantes, de modo que a postura cínica é uma maneira de evitar ou amenizar publicamente o pessimismo.

Na questão da informação, o otimismo cínico apresenta uma realidade bastante deturpada, pois podemos definir que está ligado à ideia de contrainformação (TRAVERSO; CROWDER-TARABORRELLI; PRADO, 2013). A contrainformação que aludimos tem dois sentidos que se complementam: o primeiro concerne à produção de barreiras pelo Estado, propriedade privada ou setores da sociedade civil para inibir o acesso e uso à informação em diversos níveis (social, tecnológica, científica...) ou a produção de instrumentos técnicos para que o sujeito/usuário assimile e se aproprie, conforme as conveniências de determinado grupo produtor de informação.

Essa realidade ocorre com frequência a partir do olhar da grande mídia televisiva, radiofônica, impressa e ciberespacial ou mesmo do Estado com políticas públicas

ineficazes com o intuito de definir aquilo que a sociedade deve ou não se apropriar para construir informação e também de estratégias publicitárias que enfatizam representações deturpadas de um produto ou serviço (valorizam mais elementos estéticos do que a eficácia do produto em si), visando permanentemente o retorno financeiro e o lucro.

A publicidade trabalha com a informação através de um modo de organização argumentativo, constituindo mecanismos que permitem a construção de um universo de crenças, a partir de asserções feitas a propósito do mundo numa perspectiva demonstrativa (estabelece as ligações de causalidade) ou persuasiva (elabora a prova com o auxílio dos argumentos, que justificam os propósitos sobre o mundo e as ligações de causalidade, a partir da relação entre as asserções). (CASTRO, 2008, p. 126).

O otimismo cínico é contrainformacional na medida em que supervaloriza ou despreza em demasia determinadas questões em prol de um favorecimento na produção da informação, especialmente quando ligado à compra de produtos e serviços por meio de estratégias sarcásticas e deturpadas de persuasão e demonstração ou na interação entre sujeitos da informação que estão em competitividade direta em que a informação se estabelece como elemento estratégico de conquista pragmática (êxito profissional ou pessoal).

O grande problema do otimismo cínico não é que seja “mal por natureza”, mas frequentemente se utiliza de representações intencionalmente ambíguas para concretizar

objetivos pré-estabelecidos, prejudicando o processo de interação entre os sujeitos da informação.

O otimismo cínico na informação prejudica a concretização do que Nietzsche (2017) define como “[...] torna-te o que és”. O otimismo cínico é contrainformação porque distancia o sujeito da informação daquilo que realmente é, não em termos exatos ou quantitativos, mas em termos de intencionalidade social, uma vez que na contrainformação o(s) sujeito(s) da informação representa(m) sarcasticamente para demonstrar propositadamente uma visão que nem sempre é a mais adequada ao processo de interação, inibindo as perspectivas de construção coletiva da informação, já que o torna-te o que és fica relegado a um plano inferior em favor do representa o que não é.

Finalmente, o engajamento radical é referente “[...] a uma atitude de contestação prática para com as fontes percebidas de perigo” (GIDDENS, 1991, p. 122) em que os propositores desse engajamento alegam que, “[...] embora estejamos cercados por graves problemas, podemos e devemos nos mobilizar para reduzir seu impacto ou para transcendê-los” (GIDDENS, 1991, p. 122).

Os sujeitos da informação que compõem o engajamento radical se estabelecem em condições bem diferentes dos três primeiros tipos de adaptação pelos seguintes motivos: não se aceita que a produção da informação se dê em nível de arbitrariamente, mas que parta de contestações a problemas sociais; a informação é pragmática no sentido de auxiliar na resolução de problemas sociais; a informação não é vista como simples valor de uso,

mas como disputa entre grupos que querem impor suas vontades (como ocorre frequentemente entre Estado e movimentos sociais), sendo a vontade dos sujeitos engajados, a transformação social por meio da ampliação do acesso à informação social e a diminuição das desigualdades sociais; o debate sobre o valor humano, cognitivo e social da informação não pode simplesmente ser contemplado nos níveis duais da despesa e utilidade (FERCHLAND; REIMANN, 2004), mas dos efeitos que podem promover, identificando causas e construindo consequências mais promissoras para a sociedade.

Observamos que dos quatro tipos indicados por Giddens (1991) os três primeiros se situam na modalidade estratégica do sujeito (autor e/ou mediador) transferindo informação para o sujeito/usuário, enquanto o quarto é fruto das contradições e conflitos entre os sujeitos da informação que visualizam na informação produção de subsídios para transformações sociais.

Os três primeiros tipos apelam para as noções de justiça como justificação dos problemas sociais e informacionais vividos, agregando terminologias como inclusão e igualdade como forma de resignar a camada mais carente e insatisfeita com os problemas. A ideia de inclusão e diminuição da desigualdade informacional parte de um setor dominante da sociedade, pois este tem o poder necessário para definir o que, como e quem deve ser incluído. Já o quarto tipo de adaptação vê a justiça como instrumento para redimensionamento do acesso e uso à informação e diminuição das desigualdades sociais e não apela para

terminologias do nível de inclusão, mas de protagonismo social, haja vista que consideramos que o oposto da exclusão não é a inclusão, mas o protagonismo social. A inclusão é apenas uma terminologia criada para definir quem e como os poderes dominantes da sociedade lidam com a maioria marginalizada.

Entendemos que a informação social só é efetivamente promissora quando incentiva o protagonismo social dos sujeitos da informação, conferindo-lhes autonomia no ato de acessar e utilizar a informação em diversos meios e, principalmente, no ato de pensar, questionar, compreender e se apropriar da informação.

O grupo de pesquisadores argentinos chamado de Colectivo Situaciones (2002, p. 8) argumenta sobre o protagonismo social:

Em primeiro lugar, o novo protagonismo social em suas múltiplas formas assumiu um desafio: sua produção e reprodução social. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento de experiências radicais aparece uma investigação ativa para ampliar e fortalecer as próprias capacidades de construir e vincular-se com redes alternativas de produção material. Em síntese: aparece o intento de criar formas de organização que vão além da discussão coletiva e democrática – aparecida e afirmada no processo assembleário – que desenvolvam práticas que impliquem uma verdadeira socialização material do fazer. Esta, então, seria a primeira dinâmica que nos interessa remarcar: a experimentação – os contínuos sucessos e fracassos – de forma de produção de vidas alternativas que vão

tramando circuitos paralelos de produção, circulação e consumo de objetos e saberes e que se constituem num ensaio permanente de resolução cotidiana e concreta da reprodução social.

O protagonismo social é balizado pela seguinte questão: como produzir e reproduzir novos meios sociais alternativos de vida? A noção de produzir e reproduzir indica uma permanente atividade de construir, reconhecer equívocos e acertos; singularidades e coletividades na capacidade de articulação da vida social. Produzir/reproduzir significa a possibilidade de redimensionar como os sujeitos podem se relacionar em prol de uma sociedade mais justa primando pelo respeito às diferenças e reconhecendo o conflito como fenômeno de transformação coletiva.

Porém, o protagonismo social demanda o equilíbrio entre constituintes moral e institucional. Moral por ser referente ao comportamento social dos sujeitos no processo de convivência e produção material dos valores. Institucional por indicar as formas como o comportamento moral pode ser dinamizado e gestado coletivamente por meio de atitudes assembleárias que não somente pensam o caráter coletivo das ações, mas busquem novas formas de socialização entre os sujeitos no modo material de produzir. Na díade moral-institucional, temos que ambos se associam mutuamente em prol do fazer socializado e materializado, visto que a segregação desses valores implica na inviabilidade do protagonismo social em favor da arbitrariedade e dominação material.

Não entoamos um protagonismo que estabeleça

hierarquias ou que considere apenas aspectos individualizantes do sujeito (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004), mas, ao contrário, que valorize oportunidades, participação e interação entre os sujeitos valorizando potencialidades coletivas. De outra forma, é preciso “[...] desbastar os sutis vieses ideológicos [...] de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica” (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004, p. 422).

No caso da informação social como elemento impactante para o protagonismo social, entendemos que aquela deve ser vinculada aos contextos culturais, educacionais e político-econômicos que norteiam o cotidiano coletivo dos sujeitos. Culturais porque fazem parte da mentalidade de vida dos sujeitos através de questões, como: o que é possível produzir? Como é possível produzir? Para que e para quem é possível produzir? Educacionais porque persistem nas estratégias intelectuais, metodológicas e humanas de produzir as ações materializadas para uma vida socializada. Político-econômicos porque se referenciam aos modos coletivos (moral e institucional) de tomada de decisões, ou seja, como fazer os fundamentos culturais e educacionais confluírem em prol da socialização material?

Quando falamos em socialização material, estamos nos referindo aos subsídios que um sujeito pode ter na busca por procedimentos de partilha e produção coletiva, comprovando que na informação social que preconiza o

protagonismo social o TER não é mais relevante que o SER, mas aquele apenas é o construto socializado e materializado deste. Por isso, a informação social que preconiza o protagonismo social se estabelece no contextualismo do atribuidor (DE ROSE, 2012), pois está fundamentada em formas morais e institucionais (coletivas e socializadoras) de observar o acesso e uso à informação, sendo esta relação entre informação e protagonismo viabilizadas a partir do cotidianismo coletivizado dos sujeitos ou, conforme afirma Oliveira (2004) pensado a partir da realidade objetiva dos sujeitos.

Práticas de resistências culturais à dominação da elite global, novas mentalidades e práticas infoeducacionais e novas formas de tomada de decisão política são alguns instrumentos favoráveis ao olhar da informação social como instrumento de promoção do protagonismo. As práticas de resistências culturais são bem expressas no pensamento de Löwy (2007, p. 205):

A primeira tarefa de uma resistência cultural eficaz é precisamente tratar de estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações democráticas, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, buscando um terreno comum, uma convergência que respeite a autonomia de cada um, mas os associe no combate comum contra a dominação imperial, contra o racismo e o poder patriarcal, contra a lógica desumana do neoliberalismo. O desafio é então construir uma nova cultura universal, democrática e plural, uma *cultura da solidariedade* fundada em alguns princípios gerais: 1) o reconhecimento e o

respeito das diferenças: o objetivo é, segundo a célebre fórmula dos zapatistas, “um mundo no qual cabem muitos mundos”. 2) a emancipação dos seres humanos de todas as formas de opressão, exploração, alienação e degradação. 3) a desmercantilização da cultura, sua autonomização em relação às leis do mercado, seu livre desenvolvimento em função de seus próprios critérios. 4) o respeito à natureza, o restabelecimento do equilíbrio ecológico entre as sociedades humanas e o meio ambiente natural, em vias de destruição pela lógica produtivista do mercado.

Diante do pensamento de Löwy fica a pergunta: como pensar a informação como incentivo ao protagonismo social a partir das resistências culturais? A julgar pelo caráter crítico ou alienante da cultura, temos de considerar que a cultura modifica pensamentos, ideias, discursos e ações, seja a partir de uma postura autônoma, seja através de uma postura subserviente dos sujeitos, respectivamente. Apenas a primeira postura pode ser considerada como resistência cultural e pode corroborar para a ideia de informação no contexto do protagonismo social a partir dos seguintes aspectos:

- a) **a aproximação de grupos democráticos** que estabeleça conexões, encontre pontos de convergência a partir de seus ideais sem a perda de autonomia, traçando perspectivas para um protagonismo eficaz na sociedade global, formalizando uma nova cultura de informação voltada para o bem da maioria. Neste caso, a informação seria a produção de sentidos, significados e compreensões

em comum no modo de fazer material das categorias democráticas que lutam por um mundo mais justo. Por exemplo, a aproximação entre movimentos sociais de cunho trabalhista (operários das mais diversas categorias), de gênero, de raça, de credo e de outras naturezas constituiria indícios semânticos para se definir: o que o coletivo quer, como quer e de que forma conquistar. Essa aproximação de grupos democráticos pode ser interna (entre movimentos sociais da mesma categoria, como, por exemplo, o movimento operário que pode conceber conexões entre o setor bancário, metalúrgico, educativo, saúde, etc.) ou externa (entre diferentes categorias que permeiam os movimentos sociais, como, por exemplo, movimento operário e de raça ou raça e gênero). A informação neste sentido é pertinente para promover significados no sentido de humanizar os sentimentos coletivo e plural de ideias e ações entre as categorias;

- b) **o respeito as diferenças como pressuposto de afirmação coletiva das pluralidades.** A informação como elemento de compreensão e construção prevê multiplicidades de interpretações, atenta para diversidades de necessidades e intenta meios diferenciados de satisfação e compreensão. Respeitar as diferenças significa, em primeira instância, reconhecer as multiplicidades ideológicas que auxiliam na produção da informação, pois sem esse reconhecimento, a informação não possibilita uma construção protagonista, mas meramente

individualista ou limitadamente sob o olhar de uma categoria. A diferença na produção da informação entre grupos sociais prevê relativo afastamento da noção de identidade, já que esta marca a diferença, conforme revela Deleuze (2008) como argumento perceptivo de negação atestando que no sentido da multiplicidade a diferença se assenta no princípio afirmativo, ou seja, aquilo que se configura como implicador entre grupos sociais;

- c) com a aproximação e respeito a diferença entre grupos sociais é possível pensar no terceiro elemento da informação como fenômeno de protagonismo que é **a luta coletiva contra a dominação**. Os dois primeiros pontos, embora partam da realidade objetiva, entendem a informação como ente abstrativo. Já o terceiro ponto atenta para a informação pelo viés do pragmatismo humanizado que ganha conotações de conquistas sociais para os grupos envolvidos e se sustenta na formação de uma cultura crítica e universalista voltada à perspectiva de um futuro emancipado, para conseguir superar os etnocentrismos e as intolerâncias, e para opor uma alternativa coerente ao desastre cultural do neoliberalismo. Uma cultura produzida por escritores, artistas, cineastas, poetas, filósofos e pensadores, mas também pelos movimentos sociais de libertação, cuja produção simbólica é de fundamental importância (LÖWY, 2007).

A informação incentiva o protagonismo a partir das

resistências culturais não por determinar “queremos esse tipo de informação”, mas por afirmar “queremos construir informação coletivamente e respeitando as pluralidades” através de reuniões, mobilizações e articulações presenciais e virtuais que estimulem sujeitos, profissionais e movimentos sociais das mais diversas configurações a serem protagonistas de suas próprias histórias. Para tanto, essa construção é concebida na compreensão do ideal do outro em um permanente movimento de reciprocidade e alteridade em que eu passo a ser parte do outro e o outro passa a ser parte de mim. Eis a concretização do pragmatismo humanista da informação.

No tocante às novas mentalidades e práticas infoeducacionais constitui campos pluridisciplinares de ação que prevê o usuário não mais como mero receptor, mas como protagonista humano e intelectual na construção da informação. Perrotti e Pieruccini (2007, p. 53) elucidam a aproximação/conexão entre os campos da informação e da educação:

Os campos da Informação e da Educação constituíram-se buscando eficácia nos mecanismos de transmissão do saber. Em função disso, relegaram os mecanismos de recepção a posições secundárias nos processos de significação, definindo-os quase sempre como simples desdobramento mecânico e reflexo da transmissão. Na segunda parte do século passado, em função dos quadros histórico-culturais que emergiram pós Segunda Guerra Mundial, tal direção começou, contudo, a ser questionada não só teoricamente, mas também na prática. Nesse sentido, tanto uma

área quanto a outra deslocaram o olhar para além dos horizontes da transmissão de informações, condição que lhes permitiu descobrir os usuários e os aprendizes como sujeitos dos processos simbólicos de que participam, tratando-os não mais como mera projeção dos desígnios da emissão.

O estabelecimento de conexões entre informação e educação é pertinente para constatar duas questões: a primeira é a particularidade do campo da informação como fenômeno de construção de significados, compreensões e apropriações e da educação como campo estratégico em termos humanos e pedagógicos no desenvolvimento de alternativas para construção do conhecimento e socialização de saberes entre sujeitos relativo às semelhanças e diferenças de percepções cognitivas; e a segunda é inerente ao deslocamento da ideia de transmissão da informação (focalizada no emissor) para construção da informação por meio de diálogos, questionamentos e descobertas (focalizada na interação horizontal entre emissor e usuário).

Mas as conexões entre informação e educação são relevantes não somente pelos significados que podem produzir, mas pela necessidade de se constituir desde o período da infância do indivíduo comprovando um trabalho de base que contempla a perspectiva sócio-histórica dos sujeitos envolvidos, tanto no ambiente formal (instituições educacionais), quanto informal (família e o cotidiano dos sujeitos envolvidos). Para tanto, é fundamental a efervescência pedagógica da biblioteca (principalmente escolar, pública e universitária) e de outros ambientes de

informação que, além de aproximar, informação e educação como campos de produção de significados, trazem a baila limitações e perspectivas para o aprendizado, buscando aprimorar questões deficitárias (leitura e pesquisa, por exemplo) e dinamizar questões cognitivas (letramento, práticas de mediação, respeito às diferenças entre os sujeitos envolvidos no processo de mediação) tornando os sujeitos da informação como protagonistas sociais.

As práticas infoeducacionais norteiam perspectivas para o protagonismo dos sujeitos a partir dos seguintes ideários:

- a) construtivista em que Piaget (1978) parte de duas perguntas centrais que se estabelecem como desafios para o protagonismo social: como se passa de um conhecimento elementar, insuficiente, para um conhecimento superior? Como desenvolvem os conhecimentos, considerando sua formação na infância até chegar ao pensamento adulto e ao conhecimento científico?;
- b) sócio-histórico situados em dois contextos, sendo que o primeiro revela que a interação que promove a constituição do sujeito é baseada em tudo aquilo que esteve anteriormente no âmbito social (VYGOTSKY, 1998) e o segundo preconiza que “[...] o uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem

operar” (VYGOTSKY, 1998, p. 73);

- c) mediatização no sentido de que “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68);
- d) crítico-social que condensa a informação como elemento construído a partir das relações materiais dos sujeitos considerando condições pedagógicas para autonomia dos usuários (professores, alunos, familiares, comunidade...) e, conforme já discutido nesta pesquisa, implica em um conjunto de etapas (não necessariamente lineares) que conduzem os sujeitos à produção da informação e subsídios para construção do conhecimento, a saber: origem, temporalidade, normatividade, intencionalidade, dinamicidade, originalidade, efetividade.

Diante da dinâmica apresentada, observamos quão complexo é a relação entre informação e sociedade e como a informação pode contribuir para promoção do protagonismo social. A informação é pragmática no momento em que se constitui a partir das relações sociais e materiais e se torna humana quando essas relações primam por um olhar de reciprocidade e baseado na alteridade. Porém, mais uma vez encaramos a percepção de que informação e protagonismo só são possíveis a depender de uma questão fundamental: a intencionalidade dos sujeitos, pois esta é permanentemente atrelada aos modos culturais, educacionais e político-econômicos de produzir informação.

Embora parte considerável dos estudos sobre intencionalidade parta da premissa do conjunto de representações naturais da mente, de percepções funcionalistas e de caráter comportamental (que divergem das perspectivas conceituais da presente pesquisa), conforme é possível atestar nos estudos de Searle (1983; 1990a; 1990b; 1992, 1997, 1998, 2004) que pregam uma abordagem naturalista-biológica da cognição humana buscando investigar as funções da mente a partir das configurações sistêmicas do cérebro; de Dennett (1971, 1983, 1985, 1987, 1988) que discute o funcionamento de sistemas orgânicos, como a espécie humana e sistemas inorgânicos como artefatos; e até mesmo de Tomasello (1999; 2003) e Tomasello et al. (2005) que busca integrar processos biológicos, comportamentais e culturais em um mesmo sistema consideramos que o conceito de intencionalidade é pertinente para compreender as habilidades cognitivas dos sujeitos da informação referente as condições do cotidiano material/social.

É precisamente em Tomasello et al. (2005) que a intencionalidade se aproxima desta pesquisa a partir de um pragmatismo cognitivo quando propõe que a intenção concerne a cinco fatores: o primeiro são representações cognitivas da condição atual da realidade; o segundo são objetivos “esperados”; o terceiro são ações necessárias para atingir esses objetivos; o quarto são os conhecimentos e habilidades já produzidos; e o quinto se constituem nos estados emocionais relacionados à obtenção ou não dos

objetivos esperados.¹¹

O conceito de Tomasello é pertinente no campo da informação por superar a ideia de unitarismo hermenêutico ou que é simplesmente algo naturalmente concebido, mas se constitui em uma mescla de intuições/anseios/expectativas e interações entre os sujeitos da informação.

No campo da informação, é possível atestar que a intencionalidade possui dois grandes contextos: um de caráter prévio que se constitui nas abstrações/representações da historicidade humana e biológica dos sujeitos (relativo às relações sociais e aos conhecimentos produzidos) e outro de caráter interacionista entre os sujeitos da informação que ratificam e/ou modificam algumas das concepções intencionais prévias dos sujeitos da informação baseados nas relações culturais, educativas, político-econômicas e ideológicas que produzem.

A intencionalidade é um misto de anseios, desejos, expectativas, diálogos prementes em todo o processo de produção da informação que se concretiza conforme as apropriações dos sujeitos da informação advindas das relações sociais. Por isso, observamos que a intencionalidade é fruto de uma perspectiva sócio-interacionista e sócio-

¹¹ É preciso destacar que o conceito de Tomasello possui uma condição pragmática de compreensão, conforme as cinco etapas que define, para aplicação social no campo da informação, principalmente por ver a intencionalidade como sendo “caracterizada como uma propriedade de certas habilidades cognitivas de algumas espécies animais de serem direcionadas para certos objetivos” (ÁLLAN; SOUZA, 2011, p. 242).

cognitiva, mas não somente cognitiva, já que sintetizar as relações sociais/materiais de produção da informação em abstrações cognitivas é determinar que a cognição e a consciência produzam os efeitos de sentido da informação previamente, quando, em verdade, qualquer fator de intencionalidade na produção da informação só pode ser mensurado na consciência através das relações sociais.

Em outras palavras, a intencionalidade no campo da informação exerce um ato mediador entre aquilo que lhe é histórico (percepções prévias dos sujeitos sobre o que e como podem produzir informação), aquilo que interage (relações sociais entre os sujeitos da informação) e aquilo que é produzido (o resultado das relações sociais que constituem compreensões particulares e/ou afins entre os sujeitos da informação). A figura adiante sintetiza o pensamento deste tópico no tocante à produção da informação social e suas finalidades:

Figura 4: Informação, sociedade e protagonismo social



Fonte: Elaborado pelo autor.

Descrevendo a figura os **processos de produção da informação** são relativos à realidade objetiva que inclui procedimentos para organização e tratamento da informação e a inserção de propostas e perspectivas de interação social entre os sujeitos baseadas na história cultural, educação, ideologia e questões político-econômicas dos sujeitos.

A intencionalidade prévia está situada nos processos

históricos, biológicos, cognitivos dos sujeitos da informação provocando momentos de ansiedade e expectativas dos sujeitos no sentido de conceber seus desideratos preliminares (que podem ou não ser ratificados mais adiante a depender da sensibilidade social dos sujeitos) na produção da informação. Junto com a intencionalidade prévia vem as atividades não intencionais que denotam imprevisibilidade ainda maior para informação no âmbito do protagonismo social.

Os aspectos culturais são referentes às crenças, aos rituais, aos mitos e às condutas dos sujeitos; os aspectos educacionais preconizam aspectos intelectuais e morais dos sujeitos e a capacidade cognitiva dos sujeitos; os aspectos ideológicos indicam tipos de crenças seguidas pelos sujeitos da informação no âmbito cultural, educacional e religioso; os aspectos político-econômicos são relativos à capacidade de tomadas de decisão dos sujeitos em ambientes informais ou formais (fóruns comunitários, municipais, estaduais, federais), organizações sindicais, terceiro setor, movimentos sociais diversos, representantes dos poderes executivo, legislativo e/ou judiciário, bem como a capacidade financeira de intervir e propor (constitui a formação do status, pois condições políticas e econômicas demandam inexoravelmente atitudes de disputas pelo poder).

As novas intencionalidades são consequências das relações produzidas nos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos. Vale ressaltar que não é necessário que todos os fatores anteriores interfiram direta ou indiretamente na formação de intencionalidades, dado

que essas interferências dependem dos tipos de sujeitos que interagem, dos espaços que interagem e com quais perspectivas interagem no tocante à construção da informação. O aguçamento das atividades não intencionais também são frutos das relações/produções promovidas pelos aspectos culturais, político-econômicos, educacionais e ideológicos.

O ponto derradeiro da figura demonstra o resultado dos processos de produção da informação. A concentração informacional denota o estabelecimento a fortiori a concretização de ações de dominação de um sujeito (ou grupos de sujeitos sobre outros comumente mais desfavorecidos nos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos).

A **partilha da informação** é resultado de um intenso construto social vinculado as perspectivas intencionais de distribuição e diminuição de desigualdades. Evidentemente que essa partilha varia de acordo com os aspectos suprarreferidos e com as intencionalidades previstas e redimensionadas, mas, em geral, visam à ampliação e qualificação do acesso à informação, principalmente para os considerados menos favorecidos.

Já a **inércia informacional** é quando um sujeito ou grupos de sujeitos concretizam interpretações vazias semanticamente no sentido de não contribuir para o crescimento cognitivo individual e coletivo, acarretando compreensões limitadas e praticamente inviabilizando apropriações da informação. Essa inércia informacional é que coloca infinidades de sujeitos na condição de dependentes da

informação ao sempre esperar do emissor uma atitude para produzir informação, relegando a um plano inferior interações horizontais e a efervescência dos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos. Tudo o que o sujeito da inércia quer é alguém que disponibilize subsídios necessários para que possa desenvolver o mínimo de interpretação e compreensão para aplicar em uma situação específica que lhe seja útil.

Dos três casos, apenas os dois primeiros possibilitam a ênfase ao protagonismo social, embora em todos eles haja a produção de modos de ser e viver, criando estratégias de governo com a população (KOHLEK GONZALEZ; DE FÁTIMA GUARESCHI, 2009). Porém, o segundo caso é o que mais possibilita o protagonismo social em face de que todos os sujeitos (ou pelo menos a maioria) são direta ou indiretamente beneficiados nas interações constituídas, já que a partilha distribui e descentraliza a percepção de concentração de poder em favor da criação de novos espaços de expressão sociais para construção da informação. O primeiro caso é o mais polêmico, de sorte que pode produzir um protagonismo social no sentido de questionar as práticas de concentração vigentes, ao passo que pode produzir uma inércia informacional (aceitação direta das práticas de dominação ou incompreensão da realidade imposta).

Percebemos que o protagonismo social no contexto da informação atua como uma operação ética de respeitar a sociedade a partir da valorização dos sujeitos, em especial, das crianças e jovens, uma vez que estes serão os responsáveis por produzir valores de interpretação,

compreensão e apropriação da informação em prol das tomadas de decisão da sociedade. Para tanto, é preciso repensar o papel da formação educacional das crianças e jovens que é comumente atribuída pela “[...] socialização vertical, imposição de normas, ideias, crenças e valores que são construídos predominantemente do ponto de vista adulto” (PIRES; BRANCO, 2007, p. 315), pois, do contrário, a informação construída será pautada não pela partilha, mas por procedimentos de concentração e inércia.

Em síntese, entendemos que as abordagens sociais da informação buscam, sobretudo, a consubstanciação de uma fundamentação alteritária afirmando a informação não mais como instrumento de posse dos sujeitos da informação, mas construída na interação entre sujeitos (autor, mediador e usuário), respeitando a capacidade de intervenção de cada sujeito. Esta é a busca pela preconização do protagonismo social no contexto da informação, embora seja preciso reconhecer o conjunto de conflitos e interesses em prol da concentração/dominação e inércia.

3.1.1 Informação e cultura

Um dos fatores mais relevantes e complexos para compreensão dos significados de “viver em sociedade” é a noção de cultura que se estabeleceu como um conjunto de ações essenciais que conduzem o fazer técnico, humano e profissional de indivíduos e grupos na sociedade. Como afirma Morin (2003, p. 159) “[...] a cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana”.

Para toda e qualquer conduta humana e social há

fundamentos culturais que norteiam o ethos social dos indivíduos baseados de um modo por crenças, rituais e mitos; de outro, por pensamentos, ideias e ações e ainda em outro modo por problematizações, reflexões e soluções.

A cultura se caracteriza por um conjunto de regras que permeiam o fazer social humano (e até mesmo alguns aspectos não-humanos regidos por elementos humanos), pois, conforme afirma Lévi-Strauss (1982) onde há regra, há cultura, ou seja, as regras são a prova de existência da cultura. Essa cultura está, por sua vez, vinculada a um conjunto de outros fazeres como a comunicação (processo de produção de sentidos) e à linguagem (procedimento basilar para produção do sentido).

Quando valorizamos as relações entre informação e cultura ou a formação da cultura informacional, estamos lidando com o conjunto de crenças que levam os sujeitos, através de interações sociais, a conduzir processos de construção da informação em determinados contextos e espaços sociais.

Não é prioridade neste diálogo a invocação de um conceito único de cultura para construção da informação em virtude de que esta é direta ou disfarçadamente movida por uma dualidade de cunho social (a necessidade de produção teórica e pragmática de valores) e político-econômica (a constituição de um viés formativo de cultura industrializada arbitrada para o caráter universalista do uso e consumo de bens).

Importa-nos, sobretudo, a compreensão sobre a

formação de uma cultura-mundo de cunho informacional que gira em torno da contradição entre a industrialização cultural de nível planetário e a afirmação de particularidades culturais. Sobre isso Lipovetsky e Serroy (2010, p. 15) asseveram que:

Ao mesmo tempo que o mercado e as indústrias culturais fabricam uma cultura mundial caracterizada por uma forte corrente de homogeneização, assiste-se também à multiplicação das solicitações comunitárias de diferença: quanto mais o mundo se globaliza, mais alguns particularismos culturais aspiram a afirmar-se nele. Uniformização globalitária e fragmentação cultural caminham par a par.

Essa realidade implica em duas questões essenciais: a cultura globalizante de forma impositiva das organizações em associar a cultura a mero fator econômico (a firmação da cultura do consumo); e a produção de novos valores culturais que fortalecem laços coletivos entre os sujeitos (valores que vão desde a reconstituição de signos linguísticos até novos fazeres no cotidiano pessoal e profissional). Isso significa que ambas as realidades estão indissociavelmente concatenadas em suas idiossincrasias ideológicas.

A diferença é que a ideologia da primeira não é calcada na articulação cultural em si, mas na produção e imposição comercial de subsídios que interferem no desenvolvimento cultural das nações. Já a ideologia da segunda está amplamente vinculada às particularidades sociais da conduta política, econômica, profissional e interativa que podem variar entre concepções político-espaciais de comunidades, municípios, estados e nações.

Como é possível pensar a relação entre cultura e informação? E, de modo mais preciso, como é possível dimensionar uma cultura de informação? Estas perguntas perfazem o perfil de uma reflexão mais integradora entre informação e cultura.

É pertinente conceber a cultura a partir de diversas perspectivas, a saber:

- a) realizações humanas, materiais, imateriais e cognitivas de um sujeito, de um grupo de sujeitos ou de um povo de maneira mais ampla que fundamenta uma definição etimológica;
- b) conceito essencialmente semiótico, pois acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, vale assumir a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 2008) que sustenta uma concepção antropológica (também embasada por fundamentos sociológicos);
- c) “[...] é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças.” (THOMPSON, 1998, p. 176) que atesta uma percepção simbólica de cultura;
- d) “[...] um conjunto de características artísticas,

intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002, p.28) que agrega uma visão particularista da cultura.

Os quatro conceitos apresentados não denotam evidentemente a plenitude conceitual de cultura, mas sintetizam uma multiplicidade representacional do conceito de cultura naquilo que se refere às dimensões etimológica, antropológica-sociológica, histórica e filosófica. Essas dimensões produzem subsídios para uma aproximação com o conceito de informação, visto que tanto a cultura, quanto a informação se fundamentam por conotações sócio históricas¹² e simbólico-materiais¹³.

Marteletto (1995, p. 2) discorre sobre a relação entre cultura e informação:

Cultura e informação são assim conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza. A primeira – funcionando como uma memória, transmitida de geração em geração, na qual se encontram conservados e reproduzíveis todos os artefatos simbólicos e materiais que mantêm a complexidade e a originalidade da sociedade humana – é a

¹² Referente às relações sociais que os sujeitos imprimem nas trajetórias de suas vidas, sejam como sujeitos individuais, sejam como sujeitos vinculados a grupos sociais.

¹³ É uma consequência da conotação sócio histórica, pois está pautada na relação entre as regras, normas e convenções estabelecidas entre os sujeitos (caráter simbólico) para galvanizar as relações sociais e os feitos (profissionais, científicos, ideológicos, religiosos, naturais e humanos em geral) concretizados a partir dessas relações sociais.

depositária da informação social. Por essa mesma razão, pode ser considerada como a “genoteca” da sociedade humana*. Nela, os padrões culturais – religioso, filosófico, estético, científico ou ideológico – funcionam como “programas” ou gabaritos para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos, que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos. [...] Vista assim como uma totalidade, um conceito nucleador, a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade.

É pertinente observar as conotações sócio históricas e simbólico-materiais que possibilitam uma aproximação lógica entre cultura e informação, denotam que a cultura é uma das primeiras etapas que fincam o conceito de informação, principalmente pela agregação de fatores como memória, ideologia, conhecimento, artefatos, processos entre outros termos que estão arraigados ao conceito de cultura. Isto quer dizer que cultura e informação são conceitos interdependentes, além do que a cultura é um dos primados básicos que perpetuam os entendimentos sobre o conceito de informação.

Aqui vale destacar **dois axiomas** que pavimentam a relação entre cultura e informação: o primeiro é como a noção de cultura introduz os elementos da **memória (e de suas múltiplas possibilidades de preservação e difusão)** que possibilitam perspectivas para produção da informação, sendo que a memória reúne indícios lógicos, psíquicos e

cognitivos a partir das relações sociais que favorecem a organização de ideias para produção da informação; e o segundo é sobre a cultura como promotora principiológica do conceito de informação como **artefato** (produtos ou objetos produzidos para construção da informação que podem ser produtos materiais micros como guias, manuais, cartilhas, indicadores etc, produtos materiais macros como bibliotecas, arquivos, museus e centros culturais, além de tecnologias de cunho físico e virtual e conhecimentos registrados em geral ou produtos imateriais como eventos e manifestações populares de cunho cultural e artístico) e **processos** (práticas concernentes a dinamização dos produtos/objetos como organização, mediação, acesso, recuperação, uso e apropriação).

Quanto ao primeiro axioma, a memória transita pela relação entre cultura e informação expressando que os dois termos possuem conceitos muito mais qualitativos do que quantitativos, produzindo uma variação representativa dos sujeitos e instituições, conforme a transformação dos tempos, já que a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo (ZEMAN, 1970). Isto quer dizer que a cultura só pode ser a primazia da construção da informação pelo trânsito perpetrado pela memória, mas esta só se consolida pelas práticas humanas estabelecidas, preservadas e difundidas no decorrer dos tempos.

É precisamente o conjunto de práticas humanas que preservam e difundem a memória que favorecem a criação e recriação dos artefatos e processos, promovendo sentidos

articulados entre cultura e informação, conforme a transformação dos sujeitos nos tempos históricos.

O segundo axioma prevê que é no tempo histórico-social que os artefatos e processos agem como fenômenos complementares que entrelaçam cultura e informação, instituindo as práticas culturais materiais e imateriais e, por conseguinte, delineando efeitos para construção da informação a partir das relações sócio-históricas-culturais. Pacheco (1995, p. 21) relata que:

Se a informação é um artefato, ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato, ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização.

A informação como artefato e processo é criada pelo desenvolvimento da cultura dos sujeitos, considerando simultaneamente suas individualidades e coletividades, que é materializada nas práticas de preservação e difusão da memória durante o transcorrer dos tempos e que pode ser contextualizada de acordo com os valores, normas, ideologias, conhecimentos e convenções de cada geração de sujeitos (e grupos de sujeitos).

Através dos axiomas da memória e dos artefatos/processos, as relações entre cultura e informação conquistam maior densidade semântica e a formação de uma cultura de informação é mais passível de concretização. O termo cultura de informação ou popularmente conhecido

como cultura informacional possui alguns desdobramentos conceituais desde os mais específicos como “[...] cultura informacional refere-se a como as pessoas usam e compartilham informações, a como a sociedade valoriza a informação e as atitudes relativas à informação”. (DE SMAELE, 2007, p. 1302) até definições mais complexas como uma manifestação individual ou de grupo da experiência de informação ou de conhecimento num contexto social, político, psicológico ou intelectual. (WANG, 2006).

A cultura de informação está inicialmente ligada a sujeitos ou grupos que se apropriam de determinados contextos do ambiente social e posteriormente, agregada a aplicações no campo das organizações, dos artefatos e processos e dos ambientes culturais-informacionais de modo geral.

Entendemos a cultura de informação como um conjunto de características, interpretações, significados e realizações que os sujeitos da informação produzem a partir das relações sócio históricas e simbólico-materiais, tomando como base convenções morais, normativas, materiais/imateriais, intelectuais e cognitivas que norteiam o ambiente social em que os sujeitos estão envolvidos com a finalidade de partilha de experiências, concepções e crenças para produção de novos fenômenos informacionais. A cultura não somente atesta ser o princípio para compreensão conceitual de informação como também participa diretamente das finalidades da produção de novos fenômenos informacionais, ou seja, a cultura está presente em todas as consecuições da produção da informação pelos

sujeitos, dado o caráter sócio histórico e simbólico-material da relação entre cultura e informação.

Diante da aproximação entre cultura e informação, identificada inicialmente pelos vieses da memória e dos artefatos/processos, é possível compreender a pluralidade dessas aproximações nos seguintes nichos que ampliam os conhecimentos sobre as conotações sócio históricas e simbólico-materiais entre os dois conceitos:

- a) cultura social da informação – é a cultura de concepção em que se situam o meio ambiente natural e social, o cotidiano social em que os sujeitos estão aptos a construir, as relações sociais em si e as interações que dão vazão mobilizadora às relações. Esta é a cultura da compreensão conceitual da informação, pois é a partir desse momento que está “sendo montado todo o cenário sócio histórico” em que os sujeitos vão atuar e dimensionar seus modos de vida e produção da cultura e da informação. Em outras palavras, aqui desponta o ambiente em que todas as outras culturas de informação irão se estabelecer e consolidar;
- b) cultura dos sujeitos da informação – é a cultura da práxis informacional em que os sujeitos se apropriam da cultura social da informação para produzir um conjunto de ações organizacionais, processuais, espaciais e de outras esferas do ambiente social. Resulta na atividade de transformação social dos sujeitos em que, a partir do meio ambiente natural e social-cotidiano social-relações sociais-interações

sociais, são modificados conceitos, ideias, questões, desejos, vontades, teorias e tudo que está disposto no ambiente social, atribuindo novos sentidos à cultura e à informação. A cultura dos sujeitos da informação reflete que “Os sujeitos são na realidade agentes ativos e conhecedores dotados de um senso prático..., sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão... de estruturas cognitivas duráveis... e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adaptada.” (BOURDIEU, 1994, p. 45);

- c) cultura organizacional da informação – significa um conjunto de crenças estáveis (pressupostos, valores, normas, atitudes) e comportamentos (práticas de trabalho, rituais, dramas sociais e de comunicação) que se referem a informações organizacionais e as tecnologias de informação, sendo a parte da cultura organizacional que se desenvolve em torno da informação e das tecnologias de informação. (TRAVICA, 2005);
- d) cultura processual da informação – condizente com o conjunto de transformações mútuas que os processos de informação como produção, armazenamento, organização, mediação, difusão, acesso, recuperação, uso e apropriação pode estabelecer em determinados sujeitos, grupos de sujeitos e/ou organizações/instituições;
- e) cultura espacial da informação – inerente aos múltiplos espaços físicos e principalmente virtuais em

que a informação é produzida no âmbito das dimensões culturais a partir das relações sociais entre os sujeitos, grupos de sujeitos e/ou organizações em torno da propagação de uma visão universal da cultura de informação. A cultura especial da informação possui direta com o conceito de infosfera que nomeia um caráter universal impregnados de um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio envolvendo seres vivos e não-vivos e constitutivas de uso e práticas com objetos informacionais (entidades passíveis de conter/controlar/compartilhar informação). (FLORIDI, 2008).

Portanto, a cultura de informação está eivada de um construto global das relações humanas instituídas no ambiente social (incluindo o ambiente virtual que protagoniza a diversidade de produção de cultura e informação em nível planetário). Vale destacar como complemento a cultura de informação, a discussão sobre cultura digital que se situa em um contexto de rápidas e complexas humanas. Embora as reflexões sobre cultura digital estejam focalizadas essencialmente nas máquinas, entendemos que está inserida nas relações entre seres humanos, instituições de diversas naturezas (midiáticas, empresariais, industriais, bancárias, educacionais, saúde, etc.) e máquinas, de sorte que contempla uma visão holística da cultura digital.

Diante do célere desenvolvimento dos fluxos digitais em fins do Século XX e início do Século XXI e as diversas oportunidades de interação, interpretação, compreensão e

apropriação da informação nesses ambientes é pertinente, conforme afirma Gere (2008, p. 10) "[...] mapear as mudanças que vemos na esperança de manter a compreensão sobre nossa situação em rápida mudança."

Embora a cultura digital tenha revolucionado as maneiras de acesso, uso e apropriação da informação não está imune aos impactos da cultura industrializada, mas com um diferencial: a multiplicidade de conteúdos disponíveis e as condições para acesso são muito mais dinâmicas. Isso significa que mesmo com a formação de uma cultura pré-determinada pelas grandes organizações e grupos políticos é possível no contexto digital a constituição mais efetiva de autonomia do usuário na construção da informação em face das múltiplas características da cultura digital, dentre as quais podemos mencionar:

- a) desterritorialização – significa as possibilidades de múltiplos lugares para acesso à informação em temporalidades simultâneas ou não sem deslocamentos físicos exaustivos. Porém, a desterritorialização não significa propriamente falta de território, mas perspectivas para protagonismo dos usuários em escolhas de novos territórios de forma mais autônoma, conforme suas necessidades individuais e coletivas;
- b) (multi)temporalidade – implica nas possibilidades de acesso à informação em tempos diversos possibilitando interações mais dinâmicas entre passado-presente, presente-passado (MORIN, 2010) traçando perspectivas para o futuro;

- c) multi interacionismo – uma das marcas mais atrativas da cultura digital, de modo que permite a inserção instantânea de grupos para conversação, sendo essa interação desenvolvida, por exemplo, a partir de diálogos, discussões, debates, entrevistas e conversações;
- d) pragmatismo tecnológico – envolve a capacidade do sujeito em absorver dados com celeridade bem mais ampla do que em ambientes físicos. Porém, essa absorção ampla de dados não significa sólidas construções de informação, dado que em face do excesso de dados simultâneos apresentados nos ambientes digitais é possível inibir apropriação da informação e a própria construção de novos conhecimentos. O pragmatismo tecnológico recai, por um lado, sobre a ansiedade da informação, resultado das diferenças entre aquilo que compreendemos e aquilo que poderíamos/deveríamos compreender (WURMAN, 1991) e, por outro lado, nas facilidades de acesso e às vezes até de atividades como cópias, plágios e apropriações indevidas.

A cultura digital é um espaço mais atraente, cômodo, complexo e dinâmico para construção da informação, mas não significa necessariamente que seja mais eficaz no sentido de qualidade da informação (entendemos a qualidade da informação como a perspectiva de interpretação, compreensão e apropriação, promoção de estratégias para construção do conhecimento e geração de novos processos comunicacionais). Esta é ainda uma atividade essencialmente

movida pelo pensamento e ação humana independente do desenvolvimento tecnológico da sociedade. A cultura digital seria, então, uma nova forma de pensar as relações sociais valorizando o virtual, mas sem perder a autonomia do cotidiano material.

A prova disso são as formas como os sujeitos físicos e jurídicos interagem nas redes sociais virtuais trazendo questões do cotidiano educacional, político, profissional e pessoal para tal intento. Não é à toa que o advento das redes sociais virtuais se deu para facilitar e dinamizar a disseminação de ideias (AHMAD; TEREDESAI, 2006), seja de pessoas físicas, seja de organizações.

Eis precisamente uma característica ambígua da cultura digital: a facilidade de disseminação da informação. Por um lado, é livre no sentido de permitir largamente o compartilhamento de mensagens, principalmente de pessoas físicas promovendo novas autonomias humanas. Por outro lado, a liberdade em demasia em ambientes digitais pode conduzir a ampliação de práticas danosas que são mais difíceis de realizar no cotidiano físico como pedofilia, prostituição, homofobia, racismo, intolerância religiosa, entre outras.

Por isso, é pertinente pensar em políticas de disseminação da informação (e disseminação seletiva da informação), especialmente de instituições, visando dinamizar com mais eficácia os dados em ambientes digitais e valorizando as relações sociais na cultura digital entre organizações e sujeitos da informação. Souto (2010, p. 95-99) estabelece uma política que contempla um conjunto de ações

para disseminação seletiva da informação identificada quanto à/ao : função (educativo/formativo, estratégico, informativo e comercial); ambiente (institucional e público); operacionalização do serviço (manual, automatizado e híbrido); nível de mediação (organizador, localizador, identificador, conselheiro, orientador); uso do serviço (solicitado e recomendado); elaboração do perfil do usuário (de seleção, de expressão, de inferência e de estratégia de busca); abrangência dos perfis (individual, de grupo, comunitário e temático); natureza do conteúdo (científico/tecnológico, governamental, legislativo, geral e híbrido); recursos informacionais monitorados (padronizado, individualizado e híbrido); coleta de informações (centralizado e distribuído); seleção da informação (com seleção humana, com seleção tecnológica e híbrido); análise da informação (neutro e comentado); método (boletim informacional, sumário, bibliografias, clipping, notificação/alerta, lista de discussão temática, RSS e site temático).

Essas práticas podem promover processos de democratização da cultura digital (SAVAZONI; COHN, 2009), acesso e uso mais produtivo de conteúdos, apropriações mais dinâmicas e críticas de informação, além da formação da cultura digital como nova cultura clássica (BUSTAMANTE RAMIREZ, 2011). Mas é preciso considerar que assim como na chamada cultura clássica, a cultura digital enfatiza excessivamente o consumo e as práticas comerciais/industriais, além de manipulações midiáticas e a ampliação das formas de desigualdade social. A cultura digital

não pode ser atestada simplesmente como elemento estratégico para o consumo ou para dominações ideológico-informacionais. Gere (2010, p. 4) fala sobre a dimensão e relevância da cultura digital:

Todos estes desenvolvimentos indicam a importância das mudanças que ocorrem na cultura digital, as mudanças que afetam todos os aspectos da vida, e elas se tornam mais difíceis de perceber à medida que se fazem habituais e deixamos de prestar atenção. Chegamos a um ponto em que as tecnologias digitais já não são simplesmente ferramentas, mas cobram caráter cada vez mais participativo em uma cultura cada vez mais participativa, para melhor ou para pior. A necessidade de uma reflexão mais aprofundada é mais urgente do que nunca, especialmente considerando que a tecnologia está se tornando cada vez mais invisível, pois é uma parte inseparável do tecido de nossa existência.

A cultura digital não é uma cultura a parte e distante da realidade social, mas, ao contrário, incentiva novas formas de relação social e afeta o modo de vida dos sujeitos da informação nos mais diversos devires. As tecnologias digitais que se estabeleceram como instrumentos de apoio técnico são, atualmente, efetivos subsídios que postulam modos de vida social.

A informação que emana da cultura digital é permanentemente fluida dos conflitos e se enraíza nas práticas humanas. Aliás, a cultura digital, como realidade objetiva, subsidia a construção da informação para o desenvolvimento de práticas sociais. A cultura informacional

pelo viés digital se torna hedônica quando possibilita múltiplas opções de acesso. É tensa quando é restrita. É conflituosa quando envolve vários sujeitos com interesses diferentes. É negativa quando não passível de interpretação e compreensão. É afirmativa quando apropriada criticamente e passível a construção de novos conhecimentos. É histórica no sentido de reconhecer múltiplas possibilidades de acesso em períodos diversos. É reflexiva quando demanda formas de ação dos usuários. É problemática quando as ferramentas são deficitárias inibindo o acesso. A cultura digital é a personificação informacional do real no virtual. É o tom pragmático que possibilita a ênfase técnica aliada à intencionalidade social e à construção cognitiva. É econômica quando está plenamente pautada na comercialização e expansão do consumo. É política quando é fruto da elaboração de planejamentos e políticas em ciência, tecnologia e inovação em prol das tomadas de decisão com vistas a interesses locais ou globais. É, portanto, valorativa na medida em que lança bases materiais para condutas dos sujeitos em seus mais diversos deveres.

A cultura designa, classifica, corrige, liga e organiza (MOTTA, 1997) e influencia diretamente para que a informação envide critérios de designação, classificação, correção, ligação e organização, sendo que a cultura dimensiona esses critérios num contexto macro (regimento de características, interpretações, significados e realizações produzidos pelos sujeitos a partir das relações sócio históricas e simbólico-materiais, tomando como base convenções morais, normativas, materiais/imateriais, intelectuais e

cognitivas que norteiam o ambiente social em que os sujeitos estão envolvidos) e a informação num contexto micro (depende da fundamentação macro da cultura para existir e produzir sentidos). Por outro lado, embora haja essa relação macro (cultura) e micro (informação), é preciso que para produzir novas culturas, é pertinente se ater aos conhecimentos e informações disponíveis, formalizando uma relação de interdependência entre cultura e informação que se dá pela conotação sociohistórica e simbólico-material imanente à cultura de informação).

Ademais, essa designação, classificação, conexão, correção e organização da cultura de informação podem engendrar fundamentos de partilha ou fundamentos de poder via dominação que determinam como a informação deve ser difundida e, de certo modo, até utilizada e apropriada.

O caráter de dominação da cultura vão ao encontro do pensamento nietzschiano de que “O sentido de toda cultura é amestrar o animal de rapina ‘homem’, reduzi-lo a um animal manso e civilizado, doméstico.” (NIETZSCHE, 1998, p. 33) e Deleuze (1976, p. 89-90) acrescenta ao pensamento nietzschiano:

A cultura, segundo Nietzsche, é essencialmente adestramento e seleção. Ela exprime a violência das forças que se apoderam do pensamento para dele fazer algo ativo, afirmativo. Esse conceito de cultura só será compreendido se forem captadas todas as maneiras pelas quais ele se opõe ao método. O método supõe sempre uma boa vontade do pensador, 'uma

decisão premeditada'. A cultura, ao contrário, é uma violência sofrida pelo pensamento, uma formação do pensamento sob a ação de forças seletivas, uma formação que põe em jogo todo o inconsciente do pensador.

Evidentemente que a construção humana da cultura (e da informação) possui vieses de seleção e de coação determinante do pensamento cultural. No entanto, não é interessante que esse viés seja o único ou o principal para formação cultural humana, considerando que há outras perspectivas para além da seletividade que estão impregnadas pelas condutas de autonomia cultural e partilha que são representadas por correntes do conhecimento como a sociohistórica.

As relações entre cultura e informação no âmbito do poder (e de suas formas de dominação) implicam nas formas como setores sociais e organizacionais/institucionais atuam em prol de indicações que justificam os motivos prévios pelos quais os sujeitos necessitam de informação, assim como incide sobre os meios de manipulação e determinação em que os sujeitos terão seus aportes culturais (e também informacionais) selecionados e, por conseguinte, reduzidos em termos de sentidos crítico-criativos.

Essa cultura de informação é prejudicial na medida em que cria um individualismo exacerbado e condições de disputa (muitas vezes desleais) para obtenção da informação entre sujeitos físicos e principalmente jurídicos. As relações na cultura de informação baseada na dominação pelo poder são comumente concebidas por conveniências determinísticas dos segmentos industriais da cultura em prol

da prática da universalização cultural que desrespeita as autonomias particulares.

Em outras palavras, a cultura de poder via dominação prega o determinismo informacional, isto é, um sujeito/autor e/ou sujeito/mediador define o que deve ou não ser transmitido para outro sujeito/usuário que solicita a um sujeito/autor ou mediador determinados conteúdos objetivos que permitam construir informação. Em ambas as situações, importam as satisfações individuais dos sujeitos gerando procedimentos deturpados de representação, disseminação e mediação da informação e a supervalorização da industrialização da informação.

Barreto (2005) assegura que a indústria da informação tem se desenvolvido junto dos instrumentos da globalização absorvendo suas características. A geração de estoques da informação adotou para si preceitos de produtividade e técnica como forma de trabalho. São utilizadas técnicas próprias de redução estrutural da informação. Esta condensação produz uma mutação semiótica do conteúdo do texto quando instrumentos de substituição da linguagem natural são utilizados.

A cultura de informação via dominação é caracterizada pelas seguintes questões:

- a) **visa à concretização de desejos** que pode ser visto como o suprimento de faltas que é comumente associada ao desejo do outro (LACAN, 1998) ou como excessos (DELEUZE; GUATARRI, 2004). A cultura utilitária da informação tem no desejo sua acepção

mais passível de individualidade e arbitrariedade, pois o desejo se situa na concretização de questões comumente ligada a questões emocionais e pessoais em detrimento das questões coletivas (por isso o desejo é visto como suprimento de falta ou de excesso). Essa discussão remete à significação de desejo e seus conflitos semânticos com a necessidade e a demanda. A necessidade é baseada em um conjunto de condições históricas, humanas, psicossociais e institucionais que não são definitivas desde suas origens, mas que podem ser, por uma lado, biológicas (LACAN, 1998) e, por outro lado, racionalmente construídas, conforme as interações entre os sujeitos da informação (a necessidade é uma questão de cunho coletivo, pois transforma tanto o sujeito necessitado quanto o sujeito que ajuda na satisfação da necessidade, podendo observar que os sujeitos podem conceber necessidades mútuas, visando satisfações coletivas). Já a demanda está voltada para as possibilidades quantitativas e qualitativas de satisfação das necessidades ou como procura árdua para satisfação de desejos. No primeiro caso, a demanda se estabelece de forma mais racional, enquanto no segundo é fruto de condições angustiantes e desesperadoras que compõem a desestrutura emocional do sujeito na construção da informação, isto é, importa a um sujeito se apropriar culturalmente do outro, priorizando formas unilaterais de interação em detrimento da reciprocidade e alteridade. O desejo de informação, enquanto

elemento cultural de dominação, está fincado na afirmação da identidade do eu, pois não necessariamente há uma dependência direta do outro para apropriação da informação, já que é possível encontrar formas de apropriação, conforme as demandas determinadas para satisfação do eu. A necessidade é uma mostra de efeito em que se depende do outro para uma simples satisfação após uma solicitação, para satisfações a partir de relações horizontais ou para a consecução de relações conflituosas entre os sujeitos que possuem necessidades diferentes;

- b) **a cultura do poder de dominação é “informacionalmente monista”** (SEN, 1985, p. 51) e se situa perigosamente na medida em que abre espaço para concentração informacional no sentido de que grupos minoritários se apropriam de efetivos poderes para deliberar o que e como se deve construir informação, como ocorre sob o viés dos grandes grupos midiáticos, publicitários e empresariais/industriais/bancários. Essa cultura informacional impõe sorrateiramente (em termos ideológicos) e declaradamente (quando sente sua identidade informacional ameaçada) o tipo de informação que deve ser construído. Vários exemplos correspondem a esse monismo como um presidente de um determinado país que se mostra contrário aos interesses da elite global é execrado pela mídia e pelos grupos políticos interacionais, sendo papel destes

desenvolver junto à sociedade processos de disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação que estabeleçam condições quase que generalizadas de rejeição a realidade específica (presidente contrário aos interesses elitistas). A informação não somente ganha o *status* de poder, quanto conquista vida social que passa a aceitar livremente os preceitos pregados pelos grandes grupos midiáticos e, neste aspecto, a cultura informacional é de dominação precisamente pela livre aceitação de vários setores da sociedade, sem buscar outras fontes ou apropriações mais críticas sobre a questão (a ideia de cultura informacional monista como se baseia na unidade estabelece um jogo de linguagem em que se contesta e aceita passivamente por conveniência). Assim, a informação exerce tonalidade monista notadamente utilitária quando há uma internacionalização do mercado cultural (MORAES, 1998); a formação de uma massa popular consumidora chamada de “[...] cultura internacional popular” (ORTIZ, 1994, p. 111) e concentração de empresas que fortalecem a indústria cultura e fomentam a consolidação de oligopólios midiáticos (MORAES, 1998);

- c) **a cultura de poder via dominação da informação não respeita as diferenças entre as pessoas**, já que está essencialmente vinculada a um processo de dominação em que uma imensa quantidade de pessoas deve se apropriar de forma semelhante a

partir dos conteúdos emitidos pelos grandes grupos informacionais. Neste ponto, a estratégia é criar um nicho de “igualdade **apropriacional**” em que os sujeitos mais absorvem do que pensam, problematizam e refletem. É mais proveitoso, seja para um sujeito qualquer ou para grandes grupos industriais e midiáticos, pois canaliza estratégias informacionais bem definidas que possam satisfazer uma gama de usuários e fornecer níveis de aplicação pragmática para os sujeitos da informação. O poder de dominação da cultura de informação ajuda a desenvolver democracias institucionalistas e representativas que pregam a consolidação das elites políticas (MOURA, 2011) ou, em termos político-econômicos, a constituição deliberada de regimes plutocráticos (SALAZAR PÉREZ, 2011);

- d) **a cultura de informação pelo poder de dominação focaliza na natureza teleológica das ações independente dos procedimentos.** Essa acepção é muito polêmica, pois pode denotar várias coisas: a preocupação com a informação reside no uso para algum fim; a informação só é proveitosa quando utilizada para satisfação (individual ou coletiva); os processos de informação são subsumidos a simples apropriação acrítica. O preocupante quando se pensa em finalidade é que alguém (grupos midiáticos, políticos, industriais e bancários) cria um generalismo teleológico como incentivo para que uma gama de sujeitos da informação acompanhe esse fim. Todos os

processos de informação ficam salvaguardados pelo delineamento do emissor, cabendo ao sujeito/usuário a perspectiva de captar o sentido repassado pelo emissor. Quando Nietzsche (2006, p. 47) afirma que “[...] é absurdo querer empurrar o ser para uma finalidade qualquer. Nós é que inventamos o conceito de finalidade” mostra que a finalidade não pode ser vista como bem supremo da sociedade e muito menos arbitrada por um grupo e que a informação é um ente semântico construído coletivamente e baseado nas interações e autonomias entre os sujeitos. Mas com o olhar teleológico, a informação regressa aos idos antigos da história da humanidade de ser um elemento de molde ou de dar forma a determinados contextos, sendo o sujeito/autor ou mediador (normalmente grupos midiáticos, políticos e industriais/bancários) protagonista na composição dos moldes e o sujeito/usuário um mero instrumento ontológico de aceitação ou apropriação acrítica que dissemina aquilo que foi repassado (neste momento o sujeito/usuário também passa a ser sujeito/mediador de algo que lhe foi imposto para e com outros sujeitos/usuários estabelecendo disseminações acríticas da informação);

- e) **por fim, a cultura de informação pelo poder de dominação é injusta** em virtude de agregar uma determinação histórica do(s) significado(s) pragmáticos da informação. É injusta porque não respeita as diferenças. É injusta porque não sabe lidar

com conflitos, sem abusar da manipulação e das imposições arbitrárias. É injusta porque cria padrões de exatidão que devem ser seguidos pelos usuários como modelos de excelência informacional. É injusta porque favorece práticas de dominação e concentração informacional e, por conseguinte, de desvalorização da democracia. É injusta porque desrespeita a força de movimentos sociais e suas compreensões/apropriações informacionais esnobando as diversas formas de interação e primando pela condenação prévia.

Em síntese, a cultura de informação pelo poder de dominação não é humanista por ser concebida de cima para baixo afirmando concepções lineares e arbitrárias de emissão e recepção, determinando sentidos prévios de compreensão, buscas permanentes e “escravizantes” de satisfação (consumo exacerbado, por exemplo) e inserindo os usuários como meros espectadores de seus desejos e demandas em detrimento da produção e satisfação de necessidades sociais de informação. Daí os motivos pelos quais as resistências culturais discutidas no tópico anterior da pesquisa são prementes e se articulam de forma tão intensa em níveis locais, regionais, nacionais e globais.

3.1.2 Informação e política-economia

A informação se manifesta largamente nos contextos políticos e econômicos, conforme já discutimos no tópico sobre informação e sociedade. A articulação entre os termos política e economia ocorre pela complementaridade pragmática que possuem na sociedade contemporânea, em

especial, em grandes organizações públicas e privadas e como se reproduzem nas percepções informacionais contemporâneas formalizando a política e economia da informação. A política entendida como sinônimo de processo social e científico que prima pela organização e gerenciamento de instituições, pessoas ou municípios, estados e países e a economia como processo de análise e deliberação das atividades de produção/consumo de serviços/produtos tencionam perspectivas holísticas de atuação de governos e instituições públicas e/ou privadas.

No âmbito da informação, política e economia se consagram como forte instrumento de aplicação em gestões governamentais, além de organizações públicas e privadas. A política de informação indica a passagem de uma intenção formal de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada de governo (BARRETO, 2003), enquanto “[...] a Economia da Informação tem sido tratada na Pesquisa Social, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como um conceito relacionado às mudanças estruturais dos fatores de produção, em particular o fator mão-de-obra” (BUENO; JANNUZZI, 2005, p. 2).

A relação entre política e economia da informação se estabelece com efetividade na conjuntura da globalização (ou mundialização) informacional. Azevedo (2006, p. 58) afirma que “[...] globalização e informação são hoje em dia dois dos conceitos mais discutidos no mundo inteiro. Indiscutível também é dizer que se inter-relacionam e se potenciam um ao outro, não sendo praticamente possível olhá-los indistintamente. Um é intrínseco ao outro”. Cesnik e

Beltrame (2005, p. 6) afirmam sobre a relevância da informação para os encaminhamentos da globalização:

Estamos em um processo que em grande medida se mantém graças a uma evolução nas técnicas da informação. Ainda que a técnica tenha sido sempre fundamental na construção da história, na globalização é primeira vez que uma técnica, a da informação, invade a totalidade de uma situação, responde pelo avanço de todas as atividades produtivas.

A relevância da informação para o processo de globalização não somente é imensa como não seria exagero afirmar que a globalização é fruto do próprio processo de expansão e redimensionamento da informação. Porém, a informação aqui tratada não é referente a um ente abstrato, mas uma configuração pragmática acompanhada de processos de organização/tratamento/representação, acesso/uso/ recuperação, apreensão/apropriação, além de processos de comunicação e armazenagem e ainda das tecnologias de informação que compõem substratos materiais para o desenvolvimento dos processos de informação em nível planetário e ainda com atividades de gestão que dinamizam e promovem tomadas de decisão a informação em nível individual e coletivo.

A informação é componente fundante da globalização no aspecto cultural (produção de sentidos locais e globais das crenças e condutas do cotidiano social), político (interpretações, compreensões e apropriações sobre tomadas coletivas de decisão) e econômico (estratégias disseminadoras/mediadoras de produção e organização de

serviços/produtos). Porém, é pertinente enfatizar que essa tão propalada informação pragmatizada (do ponto de vista mais desumano) se constitui comumente como elemento de dominação e concentração de bens e valores financeiros a um pequeno grupo de empresários, industriais, banqueiros e políticos engendrando sérios problemas de pobreza e desigualdade social. Lastres e Albagli (1999, p. 13) argumentam que:

As teses que consideram que a globalização implica espaços homogêneos e um mundo “sem fronteiras” são as que supõem que as informações, conhecimentos e tecnologias são simples mercadorias, passíveis de serem “transferidas” sob a mediação dos mercados via mecanismos de preço. Nestas análises, credita-se aos avanços nas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de realização conjunta e de coordenação de atividades de pesquisa e desenvolvimento por participantes localizados em diferentes países do mundo, permitindo tanto a integração das mesmas em escala mundial, como a difusão rápida e eficiente das tecnologias e conhecimentos gerados.

Assim como ocorre no discurso da cultura industrializada analisada no tópico anterior, é possível atestar que ocorre no contexto político-econômico. Em verdade é o contexto político-econômico (grandes grupos) que modifica as formas ideológicas e culturais do fazer humano a partir de estratégias planetárias homogêneas com a finalidade de expandir a produção e comercialização de bens, além de incentivar o exacerbado consumo pelo usuário. A informação

deixa de ter uma compreensão sociocognitiva crítico-social (o produto visto como maneira de produzir e socializar conhecimento) para ter uma mera percepção comercial de produto (status de ter acesso às mais modernas tecnologias digitais).

Essa realidade industrializada ocorre, sobretudo, pela maneira funcional de analisar a informação na globalização. Por exemplo, um olhar funcionalista delibera isoladamente funções informacionais na sociedade favorecendo pensamentos da ideologia dominante de que o consumo em prol do crescimento do mercado financeiro é a alternativa mais viável para o desenvolvimento humano. A informação constitui sentido prévio (por quem a controla) e arbitrário (é transferida modularmente para a sociedade) como mostra de determinar que as necessidades são homogêneas, sendo a informação tratada como mera mercadoria, já que um emissor impõe produtos/serviços e o sujeito/usuário aceita passiva ou contestativamente, mas está sujeito às imposições do mercado financeiro (indústria cultural, ideologia do mercado, político-econômica calcada no crescimento financeiro do Estado, do mercado financeiros e das grandes organizações). Ardalan (2011) desenvolve estudo sobre a globalização da informação contemplando aspectos epistemológicos e tecnológicos a partir de quatro vieses: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical:

- a) o primeiro se constitui pragmaticamente na orientação e preocupação em compreender a sociedade, de modo que a informação produzida seja

utilizada numa perspectiva social a partir de problemas orientados para uma abordagem, uma vez que esta abordagem pode fornecer soluções práticas para problemas informacionais práticos;

- b) o segundo vê a posição funcionalista como insatisfatória por duas razões: primeiro, os valores humanos afetam o processo de investigação científica, isto é, o método científico não é livre de valores, uma vez que o quadro de referência do observador científico determina a maneira pela qual o conhecimento científico é obtido; em segundo lugar, nas ciências culturais, o assunto é de natureza espiritual, já que os seres humanos não podem ser plenamente estudados pelos métodos das ciências naturais, que visam estabelecer leis gerais. Na esfera cultural, seres humanos são percebidos como livres. A compreensão de suas vidas e ações pode ser obtida pela intuição dos conjuntos sociais totalizadores que produzem informação, que supera por análise atomística o paradigma funcionalista;
- c) o terceiro parte do reconhecimento de que a ascensão contemporânea do neoliberalismo e a compreensão do mundo financeiro revelam as conotações ideológicas da globalização em que o quadro de histórico e teleológico neoliberais de compreensão do processo de reestruturação é disseminado e utilizado pelos defensores da globalização como uma metáfora para impedir a mudança. Para tanto, naturalizam o surgimento diuturno de mercados financeiros globais,

o que é representado como um resultado benigno e inevitável da lógica racional de expansão do mecanismo de mercado e implementado pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação;

- d) o quarto afirma que uma sociedade de classes é essencial para a compreensão da natureza do conhecimento, já que todo conhecimento é específico da classe por ocupar um lugar no processo produtivo. O conhecimento é mais do que um reflexo do mundo material em seus pensamentos, pois além de ser determinado por sua relação direta com a realidade, diferentes classes ocupam posições diferentes no processo de transformação material.

Observamos que dos quatro vieses, o primeiro parece defender uma visão globalizante funcional da informação na sociedade atentando para o papel de cada tipo de informação em cada tipo de sociedade. Essa percepção é reducionista em virtude de impossibilitar a compreensão das contradições político-econômicas e informacionais entre sujeitos e grupos sociais. O viés interpretativo favorece o olhar de que é nas ciências ditas humanas e sociais que a informação como fenômeno globalizado pode ser mais amplamente entendida por valorizar aspectos humanísticos das relações empresariais, econômicas e tecnológicas entre sujeitos e organizações. Já o viés humanista radical é considerado o mais crítico, pois inspirado nas teorias marxianas e marxistas, contesta a lógica do capital informacional pautado na concentração financeira e política das grandes nações e

organizações que moldam as relações conforme seus prazeres e demandas. Por fim, o estruturalismo radical estabelece divisões no processo produtivo de informação que, por um lado, pode ser hierárquico (estruturas arbitrárias de informação) ou horizontais (estruturas dialógicas da informação).

Temos ainda que informação e globalização se relacionam em várias perspectivas, tais como: inovação científica e tecnológica (no sentido de desenvolver uma compreensão sobre a necessidade de produzir o novo na sociedade global); políticas públicas e políticas de inovação (estratégias de governos municipais, estaduais e federais, além de organizações globais em desenvolverem estratégias de acesso à informação e construção de novas práticas sociais, científicas e tecnológicas); novos espaços e regulações do trabalho (necessidade de qualificação intelectual do trabalhador e dinâmicas de relações sociais do trabalho); novos diálogos entre sujeitos e organizações. A relação entre política e economia da informação pode ser também perceptível através da ementa proposta pelo Grupo de Trabalho cinco (GT 5) da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (2021, p. [2]) que aborda:

Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.

Assim, é possível observar as conexões latentes entre política e economia da informação como produtores de substratos informacionais para o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empresarial/industrial, ambiental e ético, embora esses fatores enfrentem permanentes contradições em face da consecução de interesses humanos diferenciadas. Em particular, um assunto é salutar para reflexão neste tópico: a economia política da informação. Essa é influenciada pelas teorias marxianas e marxistas e pelo velho institucionalismo (MOSCO, 2000). A economia política da informação é uma subdisciplina pluridisciplinar atrelada às Ciências Econômicas e a CI/Comunicação e está situada criticamente entre o advento da sociedade da informação, da sociedade em rede, das práticas globalizantes da informação, do desenvolvimento das tecnologias digitais e dos sujeitos que compõem os processos de informação na dinâmica valor informativo-trabalho.

Quando se diz “situada criticamente” é que a economia política da informação busca alternativas de repensar o modelo informacional vigente nas relações de trabalho entre os sujeitos, pois conforme Herscovici (2003, p. 7):

O modelo emissor receptor é geral e abstrato demais para poder dar conta das especificidades sociais, históricas do conjunto das situações de comunicação. O formalismo resultante de tal análise pode ser comparado ao formalismo dos economistas neoclássicos que concebem o mercado como um espaço “abstrato” no qual se confrontam oferta e demandas anônimas e no qual a racionalidade a-social e a-histórica dos

agentes permite maximizar certas funções. Em outras palavras, as variáveis sociológicas e históricas são excluídas do campo de estudo.

Concordamos com o autor que o modelo emissor-receptor é limitado para compreender os processos comunicacionais entre os sujeitos, assim como situa a informação muito abstrativamente. Por este motivo propomos estratégias como o “modelo interacionista dos sujeitos da informação”, conceito crítico-social da informação enfatizando uma dialética informacional, além dos sete fatores que compõem relações entre os sujeitos da informação e ainda a profusão da meta-mediação da informação, visando promover fundamentação mais materializada a informação, de modo que aquilo que está em jogo não é a simples transmissão de sinais ou a linear relação entre emissor e receptor, mas múltiplas relações entre sujeitos humanos e não-humanos da informação.

Porém, o discurso da pesquisa é destoante do autor da citação quando fala que variáveis sociológicas e históricas devem ser excluídas do estudo. A nosso ver, o que traz abstração informacional não são as variáveis sociológicas e históricas, mas os procedimentos de predeterminação da informação entre os sujeitos, ou seja, os processos de dominação informacional entre os sujeitos. É precisamente por esse motivo que propomos sete percepções pragmáticas que compõem o conceito crítico-social de informação (origem, temporalidade, normatividade, intencionalidade, dinamicidade, originalidade, efetividade), visando compreender os processos materiais de informação a partir de relações entre os sujeitos para uma posterior assimilação e

apropriação (neste momento a abstração está situada diante da realidade material) e, por conseguinte, a efusão diametral entre dominação/concentração informacional e partilha da informação.

A partir do momento que vislumbramos múltiplas relações informacionais não estamos mais focalizando centralmente a relação emissor e receptor (embora essa relação sempre vá existir como sinônimo de configuração relacional), mas as características sociais, culturais, históricas, intencionais, ideológicas e políticas entre os sujeitos da informação e como essas características produzem efeitos no processo de construção da informação.

Quando aceitamos que a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana; que a informação representa o principal ingrediente da organização social e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico da estrutura social; a tecnologia não determina a sociedade e nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, mas o resultado depende da complexidade interativa de ambos os sujeitos; que o capitalismo informacional estabelece uma interação mais ampla entre as economias deslocando a autonomia das economias nacionais para economias globais (CASTELLS, 1999) estamos inexoravelmente focalizados em afirmar as influências dos processos pragmáticos da história na composição da economia política da informação.

A informação, embora seja reconhecida como abstrata quando da apropriação, é concreta quando produz

conhecimento e socializa novos processos comunicacionais, pois referencia os sujeitos em suas condições materiais (na profissão, na família, na religião, na comunidade, no processo de decisão política, na conduta cultural, etc.) e indica instrumentos/ferramentas utilizados para consecução das relacionais informacionais.

Para compreender melhor essa condição concreta da informação, duas questões são pertinentes na economia política marxiana: “[...] distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que pode descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 1989, p. 16) e “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1982, p. 14).

Aplicando o pensamento de Marx à economia política da informação, é preciso considerar, em primeira instância, as heurísticas e investigações para construção da informação. Para tanto, é preciso ponderar aspectos materiais que corroboram na construção da informação, como as tecnologias (impressas e digitais), documentos (impressos e digitais), espaços de informação, serviços de informação, profissionais de informação, usuários da informação, assim

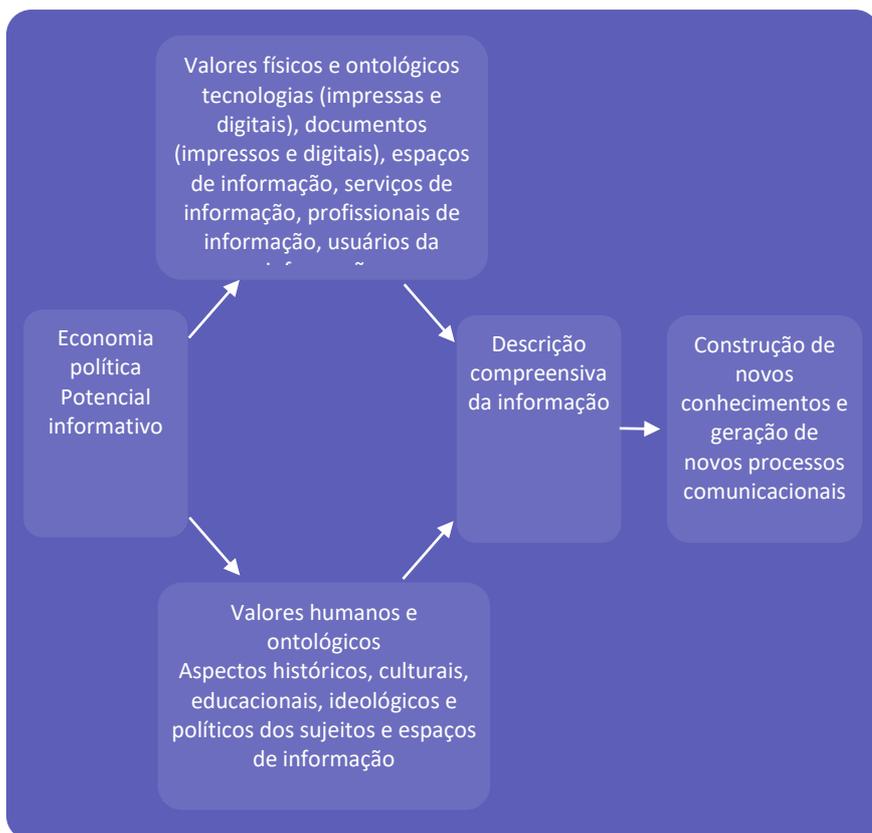
como valores históricos, culturais, educacionais e ideológicos.

A concretude da informação e sua relevância na formação político-econômica é o construto baseado no paradigma emergente que “[...] inclui todas as formas alternativas de sociabilidade doméstica [...], baseadas na [...] autoridade partilhada [...] e na democratização do direito doméstico [que impele para] o novo senso comum emancipatório do espaço doméstico [baseado] numa tópica retórica orientada pelos topoi da democracia, da cooperação e da comunidade efectivas” (SANTOS, 2000, p. 311-312).

Todos esses elementos ontológicos precisam ser considerados holisticamente para compreender os postulados materiais que envolvem a informação. Somente após essa perscrutação material é possível descrever as interpretações, compreensões e apropriações da informação. Assim, a informação é concreta quando investigada e abstrata quando descrita/apropriada. Porém, volta a ser concreta quando gera novos construtos do conhecimento e processos comunicacionais formalizando uma economia política informacional permanentemente dialógica e conflituosa na díade concreto-abstrato.

A próxima figura mostra a informação no âmbito da economia política:

Figura 5: Informação no âmbito da economia política



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos o eterno conflito da informação no âmbito da economia política na díade concreto-abstrato quando o potencial informativo é a investigação a ser concretizada (ponto de partida material); já os valores físicos e humanos denotam a ontologização da informação no espectro investigativo da economia política, pois demonstra os graus de intencionalidades dos sujeitos da informação (dominação ou partilha; troca, compra, doação; possibilidades de acesso e uso; conhecimento prévio dos

sujeitos; instrumentos documentais e tecnológicos disponíveis...) ou, em outras palavras, como os dados são organizados, disseminados e mediados, como são gerenciados, quais instrumentos tecnológicos disponíveis (estrutura tecnológica disponível e possibilidades de expansão das redes sociais), como os usuários se relacionam, quais normas de conduta para profissionais e usuários; a descrição compreensiva é referente à exposição dos sujeitos sobre o processo material anterior (momento de abstração); e a construção de novos conhecimentos/geração de novos processos comunicacionais se constitui em uma nova concretude informacional.

No entanto, quando se fala em informação como fenômeno concreto, não significa algo que se possa necessariamente tocar, mas que se possa aplicar, dialogar e sentir na realidade social. Por isso, uma informação predeterminada (que não passa pelos processos materiais) inferioriza a relevância da economia política informacional e uma informação que se torna estante na descrição não leva à plenitude do caráter concreto da informação.

3.1.3 Informação e educação

Conforme discutido brevemente no tópico sobre informação e sociedade, os campos da informação e da educação se constituíram como atividades eivadas de conexões epistemológicas, sociais e pragmáticas na contemporaneidade nos diversos setores da educação. E quais seriam as interrelações entre informação e educação? Neste caso, consideramos as interrelações conceituais (significação) e humanas (sujeitos que compõem práticas em

comum) entre informação e educação.

Primeiramente, é pertinente ponderar que o conceito de educação determina os possíveis significados de informação ou podemos afirmar de forma mais direta que a informação depende do conceito de educação para se estabelecer. Esta afirmação se justifica na declaração de Rousseau (1979, p. 10) de que “[...] nascemos fracos, precisamos de forças; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”

A educação, dependendo de como se constitua, age como articulista que dá vazão, por um lado, à construção utilitária da informação (sentido restrito) ou à construção histórica e social da informação (sentido amplo). No entanto, a educação aqui propagada não está situada essencialmente no âmbito do conhecimento formal (escolar e universitário, por exemplo) e muito menos de emancipação política, mas, conforme afirma Tonet (2005) na educação pautada nos processos de desenvolvimento e emancipação humana que permite formas ilimitadas do sujeito participar ativamente de sua própria construção de vida superando formas de exploração social e do trabalho.

Quando vislumbramos a educação na acepção do desenvolvimento humano, estamos preocupados na ampliação das formas de convivência social e satisfações coletivas que favorecem uma materialização humana da informação e não de uma cruenta hierarquia de **ter** educação (formal e/ou informal) que manipula tendenciosamente a produção da informação entre os sujeitos.

Assim, podemos dizer que o grande desiderato de inter-relações entre informação e educação reside na promoção da **autonomia** resultante do desenvolvimento interacional dos sujeitos e mediação pelo meio. Observamos que os casos de autonomia na educação e informação são complementares e indissociáveis na medida em que pensam o desenvolvimento do sujeito fundamentado na concepção de que o plural e o coletivo redimensionam o singular e individual, respectivamente, que o olhar histórico integrado entre os tempos aprimorar as interculturalidades e tomadas de decisão e tornam os conflitos criações sociais contextualizadas na construção de sentidos.

A interrelação entre informação e educação no âmbito da autonomia parte do pressuposto de que ambos não estão contemplados na certeza ou no fenômeno dado, mas de possibilidades e utopias que não são visualizadas como refúgio, mas como necessidade de realizações construídas na história. Paulo Freire (2001, p. 85):

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia.

A utopia é uma das principais maneiras que buscamos integrar o processo educacional, tanto no âmbito formal, quanto familiar e social. A utopia para a educação constitui

princípio que move a construção do conhecimento humano por meio da ação partilhada que necessita de processos de mediação entre sujeitos. A utopia para a informação reconhece-a como fenômeno intersubjetivo superando a percepção simplista de que um sujeito informa ao outro e preconizando que as pessoas se informam com forças desproporcionais ou de forma mútua através de práticas de mediação.

A prática informacional-educacional exerce papel de mediação no sentido lato referente à intervenção (VYGOTSKY, 1998) e interferência (ALMEIDA JÚNIOR, 2008a; 2009). O uso dos termos intervenções e interferências se estabelecem de forma complementar, uma vez que o primeiro significa a prática da mediação propriamente dita com a finalidade de mudança de um estado para outro por meio dos recursos, fontes e serviços de informação (neste caso, a intervenção significa uma tentativa de mudança prioritária do estado do usuário e também do próprio profissional da informação e do centro de informação) e a interferência seria a transformação social e cognitiva concebida a partir da intervenção, em caráter particular, do usuário, de sorte que a intervenção tem um constituinte inicial fundante de relacionar a tríade centro de informação-profissional da informação-usuário, enquanto a interferência busca promover reconstruções de conhecimento pelo usuário e uma reavaliação das práticas mediacionais envidadas pelo profissional da informação.

A prática informacional-educacional para lograr seus desideratos mediacionais necessita de instrumentos humanos (pessoas e/ou profissionais especializados), materiais

(estruturas físicas, tecnológicas e serviços/produtos) e pedagógicas (heurísticas didáticas de aproximação com o público considerando as percepções plurais do mundo), visando promover perspectivas dialógicas de aprendizado.

A autonomia é precisamente o resultado que percebemos de como a educação promove significação à informação, pois a autonomia na educação é resultado de uma construção desde a infância contemplando uma perspectiva de descentração em detrimento do egocentrismo, bem como superar a coação em favor de uma cooperação e ainda primando por um autogoverno. (PIAGET, 1994) e a autonomia da informação “[...] está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.97).

O ápice da autonomia interrelacional entre informação e educação envolve o que podemos chamar de uma vida com sentido de felicidade e sustentabilidade (esta última no sentido de saudável física, emocional, clínica e espiritualmente). É pertinente destacar que nossas utopias devem buscar, sobretudo, o equilíbrio entre felicidade e vida saudável e a relação educação-informação é uma das melhores maneiras de conquistar este equilíbrio pelo fato de auxiliar na produção de conhecimentos e estratégias de vida social/individual ao longo da história e conduzir sentidos para ações do dia a dia que primem pela diáde da vida feliz-saudável.

De outra forma, a inter-relação entre informação e educação reside na condução transversal entre saúde, mente, espiritualidade, relação com a natureza e desiderato físico dos sujeitos consubstanciando uma autonomia nos mais diversos devires humanos. Em artigo escrito sobre passos para uma vida feliz e saudável, Roger Walsh (2011, p. 2-10) delimita oito passos que equilibram vida feliz e saudável que denomina de Terapia de Mudança no Estilo de vida (TLC em inglês), a saber:

- a) **exercícios** – oferece benefícios físicos que se estendem a várias partes do sistema corporal humano reduzindo o risco de várias doenças e distúrbios, atuando como fator preventivo de redução de riscos de depressão, doenças relacionadas a idade como Alzheimer e Parkinson e benefícios como equilíbrio da ansiedade, diminuição de dores crônicas, etc.;
- b) **dieta e nutrição** – está dividida na seleção de alimentos (frutas multicoloridas, verduras, legumes, consumo de muita água, peixes que contenham ômega 3 que podem melhorar o desempenho cognitivo), suplementos (podem oferecer valiosos benefícios profiláticos e terapêuticos para a mente e a saúde), imersão midiática e hiperrealidade (uso equilibrado das tecnologias digitais e mídias, com vistas ao despertar de habilidades);
- c) **tempo com a natureza** – demanda um olhar mais íntimo com os ambientes naturais como passeio à beira-mar, contato com animais, árvores como forma de estabelecer maior leveza da mente e da cognição

em detrimento do excessivo contato com ambientes artificiais;

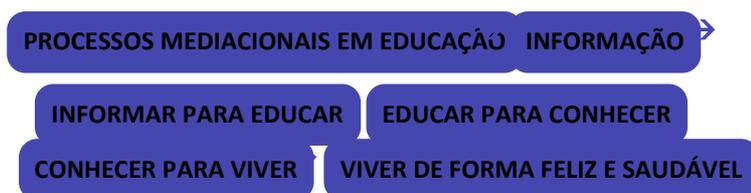
- d) **relacionamentos** – a proximidade intensa com quem gostamos, permite um impacto promissor para felicidade, saúde e bem-estar dos sujeitos que pode contribuir nas relações entre sujeitos de forma geral;
- e) **contribuição e serviços sociais** – consiste na preocupação em olhar para o outro para além de nós mesmos, visando promover em nossas mentes o desenvolvimento humano do bem coletivo. Em outras palavras, a reciprocidade envolve o uso maior de tempo para ajudar pessoas, comunidades e viver o cotidiano humano na participação em grupos que façam bem a saúde física, mental e cognitiva;
- f) **recreação e atividades agradáveis** – envolvem brincadeiras e atividades de entretenimento, arte (música, pintura, desenho, etc.) e prazeres estéticos, visando evitar ou curar doenças como depressão;
- g) **relaxamento e controle do estresse** – promove o desenvolvimento de atividades como meditação e yoga com a finalidade de diminuir o estresse do cotidiano, o humor, além de distúrbios cognitivos e mentais;
- h) **envolvimento religioso ou espiritual** – é mais provável que seja benéfico quando se centra em temas como o amor e o perdão e é provável que seja menos útil ou mesmo prejudicial à saúde mental quando temas de punição e culpa predominam. Benefícios abrangem

uma série de medidas de saúde mental que incluem reforço psicológico, relacional, e conjugal, bem como a redução das taxas de doenças tais como ansiedade, depressão, abuso de substâncias e suicídio.

Embora os princípios propostos sejam adequados a saúde demonstram um olhar dinâmico acerca do que significa “informar-se” e “educar-se” para uma vida saudável e feliz. No entanto, não devemos levar em consideração estes princípios como fundamentos formalistas que devem ser rigorosamente seguidos, mas como fundamentos construídos visando à autonomização dos sujeitos.

É preciso ressaltar que estes princípios tanto podem ser agregados ao contexto da educação formal (escolas, universidades), quanto no contexto da educação informal (familiar e cotidiana) e pressupõe a consecução da seguinte equação:

Figura 6: Processo educativo da informação



Fonte: Elaborado pelo autor.

A interrelação entre informação e educação ainda pode ser contemplada pelo viés dos usuários da informação, já que estes justificam o ideário construtivo da educação e da produção informacional. Calva González (2013, p. vii) afirma que:

Os usuários são a razão pela qual a informação

deve ser armazenada, desta forma pode ser utilizada por futuras gerações e, assim promover o progresso da ciência, tecnologia, humanidades, artes e, geralmente, na própria sociedade, porque a informação organizada e armazenada em qualquer meio (como livros ou servidores) é para ser usada pela sociedade através dos lugares onde se encontra como bibliotecas, hemerotecas, centros de documentação ou qualquer outra unidade de informação. Por tais razões, é preciso ter um perfil completo da comunidade de usuários as quais são fornecidas a informação. O desenvolvimento de perfis de usuários permite que as unidades de informação respondam às suas necessidades informativas, satisfazendo-as.

A informação conquista seu *status* plenamente humano quando gestada no contexto dos usuários e focalizada na construção de conhecimentos socializadores e pautados na dinâmica histórica dos sujeitos da informação. A interrelação entre informação e educação se constitui como conjunto de práticas humanas essencialmente ligadas à realidade de bibliotecas, especialmente públicas, escolares, universitárias e comunitárias/populares, outros ambientes de informação e espaços virtuais atrelados a ambientes de informação ou não.

O usuário na prática informacional-educacional é um ser ambientado em espaços institucionais como escolas e universidades que dependem de informação para desenvolver suas trajetórias educativas, humanas e profissionais. Portanto, o usuário é um sujeito que participa direta ou indiretamente, singular ou pluralmente, consciente

ou inconscientemente nos processos de construção da informação em espaços informacionais.

No entanto, associar informação e educação implica na busca pela superação do discurso simplista de que o usuário tem necessidades que precisam ser supridas considerando que apenas essa identificação não é suficiente para designar práticas informacionais-educacionais no âmbito dos ambientes de informação, já que a relação entre ambos os conceitos pode ser concebida no contexto sociointeracionista.

Silva e Silva (2012) descrevem características mediacionais que, embora aplicadas à biblioteca escolar, são pertinentes para compreender perspectivas relacionais entre informação e educação aplicadas a outros ambientes de informação, incluindo a realidade geral de usuários que são divididos em: atividades implícitas (sinalização do espaço em caráter interno e externo; a formação e desenvolvimento do acervo calcado na perspectiva do desenvolvimento de uma rede e vinculado a questões do cotidiano dos usuários; organização da informação dialogada com os usuários); e atividades explícitas (incentivo à leitura de mundo; incentivo à pesquisa na formação de competências para os sujeitos da informação envolvidos; serviços de informação, especialmente no contexto da referência e da informação utilitária; uso das tecnologias digitais como instrumentos pedagógicos).

As atividades expostas demonstram que a informação não é um elemento de “natureza”, mas de produção social que deve ser buscada pelos sujeitos da informação. Por isso,

para a infoeducação, a formação de bibliotecas escolares, universitárias, públicas e comunitárias/populares se referencia como espaços de socialização desenvolvidos com a participação dos usuários e não simplesmente para os usuários.

Poderíamos, então, afirmar que a relação entre informação e educação se constitui na formação de grande rede de informação. Essa grande rede é formada a partir de redes específicas, tais como: redes humanas (conexão de usuários que interagem considerando as necessidades sociais pensadas a partir do cotidiano); redes institucionais (desenvolvimento dos ambientes de informação e suas dimensões técnicas e sociais); redes não-humanas (elementos tecnológicos de cunho impresso e digital que compõem encaminhamentos interacionistas das duas primeiras redes). A conexão entre essas redes prioriza a informação como bem potencialmente de todos, mas que associa apropriação com participação.

Estabelecemos uma relação entre a prática informacional-educacional e o pensamento sociointeracionista dos usuários da informação através do discurso de Araújo (2010) que atribui três perspectivas: fenomenologia (envolve os estudos sobre usuários da informação a partir da realidade concreta do cotidiano); interacionismo simbólico (os usuários produzem informação a partir de significados oferecidos; que esses significados são provocados por interações; e de que os significados são manipulados por um processo interpretativo); etnometodologia (reúne pesquisas empíricas dos métodos

que os sujeitos utilizam para dar sentido às ações do dia a dia); hermenêutica (baseado em conceitos de Capurro e Geertz referentes a como os sujeitos interpretam a informação considerando fatores científicos e culturais).

A relação entre educação e informação é metodológica quando trata de heurísticas conectivas nos campos da informação e educação. É científica quando estuda aplicações a partir de métodos científicos. É pedagógica quando trata de estratégias lúdicas para respaldar as atividades de usuários estudantes desde a infância, assim como para apoiar o fazer do docente. É técnica quando trata da aplicação de processos informacionais de organização, acesso, uso e apropriação da informação, além de processos de gerenciamento pedagógico da informação. É cultural quando se baseia no cotidiano de crenças e ações cotidianas dos sujeitos da informação e quando suas práticas transformam/aprimoram as condutas e crenças dos sujeitos da informação. É política quando trata da elaboração de programas, projetos e planos para o desenvolvimento de ações em ambientes de informação no contexto dos ambientes virtuais de aprendizagem e quando se trata da administração de valores humanos e cognitivos. É tecnológica quando se vale da aplicação de instrumentos teóricos, metodológicos e empíricos de caráter técnico-científico. É gerencial quando se apoia em ações pedagógicas para tomadas de decisão.

As interrelações entre informação e educação ainda podem ser concebidas por meio das terminologias sintetizadas no quadro que segue:

Quadro 4: Interrelações entre informação e educação

Termo	Motivo(s)
Tecnologias de informação e comunicação	Meio para organização, mediação, disseminação, recuperação, acesso e uso da informação. Meio para interação social, mediação pedagógica, estímulo de aprendizagem e produção (colaborativa ou não) de conhecimento.
Documento	Meio de expressão/institucionalização do conhecimento e transmissão de mensagens para produção da informação. Expressão formal ou informal de conhecimento para o desenvolvimento humanístico-educacional.
Conhecimento	Informação e educação possuem como finalidade direta a construção do conhecimento.
Usuário da informação	Todo usuário da informação se desenvolve em um processo educacional formal e/ou informal e necessita de informação para dinamizar/humanizar sua educação.
Autonomia	Todo processo educacional-informacional deve ser focalizado na busca pela autonomia.
Interação	Informação e educação só se desenvolvem de forma direta por meio da interação entre sujeitos humanos e/ou não-humanos.
Aprendizagem	A educação é um permanente processo de aprendizagem e a informação é um subsídio

	compreensivo e de apropriação para o desenvolvimento da educação.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

A interrelação entre informação e educação, além de forte teor humanista e cultural, também apresenta características pragmáticas e para se desenvolver de forma sólida tem sua base recorrente ao conceito de competência (de forma mais específica a competência em informação). O conceito de competência possui variados significados e são desenvolvidos largamente nos campos da educação e da informação.

A origem do termo competência é expressa por Dias (2010, p.74) da seguinte forma:

O termo competência (do latim *competentia*, “proporção”, “justa relação”, significa aptidão, idoneidade, faculdade que a pessoa tem para apreciar ou resolver um assunto) terá surgido pela primeira vez na língua francesa, no século XV, designando a legitimidade e a autoridade das instituições (por exemplo, o tribunal) para tratar de determinados problemas. No século XVIII, amplia-se o seu significado para o nível individual, designando a capacidade devida ao saber e à experiência.

A origem do termo competência tem o objetivo primordial de promover, por um lado, a formação de habilidades e aptidões e, por outro lado, concepção de justiça e idoneidade a atividades relacionadas a informação, conhecimento, educação, aprendizagem, gestão, uso de tecnologias, interações sociais, práticas profissionais,

acadêmico-científicas, políticas, culturais e institucionais.

Logo, o conceito de competência não tem o objetivo de substituir outros conceitos no campo da ciência e da sociedade e sim de dar um sentido pragmático que aproxime a(s) causa(s) e o(s) efeito(s) dos fenômenos. Ter competência ou ser competente é uma forma de compreender e atuar translucidamente em torno da(s) causa(s) e consequência(s) de determinada(s) realidade(s).

Não é coincidência que o termo competência surge nos pré-moldes da Ciência Moderna como forma de designar o valor teórico e empírico do conhecimento (validade do conhecimento), a legitimidade institucional de como lidar com instrumentos relevantes como leis, doutrinas, normas (campo jurídico), tomadas de decisão no plano político e individual e se aprimora nas possibilidades de como lidar com as experiências e o comportamento individual/coletivo dos sujeitos. O conceito de competência pode ser representado no dizer de Santos (2010, p.51) como:

Um conjunto de conhecimentos teóricos, práticos e intuitivos que envolvem comportamento ético e moral, os quais são adquiridos ao longo da vida e empregados na realização de uma determinada ação em um determinado contexto profissional. Esta se caracteriza como um processo, está ligado a pessoas e seus resultados podem ser avaliados.

Este pode ser considerado um conceito que representa o *ethos* histórico-semântico, já que a competência é construída na trajetória teórica, prática, intuitiva e perceptiva dos sujeitos sendo considerada como processo

interpessoal com vistas a consagração de resultados. O conceito de competência está relacionado à ética e à prática moral na medida em que está preocupado nas tomadas de decisão mais eficientes e eficazes considerando de forma associativa necessidades individuais e coletivas.

Outrossim, este conceito está ligado às maneiras de como os sujeitos lidam com o cotidiano nos mais diversos devires selecionando as formas mais adequadas de ação. Por isso, o conceito de competência está ligado ora a atribuição, ora a qualificação ou ora característica (CEITIL, 2006), combinação de conhecimentos, capacidades e atitudes adequadas ao contexto (MONCLÚS ESTELLA; SABÉ VERA, 2008) e concretização/formulação de raciocínios, decisões conscientes, inferências, hesitações (PEREIRA, 2005).

Objetivamente atentando para a relação entre informação e educação, o termo competência pode ser utilizado no sentido da formação de habilidades para lidar com conflitos, aguçamento da percepção dos sujeitos, amadurecimento intuitivo, aprimoramento nas formas de se relacionar, procedimentos para conhecer determinadas questões, aproximação consistente entre teoria e prática no sentido de saber o que é adequado, processos para mediação e apropriação de conteúdos aproximando informação e educação no contexto humanístico-pragmático, considerando diversas possibilidades de aplicação e as melhores formas de aplicação de acordo com os contextos avaliados.

O discurso sobre competência em informação possui diálogo estreito com a educação e questões afins como ética, profissão, economia, filosofia, pois está sensivelmente

preocupada em pensar questões teórico-pragmáticas de aplicação a realidades diversas (cotidianas, profissionais e científicas, por exemplo) sustentado por fundamentos éticos que prime pelo desenvolvimento do conhecimento tornando-o mais humano e acessível a todos respeitando questões de raça, credo, gênero, nível econômico-financeiro, etc. para os sujeitos envolvidos na construção de competências.

Segundo Gasque (2013, p. 5) a competência em informação:

Refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos.

A atividade informacional-educacional redimensiona a competência em informação em dois contextos: o primeiro é referente ao ato de desenvolver o conhecimento para aplicação em múltiplos contextos considerando as variâncias culturais dos sujeitos envolvidos e a concepção da necessidade de informação ser construída; o segundo é que a competência não é vislumbrada apenas do ponto de vista individual, mas dos sujeitos que estão envolvidos na construção da informação. No ambiente educacional, em especial, alunos, professores, direção, funcionários técnico-administrativos devem ser considerados na identificação de necessidades e desenvolvimento de competências que permita o uso da informação socializadamente a fim de que o

ambiente educativo seja um produtor coletivo de conhecimento. Para tanto, é preciso pensar um conjunto de competências que norteiam a prática infoeducacional, a saber:

- a) competência ética – referente ao reconhecimento da conduta e comportamento moral dos sujeitos da informação a fim de definir estratégias de ação. A ética não deve ser vista como solucionadora de conflitos, mas como conjunto de recomendações que possibilite práticas conectivas e conciliadoras entre os sujeitos da informação;
- b) competência alteritária – compreende as percepções dos sujeitos da informação em reconhecer as necessidades do outro. Quando falamos que as necessidades de informação são processos históricos e coletivos de identificação, devem ser situadas precisamente no viés da alteridade, de modo que o olhar para o outro reconhecendo perspectivas e limitações é uma forma de dinamizar os sentidos informacionais e produzir conhecimentos. A competência alteritária pode ser chamada como pragmatismo ético, já que lida com êxitos coletivos no processo informacional e supera o caráter funcionalista de cada sujeito ter sua função e agir isoladamente, pois a alteridade é o anseio de crescimento do outro em prol do crescimento de si;
- c) competência institucional – concernente à capacidade que o sujeito da informação possui de gerenciar a si mesmo reconhecendo suas perspectivas e limitações

atrelada à capacidade do sujeito em gerenciar o ambiente informacional em diálogo com a comunidade de usuários;

- d) competência apropriativa – relativo à capacidade dos sujeitos da informação em desenvolver processos de comunicação, interpretação, uso, apreensão e apropriação da informação;
- e) competência política – a capacidade que gestores da informação possuem de administrar e manter em permanente ativação o ambiente informacional contemplando a eficácia e eficiência de recursos financeiros, humanos e infraestruturais e dialogar com órgãos e gestores mantenedores do ambiente informacional;
- f) competência tecnológica – alusiva aos procedimentos dos sujeitos da informação em utilizar das ferramentas e suportes, especialmente digitais e como conseguem formar redes sociais na produção da informação;
- g) competência psíquica – envolve as maneiras dos sujeitos da informação em lidar com as próprias emoções e anseios, assim como em lidar com emoções e anseios e alheios;
- h) competência histórica – revela as maneiras como os sujeitos da informação lidam com suas trajetórias individuais, nas formas de lidar com o outro (reconhecimento da história coletiva) e com a identificação de pontos fracos e fortes que interferem positiva ou negativamente no aprendizado;

- i) competência memorialística – latente à condição do ambiente informacional em preservar a informação e dinamizar o conhecimento e as possibilidades dos sujeitos da informação em preservar os conteúdos apreendidos, visando permanentemente perspectivas de ampliação e aprimoramento;
- j) competência comunicacional – define os procedimentos de expressão de todas as competências supramencionadas.

As competências informacionais-educacionais apresentadas devem levar em consideração um enfoque holístico (considerar todo o ambiente educacional envolvendo todos os segmentos como alunos, professores, funcionários direção, comunidade externa, órgãos mantenedores e não apenas a soma desses segmentos). O “[...] holismo tem sido oferecido como mais do que uma simples crítica à ciência. Ele tem sido advogado de todos aqueles que sentem um intenso desgosto diante da fragmentação da cultura industrial e de seu isolamento da natureza” (WORSTER, 1992, p. 21).

Em síntese, a relação entre informação e educação não somente congrega os campos da informação e da educação como arregimenta meios para pensar estratégias éticas, culturais e metodológicas em que o sentido da compreensão coletiva e da formação de redes produtivas de informação e conhecimento em ambientes culturais e educativos sejam tônicas deliberativas.

3.2 Informação e ideologia

Toda produção informacional possui alguma carga ideológica. Esta afirmação norteará as reflexões deste estudo. Juntamente e/ou de forma subjacente à linguagem, a ideologia aparece como elemento de construção de sentidos e apropriação de conteúdos no sentido de manipular as formas de pensamento, a formação da consciência e as atividades linguísticas (discursivas e pragmáticas).

O presente estudo se constitui nas relações entre informação e ideologia a partir de alguns diálogos conceituais sobre ideologia com Marx, Manheim, Thompson e Bakhtin, mostrando aplicações de suas conceituações às concepções de informação. Os conceitos dos autores e suas aplicações no espectro da informação sustentam o que é denominado de **proselitismo informacional**.

Tomando por base a configuração relacional contemporânea entre informação e ideologia formula-se a seguinte pergunta como ponto partida: como se constitui conceitualmente o proselitismo informacional, considerando suas características e perspectivas de ação?

3.2.1 *Percepções preliminares sobre ideologia aplicadas à informação*

A despeito das percepções tipológicas da “ideologia neutra e da ideologia crítica”, optamos pela segunda por considerar que o *ethos* semântico da ideologia reside nos processos de conflito e dominação entre os sujeitos da informação. É pertinente discordar da ideia de neutralidade ideológica, mesmo quando esta implica apenas na elaboração

estratégica de discursos, ideias e ações, pois toda ideologia carrega em si (em seus vieses discursivos e pragmáticos) cargas da manipulação ou tendências (individuais ou coletivas; singulares ou plurais).

Para tanto, o estudo se apropria das questões de ideologia levantadas por Karl Marx, Karl Manheim, John Thompson e Mikhail Bakhtin que concernem a fundamentação crítica da semântica ideológica e das conduções conflituosas e possivelmente dominatórias entre os sujeitos da informação, atestando o caráter eminentemente filosófico, sociológico e a institucionalização contemporânea do conceito de ideologia. O diálogo com os respectivos autores nos permite perceber de maneira plural como a informação se insere em uma perspectiva eminentemente ideológica.

Marx e Engels (2001, p. 3), ao questionar o conceito de ideologia afirma que “[...] os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser” postulando a concepção de ideologia como procedimento de representação deturpada da realidade. De forma mais clara, o conceito de ideologia em Marx é atribuído por Löwy (1992, p. 12) da seguinte forma:

Em **A Ideologia Alemã**, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealística na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mais tarde Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma

consciência da vida real. Ele as enumera sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc.

De quais formas o conceito de ideologia de Marx (e extensivamente de várias apropriações marxistas) incide sobre as questões da informação? Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o conceito marxiano de ideologia está impregnado da concepção de uma falsa consciência, o que, por conseguinte, promoveria a concepção de uma falsa informação ou uma informação deformada, comumente no sentido de satisfazer um grupo minoritário de pessoas em detrimento de uma maioria ou, de forma mais clara, no sentido de constituir uma informação que deixe latente a dominação de um grupo minoritário sobre os demais. Neste caso, a ideologia funciona como um pano de fundo para ludibriar os sujeitos de que aquela informação pode ser única ou a mais adequada para determinada questão.

Podemos destacar que o conceito de ideologia em Marx pode ser identificado à percepção de informação a partir de outros contextos, tais como:

- a) leva em consideração o contexto de quem domina os meios e instrumentos de comunicação e linguagens (verbais ou não-verbais) para determinar o que é verdadeiro ou falso; verdade ou mentira; adequado ou inadequado; errado ou certo, conforme suas conveniências, denotando uma visão positivista de manipulação dos fatos e de uma percepção unilateral da informação, ou seja, a informação sempre tem dois lados e não é possível enxergar de forma mais ampla;

- b) b) possui a intencionalidade prévia de estabelecer uma interlocução unilateral, sem dar direito de resposta ou interação para os outros sujeitos da informação;
- c) busca conquistar os sujeitos da informação com falsas promessas e ilusões de que a realidade, a informação mais apropriada, é a determinada pelo sujeito autor ou sujeito mediador;
- d) inverte a concepção de que a informação não deve ser apropriada a partir da realidade objetiva, mas que pode ser simplesmente intuitiva ou predeterminada por alguém que tenha embasamento para emitir a informação que deseja (a informação pode ser um simples fruto da consciência, deturpando a formação de uma consciência pautada nas interações multilaterais e baseada no respeito às diferenças entre os sujeitos);
- e) a ideologia cria condições para aceitação ou resistência sobre como a informação deve ser construída, compreendida e apropriada pelos sujeitos.

Ademais, a formação de ideias e ideologias falsas ou deturpadas (no sentido de favorecer interesses próprios em detrimento de interesses majoritários) incide diretamente sobre a construção de informações falsas ou deturpadas que não condizem de maneira efetiva com a realidade social.

Em Karl Manheim, a ideologia possui uma tonalidade mais geral e tipologizada, principalmente pela sua focalização nos estudos sobre a sociologia do conhecimento. Manheim

(1976) que fala sobre duas concepções relativas ao termo: a particular e a total. A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota certo ceticismo das ideias e representações apresentadas por aqueles indivíduos ou grupos sociais que se opõem às ideias de outros indivíduos e grupos. O autor fala que estas ideias são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados. Esta concepção de ideologia, que veio gradativamente sendo diferenciada da noção de mentira, encontrada no senso comum, é particular em vários sentidos. Sua particularidade se torna evidente quando é contrastada com a concepção total, mais inclusiva, da ideologia. A concepção total de ideologia inclui o entendimento sobre uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, de uma classe, ocasião em que se evidenciam as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo.

A tipologia concebida por Manheim nos leva a compreender que ideologia e informação estão intrinsecamente concatenadas, considerando que a ideologia é um fenômeno abstrato de apreensão da realidade que tem por finalidade manipular e convencer os sujeitos de que a percepção de um sujeito (ou grupo de institucionais de sujeitos) é a mais adequada.

Além disso, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, que a produção da informação envolve cargas ideológicas

promovidas pelos sujeitos da informação. Como afirma Mészáros (2004, p. 57) “[...] em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’ quer a percebamos, quer não.” Ora, se nossas sociedades estão impregnadas de ideologia, seja ela particular ou total, significa que toda informação está atrelada a fenômenos ideológicos que podem ser reconhecidos, em segundo lugar, a partir de três grandes contextos informacionais: particular, situacional e geral.

O particular é referente ao contexto em que a informação é produzida por um sujeito a partir do contato direto ou indireto com documentos/artefatos ou meios de comunicação, mas sem a constituição de uma interação mútua entre os sujeitos. É o caso, por exemplo, da informação produzida por sujeitos que assistem à programação em diferentes mídias (TV, rádio, conteúdos da *web*, jornal impresso ou digital, etc.) absorvendo cargas ideológicas das programações, mas comumente sem haver uma interação direta. Este tipo de informação está ligado à ideologia no contexto marxiano de que há uma determinação de um sujeito que emite um conteúdo conforme suas conveniências, mas não oportuniza (por falta de vontade ou de condições físicas e institucionais) requisitos para exposição dos sujeitos da informação que participam daquele diálogo.

Neste caso, a ideologia do sujeito/autor da informação impregna todo o processo de construção da informação possibilitando a outros sujeitos aceitarem essa carga ideológica e produzirem informação de acordo com as influências do sujeito/autor, ou desenvolver atos de resistência ao considerarem que aquela informação é

tendenciosa e não se adéqua às suas necessidades. Esta informação é particular porque sustenta as concepções dos indivíduos em caráter mais isolado.

A informação ainda pode ser particular quando trata de elementos bióticos como, por exemplo, DNA ou o sentimento de alguns sintomas orgânicos (LOGAN, 2012) em que os sujeitos produzem informação a partir de dados que podem ser registrados formalmente (a partir de documentos verbais ou não-verbais) ou simplesmente a partir de intuições do sujeito produtor da informação.

Já neste caso a informação não é transmitida por um sujeito, mas envolve a carga ideológica do próprio sujeito produtor da informação (sujeito/usuário) que precisa lidar com aspectos considerados não-humanos da realidade para produzir informação com a finalidade de esclarecer a si mesmo e satisfazer necessidades e desejos individuais.

Já o contexto situacional é uma consequência do contexto anterior, pois incide sobre a capacidade dos sujeitos se reunirem e, a partir das informações produzidas em âmbito individual, colocá-las em debates e possíveis conflitos a fim de primar por uma produção coletiva e/ou institucional da informação. O contexto situacional é uma forma de confrontar ideologias e estabelecer critérios de avaliação para produção da informação, de modo que o diálogo direto entre os sujeitos torna a informação mais lapidada e passível de exposições, análises, críticas, descobertas e retificações em caráter coletivo.

O contexto geral, por sua vez, é o caráter mais amplo

da informação, já que leva em consideração os diversos contextos históricos em que os sujeitos estão situados. A informação, neste momento, não se situa apenas na base de uma ideologia, mas se constitui a partir de um “hibridismo ideológico”¹⁴ que formula a identidade informacional do sujeito, ou seja: quais tipos de informação o sujeito comumente procura construir; de quais formas procura construir informação; a partir de quais instrumentos procura se informar; dialogando com quais sujeitos (humanos e não-humanos) procura se informar; quais pontos seleciona para produzir informação, conforme as conveniências de cada contexto; qual a finalidade da produção informacional e se os sujeitos aceitam modificar essas finalidades, de acordo com as mudanças de pensamento promovidas através dos processos que se utiliza para produzir informação.

Contudo, o contexto geral da informação, ao ser diretamente influenciado pela ideologia, recebe influências diretas dos contextos particular e situacional, podendo se concretizar a partir de um efetivo reducionismo, tornando a história dos sujeitos mera seleção conveniente de fatos, prejudicando os procedimentos de produção da informação. Isso significa que a ideologia, embora seja impregnada no sujeito, possui intensidades de impregnação e essas intensidades definem procedimentos de como o sujeito deve produzir a informação. O nível mais intenso da ideologia no

¹⁴ O hibridismo ideológico se configura em um conjunto de ideologias dos sujeitos da informação nos mais diversos devires (religiosos, profissionais, pessoais, familiares, relacionais, etc.) que influenciam direta ou indiretamente nos procedimentos de construção da informação dos sujeitos.

sujeito que influencia na produção da informação ocorre quando “[...] a ideologia fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-lo.” (CHAUÍ, 1988, p. 120).

O contexto geral da informação (baseado nos processos históricos dos sujeitos) é diretamente influenciado pela ideologia quando o sujeito aceita de forma passiva as ideologias determinadas por outros sujeitos (individuais ou institucionais) e/ou quando constrói suas informações apenas baseadas naquilo que foi determinado por outrem.

Em outras palavras, a informação geral é reducionista quando os sujeitos possuem finalidades rígidas de compreensão e apropriação que dificilmente são modificadas a partir de interações, diálogos, exposições e novas descobertas, pois a ideologia impregnada nos sujeitos permite que estes só aceitem aquilo que lhes convém.

O conceito de ideologia em Thompson, que faz uma criteriosa revisão de pensadores como Destutt de Tracy (considerado um dos vanguardistas do conceito de ideologia), Marx, Lenin, Lukács, Mannheim, entre outros, tem seu ethos semântico pautado na ideologia a serviço do poder. De forma mais categórica, Thompson (1998, p. 76) afirma que “[...] estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.”

A ideologia em Thompson seria uma configuração prévia de sentidos indiciada por determinados sujeitos (ou

grupo de sujeitos). Se a ideologia prima pela determinação de sentidos para dominação fica evidente que a informação a ser produzida não aceita resistências, contradições e uma identidade de projeto contrária aos interesses de quem pretende dominar. A informação, quando ligada a uma ideologia promotora da dominação, tem no discurso sua grande articulação lógico-ontológica e linguística.

O discurso percebido na “[...] linguagem como forma de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001) é um dos principais elementos de dominação ideológico-informacional. O discurso considerado pronto e acabado é o mote de alguns sujeitos para evitar questionamentos de outros sujeitos, deturpar e estabelecer o passado como imutável, relegar o futuro a um plano inferior e indicar o presente como fator único de análise.

A velha máxima “viva um dia de cada vez” é uma forma ideológica de compreender a imutabilidade do passado, relegar o futuro a segundo plano e conceber o presente como temporalidade discursiva suficientemente capaz de produzir a informação que os sujeitos necessitam. A função ideológica significaria esquecer os processos históricos e centrar-se plenamente nas certezas daqueles dominam propagando este discurso de forma massificada através dos meios de comunicação de massa.

A ideologia, em Thompson, seria uma forma de não produzir informação autonomamente, mas que um grupo de sujeitos produza informação com base em suas ideologias, forçando uma aceitação discursivo-social por outros sujeitos, inibindo procedimentos de resistência e contradiscurso e, por

consequente, atestando que a informação é um fenômeno predeterminado e que não necessita de um olhar mais cauto e dialogicamente discursivo.

A grande diferença da ideologia de Thompson é que retira a percepção marxiana de ilusão. A ideologia é um fenômeno de consciência real, mas deturpada da realidade, principalmente quando a ideologia se utiliza dos instrumentos de dominação, tais como: legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. (THOMPSON, 1998).

Concordamos com Thompson no sentido de que se a ideologia é ilusória, a informação provavelmente também seria ilusória, mas, assim como a ideologia, a informação não é ilusória, mas uma construção, apreensão e apropriação simbólica de sentidos embasada pela tendenciosidade e uni-contextualidade discursiva (prática sociolinguística).

Ao contrário, os critérios ideológicos de dominação propostos por Thompson deliberam mais o entendimento acerca da determinação da contrainformação que também é considerada como informação, mas de forma dissimulada, fragmentada e reificada que primam pela legitimação e unificação do poder informacional do sujeito que arbitra seus interesses.

A concepção de ideologia como fenômeno de aplicação linguística é notável em Bakhtin (2002, p. 95) quando afirma:

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou

mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo, ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Mais uma vez estamos lidando com a percepção conceitual de discurso que move as atribuições da linguagem e delinea o valor ideológico das palavras e das ações dos sujeitos. O discurso, por um lado, desperta o teor pragmático da linguagem, representa o valor ideológico das palavras produzindo sentidos/significados e, por fim, engendra apreensões e apropriações da informação.

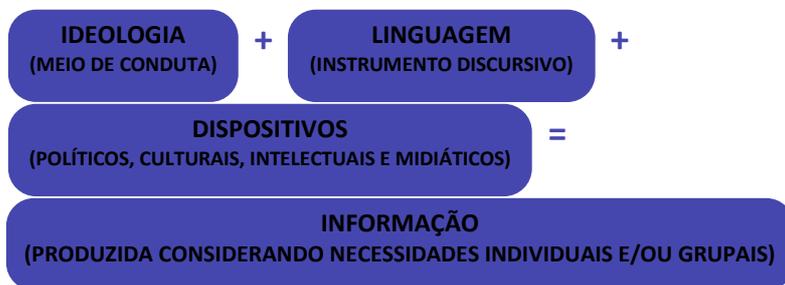
A questão fundamental é que toda e qualquer carga discursiva é eivada de um desiderato ideológico e linguístico que busca expressar fenômenos que deliberam um juízo informativo baseado naquilo que é pregado pela ideologia e representado pela linguagem discursiva.

Logo, se um sujeito tem a perspectiva ideológica de dominar, expressará essa dominação pelo discurso e pelas ações, assim como manifestará que a única informação prestimosa será aquela que transmite efeito de dominação. E, neste caso, a informação é eminentemente transmissiva porque se baseia pela linearidade do sujeito/autor para o sujeito/usuário sem perceber as diversas manifestações comportamentais, interacionais e interpretativas dos sujeitos.

Destarte, a relação entre ideologia, linguagem

(discurso) e informação pode ser elucidada pela seguinte equação:

Figura 7: Equação da relação entre ideologia, linguagem e informação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando a ideologia um meio tendencioso para produção da informação, mas ao mesmo tempo percebendo-a como poder que “[...] afeta tanto os que negam a sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias” (MÉSZÁROS, 2004, p.64) é preciso ressaltar que os sujeitos da informação não devem obnubilar suas ideologias, mas saber lidar com elas a partir de um olhar mais cauto para o outro, primando por um olhar mais interacionista e recíproco com o outro. Essa ação implicaria na percepção de que a ideologia não deve ser mais forte do que o respeito ao outro na construção da informação, mas vista como meio de interação e não de dominação.

O quadro que segue faz uma síntese sobre as relações entre ideologia e informação a partir dos quatro pensadores discutidos:

Quadro 5: Relações entre ideologia e informação

Pensadores	Conceitos de ideologia	Aplicação do conceito de ideologia à concepção de informação
Marx	Ilusão, falsa consciência, concepção idealística na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Formas ideológicas através das quais a sociedade toma consciência da vida real.	<ul style="list-style-type: none"> - Dominação dos instrumentos de comunicação para produção da informação; - Interlocução unilateral; - A realidade informacional mais apropriada é a determinada pelo sujeito autor ou sujeito mediador; - A informação não deve ser apropriada a partir da realidade objetiva; - A ideologia cria condições para aceitação ou resistência sobre como a informação deve ser construída, compreendida e apropriada pelos sujeitos.
Manheim	Duas concepções de ideologia: a particular (implicada quando o termo denota certo ceticismo das ideias e representações	Contexto particular – a informação é produzida por um sujeito a partir do contato direto ou indireto com documentos/artefatos ou

	<p>apresentadas por aqueles indivíduos ou grupos sociais que se opõem as ideias de outros indivíduos e grupos) e a total (inclui o entendimento sobre uma época ou de um grupo histórico-social concreto).</p>	<p>meios de comunicação, mas sem a interação mútua entre os sujeitos;</p> <p>Contexto situacional – confronta ideologias e estabelece critérios de avaliação para produção da informação;</p> <p>Contexto geral – diversos contextos históricos em que os sujeitos estão situados (“hibridismo ideológico”).</p>
<p>Thompson</p>	<p>A ideologia estuda as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Um grupo de sujeitos produz informação com base em suas ideologias e não autonomamente; - A informação é uma construção, apreensão e apropriação simbólica de sentidos embasada pela tendenciosidade e uni-contextualidade discursiva; - determinação da contrainformação que é dissimulada, reificada e prima pela legitimação e unificação do poder informacional do sujeito que arbitra seus interesses.

Bakhtin	Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo, ou de um sentido ideológico ou vivencial.	As palavras ou discursos estão potencialmente carregados de informação e possuem uma contextualização com determinada realidade. A informação está ligada à palavra como expressão ideológica dos valores da vida humana.
----------------	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

A informação é comumente construída por desideratos ideológicos representados por construções linguístico-discursivas. Isso significa que a informação é delineada pela concepção de poder, pois a ideologia dominante determina os meandros da informação em qualquer processo de correlação de forças ou interações. Quando a construção/produção da informação tem na ideologia seu principal fundamento, especialmente a ideologia da dominação, a lógica é a consecução da contrainformação e da concentração de poder informacional.

3.2.2 A informação na perspectiva da ideologia: a constituição do proselitismo informacional

Evidenciamos que as breves reflexões filosóficas e sociológicas sobre ideologia aplicadas ao contexto da informação (passando pelas relações discursivas e

linguísticas), em especial, aquelas promovidas por Marx, Manheim, Thompson e Bakhtin (além do apoio que buscamos em Mészáros) contribuem para formação do **proselitismo informacional**.

Definimos o proselitismo informacional como a tentativa de um sujeito ou grupos de sujeitos institucionais, por um lado, de convencer outros sujeitos de que aquela informação é verídica ou adequada e, por outro lado, de impor arbitrariamente e linearmente suas informações sobre outros sujeitos da informação, de modo que aceitem e pratiquem aquela informação deliberada. Em ambos os casos, a informação é vista como fenômeno **predeterminado** situado nas condições elaboradas pelo sujeito/autor e/ou sujeito/mediador e soam como fundamentos de uma dominação informacional. O proselitismo informacional pode ocorrer nas mais diversas esferas que vão desde as simples relações cotidianas entre os sujeitos, passando por questões profissionais, institucionais e culminando em questões de cunho político, cultural e religioso. O proselitismo informacional é, de fato, fruto da intolerância de um sujeito da informação sobre outrem que se fundamenta nas satisfações individuais ou institucionais e em finalidades previamente estabelecidas.

Eagleton (1997, p. 15-16) concebeu uma síntese apontando definições diversas de ideologia. Entre aqueles que estão relacionados diretamente ao proselitismo informacional destacamos os seguintes: “[...] um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; Ideias que ajudam a legitimar um poder político

dominante; Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; Comunicação sistematicamente distorcida”;¹⁵

Diante dos conceitos apresentados, consideramos que o proselitismo informacional está associado a todos de forma diferenciada e particularizada, pois todos os conceitos de alguma forma desempenham uma atividade ideológica de convencimento, imposição ou de uma determinação informacional da consciência dos sujeitos.

Quanto ao primeiro conceito, é o traço caracterizador da ideologia sobre a informação. Os processos de produção da informação estão compreendidos a partir da inserção do sujeito em um ou mais grupos de identificação, visando empreender tramitações ideológicas que ajudam a delinear os tipos e conteúdos informacionais dos sujeitos.

O segundo conceito atesta o caráter pragmático da consciência humana de que a ideologia é “um pano de fundo” que regra a finalidade de produzir subsídios informacionais

¹⁵ Ainda há outros conceitos listados por Eagleton (1997, p. 15-16) que estão relacionados ao proselitismo informacional, mas de forma indireta. É possível listar os seguintes conceitos: Aquilo que confere certa posição a um sujeito; Formas de pensamento motivadas por interesses sociais; Pensamento de identidade; Ilusão socialmente necessária; A conjuntura de discurso e poder; O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; Conjunto de crenças orientadas para a ação; A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal. Vale ressaltar que os conceitos listados nesta nota direcionam para outros conceitos do texto deliberando perspectivas substanciais para concretização do proselitismo informacional.

para dominação política (no sentido das tomadas de decisão que delineiam os rumos dos sujeitos). Esta prática ideológica é comumente pensada pela ampla maioria dos grupos de sujeitos que pensam a consolidação de suas finalidades, mas sem necessariamente primar pela ação apelativa de prejudicar outros grupos e sim pela consecução do debate e do respeito ao outro mesmo ponderando um ideário permanente de competitividade. A informação contemplada aqui é pragmática e o sujeito/grupo que mais se destaca é convencionalmente aquele que produz as informações mais adequadas para as ações que envida. Esta contextualização ideológico-informacional é muito visível em ambientes profissionais e institucionais.

O terceiro conceito, embora derivado do segundo, se diferencia substancialmente em virtude de apresentar como *ethos* ideológico uma percepção teleológica aética. Neste caso, o que está em voga não pura e simplesmente informação, mas contrainformação, já que os sujeitos não estão preocupados com a informação a ser produzida em si, mas sim como aquela informação promoverá a concretização do poder de um grupo de sujeitos independente dos mecanismos utilizados.

Em geral, a contrainformação aqui aludida apresenta dois sentidos contrapostos. O primeiro indica que a contrainformação é percebida como a capacidade de deturpar, dissimular e reificar para legitimar e dominar através da limitação do acesso à informação promovida pelos sujeitos dominantes (TRAVERSO; CROWDER-TARABORRELLI; PRADO, 2013). Já o segundo afirma que “[...] a

contrainformação é considerada como sendo a informação contrária à veiculada por um sistema” (FLUSSER, 1982, p.160).

Por um lado, a contrainformação atua como informação, mas representando de forma falseada e cínica da realidade. A contrainformação é por si só um produto informacional fabricado, sendo, por um lado, político-econômico e, por outro lado, ideológico da classe dominante. Bourdieu (2010, p. 12) adverte que:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação.

A contrainformação como produto político-econômico se traduz nas formas de decisão e determinação do que pode e deve ser informado aos diversos setores da sociedade, definindo o uso adequado aos seus interesses dos meios diversificados de comunicação. Já a contrainformação como produto ideológico se constitui como estratégia dupla de ação: a primeira estratégia é referente aos postulados cognoscitivos do que deve ser atribuído como informação referente à satisfação das classes dominantes; a segunda é relativa às formas como os meios de comunicação formal (massa) traduzem seus interesses para a sociedade,

perfazendo uma concepção padrão de que aquela informação é viável e promissora para a maioria.

Por outro lado, a contrainformação pode ser constituída como fenômeno de ação atrelado à desconstrução de uma determinada comunicação distorcida e construção de um novo processo informacional pautado em uma visão mais ampla da realidade envolvida. Mas é possível afirmar que a contrainformação só é efetiva quando é por natureza ou se torna um ato de resistência (DELEUZE, 1999) com vistas à transformação de uma determinada realidade.

O quarto conceito expressa um procedimento dos três primeiros, pois é uma maneira globalizante de dissimulação e dominação política, econômica e cultural que se sustenta a partir de uma concepção ideológico-informacional. É a capacidade que um grupo de sujeitos possui de convencer outros sujeitos através dos processos comunicacionais de massa, em especial, os meios de comunicação digital. Como afirma Andrade (2012) o poder da informação nos processos de globalização constrói uma opinião pública e modelos de representação social que legitimam o neoliberalismo. Nesse contexto, a cultura de massas induz que o poder da comunicação discursiva está dominado por uma ordem social que sustenta um modelo de produção que se desenvolve através do capital, a mercadoria e o mercado.

Diante desses quatro conceitos é pertinente argumentar sobre uma questão essencial que caracteriza o proselitismo informacional: a finalidade produzida pelos sujeitos da informação que pretendem dominar não é simplesmente aleatória e a-histórica como se fosse uma diáde

positivista de seres humanos malévolos dominando sujeitos inocentes, mas partem de contextos particulares, a saber:

- a) a formação do inconsciente do sujeito – a ideologia impregna o eterno conflito entre o inconsciente coletivo e individual dos sujeitos tomando partidos para convencer outros sujeitos de que tal informação é a mais adequada, conforme suas conveniências culturais e históricas. Os psicólogos, os psicanalistas, e mais precisamente Freud, descobriram que, para além da consciência, há algo que é o inconsciente. Os sociólogos como Durkheim e, em um sentido mais moderno, Lévi-Strauss, descobriram que vivemos os fenômenos coletivos que guiam nossa conduta individual sem que tenhamos consciência deles;
- b) consecução de mitos – nascem de faltas humanas relativas à ausência de uma “especialização biológica” da espécie (características inatas, aptidões naturais, equipamento biológico autossuficiente), que a lança em ter que se construir pelas suas próprias mãos, ao mesmo tempo em que necessita produzir um mundo próprio no qual poderá constituir-se, torna o sujeito dependente do espaço da cultura e da aprendizagem do que será, peça por peça, pela mão de um Outro (cultural, socializado). Essa dependência ontológica lança o ser humano na condição forçada de ter que se constituir pela via da transmissão da linguagem, a via do simbólico, e de sua conseqüente submissão à cultura e, nesse processo, desconhecendo os fundamentos dessa sua inscrição forçada no espaço da

cultura e, portanto, ignorando igualmente como se funda como sujeito, o ser humano mantém uma relação de alienação com as condições de sua própria existência, em que, principalmente, desaparece como autor de seu próprio mundo e de si mesmo. (SOUSA FILHO, 2011, p. 10);

- c) princípios imaginários do sujeito – toda ideologia se concretiza a partir de representações imaginárias da realidade. É neste ponto que a ideologia auxilia na produção de informações falseadas, pois nem toda representação ideológica constitui a informação mais premente para determinada realidade;
- d) a ideologia como fator existencial da cultura do sujeito – a ideologia é uma forma de operação da cultura do sujeito, com vistas a manifestá-la e eternizá-la no seio de um sistema social. Este é o momento em que a informação alcança um nível de compreensão e apropriação social de forma utilitarista no sentido de estabelecer determinada cultura como ponto central de verdade e legitimidade social. A informação utilitarista pode estabelecer conflitos culturais como maneira de amadurecimento das culturas ou guerras culturais, com vistas à dominação de uma cultura sobre outra;
- e) a ideia de ordem social – este talvez seja o ponto mais perigoso da ação ideológica, pois é o momento que os inconscientes (coletivo e individual), mitos, representações imaginárias e fundamentos culturais dos sujeitos se unem, com vistas à formulação de um

viés único ou estratégico de ação que simbolize a verdade única e totalizadora da realidade. A ordem social é sustentada pelo poder político e comunicacional dominante que padroniza a informação como produto materializado e mercantil a ser consumido como referência cultural (cultura industrializada informação). Neste ponto, a informação se torna única, singular e representativa de uma cultura específica de vida e de uma conduta ideológica padrão de referência discursivo-social;

- f) ideologia como formas de representação e função do cotidiano – representa os meios encontrados para lidar com questões do cotidiano. As formas ideológicas “[...] são instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem (a) cotidianidade” (LUKÁCS, 1981, p. 446) e que aparece não somente nos momentos de crise, mas de forma permanente no cotidiano. A informação parte dos aspectos cotidianos e têm em suas formas ideológicas fundamentos de representação e construção social de sentidos, atestando que formas ideológicas muitíssimo importantes como o costume, as convenções etc., nascem espontaneamente, e mesmo quando, no curso da diferenciação, se dão ideologias específicas nesta esfera, que às vezes podem adquirir um forte peso, a sua reprodução espontânea, por obra da sociedade, permanece o canal principal de sua existência, continuidade e transformação (LUKÁCS, 1981).

O proselitismo informacional é a concretização da

singularidade sobre pluralidade; da individualidade sobre a coletividade; da uniculturalidade sobre a multiculturalidade; da informação como produto mercantil sobre a informação como produto humano; do discurso dissimulado sobre o discurso construído internacionalmente. O proselitismo informacional destrói a percepção de Maffesoli (1985) quando afirma que pluralismo não é uma vã questão: é, ao contrário, a chave da compreensão de toda organização social.

O proselitismo informacional tem um contexto ideológico quando um sujeito procura dissimular e deturpar para dominar outros sujeitos; tem um contexto linguístico quando busca no discurso estabelecer uma realidade fragmentada que dificulte a construção da informação de forma autônoma ou mesmo busque estabelecer um discurso como verdade única e totalizadora da realidade; tem ainda um contexto cultural quando favorece uma cultura de informação sobre as demais; tem um contexto político quando um pequeno grupo analisa e decide como os sujeitos devem obter acesso aos meios e instrumentos de produção da informação; tem, por fim, um contexto econômico quando disponibiliza o acesso aos meios e instrumentos de produção da informação, conforme classes sociais concebendo expressivas hierarquias em que a pluralidade é reduzida a singularidade daqueles que detêm o poder.

A informação como fenômeno ideológico tem seu significado mais tendencioso, arbitrário e deturpador da realidade. Consiste na ideia de transformar a informação em mero indício de satisfação de intencionalidades, constituindo

processos de práticas contrainformacionais.

No âmbito filosófico, a informação ideologizada é caracterizada por aspectos como interlocução unilateral (dependendo das condições de poder, a informação que mais se estabelece é aquela lançada por grupos dominantes ou a informação produzida por grupos dominantes é a que mais ecoa não possibilitando condições para resistência no escoamento de uma informação diferente) dominação (a informação tem o objetivo de estabelecer o poderio de um grupo sobre outro ou a aceitação da ideologia de um grupo perante grupos sociais), deturpação (a informação é produzida para distorcer critérios de veracidade ou desviar rumos de determinados fenômenos).

O proselitismo informacional se caracteriza, em especial, pela perspectiva de sujeitos ou grupos de sujeitos em tornar a informação fenômeno de distorção de fatos, intensificando a formação do inconsciente dos sujeitos, moldando crenças, cultura e imaginários dos sujeitos, a fim de estabelecer uma nova ordem social fundada na informação como fenômeno dado e definitivo.

Desse modo, o proselitismo informacional se situa em um conjunto de condutas e práticas sustentadas pelos seguintes fundamentos:

- a) prática positivista – situa a informação como fenômeno balizado apenas pela experiência desconsiderando os processos de construção histórica, correlação de forças (humanas, cognitivas e psíquicas) e interações entre os sujeitos da informação;

- b) prática utilitarista – a informação está fincada apenas nos resultados (consequências) relegando a um plano inferior as causas e procedimentos em que a informação é construída. O proselitismo informacional é utilitarista por não analisar a realidade de forma mais ampla e completa, mas envolver apenas um aspecto finalístico que favorece as intencionalidades do sujeito (ou grupos de sujeitos) que produz informação;
- c) prática antiética – o proselitismo informacional é contrário à sustentação ética por pensar a prática (anti)informacional no sentido de deturpar a realidade para satisfação de sujeitos em detrimento de outros. Neste ponto, a informação está quase sempre vinculada à correlação de forças em que o objetivo é estabelecer uma competição entre sujeitos ou grupos de sujeitos da informação vencendo aquele que popularizar de forma mais persuasiva às informações produzidas.

O proselitismo informacional é um fenômeno latente na sociedade contemporânea, em especial, em grandes corporações como as mídias de massa, bancos, empresas, indústrias, grupos políticos, entre outros, que desenvolvem práticas proselitistas de massificação informacional para convencer a sociedade dos rumos a serem seguidos. Logo, o proselitismo informacional resulta comumente na contrainformação que deturpa a realidade e foge a consagração de qualquer perspectiva de verdade.

Portanto, se toda informação é ideológica o que cabe

aos sujeitos da informação não é ser a-ideológico, mas controlar racionalmente suas ideologias diante da realidade, de modo que a informação construída seja, minimamente, isenta de práticas positivistas, utilitaristas e antiéticas, além de ser pautada no pluralismo informacional e no respeito às diferenças entre os sujeitos.

3.3 Informação e memória

Os estudos sobre memória têm despertado muitas problematizações, reflexões, análises, percepções, proposições e descobertas em diversas áreas do conhecimento tornando um dos temas mais transversais e instigantes da ciência contemporânea. O protagonismo da memória na ciência e na sociedade contemporânea se sustenta basilarmente pela necessidade de se pensar o desenvolvimento mental, cognitivo e social dos sujeitos durante os mais diversos devires (pessoais, profissionais, familiares, espirituais, etc.). Isso significa que a memória é (multi)temporal no sentido de que lida com o transcurso histórico em diversos aspectos, pois “[...] a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no tempo e no espaço, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p. 31). A efervescência dos estudos sobre memória se dá de forma expressiva nos campos do conhecimento, tais como:

- a) Medicina – estudo sobre os procedimentos fisiológicos de como os sujeitos armazenam informação e as esquecem;

- b) Psicologia – estudos sobre formas de comportamento, desenvolvimento mental e a constituição da psicologia cognitiva;
- c) Computação – estudos focalizados nas formas como os projetistas de softwares podem desenvolver sistemas/aplicativos que primem pela fácil memorização dos sujeitos;
- d) História – as formas como as sociedades, indivíduos e grupos sociais se desenvolvem e preservam suas formas de conhecimento, bem como as interlocuções temporais representadas por elementos orais, escritas, imagéticas, etc.;
- e) Antropologia – estudos sobre as formas de preservação das culturas de comunidades diversas;
- f) Sociologia – relações entre memória e sociedade nos contextos do poder, da cultura, das ideologias, das relações entre sujeitos;
- g) Ciência da Informação – estudos sobre preservação da memória documental, organização/representação da informação, uso de tecnologias digitais para armazenar o conhecimento;
- h) Comunicação – aplicação da memória a contextos variados da comunicação como familiar, empresarial, midiática, entre outros, assim como estudos sobre memória aplicados às teorias da recepção;
- i) Educação – a contribuição da memória para os processos de aprendizagem dos sujeitos, a memória

na educação formal escolar/superior envolvendo seus componentes humanos;

- j) Linguística – formas de uso da linguagem como discursos, oralidades e registros formas e informais que auxiliam na preservação da memória.

Ainda é possível pensar nos estudos transversais sobre memória que integram um amálgama de áreas do conhecimento como relações entre memória e lembrança/esquecimento (HALBWACHS, 2006; BOSI, 2003; 2004; JEUDY, 1990; LE GOFF, 2003; NORA, 1993; POLLAK, 1989; 1992), memória e identidade, memória e ontologia, memória e alteridade, memória e preservação do conhecimento.

Diante de tais considerações gerais percebemos a densidade dos conceitos de memória e suas interrelações científicas, históricas e temáticas. Pautamos o debate em três questões gerais: a primeira implica na pergunta “Por quais motivos estudamos memória?”; a segunda é “Quais possíveis significados de memória?”; e a terceira, ponto crucial e culminante da reflexão, reside na pergunta “Quais interrelações entre informação e memória?”.

Estas questões mostram, por um lado, as generalidades epistêmicas, gnosiológicas e ontológicas da memória e, por outro lado, suas relações temáticas, principalmente com o conceito de informação. Quanto a primeira questão, o discurso de Pollak (1989, p.9) representa de forma elucidativa os motivos pelos quais estudamos memória:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. Aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

Alguns pontos encadeiam os estudos sobre memória atribuindo sua relevância no contexto histórico e nas maneiras como os sujeitos se desenvolvem. De forma geral, estabelecemos dois pontos de justificação. O primeiro deles é o caráter individual e coletivo da memória. O caráter individual da memória é recorrente ao testemunho do eu acerca de uma realidade, enquanto o caráter coletivo da memória é uma junção do testemunho do eu com o testemunho do outro, visando redimensionar a compreensão sobre determinado fenômeno.

O delineamento da memória individual e principalmente coletiva delibera a operação dos acontecimentos e interpretações do passado, com vistas a preservação dos fatos e com o intuito de conceber lembranças do passado. Segundo Halbwachs (2006, p.30) “[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente

nós vimos.”

No entanto, a relação entre memória individual e coletiva no sentido de salvaguardar acontecimentos do passado não pode ser sintetizada ao testemunho do outro. O próprio Halbwachs (2006, p. 39) relata:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum.

Observamos que os estudos sobre memória não se limitam ao “salvaguardar”, mas também ao “o que salvaguardar”, “como salvaguardar”, “como as relações sociais contribuem para salvaguarda da memória”, “como os conflitos, divergências e convergências humanas delineiam fundamentos para salvaguarda da memória” e “como é possível construir um senso comum entre os sujeitos para salvaguarda da memória”. Todos estes pontos, de forma complementar, denotam que a memória não é um meio, mas um processo social e psíquico de armazenamento de conteúdos mais ou menos definidos no contexto histórico-cultural.

O segundo ponto é relativo ao passado e como este interfere nas condições do presente e traçam perspectivas para o futuro. Uma sociedade ou grupos específicos sem um passado salvaguardado de modo oral, escrito ou imagético provavelmente terá dificuldades de contextualização

temporal e procedimentos coletivos de ação. A memória atua como um catalisador do que não pode ser feito, do que pode/deve ser feito tomando como base a realidade do passado. A salvaguarda da memória pode, por um lado, contribuir para efeitos de forças de dominação entre os seres humanos, mas também pode servir para humanizar as relações. Em ambos os casos, a memória atua como socializador de questões histórico-culturais que permeiam a conduta dos indivíduos. Em outras palavras, os estudos sobre memória tomam como base que todo e qualquer indivíduo para se constituir como ser minimamente consciente da realidade em que está inserido, precisa reconhecer frutos salvaguardados do seu passado, pois “[...] o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

É precisamente esse retorno ao passado através do que foi salvaguardado por gerações que as lembranças afloram e constituem a formação da memória individual. Por isso, memória individual e coletiva faz parte de um traço característico holístico em que a realidade deve ser visualizada como um todo que engloba as características individuais dos sujeitos diretamente atreladas às formas coletivas de construção/preservação da memória contemplando as reminiscências do passado.

A segunda questão deste tópico que reside nos possíveis significados de memória nos leva a pensar sobre a multiplicidade conceitual dos termos. Iniciamos a reflexão

conceitual a partir do discurso de Santos (2003, p. 25-26) quando afirma que:

A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.

Não podemos, em vias de cometer um impropério, afirmar que a memória é um fundamento isolado e independente em termos de conceito e ação. Ao contrário, a memória é um processo de interdependência permanente com outros conceitos e práticas humanas comprovando seu caráter pluridisciplinar e multidimensional.

Em primeiro lugar, uma interdependência de cunho teórico que se dá com o pensamento na medida de que sem pensamento não é possível construir memória e sem memória nossos pensamentos tornam-se limitados e deformados; já a imaginação é um elemento que auxilia a refletir/analisar a realidade constituindo subsídios para salvaguarda de ideias e acontecimentos; com a linguagem, a memória, baseada na apreensão empírica da realidade social, subsidia condições para representar a realidade apreendida por meio de discursos e ações linguísticas; com a comunicação, entendemos que a memória, por si só, é um meio potencial e concreto de comunicação (oral, visual, sensitiva, etc.); com a inteligência (e também o

conhecimento) a memória se constitui a partir de um repertório intelectual que pode aprimorar a capacidade dos sujeitos em reproduzir, situar, propor e criar meios de vida, pois quando “[...] tomamos aspectos quase instantâneos da realidade que passa, e, como eles são característicos dessa realidade, basta-nos incluí-los ao longo de um devir abstrato, uniforme, invisível, situado no fundo do aparelho do conhecimento, para imitar o que há de característico nesse próprio devir” (BERGSON, 1979, p. 265); e, por fim, a construção social é um fator que depende substancialmente da memória para que seja concebido na efervescência de uma consciência gestada individual e coletivamente.

Em segundo lugar, uma interdependência pragmática no que tange, por um lado, aos estímulos que a memória produz para ativação da mente, dos sentidos humanos e da prática humana em geral e, por outro lado, uma pragmática humana que define a memória como representação das experiências dos sujeitos por meio de textos, oralidades, comemorações, expressões imagéticas, entre outras. Outro ponto conceitual da memória está no pensamento de Nora (1993, p. 9) quando define que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes

que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto.

O conceito delimitado coloca a memória no patamar de essência do discurso e ação humana. Sem a memória os sujeitos não teriam como desenvolver suas habilidades cognitivas, linguísticas, intencionais (e não intencionais). Logo, a memória possui um fundamento eminentemente psíquico concernente à alma, ao espírito, à intelectualidade e à moralidade humana, assim como possui um fundamento histórico que perpassa não somente pelo passado, mas como este interfere nas condições do presente e ainda um fundamento social no que tange às envolvências coletivas dos sujeitos nos seus mais diversos devires.

Em outro sentido, a memória é extremamente humana porque depende dos sujeitos para existir e são precisamente estes sujeitos que estabelecem os devires da memória a partir das ações coletivas, plurais e individualizadas e manifestam a preservação da memória por meio das ações vinculadas ao concreto, ao gesto e a imagem. A memória é objeto da realidade científica e social quando pensada, utilizada, apropriada e maltratada pelos sujeitos,

mas também é considerada “sujeito” quando protagoniza os sentidos de conduta humana.

Chegando à terceira e fundamental questão é preciso reconhecer que as relações entre informação e memória já estão contidas no próprio conceito deste último termo. Conforme assegura Le Goff (2003, p. 419) “[...] a Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

A memória seria, de forma geral, a capacidade que os sujeitos possuem, em caráter individual e/ou coletivo, singular ou plural, consciente ou inconsciente, direto ou indireto e (multi)temporal de assimilar informações através de ações estratégicas ou não através de ponderações psíquicas da mente. A memória, através das ponderações psíquicas da mente, pode apreender informação a partir de dois grandes atos: o ato de organizar/representar e o ato de conservar. Os dois atos estão contemplados no conceito de Zeman (1970, p. 157):

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir

qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela.

Percebemos que a relação entre informação e memória se consolida no contexto da materialidade informacional semantizada na condição de documento/artefato. Quando a informação é organizada, em termos de pensamento/ideias e representação da realidade material, e conservada em termos de estratégia natural e documentária, temos a informação formalmente registrada subsidiária da memória.

Assim, a informação materializada define presumivelmente um potencial caráter da memória, mas é no ato de representar como forma de promover sentido às consciências individuais e coletivas e no ato de conservar como forma de aprimorar as estratégias de representação, selecionar as informações mais pertinentes para uso/apropriação em outras possibilidades e fortalecer os produtos documentários que a memória se estabelece como fenômeno concretizado para preservação das questões do passado, transmissão para gerações e, por conseguinte, subsidiar novas formas de interação no contexto histórico-cultural dos sujeitos.

Informação e memória se instituem como estruturas interligadas de forma interdependente onde a informação auxilia na preservação e conservação da memória e a memória auxilia nas possibilidades individuais e coletivas de

produzir informação. Logo, informação e memória atuam (ou devem atuar) como terminologias associativas de caráter recíproco, pois esta reciprocidade embasada pelos atos de representar e conservar permite caráter fundamental para formação psíquica dos sujeitos e, por conseguinte, das representações mentais e sociais.

Consideramos que a materialidade da informação que aproxima da memória reside no conceito de documento, pois toda prática representacionista e conservacionista só é plenamente possível no âmbito do conceito de documento. Le Goff (2003, p. 545) indica o conceito de documento que converge com a presente discussão:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Informação e memória estão intimamente representadas no conceito de documento. A primeira no sentido duplo de ativar o conhecimento registrado e de favorecer a apreensão/apropriação de conteúdo pelos sujeitos da informação. A segunda também em sentido duplo,

mas com outra vertente que envolve a concepção do que é passível de ser registrado de modo simbólico ou documentário (organizado/representado, acessado, utilizado e apropriado) pelos sujeitos, conforme a oferta de documentos disponíveis para organização e, de forma mais ampla, aproximar as temporalidades e as gerações que dela fazem parte fortalecendo os conhecimentos sobre a realidade, fortalecendo, pluralizando ou fragmentando a formação cultural dos sujeitos.

Ademais, o documento é visto como monumento simbólico na medida em que exerce não somente o papel de texto e discurso, mas também de representação histórica de sujeitos, grupos de sujeitos, instituições e fundamentalmente culturas ampliando as possibilidades de construção da informação e preservação da memória. É visível que informação e memória estão intimamente concatenadas quando das práticas de representação e conservação, mas como se dá a transformação da informação para memória? Rothschild (2000, p. 27) revela três passos para essa transformação: codificação – codificação – envolve um processo de gravação, simbolismo ou marca da informação dentro do cérebro; armazenamento – que favorece uma acumulação da informação que, conforme o tempo pode ficar guardado; reaccessamento – numa consulta ou reativação da informação levando a informação à consciência.

No entanto, nem toda informação segue esse processo de transformação para memória da mesma forma, já que existem três grandes tipos de configuração da memória: curta duração (informação apreendida de repente

pelos sentidos do corpo humano, levadas ao sistema cognitivo e liberadas através dos próprios sentidos, assim como da fala e do movimento mental e linguístico dos sujeitos a fim de que o cérebro não fique com uma carga muito onerosa de informações); temporária (são aquelas informações que são captadas pela memória de curta duração e assimiladas, com vistas ao reconhecimento de uma determinada utilidade individual ou coletiva, mas que comumente não é armazenada de forma permanente, mas auxilia para que certas informações possam se estabelecer de forma permanente, de acordo com seus impactos e relevância); longa duração (são informações marcantes que são guardadas para o resto da vida em virtude de sua permanente relevância ou do impacto psíquico na vida dos sujeitos). (ROTHSCHILD, 2000, p. 27).

Os tipos de memória denotam a relevância da ideia de lembrança, pois é a partir desta (e de sua contextualização histórica) que as informações são produzidas engendrando perspectivas para preservação da memória. Bergson (1999, p. 89) distingue dois tipos de memória que incluem a percepção de lembrança e informação: imagens-lembrança (envolve a trajetória de vida conforme se delineiam armazenando o passado através da informação) e representação das lembranças (ocorre no contínuo acesso à informação desde o tempo passado, reformulando o que já foi vivenciado/experimentado pelos sujeitos).

A interrelação entre informação e memória é ainda mais visível quando ambas estabelecem conexões diretas entre o passado e o presente. A diferença é que a informação,

especialmente aquela apropriada na mente dos sujeitos (e ainda não registrada formalmente na condição de promover acesso à multiplicidade de sujeitos) tem um contexto mais situacional quando é útil para que o sujeito construa sentido quando da apropriação, reformulando questões do passado, enquanto a memória tem um aparato representativo e conservador para estabelecer conexões (multi)temporais em qualquer tempo e espaço e para infinidade de sujeitos. Neste ponto, a informação depende da memória para se perpetuar nos diversos contextos históricos, sendo a lembrança o primado básico para mediar o sentido produzido na informação e o legado de representação/conservação da memória.

Informação e memória são indissociáveis porque as formas como a informação são apreendidas, apropriadas, codificadas e armazenadas definem os níveis de conservação da memória e esta se bem conservada auxilia diretamente no aprimoramento das atividades linguísticas, comunicacionais e na construção de novos conhecimentos. Informação e memória também são muito semelhantes porque possuem características em comum, tais como: ambas são seletivas no sentido de que os sujeitos as utilizam conforme seus interesses e possibilidades individuais/coletivas; ambas são representadas por meio de linguagens; ambas são conservadas por meio de processos físicos, virtuais e mentais; ambas estão pautadas finalisticamente na construção de sentidos.

É precisamente no ato de fazer sentido que informação e memória se encontram em sua plenitude, pois é

neste momento em que ambas culminam seus processos técnicos (organização/representação, armazenamento, recuperação, etc.) e sociais (acesso, uso, apropriação, etc.). A construção de sentidos não deve ser vista como percepção do positivismo lógico de ideação-comprovação, mas como fundamento holístico relacionado à finalidade, à necessidade, à inteligência e ao direcionamento da realidade dos sujeitos. O sentido deve ser visualizado com nexos lógico-ontológico da vida em que a informação produz interpretações sobre a realidade objetiva e significados plurais e a memória produz meios para preservar significados e socializá-los de forma ampla, transcorrendo gerações e transformando a história dos sujeitos. O sentido é, portanto, fruto de um processo informacional e memorial em que o sujeito protagoniza ações de intuição, observação, interpretação, percepção, compreensão, apreensão e apropriação. Estes processos não são necessariamente ordenados, mas indicam uma lógica de sentido da vida.

Desse modo, informação e memória têm o que podemos chamar de **construção processual de sentidos**, pois se constituem em uma interdependência lógica, compreensiva e preservacionista. Lógica porque traduzem uma coordenação de processos. Compreensiva porque produzem percepções, significados e apropriações. Preservacionista porque estão inseridas num ambiente do transcurso histórico que são transmitidas e adaptadas por diferentes gerações. Serra (1999, p. 8), ao discutir sobre os sentidos da informação, questiona como síntese problematizadora a seguinte pergunta: “3º Problema. Que

tipo de informação (conhecimentos) merece ser reunida, divulgada aos contemporâneos e transmitida aos homens do futuro?” Esta pergunta merece várias respostas, principalmente pautada em dois aspectos: a informação com sentido histórico através da memória e os suportes de informação necessários para que a memória se estabeleça com sentidos no contexto histórico (do passado para o presente).

Quanto ao primeiro aspecto, a informação não é um fenômeno isolado e para se situar historicamente necessita de múltiplos diálogos com a linguagem (estratégias para o desenvolvimento da pragmática informacional); comunicação (encaminhamento de processos técnicos, ontológicos e sociais); tecnologias (suportes físicos e virtuais de acesso à informação em diferentes tempos); documento (representação materializada da informação segmentada no transcurso histórico); e com a memória (a informação é organizada e conservada com vistas a ser disponível em caráter permanente ou temporário, conforme sua relevância ou impacto para os sujeitos da informação).

Essa interdependência da informação mostra quão reticulares são os conceitos e sem essas aproximações teórico-práticas entre os conceitos a informação se enfraqueceria em termos de produção epistêmica e de fundamentação pragmática. A informação conquista historicidade mais definida e plural quando associada à memória. Sem essa associação, a informação seria mero instrumento de apropriação instantânea e rapidamente descartável de acordo com a utilidade conferida pelos

sujeitos que a utilizam inibindo, por sua vez, os processos de transmissão histórica da informação.

Já o segundo aspecto conquista o sentido pragmático da informação quando apenas com suportes definidos é possível constituir processos históricos de transmissão entre gerações diferentes. Os suportes, quando estão suplantados por práticas de preservação da memória, ajudam a definir a consistência histórico-cultural da informação e suas possibilidades de transmissão, ou seja, a informação se enfraquece ou fortalece, aumenta ou diminui no tempo, conforme a qualidade das didáticas organizacionais e conservacionais dos suportes. Jeudy (1990, p.88) afirma que “[...] nos sistemas de comunicação e de informação, a noção de memória adquiriu um sentido determinante. A memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quando de seu tratamento.”

A operacionalidade da memória se dá pelas práticas de organização e tratamento dos documentos/monumentos a fim de que a informação seja transmitida historicamente. Dessa forma, sintetizando uma resposta para a pergunta feita por Serra (1999), podemos dizer que os processos de organização/tratamento são considerados técnicos, mas os sujeitos que elaboram e executam as práticas documentárias definem em grande medida quais tipos de informação podem (ou devem) ser transmitidas para as gerações posteriores a depender dos tipos de documentos tratados. Por exemplo, documentos como jornais costumam ser meios de apropriação imediata dos sujeitos e prontamente descartáveis (salvo para sujeitos da informação especialistas

como pesquisadores), enquanto enciclopédias costumam ser documentos de apropriação em diferentes tempos históricos.

Por isso, a dimensão do que vai ser transmitido para as gerações depende, sobretudo, dos tipos de documento e das formas de tratamento (caráter operacional da memória), de modo que os sistemas de informação (físicos, virtuais como bibliotecas, arquivos, museus, centros culturais, etc. e simbólicos como a mente humana e significados compartilhados por grupos institucionalizados como movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos) possuem finalidades de transmissão da informação eminentemente históricas, sendo as estratégias para preservação da memória subsídios *actio in rem* para dinamizar a vida da informação e possibilitar que os sujeitos produzam sentidos para suas vidas.

Identificamos os seguintes sentidos produzidos pelos sujeitos na interrelação entre informação e memória:

- a) sentido utilitário – construído com base em alguma necessidade específica dos sujeitos em determinado momento que precisa ser satisfeita comumente relacionada ao dia a dia;
- b) sentido discursivo – ocorre quando o sujeito possui um arsenal de informações baseado em sua memória e busca através de uma concatenação linguística convencer a outros sujeitos as melhores condutas e formas de satisfação;
- c) sentido lógico – construído a partir de um planejamento continuado com vistas a satisfação de

alguma necessidade de informação que se apresenta de forma intensa na vida dos sujeitos durante determinado tempo;

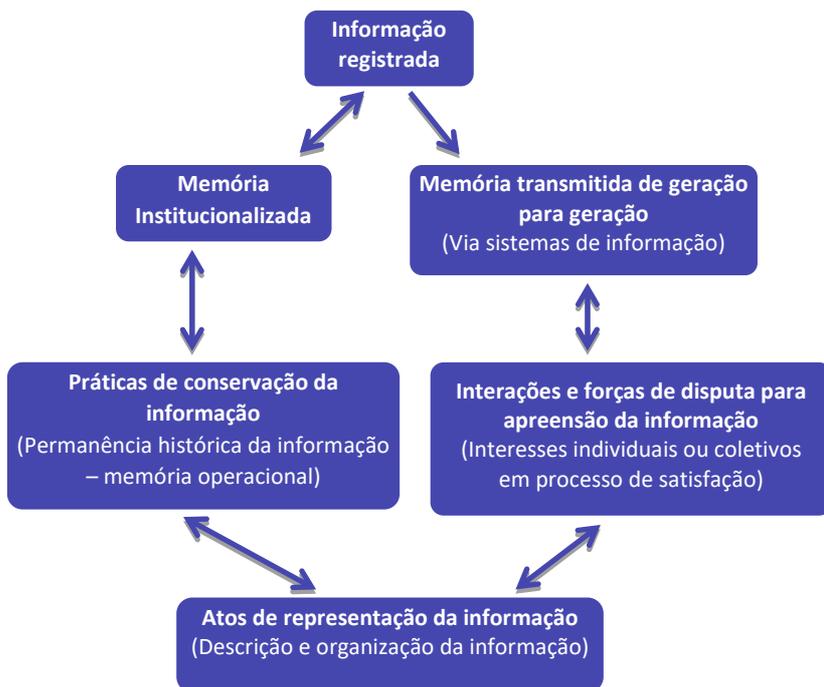
- d) sentido ontológico – é construído a partir da análise do sujeito sobre si mesmo, conforme os dispositivos de informação e de preservação da memória que este dispõe para mudar determinada realidade que pode ser do sujeito em nível individual ou do sujeito em parceria com outros sujeitos;
- e) sentido estrutural – quando a análise, compreensão, apropriação e decisão de um sujeito, em uma determinada situação (baseada em seu arsenal de informações e de sua memória preservada), comumente atribuída a espaços comunitários ou de ação profissional afeta de forma positiva e negativa outros sujeitos envolvidos;
- f) sentido coletivo – quando um sujeito pretende produzir informação a partir dos suportes de informação que dispõe para satisfazer de forma simultânea ou não às necessidades de outros sujeitos;
- g) sentido contextualista – quando o sujeito analisa os diversos aparatos de memória e informação registrada para escolher aqueles que considera mais pertinente para resolver determinadas situações;
- h) sentido generalista – quando o sujeito busca, por meio dos suportes de informação (e operacionalidade da memória) escolher uma informação específica para conduzir processos diversos, tanto para seguir sua vida

cotidiana, quanto para lidar com outros sujeitos da informação;

- i) sentido histórico – construída durante toda a trajetória da vida dos sujeitos e pode envolver de modo isolado ou agregado os valores profissionais, pessoais ou psíquicos visando permanente satisfação em determinado setor. O sentido histórico é permanentemente buscado pelo sujeito e mesmo quando conquistado não é definitivo, pois o sujeito precisa sempre manter ou aprimorar o sentido produzido.

A figura adiante explicita as interrelações e sentidos entre informação e memória, além de mostrar como ambas produzem sentidos de forma interacional:

Figura 8: Construção processual de sentidos entre informação e memória



Fonte: Elaborado pelo autor.

O título “construção processual de sentidos” significa que informação e memória, de maneira intrínseca, produzem dois grandes sentidos: compreensão e transmissão. Quanto à percepção de interacional ocorre que a produção de ambos os sentidos só pode ocorrer a partir da permanente interação entre informação e memória.

O termo “lugares de memória” divididos em materiais em que a memória social apreende sentidos; funcional que é o alicerce de memórias coletivas; e simbólicos quando a memória coletiva vista como identidade se revela (NORA, 1993), favorece a percepção de que a informação possui lugar

cativo na “territorialidade material e simbólica da memória”, pois é a informação, registrada simbólica ou documentalmente por sujeitos ou instituições, que produz sentidos para existência da memória expressando focalizações coletivas e revelando a(s) identidade(s) individual ou coletiva dos sujeitos.

No entanto, vale ressaltar que a finalidade potencial de toda construção de sentidos está relacionada a transmissão da memória (informação registrada), mas objetivamente nem toda construção de sentidos necessariamente está vinculada a transmissão da memória, em especial, quando os sentidos construídos são baseados nas satisfações individuais dos sujeitos, como o sentido utilitário, discursivo e generalista.

Outra questão na construção processual de sentidos é que informação e memória não podem ser observadas apenas através da interação entre ambos os conceitos, mas na força que os sujeitos produzem em termos de informação e memória e como os sujeitos decidem aquilo que deve ser registrado (representado, conservado e institucionalizado) e transmitido para outros sujeitos e temporalmente falando outras gerações, uma vez que a força dos sujeitos para definir a transmissão da memória é salutar “[...] para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29).

Esta força é que define como as interações serão concretizadas e o que, de fato, vai ser compreendido de forma implícita ou explícita pelos sujeitos e aquilo que será

transmitido, pois nem tudo que é compreendido é de fato transmitido, já que é opção dos sujeitos em decidir como será processada a produção da informação e as práticas de preservação da memória. O fato é que informação e memória são tão próximas do ponto de vista epistêmico, técnico e humano que são mais profícuas se analisadas de forma relacional.

4 FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS DA INFORMAÇÃO

O último fundamento que compõe nosso itinerário lógico tem discussão focalizada a partir de cinco pontos fundamentais: informação na perspectiva dos processos; informação na perspectiva da gestão; informação na perspectiva das tecnologias; informação e linguagem; informação em ambientes de informação como forma de estimular à compreensão sobre o cotidiano pragmático e operacional da informação.

A compreensão sobre o caráter técnico-pragmático da informação conduz inexoravelmente ao apelo de um ambiente epistemológico, que é a tradição fenomenotécnica bachelardiana apontando para um construto informacional que alie técnica, ciência e operacionalidade epistemológico-social.

Sobre a fenomenotécnica, Bachelard (1996, p.76-77, grifo nosso) argumenta que:

Além da história, impelida pela história, suscita experiências para deformar um estágio histórico do conceito. Na experiência, **[o espírito]** procura ocasiões para complicar o conceito, para aplicá-lo, apesar da resistência deste conceito, para realizar as condições de aplicação que a realidade não reúne. É então que se percebe que a ciência constrói seus objetos, que nunca ela os encontra prontos. A fenomenotécnica prolonga a fenomenologia. Um conceito torna-se científico na proporção em que se torna técnico, em que está acompanhado de uma

técnica de realização.

Ao versar sobre a fenomenotécnica, Bachelard está agrupando um conjunto de ideias baseadas nos seguintes termos: pensamento científico, conceito (ou, como mais ênfase, a construção do conceito científico), obstáculo epistemológico no âmbito da experiência e a concepção fenomenológica. Todos esses termos estão vinculados a formação do espírito científico.

É preciso considerar que o pensamento científico deve ser criteriosamente envidado a partir da proposição de problemas contemplando a realidade e, por sua vez, superando os desideratos superficiais e generalistas do senso comum. A proposição de problemas é uma forma de promover ao pensamento científico consistência e uma dinâmica de fecundidade conceitual evitando deformações conceituais.

Para tanto, é pertinente a superação dos obstáculos epistemológicos, especialmente aqueles extasiantes contingenciais da experiência e do conhecimento geral do senso comum que podem complicar a formação do conceito científico e inibir a formação do espírito científico e deformar a construção de um conceito científico.

A noção de que o conceito científico não é simplesmente encontrado pronto, mas está em permanente construção é um atributo essencial para a superação dos obstáculos epistemológicos. É, pois, a partir da consciência do cientista, enquanto estrutura ontológico-fenomenológica, e além do senso comum que o conceito científico é gestado através das aplicações técnicas do conceito, o que possibilita

considerar que a fenomenotécnica é uma consciência construída por meio de problematizações e aplicações sociais e técnicas deliberando uma iniciativa científica do espírito.

Logo, todo conceito para se constituir como científico incide na superação dos obstáculos epistemológicos, na proposição de problemas e na permanente elaboração e aplicação técnica primando por uma maturação do espírito científico.

Malgrado a densidade teórico-epistemológica da fenomenotécnica, percebemos sua relação com a construção do conceito científico de informação, ou de outro modo, na formação de um espírito científico-conceitual de informação. Tomando como base o pensamento de Bachelard (1996), ponderamos os seguintes elementos da fenomenotécnica aplicados a uma percepção científico-social e conceitual de informação apontando a necessidade de análise sobre cada elemento: a) reforça o que transparece sob o que aparece; b) se institui pelo que é construído, de sorte que suscita um mundo não mais fixado por um impulso mágico, mas atrelado a um impulso racional e inerente ao espírito; c) concretiza, nos vários sentidos do termo, construtos elementarmente racionais; d) compreende o real como um caso particular do sentido.

Com relação ao primeiro elemento, a informação, enquanto processo fenomenotécnico, deve primar pelas heurísticas hermenêuticas para conferir sentido, conforme a apreensão do que foi observado. Um conceito científico de informação é inexoravelmente presente no cotidiano cabendo ao cientista extrair os elementos estratégicos que

insuflem a formação de um espírito conceitual científico superando os obstáculos do senso comum. Contudo, um conceito de informação deve representar uma determinada realidade (ou uma realidade geral), de modo que o conceito é aquilo que transparece sobre o que aparece na realidade.

No que tange ao segundo elemento, é fundamento *ad causam* da informação, pois a informação não é um processo estanque e acabado, mas construído a partir das relações sociais, bem como a formação de um espírito conceitual científico de informação só pode ser concebida a partir de uma ampla construção que envolve, a saber: quais as heurísticas positivas e negativas são utilizadas pelo cientista para analisar a realidade conceitual de informação? Quais tipos de públicos serão observados/analizados? Quais tipos de instituições são recortados para observação/análise? Como estabelece a análise a partir da combinação de pontos empíricos e teóricos?

Estas interpelações não buscam conceituar a informação, mas apenas designar os pressupostos teórico-metodológicos que serão utilizados para uma investigação, além dos problemas e objetivos propostos para estruturar a formação do espírito científico imanente ao conceito de informação.

O terceiro elemento conota que o cientista deve estar preparado para inúmeras possibilidades conceituais de informação, mas deve conceber um critério seletivo a fim de não conceituar qualquer ocorrência como um conceito de informação sob pena de cair em uma deformação conceitual de informação. Comprendemos que a informação apresenta

conceitos variados, mas somente podem ser comprovados a partir da formação de uma racionalidade crítica que estructure as heurísticas para investigar o conceito de informação, conforme interpelado no parágrafo anterior.

O quarto e último elemento é de cunho eminentemente metodológico e compreende uma fenomenotécnica informacional que prima pelo olhar amplo daquilo que é investigado, uma vez que um determinado objeto recortado para investigar a informação não deve ser levado como uma generalização de fluxos conteudísticos para conceituar a informação, pois é passível de um paradoxo ininteligível, já que a formação de um espírito científico-conceitual de informação apresenta vários elementos dinâmicos, tais como: historicidade (quais temporalidades-espacialidades pretendem-se investigar); contextos humanos (quais tipos de públicos/sujeitos serão investigados e quais fundamentos sociais serão implicados – educacionais, políticos, econômicos...); contextos técnicos e pragmáticos (quais suportes e instrumentos tecnológicos – físicos e digitais – serão contemplados e se envolve contextos gerenciais e fluxos informacionais); e contextos científicos (no âmbito de quais áreas do conhecimento a investigação conceitual será desenvolvida).

Estes contextos não necessariamente são generalizáveis, mas constituir um espírito científico ao conceito de informação recomenda-se a partir de um lato prospecto de investigação. No caso de um recorte particular é pertinente deixar claro que o conceito de informação representa uma realidade específica, sem a finalidade de

definir uma essência conceitual de informação (evidenciando que um caso específico pode contribuir para pensar investigações mais amplas sobre informação).

Vale ressaltar que a fenomenotécnica informacional contraria a pergunta base para compor o processo de investigação conceitual da informação de Floridi (2011) sobre qual é a natureza da informação, haja vista que este olhar demanda mais uma concepção metafísica do que propriamente a formação de um espírito científico, o que pode excluir alguns cursos históricos da informação, da CI e das próprias práticas documentárias, enquanto converge com a percepção de Bernd Frohmann (2008) invocando a materialidade da informação, inspirada na teoria foucaultiana, de modo que a fenomenotécnica informacional é inviável se focalizada distante das condições materiais, históricas e sociais.

A fenomenotécnica informacional fortalece o ideário de uma identidade afirmativa da informação reconhecendo-a a partir de seus indícios históricos, sociais e materiais. A identidade afirmativa a partir da fenomenotécnica informacional deve ser entendida aqui como a ampla e necessária propositura de investigar a informação a partir de formações teóricas, metodológicas e empíricas inclinadas ao desiderato realizável e constituível de um conceito científico de informação (ou mais de um conceito) que represente e dialogue com a realidade, afirmando-se como ponto de referência para outras investigações e diálogos técnico-científicos.

Enfim, entendemos que a fenomenotécnica

informacional se configura como pressuposto cabível para compreensão do conceito de informação que se situa desde a atividade epistemológica, perpassando pela condição humana e culminando na fundamentação técnico-pragmática.

4.1 Informação na perspectiva dos processos

Iniciando o itinerário reflexivo pela “informação na perspectiva dos processos”, consideramos ser o fundamento embrionário do pragmatismo informacional, principalmente pela composição de vertentes integradas entre aplicações técnicas e sociais da informação. O termo processo, oriundo do latim *procedere*, está ligado a inúmeros significados tais como: conjunto sequencial de práticas e ações; procedimento, ir adiante, avançar; atividade sucessiva de mudanças; técnica. (FERREIRA, 2010).

Os significados apresentados permitem constatar que os processos se constituem em um conjunto de técnicas e procedimentos com a finalidade de produzir, gerar, transformar/modificar, construir determinados fenômenos institucionais/organizacionais e humanos/tecnológicos como produtos e serviços de diversas espécies.

É precisamente nos desideratos técnico-procedimentais que a informação pode ser entendida como processo. A informação é técnica na medida em que é vista como um conjunto de processos não necessariamente sequenciais que dialogam intensamente para construção e compreensão de sentidos.

A informação como processo interfere diretamente na vida social a partir dos seguintes fatores: auxilia na satisfação

de necessidades do cotidiano dos sujeitos; promove perspectivas diversas para produção do conhecimento; produz sentidos que auxiliam na vida humana durante seu transcorrer , significando que a produção da informação é comparável às características típicas do desenvolvimento humano (AITYAN, 2012); auxilia tanto nas transformações do ser humano por meio de indicadores de uso de fontes e itens de naturezas diversas quanto nas transformações das fontes e itens diversos que podem ser utilizados pelo ser humano (EGGHE; GUNS, 2012); desenvolve sua quantidade e qualidade a partir das externalidades da atividade econômica agregada (BROCKMAN; LIEBENBERG; SCHUTTE, 2010); auxilia em novas dinâmicas de produção da cultura, do conhecimento e da comunicação humana; serve de base para o fornecimento de índices e instrumentos estatísticos de conduta humana por meio de atividades métricas quantificando a dinâmica da informação (NICOLIS, 2011).

Observamos que a informação na perspectiva dos processos é fundamental pelo seu caráter pragmático de produção que interfere diretamente na dinâmica de vida histórica, econômica, cultural e comunicacional da sociedade. Podemos afirmar que os objetivos da informação como processo designam formas de como produzir informação e, por conseguinte, sentidos e compreensões para os sujeitos.

Os processos de informação correspondem ao conjunto continuado e programático de atos de produção, coleta, organização, seleção, mediação, disseminação, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação da informação que são dinamizados por atividades de gestão (a exemplo de acervos,

peças, serviços e produtos), promoção de serviços e produtos, visando ao alcance de determinados públicos e favorecendo a construção de novos conhecimentos.

Os processos de informação envolvem um conjunto de atividades que possui na mediação o seu caráter mais pleno, visto que articula todos os outros processos, conferindo um sentido mais programático e estratégico.

Historicamente, a mediação no campo da informação se desenvolveu através das atividades em ambientes de informação, mormente bibliotecas, seguido pela produção de bibliografias e num contexto mais contemporâneo a partir do desenvolvimento do conceito de documento.

Originariamente, a mediação está fincada como amparo das práticas biblioteconômico-informacionais, em especial, atividades profissionais concernentes ao serviço de referência com a ideia de articular ações entre o acervo e o público por meio de auxílios bibliográficos, provisões documentais, alertas e outras ações. A mediação da informação surge como perspectiva de aglutinar e encorpar os serviços, produtos e atividades gerais realizadas pelos bibliotecários.

No entanto, por muito tempo, a mediação no campo da informação foi fincada de modo reducionista como 'ponte', 'elo', 'intermediário' entre o documento e o público, pautado na identificação e no oferecimento de documentos ao público, o que traz a mediação como visão preestabelecida de cunho simplista, descoordenada, mecânica, naturalizada e normativa que mantém a operacionalidade restrita dos

serviços, produtos e atividades gerais dos ambientes de informação ou, em outras palavras, o conceito de mediação por muitas décadas se confundiu com o conceito de disseminação.

Historicamente, a disseminação da informação é ligada à construção de estratégias para compartilhar conteúdos. Em face da discussão se a disseminação da informação (incluindo a disseminação seletiva) é processo ou método (SOUTO, 2010) acreditamos que seja processo com a constituição de métodos de aplicação/execução. A informação, enquanto processo de disseminação, foi questão de grande relevância, especialmente pela perspectiva de estabelecer estratégias de socialização que estimulasse acesso e uso da informação e respaldasse o processo de produção da informação.

No entanto, nas últimas décadas do Século XX, a ideia de mediação se desenvolve mais fortemente em termos epistemológicos e operacionais no campo da informação tomando conta de uma nova perspectiva de abordar as relações entre as atividades documentárias e o público, mas não como substituição da disseminação e sim como fundamento de ampliação.

Mediação e disseminação se apoiam na medida em que é possível gestar perspectivas de mediação para respaldar as atividades de disseminação e mais comum ainda abordar a mediação como ampliação do conceito de disseminação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008b).

Consideramos a viabilidade mais fundamentada da

mediação como ampliação do conceito de disseminação, conferindo novo caráter da informação como processo social. Embora mediação e disseminação da informação sejam confundidas em virtude de que a primeira “[...] se utiliza, para sua conceitualização, de aportes teóricos apoiados em uma revisão e ampliação dos conceitos e práticas aplicados à Disseminação da Informação [...]” (SANCHES; RIO, 2010, 108-109) a mediação se fundamenta com maior amplitude epistemológico-social, de sorte que “[...] não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário **(do sujeito/autor e sujeito/mediador)**, em todo fazer desse profissional **(do cotidiano humano)**” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008b, p. 46, grifo nosso).

A emergência da mediação da informação como prática mais fundamentada se dá pela efervescência de novos discursos e práticas na sociedade que não concentram a produção da informação apenas no emissor ou apenas na transferência de um mediador para um público por vias estratégicas unilaterais ou simplesmente que não dialoguem diretamente com o outro. A ideia tradicional de disseminação relega a um plano inferior o ideário de autonomia do público (sujeitos/usuários da informação).

Diante desse apanhado, em termos históricos e epistemológicos, a mediação nos campos da Ciência da Informação e da Comunicação engloba três tipos de uso: forma incidente, na qual o uso mais corrente refere-se à ação de servir de intermediário para facilitar a comunicação; uso operatório para designar, descrever ou analisar um processo

específico na mediação midiática, pedagógica, cultural, institucional ou no uso das tecnologias; c) objetivo de obter uma definição teórica para a mediação, como objeto filosófico e como objeto científico. (MARTELETO; COUZINET, 2013).

Em tese, a mediação surge e se desenvolve como um pano de fundo que norteia as atividades informacionais, mas esse norteamento é viabilizado a partir de um conjunto coordenado e programático que dinamiza as ações do acervo, dos serviços, produtos, processos e da gestão primando por ações não meramente **para** o público, mas **com** o público, o que significa que o público é elemento dinâmico dentro do processo informacional e não apenas um receptor passivo de documentos e serviços. Sem a visão coordenada e programática, a mediação se estabelece apenas como retórica ou estética discursiva, pois torna o documento um objeto estanque, o receptor um sujeito passivo e a relação entre ambos operacionalmente linear.

A mediação da informação conquista seu *ethos* concepcional e pragmático através da mediação documentária que abrange todo o conjunto de processos informacionais aplicáveis nos ambientes de informação, considerando a dinamicidade documentária, incluindo o modo como é gerenciada em termos de processos, serviços, produtos e pessoal e as múltiplas realidades do público.

A mediação da informação ou mediação documentária concebe as concepções estratégicas do documento que subsidiam à informação, interpondo condições para que a informação seja construída através da mediação pelo/com o

documento, sendo este qualquer objeto passível de ressignificação para uma atividade informacional pelo mediador e/ou pelo público. Logo, a mediação documentária reflete o curso contemporâneo histórico-epistemológico e aplicacional do campo da informação.

Meyriat (1981) expressa que qualquer objeto pode ser um documento e que o desejo de obter a informação é um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento ainda que a vontade do seu criador tenha sido outra. Neste sentido, a mediação documentária se insurge, por um lado, como suporte da informação e, por outro lado, como atividade coordenada para nortear os rumos que conduzirão à construção da informação.

A mediação documentária reside na capacidade de transformar o objeto em documento, tornando-o passível de comunicação ao público. Para tanto, a mediação documentária constitui os elementos interacionais, transacionais e de partilha da informação, pois “Se nos situamos na raiz, no momento da conceitualização do objeto que poderá se tornar documento, parece-nos necessário considerá-lo como o resultado de negociações [...] É então possível pensá-lo como resultado das mediações que ele dá forma e fixa sobre um suporte” (COUZINET, 2009, p. 14).

A mediação documentária pode ser caracterizada, por um lado, como atividade de ressignificação do documento (caráter comunicativo) que, por sua vez, dinamiza os processos de informação como organização, disseminação, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação da informação, engendrando subsídios para construção da informação e, por

outro lado, como atividade que dinamiza institucional, política e cognitivamente a gestão, os processos, serviços, produtos e ações gerais de informação em conexão com o público.

A mediação documentária incide sobre a dinamização dos processos de informação na relação com o público que implicam em "[...] uma mediação de aplicação do conhecimento na produção, disseminação e apropriação de informações através de um processo de tradução, conexão e relacionamento" (FABRE; GARDIÈS, 2010, p. 3).

A mediação documentária não se restringe à dinamização dos processos de organização e difusão e nem à operacionalidade mecanicista dos serviços e produtos de informação, pois conforme Liquète, Fabre e Gardiès (2010, p. 5) “[...] A mediação documentária excede a simples transmissão da informação para ir para uma construção de ligações entre necessidade e uso da informação e permite assim ao indivíduo transformar a informação em conhecimento”.

A mediação documentária é definida por Ortega (2015, p. 2) do seguinte modo:

A mediação da informação, ou mediação documentária, engloba o conjunto das ações realizadas sobre objetos, na perspectiva de pessoas em torno de atividades comuns – científicas, profissionais, estéticas, de lazer –, do que decorre que essas pessoas sejam tomadas como público e que os objetos sejam abordados como documentos. [...] A mediação da informação implica intervenção, ação

propositiva, intencionalidade, cujo objetivo é a apropriação da informação. É realizada sobre base material, por meio de metodologias de rigor científico. Identificação, seleção, produção de registros, ordenação, preservação, exposição de todo e qualquer objeto são atividades documentárias no sentido de que constituem – de modo articulado entre si – ações de mediação a partir das quais se dá a transformação do objeto em documento. Estas ações formam camadas de significação sobre o objeto, cada qual resignificando a anterior, em um movimento de produção de mensagens a um público.

A mediação da informação ou mediação documentária é uma proposta que contempla tanto o aprimoramento de setores de estudos que envolvem uma reformulação sobre os processos de informação, quanto uma perspectiva de prática profissional que redimensiona o fazer dos ambientes de informação, dos profissionais que os gerenciam e dos públicos que fazem parte desses ambientes.

A mediação documentária deve ser visualizada como uma articulação dos processos, serviços e produtos que norteiam as práticas de informação, compreendendo que não é um ato isolado, mas um conjunto de atos que se articulam com mais ou menos intensidade, conforme um conjunto de variáveis como perfil profissional, perfil do público, perfis das atividades documentárias; é intencional, mas carrega consigo elementos não intencionais que podem transformar os atos intencionais no decorrer das ações mediacionais; é propositiva na medida em que pondera uma construção de sentidos para ser oferecida, selecionada, compreendida e

apropriada; e é programática na medida em que a articulação deve considerar um conjunto de aspectos que se delineiam em determinados tempos e espaços que se aprimoram conforme o transcorrer das ações e as interações com o público.

Para pensar a mediação documentária é pertinente partir de algumas interpelações que norteiam as intervenções e interferências: O que é a mediação em jogo? Por quais motivos pelos quais a atividade de mediação é pertinente? Quais os elementos que podem ser utilizados para o desenvolvimento da mediação? Como a atividade de mediação pode ser desenvolvida? Quais as finalidades das atividades de mediação?

Essas perguntas contemplam pensar a articulação das primícias, desenvolvimentos e finalidades da mediação documentária, considerando aspectos conceituais (primeira pergunta), propositivos (segunda pergunta), aplicativos (terceira e quarta perguntas) e teleológicos (quinta pergunta).

A mediação documentária deve levar em consideração as seguintes características:

- a) contempla a dinamização dos processos de informação como a produção, coleta, organização, disseminação, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação;
- b) contempla a dinamização das práticas de gerenciamento da informação e do conhecimento, incluindo acervos, pessoas, processos, serviços, produtos, além das questões de avaliação;

- c) contempla o documento que traz a resignificação do objeto a partir da interação com o público, através de práticas de gestão, processos serviços e produtos de informação, permitindo a construção de conhecimentos;
- d) contempla a dinamização do documento compreendido em sua estrutura como suporte da informação e em sua ação como elemento de comunicação da informação;
- e) é percebida pela articulação entre o conjunto de intervenções e de interferências construídas para e com o público, sendo pertinente afirmar que apenas intervenção não é a mediação em sua plenitude e a interferência deve ser observada através dos planejamentos, procedimentos e resultantes interventivos;
- f) é circunscrita a partir dos suportes documentais que delimitarão as atividades documentárias e de como esses suportes contribuem para eficácia e efetividade das atividades;
- g) age como dispositivos de informação que se situam na realização de programas, projetos, formações, eventos, processos, serviços e produtos;
- h) age como artefatos que se situam nos diversos meios tecnológicos para dinamização das atividades documentárias;
- i) é circunscrita a partir de uma contextualização temática no sentido de estruturar os assuntos

pertinentes para o desenvolvimento das atividades documentárias;

- j) é circunscrita a partir de uma contextualização espaço-temporal que define os mecanismos de atividades documentárias;
- k) é circunscrita a partir de uma contextualização histórica em que se constroem os sentidos sobre a trajetória das atividades documentárias e as relações temporais entre si (atividades do presente modificando atividades anteriores, atividades anteriores modificando atividades presentes e a relação entre atividades anteriores-presentes interferindo nas atividades futuras);
- l) é circunscrita a partir de uma contextualização epistemológica que prevê a construção dos sentidos cognitivos, em especial, de orientação técnico-científica e metodológica e escolha das correntes teórico-práticas para realização das diversas atividades documentárias;
- m) é circunscrita a partir da contextualização territorial das atividades documentárias, considerando-o não apenas como espaço geograficamente delimitado, mas sobre a delimitação da existencialidade vinculante do/ao documento como elemento passível de mediação, sobre as dinâmicas existenciais e culturais que configuram o público e suas condições para interação nas atividades de mediação, incluindo as similitudes, diferenças e particularidades que

fomentam o posicionamento do público;

- n) prima por variados aspectos como a apropriação da informação, construção de conhecimentos, condições para o armazenamento, formação de competências e habilidades, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução-resposta para problemas informacionais, (re)formulação de práticas gerenciais, (re)formulação de políticas e planejamento para futuras atividades.

A mediação documentária referencia de modo mais amplo a dinamização dos processos de informação, práticas de gerenciamento da informação, ressignificação do documento como estratégia para geração da informação, dinamização comunicativa do documento, atividade de intervenção e interferência junto ao público, delimita suportes documentais, age como dispositivos de informação, age como artefatos, contextualizações temática, espaço-temporal, histórica, epistemológica, territorial e prima por finalidades diversas relacionadas à informação e ao conhecimento.

A mediação documentária contribui para os demais processos de informação a partir dos seguintes aspectos, como mostra o quadro adiante:

Quadro 6: Contribuições da mediação documentária para os processos de informação

Processos de informação	Descrição
Produção	Dinamização de atividades para reunião, identificação, seleção e armazenamento, visando à organização de estoques de documentos para uso da informação.
Coleta	Atividades para o recolhimento de dados e documentos potencialmente pertinentes para uso do público, através de métodos e técnicas especializadas, diálogo com o público e políticas de coleções consistentes e dinâmicas.
Organização	Conjunto programático de atividades para dinamização das técnicas e linguagens documentárias, sinalização, política de coleções, serviços e produtos que apresentem clareza ao público para o fomento ao uso da informação.
Seleção	Desenvolvimento de atividades gerenciais, de serviços e produtos para promover uma adequação dos documentos à realidade do público, bem como fomentar às condições de escolhas para o uso da informação pelo público.
Disseminação	Desenvolvimento de estratégias presenciais e virtuais embasadas por técnicas especializadas de marketing e publicidade para divulgação dos documentos, processos, serviços e produtos, <u>visando à adequação aos tipos específicos de público.</u>

Acesso	Disponibilizar de forma transparente e diversificada todos os tipos de atividades documentárias a fim de que estejam facilmente disponíveis ao público.
Busca	Disponibilidade de modelos e técnicas didáticas e variadas para que o público encontre o que deseja ou necessita.
Recuperação	Estruturação de sistemas dinâmicos que possibilitem uma organização, seleção, disseminação, acesso e busca transparentes, considerando a variedade de suportes documentais para fomentar no público um qualificado e satisfatório encontro dos registros/assuntos/documentos que deseja.
Uso	Desenvolvimento de atividades como métodos, técnicas, modelos, formações, serviços, produtos, eventos e orientações gerais sobre como, quando, onde, para que o público pode utilizar a informação recuperada.
Apropriação	Desenvolvimento de estratégias que oriente o público, por um lado, a qualificar o desenvolvimento dos processos anteriores para uma qualificada apropriação e, por outro lado, sobre quais finalidades a informação pode ter como a construção de novos conhecimentos, perspectivas de armazenamento, dinamização dos fluxos informacionais, formação de competências e habilidades, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução-resposta para problemas informacionais,

	(re)formulação de práticas gerenciais, (re)formulação de políticas, planejamento para futuras atividades e a renovação dos processos de informação.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

A mediação documentária é o processo chave que articula os demais processos que vai desde a produção até a apropriação da informação. A mediação é princípio por pavimentar as estratégias para atividades, é procedimento por promover a execução das atividades e finalidades por promover resultados e impactos junto ao público.

Desse modo, a mediação documentária não é um todo distante da realidade, mas, ao contrário, é um todo construído junto com a realidade documentária, do público e do meio em geral, compreendendo o caráter simbiótico de que a mediação dinamiza os processos e também dinamizada por esses processos.

Entretanto, nem toda mediação necessariamente agregará de modo qualificado e satisfatório os demais processos de informação. O êxito da mediação depende de uma série de fatores, a saber: a estrutura de pessoal disponível; estrutura tecnológica disponível; a qualidade do planejamento das atividades; condições para execução dos processos, serviços e produtos; adequação dos processos, serviços e produtos ao público; nível de interesse do público; estratégias de disseminação da informação junto ao público, entre outros.

A mediação como atividade de dinamização dos

processos de informação deve ser visualizada como pressuposto de agregação de valores para concepção dialógica da informação, conforme destaca Pieruccini (2004; 2007) a partir do **espaço informacional** que envolve estética, conforto, setorização e contiguidade informacional, dimensão/formato/localização, livre acesso e multiplicidade de usos do espaço; **repertório informacional** referente às diversas condições do acervo; **linguagem informacional** concernente à linguagem documentária modular, produtos documentários e linguagens não-documentárias; **práticas informacionais** relacionadas às práticas de gestão, pedagógicas e culturais; **mediadores**; e **formação**.

Vale destacar ainda que a mediação documentária pode enfatizar a execução de determinados processos em detrimento de outros. Por exemplo, pode haver mediação documentária mais voltada para salvaguarda de documentos no sentido da preservação que contempla mais os processos de produção, coleta, organização e seleção, relegando os demais a um plano inferior, enquanto pode haver mediação mais voltada para dinamização da informação por meio da disseminação, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação, relegando a um plano inferior os processos de salvaguarda e pode haver ainda mediação mista no sentido de valorizar processos de salvaguarda e dinamização da informação que tornam os processos mais articulados.

A mediação documentária pode contemplar um todo processual ou uma parte processual a depender de concepções organizacionais, planejamento e finalidade estabelecida das atividades a serem desenvolvidas e/ou a

dependem dos desejos, demandas e necessidades do público. Mas independente da intencionalidade da mediação, haverá uma ligação estreita com questões processuais, gerenciais, serviços e produtos que concomitantemente dinamizam e são dinamizados pela mediação.

Para pensar a mediação documentária dinamizando os processos de informação vale a reflexão através das seguintes perguntas: Quais processos a mediação pretende dinamizar? Por quais motivos a mediação deve dinamizar os processos? Quais elementos podem ser utilizados para dinamização dos processos? Quais as relações entre a mediação e os processos dinamizados? Como a mediação dinamiza os processos? Como a mediação integra os processos? Para que a mediação dinamiza os processos? A primeira pergunta é de delimitação; a segunda pergunta é de proposição; a terceira e quarta perguntas são de desenvolvimento; a quinta pergunta é um amálgama do desenvolvimento e da finalidade; e a sexta pergunta de finalidade.

A concretização dessas perguntas depende, sobretudo, dos modos como a mediação será desenvolvida através das estruturações cognitivas de cunho gerencial e das escolhas dos procedimentos teórico-práticos que conduzirão a mediação na dinamização dos processos de informação. Silva (2016) revela que a mediação no campo da informação é norteada pelas seguintes correntes teóricas:

- a) **perspectiva positivista** – controle da guarda de documentos; uso restrito e controlado do processo de disseminação da informação; desenvolvimento de serviços e produtos sem um planejamento que

considere a realidade histórico-social da instituição e dos usuários, na maioria das vezes programados e implantados dentro do comportamento gestor numa perspectiva hierárquica e rígida, que não absorve a necessidade de uma gestão participativa e integradora de toda equipe de profissionais que atua na mediação da informação;

- b) **perspectiva funcionalista** – busca perceber as diversas possibilidades funcionais da informação no âmbito de recursos humanos, acervo, serviços, uso das tecnologias e as relações entre si; atenta para a definição das funções da informação e a satisfação das necessidades de informação do sujeito/usuário;
- c) **perspectiva crítica** – tem a finalidade de modificar a concepção de informação como fenômeno que serve a ideologia dominante; o sujeito/usuário é ponto chave, pois deve participar ativamente no processo de produção da informação; prima por promover oportunidades de interação social e construção do conhecimento para os setores mais carentes da sociedade; define a questão da democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação;
- d) **perspectivas construtivas** – podem ser divididas em construtivista (autonomia do sujeito/usuário em desenvolver seus próprios questionamentos e descobertas), considerando estratégias para o desenvolvimento e competência em informação dos

usuários, o que corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas; e sociointeracionista (atenta para o sujeito/usuário como vetor de interação a partir de suas experiências sociais, conhecimentos, experiências anteriores e demandas prévias, assim como busca, problematiza, questiona; observa o emissor como provocador de polêmicas e conflitos, construindo junto com os sujeitos/usuários da informação (e não para os usuários da informação), estimulando-os a encontrar diferentes respostas para os seus problemas.

A mediação no campo da informação está relacionada à estruturação das teorias, métodos, técnicas, experiências e práticas que pavimentarão a dinamização dos processos, serviços e produtos, bem como o auxílio das atividades de gerenciamento desses processos, serviços e produtos.

Percebemos que a mediação no campo da informação, além da articulação teórica, metodológica e prática, traz consigo também uma veia político-ideológica na medida em que prioriza as maneiras de intervenção e interferência, constatando que: não há neutralidade na mediação (ALMEIDA JÚNIOR, 2008a); é concebida se considerada a realidade do público envolvido; “[...] é essencial para permitir às pessoas fazer conexões, mover-se do concreto ao abstrato, reconhecer a necessidade saber mais, estudar mais profundamente e obter maior compreensão” (KUHLETHAU,

1993, p. 137); e ainda tem como primado mais complexo que pode determinar uma distribuição concentrada de informação, através de seleção (técnica e/ou ideológica) do público a ser contemplado ou da concretização da autonomia entre os sujeitos da informação que “[...] não é uma condição de poder ou de arbitrariedade, mas de equidade, de distribuição, de justiça e de preocupação com o outro [...]” (SILVA; GOMES, 2013, p. 41).

A mediação no campo da informação possui uma intrínseca perspectiva voltada para o uso e a apropriação. de sorte que é o momento de considerar o êxito de toda atividade construída nos processos de informação.

O uso da informação é o processo transitório entre a mediação e a apropriação e mais ainda aos processos de gestão (tomadas de decisão), gerações de novos processos comunicacionais e produção de novos conhecimentos. O uso da informação envolve a relevância do conteúdo, a satisfação de necessidades de informação e, principalmente, as atividades relacionais entre sujeito/usuário e os contextos gerenciais/organizacionais (CHOO, 2003).

Já a apropriação da informação reside no fato de ser uma atividade autônoma do público, mas que está inexoravelmente vinculada a todos os outros processos de informação, já que no processo de apropriação é possível confirmar, infirmar, revisar, transformar e renovar alternativas.

A apropriação aqui indicada como fenômeno pragmático reside nas possibilidades de assimilação do

público sobre objetos culturais (DAVALLON, 2007) e das condições de transformação promovidas pelas práticas mediacionais (FEUERSTEIN, 2000) que afetam diretamente as práticas de apropriação, o que significa dizer que a informação enquanto fenômeno de apropriação é constituída pelas ressignificações dos documentos, tecnologias, espaços informacionais, linguagens, relações sociais, pois são estas que possibilitam ao público a apropriação da informação.

Portanto, a mediação no campo da informação é o *locus* norteador que define a dinamicidade dos processos, serviços e produtos de informação, do uso de tecnologias, do gerenciamento das atividades, da formulação de políticas e planejamentos e da estruturação de mecanismos interacionais com o público que conduzem a perspectivas diversas como construção de novos conhecimentos, perspectivas de armazenamento da informação, dinamização dos fluxos informacionais, formação de competências e habilidades, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução-resposta para problemas informacionais, além da (re)formulação de práticas gerenciais, (re)formulação de políticas, planejamento para futuras atividades e a renovação dos processos de informação.

4.2 Informação na perspectiva da gestão

Dando continuidade ao itinerário lógico da informação, um dos assuntos mais instigantes nas ciências sociais aplicadas, especialmente Administração e CI, é referente à gestão da informação ou das relações entre informação e gestão na contemporaneidade aplicada em

instituições e organizações, como empresas, indústrias, bancos e ambientes de informação mostrando já prontamente o caráter pragmático da informação como gestão.

A ideia de gestão, especialmente organizacional, e seus diversos desdobramentos modelares (democrática, meritocrática, centralizada, autoritária, foco em processos, foco em resultados, cadeia de valor etc.), temáticos (informação, conhecimento, processos, serviços, produtos, tecnológicas etc.) se configura como um dos setores de estudo e aplicação profissional mais valorizados na contemporaneidade organizacional no âmbito de campos como a Ciência da Informação, Administração, outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências em geral (Saúde, Exatas, Tecnológicas, Agrárias etc.).

A informação na perspectiva da gestão está vinculada a capacidade de uma organização em dinamizar atividades em diversos níveis como pessoal, infraestrutura, marketing, serviços, produtos, financeiro etc. O ato de gerenciar envolve a concepção de profissionais suficientemente qualificados para lidar com os múltiplos desafios que as organizações enfrentam no mercado. Qualquer organização, desde as maiores e mais consolidadas até as menores e mais embrionárias, necessitam de práticas gerenciais para otimizar os processos e fluxos de desenvolvimento.

A informação na perspectiva da gestão pode ser conceituada como a capacidade estratégica de armazenar, coletar, selecionar, avaliar, processar e avaliar atividades em informação e documentação relacionadas a serviços,

produtos e fluxos de informação, além do acervo, visando resolver problemas organizacionais, promover novas construções de conhecimento, geração de novos processos comunicacionais, formação de competências e habilidades, aprimorar os modos de aprendizado, favorecer tomadas de decisão e satisfazer desejos/demandas/necessidades organizacionais e da comunidade de usuários.

A informação na perspectiva da gestão pode ser percebida em dois aspectos: a informação como insumo processual e estratégico que delimita a constituição dos valores da informação no contexto organizacional; e a gestão como recurso para os fluxos das atividades informacionais nas organizações destinada ao público.

Quanto ao primeiro aspecto, a relevância da informação no âmbito gerencial é explicitada por Beal (2004, p. 75):

A informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia. Sem o acesso a informações adequadas a respeito das variáveis internas e do ambiente onde a organização se insere, os responsáveis pela elaboração da estratégia não têm como identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, os valores corporativos e toda variedade de fatores que devem ser considerados na identificação de alternativas e na tomada de decisões estratégicas.

A informação no âmbito gerencial apresenta uma característica vital que é a condição estratégica. A informação pode ser considerada estratégica quando a sua construção de

sentidos está voltada para um conjunto de atividades processuais como identificação de necessidades, pontos fracos e fortes, tomadas de decisão, construção do conhecimento institucional e dinamização das formas de aplicação desse conhecimento.

Assim, a informação no âmbito gerencial pensada como processo (OLIVEIRA; BERTUCCI, 2006) está intimamente ligada às duas naturezas processuais delimitadas. Como podemos observar nos processos gerenciais de McGee e Prusak (1994), que inclui identificação de necessidades e requisitos de informação; classificação/armazenamento e tratamento/apresentação de informação; distribuição e disseminação da informação; Davenport (1998), que envolve determinação de exigências; obtenção; distribuição e utilização; Choo (2003) no contexto da identificação das necessidades de informação; aquisição da informação; organização e armazenamento da informação; desenvolvimento de produtos e serviços de informação; distribuição da informação e; uso da informação Beal (2004) referente a sete etapas, quais sejam, identificação de necessidades e requisitos de informação; obtenção das informações; tratamento da informação; distribuição da informação; uso da informação; armazenamento e descarte da informação.

Dos processos de McGee e Prusak (1994) destacamos seu limiar na identificação de necessidades e seu “término” no processo de disseminação relegando a um plano inferior processos de uso que, de certo modo, desfavorecem a relação entre a informação produzida pela organização e a

informação utilizada, apreendida, apropriada pelos usuários dando margem para um modelo mais linear e focalizado no emissor.

Nos processos de Davenport (1998) consideramos ser o mais específico em virtude de se restringir à realidade interna da organização, já que a determinação de exigências (esquecendo questões anteriores como necessidades), mas, ao contrário dos processos de McGee e Prusak, focaliza a utilização, em especial, dos usuários da organização considerando que “[...] a maneira como um funcionário procura, absorve e digere a informação antes de tomar uma decisão – ou se ele faz isso – depende pura e simplesmente dos meandros da mente humana” (DAVENPORT, 1998, p. 194) focalizando um contexto pragmático da informação eminentemente cognitivista.

Já nos processos de Choo (2003) consideramos como um dos mais completos por encaminhar desde a questão das necessidades até o uso da informação em si. Apenas discordamos de Choo quando insere o termo “aquisição da informação” ainda mais em etapa **anterior à organização** e tratamento, como se a informação já se estabelecesse prontamente já no limiar dos seus processos.

Consideramos os processos de informação gerenciais mais densos aqueles delimitados por Beal (2004) talvez por ser mais recente e contemplar perspectivas mais atuais de necessidades e desenvolvimentos gerenciais da informação, já que a atualização pragmática é permanente. Compreendemos como destaque nesse modelo processual que a “[...] etapa de obtenção da informação são

desenvolvidas as atividades de criação, recepção e captura de informação, provenientes de fonte externa ou interna, em qualquer mídia ou formato” (BEAL, 2004, p. 30).

Essa etapa é fundamental porque vai definir o que e como a informação é potencialmente compreendida e como pode ser aplicada diferenciando de Choo em virtude de considerar a informação como desiderato de conquista e não simplesmente de aquisição. Contudo, não consideramos que esta seja uma etapa de obtenção da informação em si, mas obtenção de dados/conteúdos que permitirá processos de tratamento, distribuição e uso, visando à concretização mais completa da dinamização estratégica da informação.

Mas se identificamos a informação na perspectiva da gestão como uma informação estratégica, ou seja, “[...] que apoia o processo de tomada de decisão e possibilita à alta administração da organização definir e planejar as estratégias de ação de médio e longo prazo” (VALENTIM, 2006, p. 13-14) devemos ponderar que a informação: só pode ser efetivada como tal, quando perpassa pelos processos supracitados por Beal (2004); Choo (2003); Davenport (1998) McGee e Prusak (1994); é baseada em uma construção histórica de organizadores e gestores; “[...] incorpora um sistema de aquisição contínua” (DAVENPORT, 1998, p. 181); deve levar em consideração a consciência funcional de cunho individual e coletivo dos gestores da informação (MCGEE; PRUSAK, 1994); a noção de que processos de identificação de necessidades, tratamento, coleta/armazenamento e uso da informação estão intrinsecamente concatenados como mecanismo de estrutura e a falha em um desses pontos pode

comprometer as outras atividades do processo gerencial de informação; e que os processos designados pelos estudiosos buscam dinamizar os fluxos gerenciais e estratégicos da informação.

Um grande problema da informação como fenômeno gerencial é o seu caráter de predeterminação ou simplesmente de elemento estanque que precisa ser organizado, tratado e utilizado de acordo com as conveniências dos usuários da organização (condição interna) e instrumentos institucionais como parceiros e fornecedores (condições externas). Ao contrário, a informação não vem pronta em uma organização e só pode ser atestada como significativa e produtiva quando passa pelos processos gerenciais que indicam precisamente a viabilidade de seleção, acesso, uso e descarte; necessita de um processo de comunicação eficiente e eficaz, seja no âmbito da interação face a face, seja no âmbito da interação virtual.

Em particular, o descarte não é uma atividade fim do gerenciamento da informação, mas deve ocorrer durante todos os processos a fim de designar os procedimentos mais estratégicos de criação, planejamento, avaliação e implementação/execução. Por exemplo, quando se fala em necessidade como processo de informação estratégica, é preciso considerar as seguintes questões: quais as vantagens e desvantagens para usuários, parceiros e a organização em si na procura em satisfazer essas necessidades? Como selecionar por questões de relevância social as necessidades identificadas? Como organizar/tratar/representar os dados/conteúdos identificados (considerando os

instrumentos humanos e tecnológicos para tal intento)? Quais procedimentos para disseminação/disponibilização/distribuição da informação entre usuários das organizações? Como captar/assimilar/avaliar os procedimentos de uso da informação pelos usuários, visando à otimização da informação e dos serviços prestados?

Atentamos que as respostas para estas perguntas buscam precisamente a dinamização dos fluxos de informação processuais-gerenciais, assim como em cada pergunta há a premência em descartar questões (comumente ainda não amadurecidas) para o desenvolvimento estratégico da informação. Porém, esse descarte não precisa ser definitivo, pois questões que antes não foram produtivas podem ser realocadas ou renovadas, de acordo com as condições estratégicas concebidas. Podemos, inclusive, estabelecer a ideia de descartes temporários (ocorrem durante os processos gerenciais e estratégicos da informação) e os descartes definitivos (ocorrem ao fim dos processos gerenciais e estratégicos da informação).

Portanto, as perguntas concebidas visam, sobretudo, dinamizar os fluxos gerenciais de informação e auxiliar nas tomadas de decisão, já que é preciso considerar que a informação como fenômeno estratégico parte de questões intuitivas (dúvidas, questionamentos e perguntas), observacionais (ponderar quais dúvidas, questionamentos e perguntas podem ser amadurecidas ou descartadas) e perceptivas (o que foi apreendido sobre as maneiras de estabelecer as estratégias de informação nas organizações). Esses três vieses fortalecem o ideário pragmático da

informação como fenômeno de gestão.

Para tanto, essa informação processual e estratégica só pode ser considerada eminentemente produtiva quando transformada em conhecimento formalizado, pois é esse conhecimento que no âmbito da competitividade dão azo à “percepção e discernimento” (CHOO, 2003, p. 51) na organização e entre os gestores da organização concretizando um caráter de referência social da organização que passa a ser inspiração para outras organizações e gestores.

É precisamente na compreensão dos valores da informação que os fluxos gerenciais se dimensionam de forma pragmática, pois estes valores designam não somente as formas de ação estratégica da informação, mas os contextos pelos quais (e com os quais) gestores e organizações podem agir estrategicamente.

Os valores da informação como fenômeno gerencial e estratégico são:

- a) valor de delimitação – se refere à identificação de necessidades de cunho humano (sujeitos que atuam no processo gerencial da informação), estrutural (aspectos físicos e virtuais que norteiam práticas de gerenciamento da informação) e institucional (relativo às normas/regras e perspectivas de ações dos sujeitos gerenciadores da informação). Leva em conta ainda a identificação/estruturação dos suportes/recursos/fontes de informação viáveis para os processos gerenciais da informação. É preciso destacar que essas necessidades não são definitivas e expressam uma

visão organizacional a ser cumprida, mas que no decorrer das atividades gerenciais de informação essas necessidades são revistas, atualizadas e dinamizadas;

- b) valor indicativo – referente às estratégias e investimentos daquilo que foi identificado como necessário, assim como para aplicação/concretização dos valores seguintes. O valor indicativo é perspectivo porque trabalha por um lado com objetivos (pretensões) e por outro lado com metas (fatores que são definidos como prementes de serem cumpridos);
- c) valor organizacional – relativo às estratégias tecnológicas para organização/tratamento/representação da informação. Esses processos de organização contemplam não somente as maneiras de como os dados serão organizados, mas o estabelecimento de condições pragmáticas e sistemáticas para recuperação e acesso à informação que envolve, inclusive, a escolha do sistema de recuperação de informação mais adequado para as práticas organizacionais;
- d) valor de comunicação – tem grande relevância por se configurar em um fator de transição entre os valores anteriores e os vindouros. Este valor é mensurado pelas atividades de marketing, disseminação e mediação. O marketing é aqui entendido como a análise, o planejamento, a implementação e o controle de programas cuidadosamente formulados e desenvolvidos para provocar intercâmbios voluntários

de valores com seu mercado alvo, com o propósito de se alcançar os objetivos organizacionais (KOTLER; BLOOM, 1988). Este é o momento de revisão das necessidades humanas, estruturais e institucionais das organizações e dos usuários, assim como verificar a viabilidade de execução de algumas atividades gerenciais como a proposição de serviços e produtos e atividades de disseminação e mediação da informação, por exemplo;

- e) valor comercial – envolve as maneiras como se relacionam organização/usuários e organizações/ organizações (parcerias cooperativas) no âmbito da venda/troca/compra de serviços e produtos. Neste caso, o valor comercial não é inerente a qualquer organização, atestando que designa não uma relação informacional direta, mas uma relação pragmática de serviços e produtos que possibilitam o uso e a apropriação da informação pelos usuários;
- f) valor de produtividade – indica como organizações e usuários avaliam o processo de produção/aplicação da informação ou, em outras palavras, quais os níveis de satisfação que demonstram ao desenvolver o processo de uso e apropriação da informação. A produtividade é um valor finalístico que detecta como a informação foi produzida, quais os pontos fracos e fortes, como deve melhorar, etc.;
- g) valor político – voltado para a formação de políticas de informação com a finalidade de aprimorar o processo estratégico e gerencial da informação. As políticas de

informação possuem múltiplos significados, tais como “[...] um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 63); “[...] uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71); “[...] as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71); e “[...] a constituição dos universos de informação parte sempre do “nós” de um sujeito situado, localizado, territorializado, para o qual algo faz ou não faz sentido como informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71). O valor político contribui diretamente para o desenvolvimento da informação como elemento estratégico e gerencial para novas tomadas de decisão, para ações de informação institucionalizadas focalizadas no bem coletivo, para pautar questões objetivas do tipo aonde se quer chegar? De que forma chegar? O que deve ser e não deve ser na informação como fenômeno estratégico e gerencial? e para pensar as questões os contextos em que a informação deve ser gerenciada no âmbito da territorialidade, historicidade, física ou virtualmente concebida e

coletivamente atribuída de modo a compor as ações de informação.

Podemos designar que os dois primeiros valores são considerados como embrionários porque envidam esforços para compreensão prévia da realidade objetiva que norteia o gerenciamento da informação. O terceiro, quarto e quinto valores definem perspectivas procedimentais que encaminham a informação como fenômeno estratégico e os dois últimos valores concretizam a fundamentação teleológica da informação estratégica.

Os valores e suas condições embrionárias, procedimentais e teleológicas são elementos para dinamizar os fluxos gerenciais de informação “[...] os quais se movimentam entre os elementos de um sistema que se orienta para sua organização e controle” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 16) caracterizando um fluxo interno gerencial da informação que preconiza as razões pragmáticas para tomada de decisões.

Os modelos propostos por estudiosos como McGee e Prusak (1994); Davenport (1998); Choo (2003); e Beal (2004) se constituem como efetivos fluxos gerenciais de informação. Já os valores da informação estratégica e gerencial são fluxos que unem as condições internas concernentes à organização e ao controle da informação e externas que “[...] mostram a essência do fenômeno da transformação, um acontecimento raro e surpreendente entre a linguagem, suas inscrições e o conhecimento elaborado pelo **sujeito/usuário** em sua realidade” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 16, grifo nosso).

Como itinerário lógico dos fundamentos técnico-pragmáticos da informação, é possível afirmar que a informação na perspectiva dos processos e a informação na perspectiva da gestão se associam diretamente na atividade informacional que envolvem, em parte, os processos de informação protagonizados pela mediação e, de outra parte, processos interdependentes da informação como fenômeno gerencial e estratégico.

A informação como gestão se institui no contexto da fenomenotécnica informacional por buscar transparecer aquilo que aparece, ou seja, promover percepções semânticas da informação e dinamizar os encaminhamentos lógicos da informação como processo, assim como nortear os fluxos gerenciais da informação a partir de atividades estratégicas.

Com relação ao segundo aspecto, é pertinente observar que a informação na perspectiva da gestão conquista seu espectro mais denso quando os insumos processuais, estratégicos e valorativos são aplicados na organização para o público, através de processos, serviços, produtos e atividades gerais. O quadro que segue indica como a informação na perspectiva da gestão pode ser delineada ao público:

Quadro 7: A informação na perspectiva da gestão nas organizações destinada ao público

Tipo de gestão	Descrição
Gerenciamento geral	Gerenciamento da informação para e com o público considerando os seguintes fatores: o

	<p>planejamento das ações em termos de tempo (mensal, semestral e/ou anual); competências/habilidades que envolvem a contratação e a alocação dos funcionários (colaboradores) nas funções mais adequadas e profícuas; busca pela autonomia da organização para o desenvolvimento das atividades; planejamento dos processos, fluxos e tecnologias de informação; planejamento do acervo, serviços e produtos; e planejamento das questões de pessoal.</p>
<p>Gerenciamento documental</p>	<p>Considera a dinamização documental para acesso, busca, recuperação e uso da informação pelo público através dos seguintes fatores: planejamento das políticas documentais, envolvendo todos os processos possíveis; dinamização do acervo via serviços e produtos (incluindo digitais); gestão documental; gestão eletrônica de documentos; gerenciamento para uso das fontes de informação; gerenciamento para preservação do acervo.</p>
<p>Gerenciamento dos serviços</p>	<p>Considera a dinamização dos serviços destinados ao público, tais como: gerenciamento dos serviços de referência físico e/ou virtual; gerenciamento dos serviços de informação utilitária; gerenciamento do serviço de disseminação seletiva da informação; gerenciamento para educação de usuários; gerenciamento das ações culturais; gerenciamento dos serviços ligados à comunicação da informação no contexto organizacional (formais, informais e também os científico-tecnológicos); serviços de comunicação</p>

	<p>científica; serviços de informação científica e tecnológica; serviços para preservação e difusão da memória; e gerenciamento de outros serviços de informação formulados e implementados pela organização.</p>
<p>Gerenciamento dos produtos</p>	<p>Gerenciamento das criações e implementações informacionais da organização a partir dos processos, serviços e atividades gerais, tais como: manuais, guias, cartilhas, tutoriais, coleções (materiais bibliográficos, documentais, videográficos, audiovisuais, iconográficos, além de jogos, moedas, selos e quaisquer produtos passíveis de intervenção informacional), softwares como aplicativos, repositórios institucionais, sistemas de informação, sites, bases de dados, bancos de dados, além de canais de comunicação e redes sociais.</p>
<p>Gerenciamento de pessoal</p>	<p>Gerenciamento das relações interpessoais, a saber: relações entre profissionais que lidam com a informação e os colaboradores; relações entre profissionais que lidam com a informação e colaboradores com a comunidade de usuários em seus diversos níveis; relações entre profissionais que lidam com a informação e colaboradores com os gestores gerais da organização; relações entre os próprios colaboradores da organização; relações entre profissionais que lidam com a informação e colaboradores com a comunidade externa; relações entre os próprios usuários (internos e/ou externos), através da aplicação de processos, serviços e produtos.</p>

<p>Gerenciamento avaliativo</p>	<p>Gerenciamento avaliativo geral das atividades informacionais da organização: avaliação dos serviços e produtos; avaliação de desempenho dos profissionais que lidam com a informação (tanto pela organização, quanto pela comunidade); avaliação de desempenho dos colaboradores (pelos profissionais que lidam com a informação, pela organização e pela comunidade); avaliação geral das práticas gerenciais de informação da organização.</p>
<p>Gerenciamento econômico</p>	<p>Gerenciamento dos recursos gerais referentes às despesas, receitas e aos investimentos da organização para formulação, implementação , avaliação das atividades de informação, a saber: recursos financeiros gerais (para atividades gerais da organização), recursos documentais, recursos de pessoal, recursos de infraestrutura, recursos para serviços, recursos para produtos, recursos para comunicação com o público, recursos para avaliação, entre outros recursos.</p>
<p>Gerenciamento político</p>	<p>Gerenciamento voltado para elaboração de políticas de informação na perspectiva da gestão, bem como para governança e transparência organizacional que conduzem os processos de planejamento, formulação, implementação e avaliação, além dos processos, resultados e decisões que norteiam as atividades informacionais da organização. O gerenciamento político é a articulação entre o que se propõe, o que se executa e o que resulta em termos informacionais na organização.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Qualquer organização que atua com informação tem no público o seu primado básico em que as formulações, implementações e avaliações devem ser realizadas pensando

direta ou indiretamente na satisfação desse público. A informação gerenciada pela organização depende, sobretudo, da articulação dos elementos gerais, documentais, serviços, produtos, pessoal, avaliação e questões econômicas.

As questões econômicas são vitais para viabilização dos procedimentos de aplicação das atividades informacionais da organização voltadas para o público, o que reflete na necessidade de planejamentos programáticos dos profissionais que gerenciam a organização em cooperação com os colaboradores a fim de promover maior eficácia e efetividade das atividades realizadas junto ao público.

Já as questões políticas é que dão sentido a todos os outros tipos de gerenciamentos, pois é no processo político que o planejamento, formulações, implementações, avaliações, resultados e decisões das atividades informacionais ocorre em termos gerais, documentais, serviços, produtos, pessoal, avaliação e econômico.

Uma atividade informacional politicamente qualificada e adequada às tendências da realidade organizacional e social tende a favorecer uma alocação e uma execução mais profícua dos recursos econômicos da organização, pois há uma preocupação mais sintonizada em qualificar as ações documentais (a exemplo de aquisições, difusões e outros processos), serviços/produtos (ambos devem estar alinhados, visando à qualificação entre o intangível e o tangível), pessoal (composição da equipe de profissionais que lidam com a informação e colaboradores, de modo a aproveitar o máximo de potencial de cada um, ou seja, adequar a qualidade do profissional as funções que ocupa) e da avaliação,

considerando perspectivas de eficiência, eficácia e efetividade entre custos-benefícios e processos-resultados.

Vale destacar que o diálogo formal e informal com o público é de fundamental relevância para pensar a qualidade das atividades informacionais, considerando não somente a opinião do público sobre os níveis de satisfação, mas também buscando vaticinar condições estratégicas para qualificação das atividades de informação.

A informação na perspectiva gerencial deve ser pensada para e com o público, tanto no sentido de realizar diagnósticos, quanto também de prognósticos, visando a partir da combinação das duas realizações, otimizar as atividades informacionais já realizadas e favorecer à criação de novas atividades informacionais.

Portanto, a informação na perspectiva da gestão envolve de forma combinada ou não as condições processuais e estratégicas constitutivas da organização e da composição dos recursos para os fluxos das atividades informacionais nas organizações destinada ao público em que organização e público têm na atividade gerencial da informação um dos principais elementos de qualificação.

4.3 Informação na perspectiva da tecnologia

Em continuidade ao itinerário lógico dos fundamentos técnico-pragmáticos, apresentamos a tecnologia como axioma de grande complexidade. Complexo pela multiplicidade semântica e pragmática do termo e relevante porque a tecnologia favorece a dinamização das técnicas, assim como fornece subsídios para aplicações à realidade

humana e científica (incluímos aqui também a contribuição da tecnologia para dinamização da informação na perspectiva do processo e da gestão).

Não estamos aqui falando da tecnologia simplesmente como suporte ou ferramenta que é apenas uma característica, mas como conjunto de conhecimentos, métodos e processos que aproximam os diversos tipos de conhecimentos e auxiliam na resolução de problemas sociais.

As relações entre tecnologia, técnica, arte e ciência sempre foram uma tônica polêmica na história da humanidade, seja para estabelecer semelhanças, seja para estabelecer diferenças e contradições. Grosso modo, a tecnologia “[...] é comumente entendida como uma sofisticação, científica, resultante da evolução da técnica” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Contudo, este conceito carrega consigo a configuração epistemológica da racionalidade moderna caudatária da percepção de que a história é um constante e linear processo de evolução, sendo assim na tecnologia, na técnica, na arte e na ciência. Podemos considerar que a tecnologia é um aprimoramento da técnica no sentido de que eleva a técnica à condição de conhecimento aplicável e referenciável às diversas realidades humanas.

Discordamos do uso do termo evolução para designar a díade técnica-tecnologia em virtude de que este termo parece definir profusões históricas lineares em que os fenômenos são sempre contínuos e complementares. Em outros termos, técnica e tecnologia não se sustentam a partir

de relações naturais de evolução, mas baseiam suas condições histórico-pragmáticas em conflitos, já que nem toda tecnologia converge com certas aplicações técnicas e nem toda técnica converge necessariamente na formação de tecnologia.

É precisamente essa concepção evolutiva e contínua da história que limita o conceito de tecnologia a simples suporte/ferramenta de aplicação ou mais especificamente como significado de suporte digital/virtual meramente ligado à perspectiva publicitária da competitividade e da transformação dos diversos setores do mercado (GOMES, 2003) restringindo a tecnologia como significado de consumo.

Consideramos que as tecnologias contribuem para a sociedade a partir de várias questões, tais como: são fundamentais para o desenvolvimento científico-acadêmico (na construção de pesquisas consideradas puras e aplicadas) e científico-industrial (pesquisas consideradas técnicas (BUNGE, 1980); auxiliam nas especialidades do conhecimento tornando-o mais pragmático nos cotidianos pessoal, profissional e científico; definem técnicas e estratégias para gerenciamento de organizações/instituições; aplicações de metodologias e ferramentas no âmbito da educação; traz novas perspectivas de atuação acadêmico-profissional no contexto da saúde, inclusive, promovendo autonomia aos pacientes para compreenderem previamente suas condições de estabilidade orgânica e, por conseguinte, a atividade de auto prevenção; permite possibilidades de interação humana simultâneas ou não em perspectivas espaço-temporais diversas, principalmente nos ambientes virtuais (RECUERO,

2001); favorece o registro físico e virtual das práticas culturais de comunidades e grupos sociais, isto é, fortalece os processos de preservação da memória; possibilita a revisão e a construção de novas linguagens, conforme necessidades de grupos sociais.

Porém, as contribuições da tecnologia identificadas no parágrafo anterior são potenciais na medida em que alguns interesses sobrepujam outros, como, por exemplo, o interesse do mercado e da inovação industrial (FIGUEIREDO, 2004; 2005; FREEMAN; SOETE, 2008), obstruir o interesse humano de satisfação de necessidades básicas de saúde, educação e moradia sob a alegativa de que vivemos na chama “era das tecnologias”, como se o conceito de tecnologia fosse originariamente contemporâneo.¹⁶

Pinto (1979, p. 43) acredita que o conceito de era da tecnologia é fundamentado em um poder de dominação empenhado em dois resultados “[...] a) revesti-lo de valor ético positivo; b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas e muito particularmente das nações subdesenvolvidas.” Em particular, rejeitamos a percepção de que existe uma era das tecnologias, de modo que toda e qualquer era histórica demanda perspectivas de desenvolvimento tecnológico para auxiliar na solução dos problemas da sociedade, embora seja premente afirmar que vivenciamos na contemporaneidade

¹⁶ É preciso considerar que na história da humanidade o conceito de tecnologia está intrinsecamente ligado a várias práticas sociais e econômicas, como a apreensão da linguagem, o desenvolvimento da tecnologia de manufatura, tecnologia de infraestrutura, tecnologia espacial e tecnologia digital.

um lato desenvolvimento das chamadas tecnologias digitais e da internet que se constitui como efetiva revolução humana e informacional que preconiza possivelmente um futuro mais democrático para a humanidade.

As tecnologias digitais, no âmbito da internet, que “[...] tem sido a protagonista da dinâmica de uma realidade social em permanente movimento” (FRIDERICH, 2007, p. 149) despertam não somente para a formação de redes sociais, mas estratégias para organização, disseminação e uso da informação, tanto por parte das organizações/instituições, quanto dos próprios usuários (respeitando a dita autonomia) que possibilitem formas diversas de relações sociais e acesso à informação. Nossa preocupação em identificar a lógica de limitação conceitual da tecnologia reside no fato de que a informação, principalmente no período contemporâneo, se desenvolveu em uma trajetória muito semelhante e relacionada ao desenvolvimento do discurso caudatário da “era da tecnologia” voltado para práticas de mercado e negócios.

Eis precisamente que esse discurso é que indica a informação como elemento acessível a uma minoria da população e a tecnologia como suporte de dominação (daqueles que criam e consomem para simplesmente aqueles que consomem) visando definir o que e como os sujeitos da informação devem acessar as fontes e recursos de informação respaldados sob uma lógica da legalidade e da ética que definem políticas rigorosas de controle do uso e apropriação da informação. Neste caso, muitos sujeitos/usuários deixam de atuar como sujeitos

protagonistas na construção da informação para se constituírem como meros espectadores reprodutivistas de sentidos impostos por organizações/instituições.

Entendemos que a tecnologia é função do estado de desenvolvimento do trabalho socialmente construído, sendo o conjunto da sociedade que explica as técnicas nela existentes (PINTO, 2005). Nesta afirmação, acreditamos que a tecnologia contribui para o processo de produção da informação no sentido de disponibilizar métodos e técnicas de aplicação, enquanto a informação contribui para o desenvolvimento tecnológico quando os sujeitos da informação são suficientemente qualificados para exercer questionamentos, críticas e criações aos modelos de tecnologia vigentes. Em outras palavras, é a sociedade ou a diversidade de grupos sociais que deve sugerir/definir, a partir de apropriações críticas, os rumos das aplicações de tecnologias a partir da composição do trabalho social, já que a tecnologia é construída para o benefício social.

A partir dessa dinâmica é que consideramos as contribuições das tecnologias para o desenvolvimento da informação (realçando aqui o entendimento da tecnologia não somente como suporte físico/digital, mas como conjunto de métodos, técnicas de aplicação social que inclui evidentemente suportes/ferramentas digitais).

A informação na perspectiva da tecnologia aqui indicada é referente a dois elementos: **questões conceituais e operacionais** que permeiam a grande relevância da tecnologia nas atividades informacionais; e **algumas tipologias da informação científica e informação tecnológica,**

haja vista que são tipos deliberadamente atrelados ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas intelectivas/cognitivas. Quando associamos informação científica e tecnológica comumente lidamos com os dois tipos de informação mais especializados no âmbito das práticas acadêmicas e com forte referência ao conceito de tecnologia.

Com relação às questões conceituais e operacionais vale destacar que a informação para se desenvolver depende da tecnologia a partir de um conjunto de fenômenos como sentido (condições que subsidiarão o caráter norteador da informação como seleção de sentidos); político (conjunto de atividades programáticas para o desenvolvimento institucional da informação no contexto público, privado, misto e da sociedade em geral que constitui os modos estratégicos como a informação é processada, gerenciada e aplicada); ético (conjunto de recomendações que norteiam como a informação é desenvolvida em termos de processos, gestões e atividades em geral); linguístico (modos de expressão em que a informação confere sentido a linguagem) e psíquico (modos como a mente, considerando o pensamento e a consciência agem para construção da informação).

A perspectiva conceitual e operacional da informação na perspectiva da tecnologia representa a relação entre sujeitos e objetos (incluindo sujeitos-sujeitos e objetos-objetos) num determinado contexto histórico. Neste sentido, a tecnologia exerce uma função intrínseca na trajetória do campo da informação através de sua fundamentação teórica, histórica, epistemológica, metodológica, ética, conceitual e

operacional.

A tecnologia é fundante para o desenvolvimento da informação desde os tempos mais antigos que envolve atividades processuais como produção, organização, difusão, busca, acesso, recuperação e uso da informação, além do apoio à criação e oferecimento de serviços e produtos informacionais e ainda apoio as práticas de gerenciamento da informação.

O desenvolvimento da tecnologia no transcurso histórico expressa substancialmente condições para o desenvolvimento da informação que se notabiliza mais marcadamente a partir da criação-desenvolvimento das tecnologias digitais, em especial, da constituição da internet que possibilita à formação de redes de informação e comunicação desde o contexto local ao contexto global.

Sobre as questões conceituais, é possível pensar a informação na perspectiva da tecnologia a partir dos seguintes elementos: tecnologia para o registro da informação; tecnologia para organização da informação; tecnologia para manipulação da informação; e tecnologia para universalização da informação.

O primeiro elemento indica que a informação necessita da tecnologia para registrar a informação que se constitui como uma espécie de inscrição no sentido de deixar marcas em um determinado objeto a fim de formalizar um conjunto de dados e conteúdos que possibilitem à construção da informação.

O registro da informação ocorre devido à capacidade

de composição tecnológica que busca a formalização selecionada de sentidos por meio de aspectos, tais como: dispositivos (conjunto de ações programáticas ou não para o registro da informação que pode ser um programa, projeto, formação, serviço etc.); artefato (estrutura tecnológica que dá condições para o registro da informação que pode ser desde um tablet em argila até um software); suporte (infraestrutura para respaldar tecnicamente o registro da informação como a internet contendo todas as condições para conexão como cabeamento, aparelhamento etc.); ferramenta (aparelhamento tecnológico para o registro da informação com o intuito de promover melhor formatação e ordenação); e códigos (esquemas para representação dos registros da informação).

Quanto mais a tecnologia se desenvolve no transcorrer histórico, mais estruturas tecnológicas são criadas e aplicadas para o registro da informação no sentido de conferir condições para preservação, produção, difusão, busca, recuperação e uso dos registros. As tecnologias digitais não somente promovem condições para o aprimoramento dos registros de informação, como alternativas para uma difusão mais globalizada desses registros.

O segundo age como consequência do primeiro na medida em que um registro de informação demanda procedimentos estratégicos para organização da informação. A tecnologia para organização da informação consiste basicamente em dois contextos: a combinação de artefatos e suportes para composição tecnológica do conteúdo do ambiente a ser organizado; e na capacidade de ressignificação

da linguagem por meio da representação da linguagem ordinária (natural) para uma linguagem artificial (linguagem tecnologicamente modificada com a finalidade de expressar o sentido da linguagem ordinária).

A combinação entre os dois contextos permite uma organização tecnológica mais adensada da informação. Os artefatos e suportes compõem a base estrutural da organização da informação, enquanto a linguagem artificial é produzida por meio de técnicas (são realizadas por meio de códigos e documentos norteadores) e serviços especializados de cunho físico e/ou virtual que primam pelo entendimento sobre como os registros podem ser difundidos, acessados, buscados, recuperados e utilizados.

Neste caso, há uma simbiose, pois os artefatos e suportes se constituem como meio para formalização da linguagem artificial, enquanto a formalização da linguagem artificial revela uma carga de conteúdos sistemáticas inseridas nos suportes e artefatos e a combinação entre ambos compõem os sentidos tecnológicos dos registros da informação.

A tecnologia para organização da informação é fundante para o aprimoramento de ambientes de informação como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação etc. e de quaisquer organizações que tratem com documentos e informações, pois através da tecnologia é possível estruturar os mecanismos necessários para organizar as informações das instituições a fim de que seja devidamente registrada, difundida, acessada, buscada, recuperada e utilizada.

O terceiro evoca a instrumentalização da tecnologia para pavimentar os caminhos que possibilitem a construção da informação. A manipulação reflete uma condução intencional ou não do ser de dupla funcionalidade em que a tecnologia é manejada para construção da informação e a construção da informação depende, sobretudo, do ato instrumentalizado da tecnologia para se consolidar. Heidegger (2012) revela que o instrumento só pode ser o que é num todo instrumental pertencente ao ser, considerando que o instrumento é 'algo para'.

Tecnologia e informação exercem um ato de causa e procedimento para geração de uma finalidade em que a tecnologia é utilizada para possibilitar a construção da informação e a informação é utilizada para diversas finalidades como a construção de conhecimentos, solução de problemas, geração de novos processos comunicacionais, formação de competências e habilidades, sendo que sem a intervenção das tecnologias a viabilização dessas finalidades informacionais fica comprometida.

Logo, o ser (pode ser um indivíduo ou um representante de uma organização) manipula a tecnologia mediante conferência de sentidos entre o instrumento e o ato finalístico desse instrumento, conforme seus conhecimentos e realidades, a fim de promover subsídios para construção da informação.

Para compreensão mais ampla da tecnologia para manipulação da informação vale o diálogo com Morin (2013, p. 109):

Com a tecnologia, inventamos modos de manipulação novos e muito sutis, pelos quais a manipulação exercida sobre as coisas implica a pelos quais a manipulação exercida sobre as coisas implica a subjugação dos homens pelas técnicas de manipulação. Assim, fazem-se máquinas a serviço do homem e põem-se homens a serviço das máquinas. E, finalmente, vê-se muito bem como o homem é manipulado pela máquina e para ela, que manipula as coisas a fim de libertá-lo.

A relação entre tecnologia e informação incide sobre vários modos de manipulação. É preciso compreender que a tecnologia não determina a informação e nem a informação determina o fluxo da transformação tecnológica, mas a interação continua entre ambas formam um *continuum* tecnológico-informacional que se desdobram em nível macro através das atividades de inovação e empreendedorismo científico e, por outro lado, através dos modos de uso e aplicação pela sociedade.

Nesse contexto de interação é que tecnologia e informação se realizam, pois nenhuma tecnologia é criada e aprimorada sem o reconhecimento de uma necessidade social de informação e nenhuma informação é construída e utilizada sem o contato direto com uma tecnologia, ou seja, o sentido maior da interação entre tecnologia e informação é intrínseco a configuração de contextualizações sociais.

Desse modo, a manipulação da tecnologia não necessariamente incide sobre a manipulação da informação, embora ofereça subsídios para tal, mas depende de como o ser, em suas visões intencionais ou não, expressa o uso da

tecnologia para construção da informação. Do mesmo modo, a manipulação da informação não incide sobre a manipulação da tecnologia, pois nem toda informação construída intervém na transformação das tecnologias, de modo micro, como elemento instrumental, de modo intermediário, na condução dos mecanismos para aprimoramento das interações informacionais por meio da tecnologia e, de modo macro, na criação ou aprimoramento de novas tecnologias.

O viés interacional entre tecnologia e informação favorecem, no contexto micro, os mecanismos de manipulação para o uso de tecnologias e mecanismos para organização, difusão, acesso, busca, recuperação e uso da informação e favorecem, no contexto macro, os empreendimentos e inovações tecnológico-informacionais. Esse viés interacional manifesta as contribuições da informação para diversos setores como políticos, econômicos, culturais, educacionais, ambientais, saúde, C & T, agrários, turísticos etc.

Por fim, o quarto implica no modo como a tecnologia promoveu perspectivas para uma globalização comunicativa e interacionista da informação. A relação entre tecnologia e informação circunscrevem uma nova dinâmica cultural (e intercultural) em que sem a tecnologia essa interação globalizada não é expressamente concretizada e sem a construção da informação a tecnologia perde o seu *ethos* instrumental, sendo que é o impacto de transformação na vida dos seres que possibilitará uma compreensão mais ampla das relações e dos sentidos emergentes entre tecnologia e informação.

Sobre a universalização da informação Nhacuongue e Ferneda (2015, p. 4-5) afirmam que:

A tecnologia desempenha um papel preponderante na universalização da informação, através de ambientes que permitem a interação contínua no compartilhamento. Todavia, a priori, a sua eficácia está condicionada à eficiência do seu processo, dos seus métodos e do seu caráter, ou seja, em primeiro lugar a tecnologia deve ser autossuficiente e universalmente permeabilizadora, para depois contemplar aspectos sobre a individualidade dos sujeitos.

A universalização da informação não implica que a tecnologia seja acessível a toda população mundial, já que a globalização tecnológica ratifica os tradicionais espectros de desigualdade social, assim como firma novos espectros de desigualdade e entre eles está a desigualdade da informação, tanto no contexto das oportunidades oferecidas pelas tecnologias (intelectuais, profissionais e cotidianas em geral), quanto pela inibição da participação direta dos seres nas interações locais e globais em face da impossibilidade de uso das tecnologias.

Mas a universalização da informação permite uma conexão célere e imprevisível entre seres de diversas nações e culturas, através da disponibilidade de tecnologias, considerando que as relações entre tecnologia e informação favorecem a realização de exposições e descobertas.

No entanto, é preciso considerar que na relação entre tecnologia e informação, visando à consolidação de uma

universalização é premente a formulação e implementação de políticas que inicialmente estruturem os mecanismos tecnológicos, promovendo amplo acesso a fim de galvanizar as relações entre os seres no contexto de suas coletividades e individualidades.

Portanto, as questões conceituais da informação na perspectiva da tecnologia denotam que a primeira está diretamente associada à segunda em um conjunto de atividades instituídas pelo registro, organização, manipulação e universalização da informação.

Já as questões operacionais contemplam as aplicabilidades das tecnologias nos processos e serviços de informação, considerando que no campo da informação há uma intrínseca concepção associada entre esses dois aspectos. O quadro que segue identifica como é possível pensar a informação na perspectiva da tecnologia aplicada aos processos e serviços:

Quadro 8: Aplicabilidades da tecnologia nos processos e serviços de informação

Processos	
Produção	Reflete os procedimentos de construção da informação, por um lado, a partir das atividades tecnológicas que influem nas práticas gerenciais e de serviços e, por outro lado, confere o modo como a tecnologia contribui para o desenvolvimento dos processos seguintes.
Organização	Ato de estruturação lógica da informação a partir do uso de técnicas de processamento e

	tecnologias como softwares.
Disseminação	Ato de divulgação da informação a partir das tecnologias.
Acesso	Disponibilidade da informação por meio das tecnologias.
Busca	Estratégias tecnológicas para encontrabilidade da informação.
Recuperação	Ato de obter informação através dos artefatos tecnológicos de organização, difusão, acesso e busca.
Uso	Ato de utilização da informação através das tecnologias.

Serviços	
Serviço de Referência	Aplicação das tecnologias para o incentivo ao uso de materiais bibliográficos, documentais e publicações em geral em nível presencial e virtual (serviço de referência virtual – SRV) através de auxílio bibliográfico, provisão de documentos, orientação ao usuário com consultas orientadas e cursos de fundamentação bibliográfica e documentária que estimulem a busca multiplicada na variedade de acervos diretos e indiretos.
Serviços de busca	Serviços via uso de modelos e buscadores, especialmente virtuais, desde os mais simples

	aos mais avançados, visando de modo direto a recuperação da informação.
Serviço de Informação Utilitária (SIU)	Aplicação das tecnologias para questões do cotidiano social e informacional nos contextos temáticos, culturais, autorais e de utilidade pública em nível presencial e virtual.
Disseminação Seletiva da Informação (DSI)	Aplicação das tecnologias de forma estratégica para determinados indivíduos e grupos que partilham dos mesmos interesses, através de redes sociais, newsletter, criação de produtos, espaços de sugestões presenciais e virtuais.
Serviços de Alerta	Aplicação de tecnologias para alerta informal (por exemplo, exposições) e formais (lista de documentos e conteúdos) em nível presencial e virtual.
Ação Cultural	Aplicação das tecnologias em nível físico e presencial para: construção de projetos culturais para captação de recursos (financeiros, humanos e infraestrutura; Difusão de informações via serviços e produtos sobre aspectos artísticos, memória e elementos da cultura em geral; estímulo a atividade artística como dança, teatro, pintura, desenho etc. por meio da criação de serviços e produtos de informação; realização de atividades informacionais voltadas para memória e patrimônio.
Educação de Usuários	Aplicação das tecnologias para formação e qualificação informacional através cursos, oficinas, treinamentos, eventos (seminários, encontros, congressos, simpósios, colóquios etc.), prestação de serviços e Fóruns/Grupos de

	discussão sobre assuntos diversos do cotidiano social em nível presencial e virtual.
Serviços de Comunicação Científica	Aplicação das tecnologias em nível presencial para: mediação e uso de ambientes científicos como base de dados, repositórios institucionais e bibliotecas digitais; valorização da gestão de dados científicos garantindo formas de preservação e divulgação da produção científica; prática do acesso livre à informação científica e tecnológica; atividades de input e output para produção do conhecimento científico nas Universidades pela comunidade acadêmica no geral; uso de ferramentas/suportes como a via dourada (aplicação do Open Journal Systems) e a via verde (E-prints, DSpace, Fedora, entre outros); orientação sobre os processos de estruturação de um periódico científico em cursos/departamentos/programas de pós; orientação referente à produção , editoração, submissão, diretrizes para periódicos e eventos; orientação para elaboração de anais de eventos; e orientações sobre uso e disseminação de e-books.
Serviços de Informação Científica e Tecnológica (ICT)	Aplicação das tecnologias para construção da informação em nível presencial e virtual nos seguintes aspectos: políticas para organização do conhecimento; políticas para o uso de tecnologias digitais; políticas para gestão da informação científica; políticas para preservação da memória científica; políticas para o desenvolvimento da pesquisa, internacionalização e inovação da produção científica; políticas de incentivo à produção de livros, artigos e outros trabalhos científicos; ações de incentivo a construção de projetos;

	elaboração de políticas para iniciação científica.
Serviços para preservação e difusão da memória	Aplicação das tecnologias para preservação e difusão da memória em nível presencial e virtual nos seguintes aspectos: criação de meios virtuais para preservação do conhecimento científico como repositórios, bases de dados, banco de dados e bibliotecas digitais valorizando a preservação da produção de conhecimentos da comunidade acadêmico-científica interna e externa; respeitar informações confidenciais que exigem privacidade (valorização do uso de criptografias); fortalecimento continuado das políticas de organização e representação da informação; práticas de preservação e conservação de documentos físicos através de campanhas de conscientização; práticas especializadas de restauração de documentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No contexto das relações entre tecnologia e informação, processos e serviços apresentam simbiose operacional na medida em que processos dinamizam os serviços, enquanto os serviços dinamizam os processos. Para amparar processos e serviços no contexto informacional, é pertinente ressaltar a relevância dos produtos que conferem uma operacionalidade das tecnologias nas atividades de informação.

Os produtos tecnológicos que possuem veia informacional podem ser representados por: bases de dados, bancos de dados, sites, blogs, sistemas de informação, aplicativos, manuais, guias, cartilhas, tutoriais, repositórios institucionais, bibliotecas (físicas e digitais), arquivos (físicos e

digitais), museus (físicos e digitais), ambientes de aprendizagem (físicos e virtuais), além de produtos audiovisuais, iconográficos, entre outros.

Os produtos evidenciam, por um lado, são resultantes da concretização de processos e serviços de informação e, por outro lado, auxiliam na formação de novos serviços e produtos de informação. Os produtos oferecem ainda materialidade tecnológica aos processos e serviços de informação.

Considerando as bases de atuação da Ciência da Informação, Santa Anna e Pieri (2017, p. 65) identificam as seguintes práticas de informação mediadas pela tecnologia:

[...] fazeres técnicos, voltados à produção, ao tratamento e ao armazenamento; ampliação do ciclo informacional, a qual se estende à questão da disseminação, do acesso e do uso da informação; práticas de comunicabilidade, interatividade e recuperação da informação; práticas de gestão da informação e seus fluxos; trabalho interdisciplinar em meio à atuação autônoma, inovadora e audaciosa; ações a favor do usuário, conhecendo seu perfil, necessidades, limitações e seu comportamento; prestação de atendimento personalizado e qualificado; e, por fim, ações de inclusão social, por meio de práticas interventivas, as quais viabilizem a construção da cidadania, desencadeando uma sociedade mais inclusiva, democrática e igualitária.

É possível atestar que as tecnologias permeiam os diversos aspectos da informação que se desdobram nos processos, serviços, gestão, fluxos, questões de

disciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, questões dos sujeitos e a inclusão social e contribui para que esses aspectos se desenvolvam em termos teóricos e operacionais.

A tecnologia contribui para pensar a informação de maneira interacional, considerando a técnica como prática social em meio aos fenômenos de reflexão, exposição, descobrimento e solução, baseadas em atividades informacionais em que sistemas e sujeitos vivem em constante interação a partir da manipulação dos seres, bem como os próprios seres são manipulados por essas interações.

Enfim, a tecnologia é um elemento vitalmente relevante para a estruturação das atividades informacionais em termos conceituais (registro da informação, organização da informação, manipulação da informação e universalização da informação) e operacionais (processos, serviços e produtos).

No que se refere à informação científica e tecnológica (ICT) está intrinsecamente concatenada como uma espécie um *continuum* mutável para o desenvolvimento humano sendo pertinente apreender características específicas de ambas e reconhecer suas semelhanças, diferenças e transversalidades.

A informação científica é um elemento que alia técnica e tecnologia na perspectiva da inovação e construção do conhecimento. A informação científica combina técnica e tecnologia na perspectiva da inovação e construção do conhecimento, sendo essencialmente acessível a grupos

especializados como professores, pesquisadores, estudantes e profissionais especialistas de mercado e agindo como mediadora para produção do conhecimento científico.

Isso significa dizer que a informação científica tem como objetivo dinamizar a comunicação científica agindo como filtro que seleciona o que pode ou deve ser comunicado em diálogo com as comunidades científicas e auxiliar na construção do conhecimento científico por meio de perspectivas de organização, disseminação, acesso e uso de conteúdos em ambientes físicos e digitais. Kuramoto (2006, p. 91) argumenta que:

A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à comunidade por meio de revistas. Os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos.

O caráter pragmático da informação científica está situado no contexto das pesquisas científicas que são representadas em variedades de trabalhos, como artigos de revisão, artigos originais, relatos de pesquisa, relatos de experiência, memórias científicas, comunicações (orais e/ou escritas) implicando afirmar que a informação científica é consequência de um fluxo que vai desde a produção de conteúdos, passando pela organização/tratamento/representação (registro) dessas produções passando por outros processos de disseminação e, por conseguinte, por processos de acesso, uso e apropriação da informação.

A informação científica necessariamente precisa da interação entre o produtor/pesquisador e o leitor/apropriador a fim de concretizar seu fluxo mais amplo, do contrário, será apenas um conjunto de conteúdos expedidos ainda não acessado pelo leitor. Por isso, tão importante quando a produção da informação científica é pertinente a sua disseminação e uso pela comunidade a fim de conferir respaldo, domínio e alternativas para novas construções do conhecimento.

Concordamos que a informação científica tem como principal veículo de comunicação os periódicos (revistas), mas não são os únicos, de sorte que eventos dos mais variados portes como encontros, congressos, simpósios, colóquios e seminários também podem produzir informação científica, já que também são regulados por sistemas de comunicação científicas, embora muitos eventos tragam em seu bojo aparatos mais informais de produzir, registrar e disseminar essa informação científica. A relação entre as tecnologias e a informação científica se desenvolve no movimento de ampliação do acesso a essa informação por múltiplos meios chamado de acesso livre ou acesso aberto (Open Access). Mueller (2006, p. 27-28) retrata o ideário entusiástico desse movimento:

Ao surgirem e ganharem formas inovadoras, a partir da década de 90, as publicações científicas eletrônicas despertaram esperanças, em muitos pesquisadores, de uma mudança radical no sistema tradicional de comunicação científica. Assim como os utopistas da Renascença, alguns sonharam com um novo sistema de comunicação, no qual o acesso a todo

conhecimento científico se tornaria universal e sem barreiras. Especialmente nos países mais afastados dos principais centros produtores, surgiu a esperança não só de acesso ao que era produzido fora, mas também que a produção local teria maior visibilidade e penetração internacional. Porém, passados cerca de 15 anos desde o surgimento das primeiras publicações eletrônicas, vemos que, assim como nas utopias, a realidade se mostra diferente do sonho.

O movimento do acesso livre se caracteriza discursivamente como a formação de uma ampla rede de acesso à informação científica em diferentes espaços, meios e tempos, principalmente no contexto virtual com custos financeiros baixos ou até mesmo gratuitos (no sentido do usuário não pagar diretamente pelo serviço, embora pague indiretamente por meio dos impostos e outras contribuições tributárias).

Porém, existe uma batalha incruenta entre os pesquisadores que apoiam o acesso livre e o mercado editorial de empresas reguladoras de bases de dados que comercializam as produções científicas que inibem a concretização do movimento do acesso livre enaltecendo processos metodológicos e comerciais da industrialização da ciência que favorece a concretização de desigualdades científicas, seja na produção da informação científica, seja no acesso e uso.

Malgrado o desenvolvimento de políticas e iniciativas de ICT durante fins da década de 90 e início do século XXI em todo o mundo como nos Estados Unidos França, Alemanha, Reino Unido, Austrália, Canadá, Portugal e outros países

(SILVA; ALCARÁ, 2009), a força econômica dos meios editoriais impressos e eletrônicos ainda é muito forte e monopolizadora.

A julgar pelo “modelo de transferência da informação” imposto pelas organizações que comandam o acesso à informação científica, esse modelo é constituído através de um tino comercial primando pela relação empresa-consumidor ou produto-cliente que satisfaz muito mais os grandes grupos comerciais do que a amplidão da comunidade científica.

No tocante à informação tecnológica, em primeira instância, pareceria redundante pensar a díade tecnologia-informação tecnológica, mas com um olhar mais aprofundado essa redundância é dirimida e as aplicações são necessárias para identificar questões pragmáticas da informação. Iniciando pelo conceito, Aguiar (1991, p. 8) entende informação tecnológica como:

É todo o tipo de conhecimento relacionado com o modo de fazer um produto ou prestar um serviço, para colocá-lo no mercado, servindo, então, para: a) constituir insumo para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas; b) assegurar o direito de propriedade industrial para uma tecnologia nova que tenha sido desenvolvida; c) difundir tecnologias de domínio público para possibilitar a melhoria da qualidade e da produtividade de empreendimentos existentes; d) subsidiar o processo de gestão tecnológica; e) possibilitar o acompanhamento e a avaliação do impacto econômico, social e ambiental das tecnologias.

Identificamos que a informação tecnológica se constitui como elemento estratégico do mercado para criação de produtos e disponibilização de serviços para a sociedade. O papel da informação tecnológica é dar sentido *ao modus operandi* da criação de serviços e produtos por meio da organização e gestão das tecnologias que compõem a atividade industrial, assim como estabelecer perspectivas de disseminação dos serviços e produtos das indústrias favorecendo as práticas negociais entre indústrias e usuários.

A informação tecnológica apresenta dois contextos: um macro concernente a todo conhecimento técnico, científico, econômico, mercadológico, gerencial e social (FUJINO, 1993), ou aquela que trata da informação necessária, utilizada e da informação gerada, nos procedimentos de aquisição, inovação e transferência de tecnologia, nos procedimentos da metrologia, certificação de qualidade e normalização, e nos processos de produção (MONTALLI; CARMELLO, 1997) e outro micro relativo à inovação industrial para produção de serviços e qualificação de pessoas (VALENTIM, 1997; VENKATESH et al., 2003) ou da aplicação de processos, métodos e ferramentas em organizações (JANNUZZI, 2002).

As tecnologias para construção da informação tecnológica se justificam primeiramente para compreender os significados de informação na corrente teórico-pragmática, já que com a diversidade de ocorrências e conceitos de informação, a ideia de informação tecnológica fica limitada, por um lado, à concepção de natureza humana, social e abstrativa e, por outro lado, limitada à aplicação

mercadológica e industrial. Observamos que a grande contribuição da tecnologia para percepção de informação tecnológica reside nas aplicações de processos e métodos que respaldem as questões técnicas, científicas, econômicas, mercadológicas, gerenciais e sociais para construção do conhecimento e inovação.

Logo, os sentidos conceituais de informação tecnológica se estabelecem de acordo com os objetivos aos quais se propõem no âmbito das organizações (KAYE, 1995), mas, em linhas gerais, o desenvolvimento da informação tecnológica deve primar por (não necessariamente todos ao mesmo tempo): diálogo permanente com os usuários da informação; diversidade de espaços físicos e digitais para acesso e uso da informação, tanto dos usuários externos, quanto dos usuários internos (funcionários da própria organização); construção de novos conhecimentos; concepções de novos métodos e técnicas de pesquisa e produção científica; novas formas de ver a realidade mercadológica; aprimoramento de serviços e produtos permanentemente adequados às necessidades dos usuários e, finalmente, todos esses fatores desembocam no objetivo principal das organizações ao desenvolverem informação tecnológica que é o primado da inovação tecnológica no sentido de garantir a modernidade dos negócios (STOECKL, 2011), no sentido de ampliar a capacidade de empreendedorismo e dinamização empresarial/industrial (MERINO, 2011), no sentido de produção/aplicação de novos suportes e ferramentas digitais e no sentido de qualificação de recursos pessoais e produtos/serviços.

A informação tecnológica está vinculada às possibilidades de inovação tecnológica que se situam desde as formas de diálogo (comunicação) entre organização e usuários passando pela organização de dados e conteúdos disponíveis, pela qualidade dos funcionários e, por conseguinte, dos serviços e produtos disponíveis e pela capacidade da organização se destacar no mercado como instrumento de inovação que as diferencie no sentido afirmativo de outras organizações contemplando os sentidos macro e micro da informação tecnológica.

Contudo, observamos certo confronto na informação tecnológica, de modo que o discurso e a prática comumente destoam ou se distanciam conforme os interesses do mercado industrial, como, por exemplo, a indústria e pesquisa farmacêutica investem pesado em remédios que primem pela estabilização dos sintomas em detrimento da cura criando uma espécie de dependência orgânica e psicológica para o permanente uso do remédio.

Conforme afirma o Prêmio Nobel de Medicina Richard Roberts (2011), a indústria farmacêutica não visa à cura, mas a dependência preferindo os benefícios econômicos à saúde, e detendo o progresso científico na cura de doenças, porque a cura não é tão rentável quanto a cronicidade. Essa realidade ocorre pela capacidade da indústria em conceber pesquisas aplicadas que visam resultados imediatos e lucrativos em detrimento de pesquisas básicas que valorizam de forma mais efetiva o processo de inovação.

É possível observar que pragmaticamente a informação tecnológica tem seu *ethos* voltado

prioritariamente para satisfação de necessidades industriais e comerciais, mas não necessariamente de necessidades sociais. Diante desses relatos nos perguntamos: quais as relações e diferenças entre a informação científica e tecnológica? O quadro abaixo busca responder à pergunta:

Quadro 9: Semelhanças e diferenças entre informação científica e tecnológica

Semelhanças	Diferenças
Estão voltados para inovação tecnológica.	Científica: baseada em pesquisas básicas e aplicada. Tecnológica: baseada em pesquisas técnicas.
Primam pela construção do conhecimento técnico-científico.	Científica: voltada para pesquisadores em geral. Tecnológica: voltada para pesquisadores do setor industrial.
Estabelecem relações comerciais com os usuários.	Científica: produtos documentais. Tecnológica: produtos de naturezas diversas.
Possuem estratégias semelhantes de disseminação da informação.	Científica: fundamenta a comunicação científica. Tecnológica: fundamenta a comunicação publicitária.
Necessitam de consistentes de sistemas de informação para registro.	Científica: voltada em grande parte para instituições de ensino superior e associações científicas.

	Tecnológica: voltada em grande parte para organizações empresariais e industriais
Lidam com conhecimentos de cunho técnico, econômico, social, gerencial e mercadológico.	Científica: elaboração da política científica. Tecnológica: elaboração de códigos técnico-normativos de conduta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos quão semelhantes são os significados de informação científica e tecnológica, sendo as diferenças estabelecidas em questões pontuais de público e produção e a afirmação dessas diferenças se apoiam de forma integrada e não se contradizem. É preciso destacar que a informação científica contribui para o desenvolvimento da informação tecnológica pelos sistemas de produção, comunicação e inovação científica e a informação tecnológica contribui para a informação científica no desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas para aprimoramento da produção científica.

Por isso, é pertinente do uso integrado de informação científica e tecnológica pelo caráter tecnológico da ciência e o caráter científico da tecnologia de comunicar a informação e construir o conhecimento. Conforme afirma Aguiar (1991, p. 8):

A Informação em Ciência e Tecnologia (ICT) é constituída de elementos simbólicos utilizados para comunicar o conhecimento científico e técnico, independente de seu caráter (numérico, textual icônico, etc.), dos suportes materiais, da

forma de apresentação. Refere-se tanto à substância ou conteúdo dos documentos quanto à sua existência material. Também se emprega este termo ICT para se designar tanto a mensagem (conteúdo e forma) quanto sua comunicação (ação). Quando necessário, distingue-se entre informação bruta (fatos, conceito, representações) e os documentos em que se acha registrada.

A informação científica e tecnológica deve ser plenamente pautada na elaboração de políticas e iniciativas que favoreçam o acesso à informação em diversos tempos, espaços e suportes. O contexto das políticas de informação em C & T se constitui como ações que necessitam de um planejamento a curto, médio e/ou longo prazo, assim como necessitam de um contexto que definam a amplitude da política para o aprimoramento da prática comunicacional e a construção do conhecimento.

A informação científica e tecnológica se situa na fenomenotécnica informacional porque partem de um pragmatismo construtivista em que importa compreender a relação entre os seus procedimentos (processos organizacionais, gerenciais, tecnológicos...) e finalidades (construção do conhecimento, inovação científica e tecnológica). Embora ambas tenham seus pragmatismos particulares são juntas que apreendem um sentido mais amplo do significado fenomenotécnico de informação que vislumbra a semântica da informação partindo da realidade social (sujeitos pesquisadores e usuários da informação) e técnica (processos, fluxos e gerenciamento produtivo da informação).

Podemos ainda destacar que a informação como tecnologia, principalmente no aspecto digital, conquista uma dimensão fenomenotécnica a partir dos seguintes vieses:

- a) aplicação dos processos de informação – trata de reconhecer técnicas de produção, coleta, organização, seleção, disseminação, acesso, busca, recuperação e uso em ambientes tecnológicos, com vistas à promoção de possibilidades mais ampla de apropriação da informação e verificar a coordenação desses processos em ambientes físicos e principalmente digitais;
- b) arquitetura da informação – conceito criado por Wurman (1991) como expansão da Arquitetura tradicional aplicada a espaços de informação com a finalidade de definir novos parâmetros de organização visual, técnica e contedística de um sistema de informação em diálogo e reconhecimento das necessidades dos usuários. O conceito de arquitetura da informação tem sido vagamente aplicado em ambientes físicos (ambientes de informação) e fortemente desenvolvido em ambientes digitais, como websites (SOUSA et al., 2011), repositórios digitais (SAYÃO, 2010a; RIBEIRO; VIDOTTI, 2009), bibliotecas digitais (NONATO et al., 2008; CAMARGO; VIDOTTI, 2006), gerenciamento de serviços (LYRA; DUQUE, 2011), portais (HENN; FRANÇA; DIAS, 2010), propriedade intelectual (DIAS; VIDOTTI, 2011), sistemas de informação em organizações (CARTER, 1999), técnicas de organização da informação, estudos

sobre a própria estrutura e fundamentação da arquitetura da informação (ALBUQUERQUE; LIMA-MARQUES, 2011), competência digital (KOLTAY, 2011), além de estudos sobre a arquitetura da informação voltada para organização do conhecimento e centrada no usuário. Mesmo considerando cada particularidade, a ideia de arquitetura da informação está essencialmente vinculada aos procedimentos de organização, dinamização, contexto e conteúdo dos espaços informacionais e como os usuários utilizam esses espaços. Mas a arquitetura da informação não se restringe à dimensão técnica dos espaços informacionais, mas busca compreender os significados estratégicos dos processos informacionais, conforme destacam Lima-Marques e Macedo (2006) a partir das seguintes etapas **episteme**, que dispõe sobre os pressupostos teóricos para estruturação dos conceitos a serem adotados em todos os níveis; **análise**, que é referente à análise do contexto, considerando os elementos que constituem o ambiente; **tratamento** e **representação**, que concernem ao tratamento de conteúdos e descrição dos conteúdos por meio de padrões, respectivamente; **armazenamento**, que envolve questões de armazenamento dos estoques de conteúdos; **organização**, que cuida dos fluxos de relacionamento entre os componentes; **recuperação** inerente ao processo de recuperação da informação pelo usuário; e **aplicação**, que se constitui como norteador executivo que permeia os demais elementos

abarcando as ferramentas tecnológicas que atendem a todos os níveis;

- c) usabilidade – possui dimensão amplamente ligada, por um lado, aos estudos de usuários da informação (maneiras como os usuários utilizam sistemas de informação) e, por outro lado, a arquitetura da informação (conteúdo, contexto e estrutura do ambiente informacional utilizado) a julgar pelos impactos que a arquitetura da informação causa no processo de usabilidade (OKIKE; FERNANDES, 2012). Em linhas gerais, a usabilidade é referente aos diversos procedimentos envidados pelos usuários para uso da informação em ambientes informacionais, observando as interações físicas, mentais e sociais com o produto;
- d) gestão de tecnologias – é referente às condições estratégicas da informação nos processos de busca, identificação de necessidades dos usuários, processamento, tratamento, armazenamento e disseminação para respaldar a qualidade dos serviços (dinamizando suas perspectivas de acesso e uso), as atividades humanas e técnicas, além da tomada de decisão no ambiente tecnológico. A gestão de tecnologias é uma maneira de otimizar técnica e pedagogicamente os ambientes tecnológicos, seja particularmente em estruturas de informação como websites, repositórios digitais/bibliotecas digitais, seja em organizações propriamente ditas que dispõem de um arsenal tecnológico diversificado que necessita de

gerenciamento;

- e) criptografia – é relativo à confidencialidade das mensagens emitidas nos ambientes informacionais. Embora o discurso da presente pesquisa se estabeleça mediante as diversas evidências semânticas da informação, é preciso considerar a necessidade de instrumentos que preservem os dados individuais de sujeitos/usuários, visando acesso, uso e apropriação individualizados em casos específicos. A criptografia é uma técnica antiga que tem origem na sociedade espartana no século X a. c. através de uma cítala (ou bastão de Licurgo) em que o emissor escreve uma mensagem através da cítala e depois enrola em um pergaminho de tal forma que as letras da mensagem fiquem transpostas, sendo que para decifrar a mensagem (construir informação) é preciso enrolar novamente em uma cítala para ver com clareza a mensagem (CADAVID, 2010). A criptografia como técnica foi se desenvolvendo e apoiando a tecnologia e hoje é um efetivo instrumento de confidencialidade em ambientes digitais e tem sido fundamental para preservação de senhas de usuários, conteúdos pessoais e institucionais para acesso e uso à informação individual. Por um lado, a criptografia é necessária para preservar dados dos usuários da informação de ambientes digitais (sites, periódicos, e-mails...), mas, por outro lado, tem sido instrumento de manipulação de grupos políticos e governos para fazer esconder e aparecer dados, conforme conveniências

de dominação, como no caso dos Estados Unidos que procuram quebrar sistemas criptográficos na web que se configura como sistema de espionagem.

Observamos que a informação na perspectiva da tecnologia incide sobre uma forte fenomenotécnica informacional na medida em que a informação é compreendida através de técnicas que amparam os ambientes informacionais, principalmente de cunhos digitais, assim como os ambientes digitais, através de técnicas e estratégias como processos, arquitetura da informação, usabilidade, gestão de tecnologias e criptografia, permitem possibilidades (multi)temporais e espaciais de acesso, uso e preservação de dados valorizando condições mais eficazes para segurança da informação.

4.4 Informação e linguagem

A informação como fenômeno de apropriação constitui dois fundamentos gerais: o primeiro é a informação no contexto biótico ou instrucional relativo às questões corpóreas, genéticas e orgânicas que envolvem as variadas concepções de organismos e espaços de vida natural (KAUFFMAN et al., 2008) e a informação no contexto humano que é inspirada pela linguagem (que contempla a expressão da mente e do pensamento humano) e cultura (esta última entendida como formação de subsídios morais de cunho individual e coletivo que norteiam a dinâmica das relações humanas).

Cabe-nos, neste momento, reconhecer as relações entre informação e linguagem e como esta contribui para

concretização daquela, em especial, quando auxilia na condução dos processos de relações sociais, em especial, na apropriação de segmentos da realidade objetiva, expressão dos pensamentos, elaboração de ideias e a dinamização perceptiva da mente.

A linguagem exerce uma função pragmática de clarear pensamentos e elucidar ideias atuando como motor nas relações humanas. Segundo McLuhan (1964, p.91) a linguagem:

É a extensão do homem na fala que permite ao intelecto separar-se da realidade muito mais ampla. Sem a linguagem, sugere Bergson, a inteligência humana teria permanecido totalmente envolvida nos objetos de sua atenção. A linguagem faz pela inteligência o que a roda faz pelos pés e pelo corpo. Ela permite passar de uma coisa a outra com maior facilidade e rapidez e com envolvimento cada vez menor. A linguagem estende e amplia o homem.

Nesta concepção o conceito de linguagem apresenta várias características. A primeira delas é o fato de ser vista como fenômeno agregado ao ser humano que é construído em sua trajetória, conforme suas relações e experiências. Logo, a linguagem seria um elemento desenvolvido de forma interacional. A segunda é que a ideia de extensão da linguagem ao ser humano pode ser concebida na medida em que aquela se constitui como fator elucidativo e indicativo da fala deste. A terceira reside no fato de que a linguagem age como uma espécie de mediadora entre o ser humano e as expressões de sua mente (pensamentos, ideias e perspectivas

de ação).

Por fim, a linguagem pode ser transmediadora na medida em que elucida de forma efetiva os sentidos de um ser humano associado aos sentidos de outro ser humano, ou seja, a linguagem pode tanto contribuir para uma elucidação individual ou singular quanto uma elucidação social/grupal ou plural comprovando ser a linguagem fenômeno de extensão que é produzida, apreendida e apropriada pelo ser humano em suas diversas conotações histórico-culturais.

E quando a linguagem pode ser ligada à informação? Em primeira instância, é preciso considerar que informação e linguagem possuem ligações tão prementes que é salutar indicar suas dinâmicas de interrelação. Logan (2012, p. 67) revela que “[...] é quase impossível pensar em pensamento e informação que não estejam conectados a alguma forma de linguagem. A linguagem é o meio pelo qual a informação simbólica é formulada e comunicada.”

Em segunda instância, o fio condutor que interliga linguagem e informação é a necessidade de ambas serem construídas e apropriadas pelos seres humanos como processos de construção de sentidos. No entanto, a informação depende necessariamente da construção da linguagem para existir, enquanto o contrário não ocorre de forma premente.

As contribuições da linguagem para construção da informação podem ser mais claramente definidas no contexto da pragmática da informação. González de Gómez (1996, p. 50-51) afirma sobre a pragmática da informação:

Nós pensamos que a Pragmática nos oferece um caminho para apreender os fenômenos e processos de informação como processos sociais, cognitivos e comunicacionais, onde a prática e a ação de informação (o informar, informar-se e o ser informado), constroem a informação e estabelecem novas redes relacionais de semelhanças e diferenças... E tudo isto porque o enfoque pragmático permite superar um limite que era 'transladado' da lógica e da linguística para os estudos da informação: ter como unidade de análise o enunciado ou a proposição e não os textos, os discursos, a conversação, os jogos de linguagem. Nos estudos atuais da pragmática, destacamos outros aspectos relevantes para nosso campo de estudo: a) a elaboração e o desdobramento do conceito de contexto, tal como os contextos situacionais e acionais; b) a dupla relação entre o falar e o fazer (o fazer falando e o falar fazendo); c) o caráter produtivo da linguagem; d) a introdução da subjetividade e dos processos de singularização que sobredeterminam os modelos racionais universalizantes da geração e uso da informação.

A pragmática nos faz pensar as influências da linguagem para compreender a informação, em especial, a partir da composição de seus processos que situam como a informação é delineada em relação às linguagens constituídas. Contudo, não podemos pensar a linguagem apenas como pressuposto de fala, escrita e registro de conteúdos, pois estes se situam como fundamentos de respaldo à compreensão pragmática da informação, mas não é o centro da questão.

Isto posto, podemos ponderar duas formas gerais de relação entre a linguagem e a pragmática informacional: a primeira envolve a representação elucidativa da fala; a representação elucidativa da escrita; a representação elucidativa da mensagem; a elucidação representativa de cunho documentário que se constituem como procedimentos ou suportes de ação, mas não incidem diretamente uma pragmática informacional, mas apenas indícios perspectivistas; a segunda é invocada nos contextos situacionais e acionais, sendo o primeiro o ideário do “[...] cenário social das instituições e os ambientes do dia a dia, com suas regras específicas e suas rotinas intelectuais próprias” (NOVELLINO, 1998, p. 141), além da elucidação representativa do diálogo/interação entre os sujeitos, enquanto o segundo são focalizados nas intenções e intencionalidades dos sujeitos para utilizar a linguagem como fundamento construtivo da informação, conforme seus desejos, demandas ou necessidades (a discussão sobre intenção/intencionalidade será concebida com mais propriedade no tópico sobre “informação e sociedade”).

Todos esses aspectos são vitais para construção pragmática da informação e dependem intrinsecamente da linguagem (e de seus pressupostos histórico-culturais), pois focalizam tanto nos meios, quanto nos processos, mas são estes últimos que se constituem como elementos fundantes da pragmática informacional, pois preconizam a pragmática da informação como “[...] estratégias de geração e uso da informação em contextos acionais concretos, agenciadas por sujeitos/interlocutores que mantêm entre si relações sociais e

comunicativas.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 54).

A pragmática da informação pode ser ainda mais evidenciada quando se considera o contexto na qual está inserida. Para tanto, a delimitação de Armengaud (2006, p. 79) indica diversos contextos pragmáticos que podem auxiliar na compreensão da pragmática informacional:

- a) contexto circunstancial, factual, existencial, referencial – identidade dos interlocutores, seu ambiente físico, o lugar e o tempo em que as mensagens são trocadas;
- b) contexto situacional ou paradigmático – culturalmente mediado. A “situação” é qualificada socialmente, comportando uma ou várias finalidades e um sentido imanente partilhado pelos protagonistas. As práticas discursivas se inserem em situações definidas tacitamente ou por proclamação específica. As mensagens proferidas fazem sentido nesse contexto específico, porém, transplantadas para outra situação, deixam de fazê-lo por serem incongruentes;
- c) contexto interacional – encadeamento dos atos da fala em uma sequência discursiva. Os interlocutores desempenham papéis propriamente pragmáticos: propor, objetar, retratar. Um ato da fala chama outro, determinado por pressão sequencial;
- d) contexto pressuposicional – constituído por tudo o que é compartilhado pelos interlocutores: pressuposições, crenças, expectativas e intenções.

Embora os estudos sobre a pragmática da informação (ou informação pragmática) sejam amplamente aplicados aos

estudos de organização e representação da informação consubstanciando produções diversas concernentes à linguagem simbólica e linguagem documentária, é preciso considerar que o conceito de informação perpassa fundamentalmente pela noção de informação pragmática calcada nos estudos sobre linguagem.

Primeiramente porque toda produção informacional é baseada em processos linguísticos (simbólicos e documentários) e processos de intencionalidades cognitivas e sociais. Em segundo lugar, porque toda produção informacional está pautada nas condições contextuais dos aspectos sociais e comunicativos da realidade objetiva, podendo ser ele unicontextual (levando em consideração apenas um contexto que convencionalmente é o contexto individual do sujeito), pluricontextual (levando em consideração vários contextos que convencionalmente envolvem contextos coletivos e as atividades circunstanciais, situacionais, acionais/interacionais e pressuposicionais).

A pragmática da informação pode ser contextualizada por Dik (1989) a partir de três aspectos: a **informação geral** que é referente às suas características culturais e naturais que se constituem a partir de informações armazenadas na memória durante a trajetória do sujeito; a **informação situacional** é relativa às formas como os sujeitos percebem a realidade em que estão inseridos; e a **informação contextual** que é derivada das concepções linguísticas delineadas no contexto social.

A relação entre linguagem e pragmática da informação, portanto, se estabelece em situações diversas

em que a primeira é vista como ponto de apoio e sustentação e a segunda a concretização de significados, compreensões e apropriações. Logo, informação e linguagem se associam diretamente dependendo das circunstâncias, situações, interações e crenças/intenções tornando a delimitação da pragmática de Armengaud (2006) extremamente relevante para interligar informação e linguagem.

Embora seja pertinente revelar a dificuldade de associar informação (e sua postulação pragmática) e linguagem a partir do conceito de contexto, podemos considerar que essa inter-relação pode ocorrer a partir de cinco grandes contextos gerais:

- a) **linguagem como meio de identificação dos sujeitos** – é o momento em que os sujeitos estão focados e dispostos a produzir informação em determinados contextos sociais, ou mesmo, momentos casuais/circunstanciais em que os sujeitos dispõem potencialmente da capacidade de produzir informacional a partir de uma dinâmica individual sujeito/objeto ou coletiva sujeito/sujeito. É também o momento em que os sujeitos podem apresentar dispositivos para interação através das indicações de suas características dando visibilidade aos pensamentos;
- b) **linguagem como meio de organização da informação** – referente aos procedimentos de como a informação é descrita, registrada e representada através do uso de linguagens documentárias ou linguagens naturais constituindo uma pragmática técnica da informação.

De forma mais ampla, pode implicar nas formas como os sujeitos da informação organizam suas linguagens naturais para expressar suas vontades/desejos, intenções e crenças fundamentando a aplicação de jogos de linguagem sendo o próprio “proferir da expressão linguística” (natural ou documentário) um ato intencional e passível de ser interacional ou não. É o momento em que informação e linguagem se interligam promovendo a informação como objeto (TAYLOR, 2004) no contexto documentário, assim como é o contexto em que a organização é vista pragmaticamente como informação representada. Logo, toda organização ou auto-organização de cunho linguístico (natural ou documentária) é um procedimento com a finalidade de produzir informação considerando os contextos que os sujeitos estabelecem para organizar suas percepções linguísticas;

- c) **linguagem como meio de mediação da informação** – reside na articulação entre todas as formas de expressão dos sujeitos e/ou grupos de cunho verbal ou não verbal, tácita ou explícita, individual ou coletiva, formal ou informal, registrada de maneira formal ou não, emitida aleatória ou especificamente para concretização de uma determinada finalidade. Também se consubstancia nas formas como os sujeitos interagem através de suas linguagens intencionais e como medeiam seus espaços como autores, mediadores e usuários. Isso significa que todo

texto (no sentido técnico e conteudisticamente representado) e todo sujeito, independente de sua condição ou suporte, possui um aparato comunicacional no sentido de expressar algum valor cognitivo ou cultural;

- d) **linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação** – é o caráter interacional e cognitivo da linguagem, pois é o momento em que a expressão da linguagem demanda possibilidades de significação, compreensão e apropriação de conteúdos. De outro modo, é o momento em que a informação se concretiza no sentido de exercer uma funcionalidade social que interfere na formação da consciência individual e/ou coletiva dos sujeitos;
- e) **linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento** – a informação, ao ser vista como forma materializada do documento, conhecimento dinamizado ou conhecimento comunicado, precisa necessariamente da linguagem no sentido de expressão situacional e/ou acional para se transformar em novo conhecimento. É possível afirmar que todo conhecimento é [...] sóciointeracional [...] utilizando a linguagem como principal canal de compartilhamento de conhecimentos [...] os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente. (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 283);

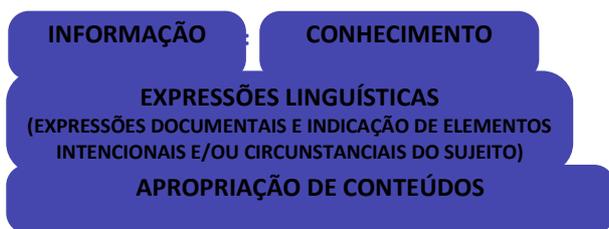
- f) **linguagem como meio para construção da cultura informacional** – é a reunião de todos os processos anteriores. Só é possível construir uma cultura informacional no sentido de estabelecer modos efêmeros ou permanentes de informação com a escalada dos processos anteriores (não necessariamente de forma contínua). A cultura informacional se formaliza como a concretização das intenções e crenças dos sujeitos, bem tal a possibilidade de continuar desenvolvendo mecanismos para construção da informação e do conhecimento.

Todos estes são contextos (pragmaticamente concebidos como processos) e se vistos de modo concatenado, vislumbram de forma efetiva a pragmática da informação influenciadas pelas concepções de linguagem. É possível afirmar que o primeiro contexto é circunstancial na medida em que apresentam características gerais e específicas dos sujeitos. O segundo e terceiro contextos/processos delimitados são de cunho situacional ou paradigmático, uma vez que são culturalmente mediados de forma indireta (primeiro) e direta (segundo). Já o quarto e quinto contextos são interacionais no sentido de que só ocorrem a partir de uma sequência discursiva entre os interlocutores no desiderato pragmático da proposição e retratação. O sexto contexto é a reunião de todos os contextos pregados por Armengaud (2006), pois só é possível a partir da reunião dos outros contextos.

Dessa forma, a informação não é uma simples “concha

de retalhos”, mas resultado de um conjunto de processos continuados ou não que tem nas dinâmicas linguísticas constituintes para pragmatização informacional. Diante dos contextos apresentados e relacionados ao conceito de contexto de Armengaud, é interessante afirmar que a informação pode ser definida em relação à linguagem a partir da seguinte equação:

Figura 9: Equação linguística da informação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esta equação fornece subsídios para demonstrar a relevância da linguagem para o conceito de informação. Evidentemente que visto de forma mais ampla o conceito de informação envolve outros aspectos como já mencionados, mas já sustentam uma síntese auspiciosa da interrelação entre informação e linguagem.

A referida equação que envolve o tripé informação-linguagem-conhecimento está relacionada de modo subjacente ao conceito proposto por Fogl (1979, p.21) em que a informação possui três elementos: conhecimento (significa o conteúdo da informação); linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); suporte (objetos materiais ou energia).

Neste conceito, a linguagem também possui uma tonalidade eminentemente pragmática quando exerce um papel discursivo na construção da informação aproximando sujeitos e dando vazão compreensiva aos comportamentos, contextos e intenções dos sujeitos e denotando que o conceito de informação é intrinsecamente ligado ao nível semântico e pragmático.

Isso significa que a equação expressa e o conceito de Fogl possuem uma definição para além do que é pregado pela Teoria Matemática de Shannon, pois associa o nível pragmático (é o mundo real que envolve a produção da informação em consonância com a linguagem e os suportes materiais que subsidiam a representação, mediação e apropriação da informação) com o nível semântico (as múltiplas interlocuções entre informação e conhecimento ou, dito de outro modo, o espectro das relações cognitivas e sociais entre sujeitos da informação que produzem conhecimento), sendo este último um dos primados básicos da informação na contemporaneidade, principalmente no final do século XX e início do século XXI.

A informação para dinamizar o conhecimento (conteúdo) precisa da linguagem para mediar às relações entre os sujeitos, sendo que esta linguagem pode ser expressa tanto por práticas discursivas formas e/ou informais quanto por meio de suportes físicos ou digitais comprovando que o conceito de informação se constitui na conjunção associativa e semântica de terminologias, especialmente o conhecimento.

Continuando as interrelações entre linguagem e

informação, percebemos que a falta ou desarticulação da linguagem contemplando, por um lado, seus aspectos intencionais, situacionais e acionais e, por outro lado, seus aspectos identificacionais, representacionais, comunicacionais, apropriacionais, relativos à construção do conhecimento e da formação da cultura informacional, pode promover aquilo que denominamos de **constricção informacional**.

As pesquisas sobre constricção têm ocorrido com relativa intensidade em áreas do conhecimento como no campo da saúde (Medicina, Medicina Veterinária), Biologia na constricção promovida por alguns animais e Direito no âmbito da supressão de garantias de direitos fundamentais ou da relativização de direitos (BONAVIDES, 2013) e em todas as áreas a constricção possui um sentido geral: a supressão de algo promovida por alguém (pode ser a supressão de algum sujeito ou objeto a outro sujeito humano ou a qualquer outro ser vivo, além da supressão de direitos administrativos e jurídicos promovida por entes institucionais).

Relacionando a informação à constricção seria qualquer ato impeditivo da linguagem se manifestar, seja através de seus jogos de linguagem, seja através das manifestações de crenças e intenções dos sujeitos ou mesmo através das relações de poder simbólico ou material. Em particular, esses impeditivos contextuais estão relacionados à inibição dos contextos apresentados na interrelação entre linguagem e informação: **linguagem como meio de identificação dos sujeitos; linguagem como meio de organização da informação; linguagem como meio de mediação da**

informação; linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação; linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento; e linguagem como meio para construção da cultura informacional.

Cale salientar que a constrição informacional é muito comum de ocorrer em ambientes como o ciberespaço quando da falta de uma organização efetiva de conteúdos ou em ambientes de informação quando da falta de uma organização linguística documentária mais detalhada ou mesmo quando da comunicação restrita entre sujeito usuário e sujeito autor/mediador ou ainda em um diálogo formal ou informal entre sujeitos em que um busca impor sobre o outro suas concepções linguísticas valorizando apenas o seu contexto sem considerar a relevância do contexto do outro.

Podemos afirmar que a constrição informacional se constitui de forma expressiva na falta de alteridade e olhar de reciprocidade entre os sujeitos da informação em que um dos sujeitos ou grupos de sujeitos busca produzir subsídios apenas para concretizar suas satisfações pessoais. Desse modo, o que marca a constrição informacional é o ato linguístico pautado na díade contextualismo-ceticismo.

Em verdade é o excesso de ceticismo e a escassez de contextualismo (do atribuidor) linguístico que promovem a constrição informacional. Como afirma Stine (1976, p. 254) “[...] é característica essencial de nosso conceito de conhecimento que critérios mais firmes sejam apropriados em diferentes contextos. O conhecimento é uma coisa numa conversa casual, outra em uma sala de aula, outra em um

tribunal – e quem diria que não poderia ser outra em uma discussão filosófica”.

Quando falamos em contextualismo e ceticismo, não estamos considerando que ambos são necessariamente opostos. A nosso ver, percepções céticas podem levar a desideratos contextualistas, assim como abordagens contextualistas podem levar a condições céticas. No entanto, quando usamos o termo “excesso de ceticismo” e “escassez de contextualismo”, estamos estimando o argumento contextualista de que, conforme indica De Rose (2012, p. 310):

De acordo com os contextualistas, no entanto, ao apresentar seus argumentos, o cético manipula os padrões semânticos para o conhecimento, criando desse modo um contexto em que ele possa verdadeiramente dizer que não sabemos nada ou sabemos muito pouco. Uma vez que os padrões tenham sido elevados, percebemos corretamente que poderíamos afirmar apenas de maneira falsa que sabemos das coisas, como do fato de termos mãos. Por que então estamos tão confusos? Por que simplesmente não aceitamos a conclusão cética e doravante deixamos de atribuir conhecimento a nós mesmos e aos outros? Porque, afirma o contextualista, também percebemos outra coisa: assim que nos encontrarmos em contextos conversacionais mais comuns, não será apenas verdade afirmarmos que sabemos as mesmas coisas que o cético nega que sabemos, mas também será errado negarmos que sabemos tais coisas. Por outro lado, não seria falsa da mesma maneira a atual negação do cético? E não seria igualmente

verdade se afirmássemos, na presença do cético que conhecemos?

É preciso ressaltar que a concepção posta de constrição informacional não é necessariamente contra o ceticismo, mas é que o excesso de ceticismo leva a uma condição fundamental no processo acional e situacional da linguagem para produção da informação: a negação do outro ou, pragmaticamente, a negação das formas de conhecimento e apropriação do outro. Ora, se o sujeito busca produzir informação visando à negação do outro, faltando ou deturpando os processos linguísticos, significa que há uma constrição informacional, uma vez que valores fundamentais pautados na linguagem são **relegados a um plano** inferior ou utilizados de forma a prejudicar outro sujeito ou predeterminar formas de compreensão do outro.

Por isso, a interrelação entre linguagem e informação é concebida de forma mais precisa no aspecto contextualista, pois a pluricontextualidade permite analisar estratégias adequadas de produção informacional ou pelo menos de reconhecer as potencialidades dos sujeitos para tal produção. A produção da linguagem identifica contextos diversos para produção da informação, mas a falta ou deformação dos processos linguísticos causa uma constrição informacional em virtude de que um sujeito nega o valor do outro.

Como a informação se desenvolve na ação do conhecimento materializada por aspectos bióticos (organismos vivos) e documentos/artefatos para construção de novos conhecimentos, é preciso considerar que “[...] atribuições de conhecimento são ‘sensíveis ao contexto’ – os

valores de verdade sentenças que contenham a palavra ‘saber’ e suas cognatas, dependem de padrões determinados contextualmente.” (COHEN, 1999, p. 57).

Portanto, a constrição informacional é a inibição da produção informacional causada por um sujeito em relação a outro sujeito ou mesmo a constrição causada em si mesmo (autoconstrição) quando deturpa ou falta com os processos linguísticos de identificação, organização/representação, comunicação/mediação, compreensão/apropriação que dificultam a construção de novos conhecimentos e, principalmente, a construção de uma nova cultura informacional indiciada pelo pensamento concatenado e pluricontextual da realidade.

Idealizando de outra forma, a constrição informacional implica na falta ou deturpação das intercorrências linguísticas no âmbito de suas intencionalidades cognitivas que interferem negativamente no funcionamento das expressões da mente humana (a bifurcação de percepções em conceitos; a bifurcação do cérebro na mente; a bifurcação do *Homo sapiens* arcaico no *Homo sapiens* moderno), bem como inibem a linguagem de ser considerada um organismo vivo no sentido de ser um organismo composto das linguagens de todos os indivíduos da sociedade singular ou pluralmente e individual ou coletivamente (LOGAN, 2012) em suas mais diversas formas (verbais, não-verbais, sintática, documentária, etc.) interferindo também na organização dos discursos e práticas informacionais contextuais (circunstanciais, situacionais, interacionais e pressuposicionais).

4.5 Informação em ambientes de informação: aplicações em bibliotecas, arquivos e museus

É inegável que a informação está em todo lugar do universo. Não por coincidência que Floridi (2008) nomeia o caráter universal de infosfera impregnadas de um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio envolvendo seres vivos e não-vivos e constitutivas de uso e práticas com objetos informacionais (entidades passíveis de conter/controlar/compartilhar informação).

A relevância da informação no cotidiano é tão exponencial que é considerada um dos principais recursos em organizações pós-industriais juntamente com os tradicionais recursos financeiros, humanos e materiais (TORRES, 2002, p. 296) aferindo que a informação apoia o desenvolvimento dos outros recursos organizacionais.

No entanto, a informação não pode ser detectada como meros dados dispostos, mas como fenômeno a ser produzido a partir da relação entre sujeitos incluindo os efeitos condicionais de representação, mediação e apropriação de objetos informacionais os quais chamamos também de sujeitos humanos e não-humanos.

Um dos espaços em que a informação pode ser identificada de forma mais densa são as chamadas unidades de informação como bibliotecas, arquivos, museus (e derivados como memoriais), centros de cultura e documentação, tanto em nível físico, quanto em nível virtual/digital, além evidentemente da realidade ciberespacial

que contempla um arsenal expressivo de dados potencializadores de construção da informação.

Esta seção se divide em duas reflexões gerais: a primeira é referente à caracterização das unidades de informação que aqui optamos por denominar de ambientes de informação, engendrando percepções conceituais sobre ambiente e suas acepções como centro e/ou sistema de informação; a segunda especifica características da informação em bibliotecas, arquivos e museus contemplando a particularidade pragmática de cada ambiente de informação.

No tocante à primeira reflexão, a compreensão terminológica e as diversas acepções pragmáticas em ambientes de informação são pontos essenciais para discussão e compreensão neste tópico. Por isso, optamos pelo uso do termo “ambientes de informação” em vez de “unidades de informação”.

O uso do termo “ambiente” é empreendido conceitualmente como espaço estruturalmente gerenciado e mediado por meio de sujeitos humanos, promovendo um conjunto de interações entre sujeitos humanos (profissionais e usuários), não humanos (documentos/tecnologias/artefatos) em espaços físicos e/ou virtuais, visando à construção de conhecimentos, desenvolvimento da aprendizagem, formação de competências, aprimoramento da inteligência, satisfação de desejos/demandas/necessidades, geração de novos processos comunicacionais e soluções de problemas informacionais em geral, bem como na reflexão sobre a

noção de centralidade que se expressa pela capacidade de concentrar uma determinada área ou atividade que contempla pessoas e instituições. Contudo, o termo “ambiente” e “centro” aqui empregados, embora estejam preocupados com a conotação de espaço, não estão contemplados na ideia de urbanidade, mas em como um ambiente de informação consegue se desenvolver como espaço/centro referencial para a comunidade que está inserido, especialmente através da dinâmica dual física e virtual.

Logo, o ambiente/centro de informação aqui proposto não é apregoado como espaço dado ou definitivo, pois partindo desta premissa, exerceria uma centralidade intencional e não contextual ou holística para alguns sujeitos da informação em detrimento de outros. A percepção de ambiente/centro de informação reside no fato de que “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro” (VILLAÇA, 1998, p. 238).

A ideia aqui é conceber bibliotecas, arquivos e museus como ambientes de informação que possam exercer uma centralidade no processo de satisfação de sujeitos usuários acerca do cotidiano informacional. Assim, biblioteca, arquivo e museu é, sobretudo, um ambiente de informação que se estabelece a partir de práticas de informação que buscam uma referencialidade informacional junto à comunidade de sujeitos usuários.

O ambiente de informação é centro na medida em que torna sua estrutura física acessível em múltiplos espaços e principalmente quando se torna em caráter virtual acessível a

amplíssima maioria das comunidades que abrange. Neste caso, o ambiente de informação é considerado como centro a partir do momento que exerce o papel de centralidade ou, de forma mais precisa, poli centralidade, que implica no estímulo ao acesso à informação de modo múltiplo, seja no espaço (vários sujeitos utilizando serviços simultaneamente em diversas localidades) e tempo (vários sujeitos utilizando serviços a qualquer momento do dia ou da semana).

A poli centralidade se configura na capacidade que um ambiente de informação possui de se estabelecer em diversos espaços de modo setorizado sem perder suas características convencionais. Em outras palavras, ambiente de informação é um centro sistematizado que possui a dinâmica de atuar promovendo a descentralização dos serviços com a efetiva preocupação de promover acesso à informação. Por descentralização entendemos que “[...] o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controle da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários setores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada” (RIBEIRO, 2011, p. 70).

Neste caso, é pertinente observar também que o ambiente de informação é imanente a compreensão de sistema. O ambiente de informação como sistema se configura na capacidade humana, técnica e organizacional de ação que o sistema possui e na conotação do ambiente como representante dos lugares/espacos (físicos e virtuais) em que bibliotecas, arquivos e museus atuam. Stockinger (2003, p. 24) ressalta que:

A diferença entre sistema e ambiente deve ser distinguida de outra, igualmente constitutiva: a diferença entre elemento e relação. Em ambos os casos a unidade da diferença deve ser pensada como sendo constitutiva. Não há sistemas sem ambientes nem ambientes sem sistemas, e não há elementos sem conexões relacionais ou relações sem elementos.

O ambiente de informação está situado em um conjunto sistemático de atuação informacional, mas não quer dizer que qualquer ambiente dotado de coleções signifique um ambiente de informação. A concepção de ambiente de informação como centro se fortalece quando o ambiente, por meio de dimensões sistemáticas, age de forma planejada no âmbito das práticas gerenciais, processuais (organização, circulação, mediação, etc.), tecnológicas e fluxos de informação em consonância com o cotidiano da comunidade, preconizando prerrogativas para se consolidar como referência informacional.

Assim, o termo ambiente de informação implica nas seguintes articulações sistemáticas pragmáticas:

- a) um ambiente interacionista e pluriespacial que procura acomodar serviços em diversos contextos sociais (comunidades de usuários) e suportes de informação buscando permanentemente superar os espectros dos usuários em potencial e não-usuários;
- b) um ambiente interacionista, mas uniespacial que procura acomodar serviços apenas em um espaço físico definido, sendo papel da comunidade de usuários se deslocar a este espaço caso queira ser

provida de serviços de informacionais;

- c) um ambiente não-interacionista (ou deficitariamente interacionista) em que o foco não está na formulação de serviços de socialização da informação, mas em sua preservação para gerações por meio de atividades processuais de organização, armazenamento e recuperação da informação.

Quanto ao primeiro tipo de ambiente de informação, comumente são aqueles divididos setorialmente como bibliotecas universitárias que possuem dinâmica setorializada, bibliotecas públicas que, embora possua uma sede central, exercem seu papel em várias comunidades através de projetos estratégicos de incentivo à cultura, leitura e referente ao cotidiano da comunidade como, por exemplo, a biblioteca volante ou bibliotecas, arquivos e museus digitais que têm a capacidade de atender a uma diversidade de usuários de modo simultâneo a fim de que o usuário utilize serviços a partir de qualquer lugar que disponha de conexão de internet.

O segundo tipo de ambiente de informação é constituído de sistemas como bibliotecas públicas, escolares, universitárias e especializadas, além de arquivos e museus que possuem sedes centralizadas e o usuário, para ter acesso aos seus serviços deve necessariamente se deslocar até o espaço físico da instituição.

O terceiro tipo de ambiente de informação é mais fechado e está focalizado em instituições que lidam com documentos/artefatos confidenciais e têm em sua essência a

preservação da memória e são acessíveis apenas por meio de autorização formais para representantes de determinadas instituições ou pesquisadores, pois podem produzir efeitos substanciais para transformar a vida de sujeitos e grupos. Estes espaços podem ser, por exemplo, arquivos históricos (possuem documentação relevante para preservação da memória de determinados contextos como representantes políticos, famílias de grande poder político-econômico na sociedade), museus históricos (possuem artefatos consagrados como patrimônio histórico-cultural de grande valia artística e financeira como quadros, moedas, desenhos, etc. e recebem rigoroso tratamento para preservação e conservação) e bibliotecas com acervos raros (especializadas, públicas e universitárias) que “[...] está mais ligado ao livro, mas pode incluir também os periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos” (SANT’ANA, 2001, p.2) e que contribuem largamente para preservação do conhecimento e da memória de diversos sujeitos/grupos.

Ainda podemos reconhecer ambientes de informação que se identificam nas características dos três tipos determinando de forma plural e híbrida uma instituição promotora de informação. Centros como Biblioteca, Arquivo e Museu nacional são instituições latentes de uma mescla expressiva dos três sistemas identificados no texto ou ainda bibliotecas que atendem públicos da educação básica e da educação superior em caráter concomitante.

O uso do termo “ambiente de informação” nos leva a seguinte interpelação: **quais os significados de informação**

nos ambientes de informação? Silva (1999b, p. 195, grifo nosso) indica pistas para reflexão:

A informação social, resultante de um sujeito humano, ativo, apto e com apetência ôntica de conhecer e de comunicar – conhecimento e comunicação diferem de informação embora formem com ela uma unidade coerente e essencial, estrutura-se, pois, em sistemas (semi)-fechados que são os arquivos [**e museus**] e em sistemas abertos denominados bibliotecas. E a diferença entre [**os três**] deriva sobretudo da variação possível de um mínimo a um máximo de abertura na criação, circulação, armazenamento, recuperação e transferência [**partilha**] da informação com a subsequente perda de organicidade, aumento de funcionalidade (ou vice-versa) e estabilização da valência memória.

A primeira consideração é que toda informação contida em um ambiente de informação é eminentemente social. Primeiramente porque os sujeitos não-humanos (objetos ou suportes informacionais) são organizados por um conjunto de profissionais, assim como são produzidos por autores variados. Em segundo lugar, as formas de apropriação da informação pelo sujeito/autor nos ambientes de informação se dão a partir de relações entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/, além da interferência dos sujeitos não-humanos são fundamentadas como práticas sociais (interacionais).

A segunda consideração é que o significado de informação nos ambientes de informação é diferente de outros espaços como os meios de comunicação de massa. Em

ambos os casos, a informação costuma ser manipulada ou controlada, mas no primeiro a informação segue caráter contextual (depende da finalidade do ambiente de informação e das necessidades dos usuários da informação), enquanto no segundo a informação segue caráter intencional (é manipulada previamente e com fins específicos, conforme a ideologia de cada meio de comunicação).

A informação em ambientes de informação vive o conflito entre o contexto da instituição em que está inserido (a quem está subordinado), a finalidade que exerce (alguns são mais socializadores e outros mais preservacionistas) e as questões sobre necessidade e satisfação dos usuários. Há situações que estabelecem uma conciliação ou a prevalência de alguns dos fatores sobre outros. Mas, para tal intento, a informação é construída a partir de interações diretas e se caracteriza como fenômeno imprevisível de mediação e apropriação.

A informação atrelada aos meios de comunicação de massa é construída por meio de interações diretas e comumente unilaterais estimulando a apropriação do sujeito/usuário, conforme os anseios dos meios de comunicação e dos grupos de interesse que representa.

Contudo, há um ponto em comum no significado de informação no ambiente de informação e nos meios de comunicação de massa: “[...] a informação é que faz fluir a comunicação; a comunicação é o fluxo de informação” (DACHEUX, 2004, p.21). Os conceitos são inversos, mas resulta em significados idênticos: informação e comunicação estão focalizadas processualmente na produção de sentidos.

A terceira consideração é que a informação em ambientes de informação (a mesma estudada pela Biblioteconomia e Ciência da Informação) é aquela que faz a comunicação e o conhecimento fluírem por meio de processos que contemplam atividades de produção, organização, difusão, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação.

Lidamos com um ponto muito pertinente do significado de informação em ambientes de informação: a autonomia dos usuários da informação. O usuário tem a possibilidade concreta de decidir quais objetos informacionais deve utilizar para interagir (dentro do que está disponível no ambiente de informação), como deve se apropriar informacionalmente e como produzir conhecimento. No entanto, a autonomia dos usuários em ambientes de informação não deve ser visualizada por um viés arbitrário, mas de inclusão, democratização e equidade.

A quarta consideração reside na perspectiva do ambiente de informação como sistema provido de processos que podem ser entendidos da seguinte forma: informação como processos de organização, circulação, mediação, armazenamento, recuperação, acesso e apropriação da informação; informação como expressão do processo de comunicação (processo que compõe emissor, conteúdo/conhecimento, canal/veículo, receptor, resposta/feedback); informação como processo de construção do conhecimento (como a apropriação da informação permite construir novos conhecimentos pelos usuários da informação); informação como processo não-humano (como

os usuários utilizam documentos e tecnologias digitais para aguçar as estratégias de apropriação da informação).

A quinta consideração atenta para a informação como produto em ambientes de informação. O produto é um elemento concreto de informação que deve ser construído de forma participativa entre a comunidade de usuários e o ambiente de informação exercendo papel pragmático de uso para satisfação de necessidades. A construção de produtos de informação deve considerar a elaboração de um projeto que contemple aspectos como a caracterização do produto, justificativa, objetivo, metodologia, cronograma de atividades, equipe, orçamento e custo do projeto (BORGES; SOUSA, 2003).

Os produtos de informação têm a finalidade de dinamizar o uso de fontes, estruturar os processos de organização/representação, sustentar de forma mais eficiente e eficaz os serviços, ampliar a capacidade de uso das tecnologias digitais, além de aprimorar os processos de gerência e planejamento dos ambientes de informação. Assis (2006) destaca como produtos de informação em ambientes e organizações:

- a) **boletins** – é pertinente para antecipação das demandas de informação, sendo possível seccionar por público-alvo as informações que se deseja divulgar e antecipar necessidades dos usuários;
- b) **bancos de dados** – busca proporcionar aos usuários o encontro das informações desejadas rapidamente e com mínimo esforço, além de monitorar a informação

acessada pelos usuários aferindo sua audiência e validade;

- c) **produtos de informação referencial** – contemplam a elaboração de um boletim **referencial** (reúne as publicações do centro de informação considerando títulos que cobrem necessidades de informação como missão, metas, objetivos, plano, etc. em relação ao público que será atendido a fim de decidir a viabilidade do produto), **boletim referencial de artigos de periódicos** (deve procurar relevantes fontes de mídia especializada exigindo um acervo de publicações de alta relevância em diversos assuntos, além da aquisição de anais de eventos em vários lugares do mundo), **boletim referencial que dissemina o sumário das publicações** (especialmente com a popularização das tecnologias digitais este produto se estabelece como de fácil construção a partir de critérios como divisão por assuntos quando há muitos títulos de publicação, escaneamento dos sumários com qualidade, criação de cadastro via e-mail a fim de avisar os usuários sobre o sumário de interesse, elaboração de campanhas periódicas junto aos usuários fomentando procedimentos de operação do sumário, agregar o maior número possível de usuários e manter os sumários de forma continuada favorecendo a preservação da memória do acervo), **bancos de dados referencial** (visam ao armazenamento do conhecimento produzido no centro de informação, facilitando o trabalho dos

profissionais da informação e do acesso dos usuários), banco de dados de acompanhamento de normas técnicas (manter a atualização de diversas normas técnicas de cunho nacional e interacional em consonância com o interesse dos usuários);

- d) **produtos de informação noticiosa** – se constituem em boletins e bancos de dados que atuam com o cotidiano dos usuários e dos profissionais de informação (o que está acontecendo ou pode acontecer em curto espaço de tempo) sendo muito requisitado. Os boletins são divididos em boletim **noticioso voltado para aspectos tecnológicos** (focalizam o que está acontecendo de relevante em termos de processos, equipamentos e tecnologias de interesses da organização/centro de informação), **boletim noticioso conjuntural** (sua aplicação e periodicidade dependem do tipo de centro de informação sendo o boletim mais conhecido o diário que traz os acontecimentos do dia a dia e suas tendências), **boletim noticioso mensal** (é mais fácil de construir e comumente já se tem uma prévia de como deve ser construído e como deve ser acessível aos usuários). Os bancos de dados são divididos em banco de dado noticioso (sistema de planilhas que deve ser permanentemente atualizado valorizando informações relevantes e que às vezes são ocultadas por falta de um armazenamento mais planejado);
- e) **produtos de informação analítica** – é o produto mais difícil de ser construído por exigir profissionais

especializados e qualificados, bem como exigir um relacionamento muito próximo entre profissionais e usuários, mas apresenta como benefícios a previsão de acontecimentos e antecipação de ações;

- f) **produtos de informação estatística** – normalmente é constituído por bancos de dados visando à reunião de dados em um mesmo ambiente facilitando o acesso enquanto os boletins são apenas instrumentos de auxílio para facilitar a localização dos dados.

O centro de informação (e de forma mais ampla e organização em que está inserido) como desenvolvedor de produtos atesta uma forma de materializar a produção da informação e subsidiar perspectivas de aplicação à realidade dos profissionais da informação e da comunidade de usuários. Um centro de informação reside na competência de atuar dinamicamente a partir das interações entre produtores do conhecimento (sujeito/autor), sujeito/mediador, sujeito/usuário e sujeitos não-humanos. Hjørland (2003, p. 88) avança na concepção semântica da informação em ambientes de informação quando destaca que:

Cada um desses atores possui certos pré-entendimentos, visões, conceitos e linguagens construídas durante a sua socialização na sociedade. O sucesso da interação (entre produtores de conhecimento, intermediários e os sistemas de registro bibliográfico) depende desses pré-entendimentos, conceitos e linguagens.

A informação nos ambientes de informação está assentada em um conjunto de pragmatismos que tem em sua

vertente principiológica a interação entre os sujeitos/atores e as forças cognitivas, linguísticas e conceituais que determinam como as interações podem ser desenvolvidas. A informação em ambientes de informação é social porque não é construída isoladamente, mas se dá em uma conjunção de fatores humanos e não-humanos, além do que, após apropriada pelo(s) sujeito(s), possibilita produção de novos conhecimentos e a geração de novos processos de comunicacionais.

A construção social da informação em ambientes de informação se dá por um conjunto de fatores impregnada dos seguintes aparatos pragmáticos que revelam o significado processual e interacionista da informação em ambientes de informação. Podemos dividir em dois: pragmatismo estratégico e pragmatismo paradigmático.

Quanto ao pragmatismo estratégico estão subdivididos da seguinte forma:

- a) pragmatismo social – é o grande pragmatismo de qualquer centro de informação que apresenta a dimensão social da informação como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois gera novos estados de conhecimento. (ARAÚJO, 2001). O pragmatismo social dos ambientes de informação envolve associativamente concepções sociais e cognitivistas da informação quando atenta para o potencial de transformação social concomitantemente à percepção de que a informação é processo de

interação social. O pragmatismo social, por sua vez, se desdobra nos outros pragmatismos que seguem;

- b) pragmatismo artístico – apresenta duas vertentes gerais: a estética e a comunicativa. A primeira indica a beleza e atratividade dos produtos e materiais, além das formas de sinalização interna e externa atentando para os impactos que os fenômenos estéticos produzem na comunidade em que os ambientes de informação estão inseridos. O ideal é que a própria comunidade participe ativamente da fundamentação estética do centro de informação como forma de caracterizar uma construção coletiva concretizando a percepção de Hjørland (2003) de pré-entendimentos entre usuários e produtores de conhecimento. A segunda manifesta a pragmática artística nos ambientes de informação por meio da música, dança, pintura, escultura etc., ou seja, a capacidade que os ambientes de informação têm de estimular as veias artísticas da comunidade de forma direta (promovendo serviços de informação pedagógicos) ou indireta (disponibilizando bibliografias para fomento aos usuários da atividade artística). Em ambos os casos, temos um centro de informação preocupado com as emoções, ideias e sensibilidades da comunidade de usuários;
- c) pragmatismo gerencial – este é um pragmatismo duplo na medida que, por um lado, exerce papel de controle do conhecimento subsidiando planejamentos, análises e tomadas de decisão, assim

como estabelece atividades gerenciais de informação definidas como um “[...] conjunto de conceitos, princípios, métodos e técnicas utilizados na prática administrativa e colocadas em execução pela liderança de um serviço de informação para atingir a missão e os objetivos fixados.” (DIAS; BELLUZZO, 2003, p. 65). O centro de informação necessita do pragmatismo gerencial, do contrário, a informação não flui em caráter formal (serviços propostos) e informal (interações imprevisíveis, aleatórias ou intencionais entre sujeitos da informação e o centro de informação);

- d) pragmatismo tecnológico – imanente às estratégias do centro de informação em lidar com o físico e o digital/virtual e, principalmente, como alcançar uma gama mais efetiva de usuários em múltiplos espaços virtuais. Embora seja amplamente propagada a nova era do mundo digital, é preciso observar que a maioria das pessoas ainda não possui acesso à internet, especialmente em países considerados subdesenvolvidos e muitos que possuem ainda não focalizam ambientes de informação como espaços de acesso, busca, circulação e recuperação da informação. Isso significa que o pragmatismo tecnológico no centro de informação não deve tratar simplesmente de uso dos suportes informacionais em nível digital, mas em redimensionar a mentalidade da(s) comunidade(s) de usuário(s) no que tange ao acesso virtual da informação. De nada adianta um

centro de informação estruturado por vias digitais se as estratégias de marketing, estudos de usuários da informação não são desenvolvidas de modo conjugado. É preciso aliar a disponibilização dos suportes com a capacidade estratégica de uso desses suportes considerando que o pragmatismo tecnológico também é um pragmatismo social porque traz à tona que toda tecnologia só é eficiente e eficaz se amplamente utilizada e apropriada pelos usuários com vistas a satisfação coletiva;

- e) pragmatismo preservacionista – pode ser considerado o mais técnico, mas ao mesmo tempo o mais preocupado com a historicidade material dos ambientes de informação. Está, por um lado, preocupado com a consistência histórica do documento e tecnologias impressas e, por outro lado, preocupado com os processos de preservação digital para dinamizar o pragmatismo gerencial (dinamização dos serviços de informação) e pragmatismo tecnológico (ampliação do uso dos suportes e acesso à informação em múltiplos espaços virtuais). Vale ressaltar que o conceito de preservação sempre foi uma tônica das sociedades e dos ambientes de informação desde sua mais tenra idade, mas com o desenvolvimento das tecnologias digitais, o conceito de preservação conquistou novas funções e contextos, tanto pela especialidade de tratamento dos materiais, quanto pelo alcance humano da preservação. A preservação digital em ambientes de informação “[...]”

enquanto um conjunto de atividades voltadas para garantir acesso aos conteúdos digitais por longo prazo é, ao mesmo tempo, um desafio técnico e organizacional que se desenrola permanentemente no tempo e espaço” (SAYÃO, 2010b, p.7). Entre a diversidade de documentos e conteúdos digitais necessários para preservação temos materiais bibliográficos como livros (incluindo e-books), periódicos, índices/bibliografias, obras de referência som, textos codificados, imagens, etc. nas bibliotecas (CUNHA, 2008), documentos arquivísticos convencionais e digitais no caso dos arquivos e artefatos (fotografias, pinturas, desenhos, esculturas, selos, moedas, etc.).

O pragmatismo estratégico mostra como os ambientes de informação atuam (ou podem atuar) em torno da organização humana, técnica e promoção de serviços em diversos espaços e suportes. No entanto, o pragmatismo paradigmático delibera o caráter modelar de atuação do centro de informação interferindo em suas formas estratégicas de atuação. Este pragmatismo é uma espécie de *modus operandi* dos ambientes de informação (como atuam).

O pragmatismo paradigmático está subdividido em:

- a) pragmatismo sistêmico – é possivelmente o pragmatismo mais aplicado em ambientes de informação consubstanciando um “[...] conjunto de elementos de interação” (BERTALANFFY, 2009, p.63). O pragmatismo sistêmico focaliza um conjunto de ambientes de informação da mesma espécie, em

localidades relativamente próximas e com potencialidade de interação como, por exemplo, sistema de bibliotecas escolares públicas estaduais ou municipais, sistema de bibliotecas universitárias de uma Universidade pública Federal, Estadual ou Privada, sistema de bibliotecas públicas estaduais ou ainda sistema estadual de arquivos e museus. Nos três casos, a proposta é pensar uma diretoria institucional do sistema que dialogue com subsistemas em prol do desenvolvimento coletivo de ações não necessariamente padrões, mas que partam de um planejamento sistematizado e associado entre os centros que compõem o sistema de uma forma geral. As vantagens do pragmatismo sistêmico são que um ambiente de informação pode auxiliar o outro em caso de necessidade formando uma espécie de ambiente de cooperação. A desvantagem é que se o sistema for muito distante em caráter físico e disponibilizar poucos suportes digitais de atuação, pode ter a sua interação comprometida;

- b) pragmatismo funcional – está associado à função dos ambientes de informação na sociedade contemplando princípios e finalidades de atuação, assim como se sustenta na percepção do utilitarismo informacional, ou seja, como um sujeito/usuário se satisfaz através de determinado serviço/atividade do centro de informação. O pragmatismo funcional apoia o pragmatismo sistêmico quando promove o ideário de que as ações dos ambientes de informação devem

empreender ações de informação, de acordo com necessidades específicas de cada comunidade envolvida com os ambientes de informação. O pragmatismo funcional em ambientes de informação pode ser sistemático (quando planejado a partir da funcionalidade coletiva da instituição) ou isolado (quando um subsistema do centro de informação lida com necessidades específicas e precisa atuar naquela situação para resolver problemas de informação);

- c) pragmatismo estrutural – é referente à estrutura interior de um sistema (BENVENISTE, 1991) que leva em conta a estrutura humana, física, financeira, tecnológica, infraestrutural, serviços, entre outras, como essas estruturas interagem e quais as contribuições das estruturas atuando de forma integrada para o desenvolvimento do centro de informação. O pragmatismo estrutural observa a informação como uma estrutura condensada nas práticas do centro de informação, sendo que uma deficiência em alguma estrutura no centro de informação pode afetar todas as outras. Por exemplo, se há uma deficiência na estrutura tecnológica digital, os serviços de informação em rede provavelmente serão afetados em torno de sua qualidade, comprometendo o trabalho dos profissionais e promovendo possíveis insatisfações aos sujeitos/usuários. Por outro lado, o pragmatismo estrutural pode servir como fenômeno de apoio quando um subsistema apresenta problemas outro

subsistema pode oferecer apoio e ajudar na resolução de problemas informacionais contextualizando que a noção de estrutura em ambientes de informação pressupõe a interligação institucional entre ambientes de informação. Outra característica do pragmatismo estrutural é que constrói modelos de ambientes de informação baseados na realidade empírica em que estão situados;

- d) pragmatismo holístico – é o grande desafio dos ambientes de informação, pois trata da ideia de universalizar o acesso à informação a partir da disponibilidade dos ambientes de informação em rede mundial. O pragmatismo holístico tem duas vertentes principais: a primeira prevê como o centro de informação se qualifica para promover acesso à informação em rede mundial por meio de seus serviços e práticas organizacionais, sociais e preservacionistas; o segundo é como os ambientes de informação devem estruturar seus serviços para prover os usuários informacionalmente. Isso significa que o pragmatismo holístico tem uma preocupação dupla e simultânea: promover acesso à informação e como promover este acesso. Assim, o pragmatismo holístico é sistêmico quando pensa a qualificação do centro de informação para prover informação em nível global; é funcional quando pensa a ligação das partes como um todo provedor de informação em nível físico e digital; é estrutural quando pensa de forma interiorizada a ação integrada de todos os

componentes humanos, infraestruturais, gerenciais e tecnológicos de um centro de informação.

O pragmatismo paradigmático se constitui numa espécie de conduta do ambiente de informação, ou seja, como deve se posicionar diante da realidade global ou local em que se apresenta? Outra questão é que o pragmatismo paradigmático se insere num conjunto de crenças, tradições e ações amplamente compartilhadas por pesquisadores e profissionais da informação no que tange as formas de conduta de um ambiente de informação. A divisão em quatro pragmatismos paradigmáticos postula a fundamentação contextualista de um ambiente de informação, ou seja, como deve se posicionar diante de uma realidade social dinâmica e permanentemente mutável.

No que tange à segunda reflexão, os pragmatismos estratégico e paradigmático é que promovem o significado informacional em ambientes de informação, mas cada centro possui suas particularidades informacionais que merecem destaque nesta reflexão em bibliotecas, arquivos e museus.

O significado de informação em biblioteca se redimensionou de forma expressiva nas últimas décadas pela capacidade deste centro de informação se estabelecer em nível digital/virtual de forma parcial ou total considerando que “[...] o objetivo maior da biblioteca digital é consistente com aquele da biblioteca convencional, isto é, organizar, distribuir e preservar os recursos informacionais” (CHOI; RASMUSSEN, 2006, p. 1).

A multiplicidade de sujeitos não-humanos (objetos

informativos) em nível digital amplia significados fundamentais de informação em ambientes de informação: o acesso em nível planetário. Contudo, este acesso deve primar pelas concepções de pluralidade e diversidade de objetos informativos. Shermann (2007, p.67) delibera juízo crítico sobre possibilidades de acesso à informação:

[...] os livros são justamente a ponta do *iceberg*. Numerosos artigos acadêmicos, periódicos e outros documentos importantes estão virtualmente inacessíveis para alguém que esteja desejando copiá-los de forma gratuita. Ao contrário, o acesso é restrito por meio de assinaturas caras, as quais são tipicamente pagas por bibliotecas. Visitar pessoalmente a biblioteca ou conectar-se a ela é o único caminho permitido para acessar os necessários recursos arquivados.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que as concepções de “acesso” e “uso” precisam ser mais bem elucidadas. Em primeira instância, o conceito de acesso tem sentido universal, haja vista que está ligado a amplíssima maioria das áreas do conhecimento (universal como significado de plural e não de único). A área da Saúde, por exemplo, é uma das grandes inspiradoras dos conceitos de acesso e uso quando entende que “[...] a informação é essencial para a compreensão de cada uma das dimensões do acesso” (SANCHEZ; CICONELLI, 2012, p. 263) e o acesso e seus processos de equidade estão relacionados à disponibilidade de serviços (ANDERSEN, 1995).

O exemplo da área da Saúde é pertinente para mostrar, em segunda instância, que um sujeito/usuário não

possui acesso direto à informação em bibliotecas, mas possui perspectivas de acesso aos serviços de informação, sendo a partir do acesso concretizado (uso do serviço), passível de potencializar atividades de apreensão, compreensão e apropriação da informação.

Assim, a densidade semântica da informação em biblioteca contemplada pelo acesso depende, sobretudo, das fontes de informação (incluindo suas formas de representação documentária), da proposição de serviços e de sua adequação às necessidades dos sujeitos/usuários comprovando que a informação em biblioteca só é efetivamente concretizada quando da apropriação do sujeito/usuário.

Evidentemente que se o acesso às fontes de informação é restrito não significa dizer que os usuários não podem produzir informação, mas certamente inibem a capacidade de produção da informação. O acesso às fontes de informação não somente pode fomentar a produção e uso da informação como pode facilitar a solução de problemas informacionais.

Mas há algumas questões que inibem o destaque da biblioteca como centro de acesso às fontes de informação: dificuldades de acesso às fontes de informação em nível físico e/ou digital pelos usuários; falta de conhecimento do sujeito/usuário acerca das fontes de informação contempladas na biblioteca; dificuldades financeiras, estruturais e humanas da biblioteca demonstrar seu esplendor de ação referente à dinamização das fontes de informação; a referência dos usuários de que toda e qualquer

fonte de informação pode ser recuperada na internet.

Neste último ponto, há um forte conflito entre o desenvolvimento das bibliotecas e o desenvolvimento da internet sendo comum a percepção de que o acesso à internet inibe ou relega a um plano inferior o acesso às bibliotecas. Em parte, este discurso carece de veracidade, em particular, no que é relacionado ao senso comum. No entanto, se visto de ponto mais amplo, acreditamos que o desenvolvimento da internet não necessariamente diminui o acesso à informação pelas bibliotecas, mas ambos os espaços podem ser concebidos de forma associativa. Esta associação se dá pela pluralidade de suportes em que se desenvolve no que tange à composição das bibliotecas digitais e do uso de suportes digitais das bibliotecas tradicionais que precisam da internet para se estabelecer enquanto sistema ativo de informação.

Em verdade é necessário repensar a afirmação de que na internet existe toda a informação do planeta, principalmente nos sites de busca como o google e considerar que as bibliotecas contemplam dados (informações em potencial) não contidas na internet, como acesso a bases de dados especializadas, incluindo revistas de restrito acesso e de exponencial relevância informacional em diversas áreas como educação, saúde, política, cultura, cotidiano, etc., visto que “[...] nem tudo está disponível na internet; o impressionante volume de informação **em potencial** ali armazenado pode causar a falsa impressão de que tudo está disponível em linha” (CUNHA, 2008, p.11, **grifo nosso**).

É preciso considerar que a informação está em todo

lugar, seja em caráter material (uso de documentos, artefatos, tecnologias digitais), seja em caráter biótico (DNA), seja ainda em caráter humano (na mente dos sujeitos), mas a biblioteca é um dos espaços mais densos em termos de acesso às fontes e serviços de informação pela sua permanente acuidade organizacional, representacional e mediacional.

Em suma, é salutar que o significado de informação em biblioteca não pode estar atrelado apenas ao acesso e uso das fontes de informação, embora reconheçamos sua relevância para existência da biblioteca como *status* concreto no uso de objetos informacionais para apreensão e apropriação da informação e como princípio basilar que justifica a frequência de usuários em bibliotecas. Podemos inclusive considerar que as fontes de informação nas bibliotecas se constituem como significado tradicional da informação, pois o meio mais convencional para produzir informação a partir do acesso à biblioteca é no uso das fontes gerais e especializadas de informação.

É através dos serviços de informação (referência, alerta, informação utilitária etc.) que as fontes de informação são mediadas/disseminadas pelas bibliotecas e a informação (aquela apropriada pelo usuário) pode circular de forma mais dinamizada. Em particular, destacamos um tipo de serviço que leva a fundo a semântica informacional na biblioteca: serviço de informação utilitária.

Porém, optamos pelo uso do termo serviço de informação cotidiana considerando que o termo “informação utilitária” designa: serviço facilmente descartável, conforme a

conveniência da biblioteca e/ou do usuário; muitas vezes não se sabe a causa dos problemas informacionais pela falta de um diálogo mais profundo sobre o cotidiano histórico do sujeito/usuário; a informação é destacada como significado superficial que inibe a construção de conhecimentos mais amplos; a informação só é considerada eficiente e eficaz no desiderato dos resultados desconsiderando todo o processo de construção; demanda um serviço mais intencional do que contextual e mais individual do que coletivo; impossibilita que outros sujeitos/usuários possam se apropriar e construir informações.

Já quando a biblioteca pensa no termo “serviço de informação cotidiana”, observa que a informação não é vislumbrada do ponto de vista cognitivista (a biblioteca determina o que é melhor em termos de serviços informacionais), mas social (a biblioteca conclama a participação dos usuários para elaboração/execução do serviço aceitando sugestões/contribuições diretas ou indiretas dos usuários) aferindo a formação dos serviços com base nos contextos históricos do cotidiano dos sujeitos/usuários. A concepção fundante do termo “informação cotidiana” está vislumbrada no argumento de Lefebvre (1991, p.35) quando afirma que:

Tratando-se de cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial [...] o conceito torna-se o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano

no global.

É preciso considerar que o cotidiano dos sujeitos da informação possui declarada amplitude histórico-social. O cotidiano dos sujeitos não é relativo apenas ao hoje ou ontem, mas possui contextualizações, conforme necessidades e desejos específicos. Este cotidiano é o que faz a biblioteca reconhecer o significado de necessidade de informação do sujeito/usuário e a busca de formas para satisfazer essas necessidades. Sem a busca pelo cotidiano, o serviço de informação dificilmente se dará de forma dialogada e construtiva, mas de forma arbitrária e predeterminada.

Assim, o serviço de informação cotidiana tem em sua essência a construção das perspectivas dos sujeitos/usuários e suas dimensões de contextualização social que vão para além da simples ideia de utilidade, pois o serviço de informação cotidiana não está implícito apenas nos resultados, mas também nos processos logrando o desiderato de construção coletiva da informação representado na seguinte expressão: produtores de conhecimento – biblioteca (espaço de reunião de conteúdos produtivos do conhecimento) – profissionais especializados (sujeitos/mediadores) – sujeitos/usuários.

No entanto, essa expressão não pode ser pensada de forma linear, pois a informação cotidiana na biblioteca depende muito de aspectos como o contexto histórico dos sujeitos envolvidos, o momento psíquico dos sujeitos pressupondo que a informação cotidiana não necessariamente parte da biblioteca, mas sim de um conjunto de forças interacionais entre sujeitos/usuários e

sujeitos/mediadores através das estratégias informacionais que desenvolvem na biblioteca. Heller (1992, p.17) explicita a força do cotidiano na vida dos sujeitos e o aguçamento de maneiras de convivência:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

O serviço de informação cotidiana afere que além da informação ser construída, levanta a questão de que a biblioteca (e seus sujeitos/autores/mediadores) tem a responsabilidade de reconhecer e atuar em torno dos valores cotidianos dos sujeitos/usuários como capacidade intelectual, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. Este é um papel que as fontes de informação organizadas na biblioteca por si só não têm a capacidade de fazer, já que o cotidiano dos sujeitos da informação é movido pelo caráter humano das ações que demanda um olhar mais cauto acerca de estratégias como estudo de usuários, mediação da informação, disseminação seletiva da informação, entre outras práticas que alcancem o cotidiano dos sujeitos/usuários e despertem o olhar de que a informação proposta pela biblioteca é concebida a partir do cotidiano dos sujeitos/usuários (cotidiano profissional, ideológico, emocional, pessoal, etc.).

O serviço de informação cotidiana tem atributo dialético primando pela formação humana de serviços

compreendida na expressão: cotidiano (da biblioteca e dos sujeitos/usuários) – interação/forças entre sujeitos – satisfação informacional (que favorece o crescimento da biblioteca e do sujeito/usuário).

Outrossim, o cotidiano informacional da biblioteca e dos sujeitos/usuário não pode ser visualizado como fenômeno abstrato e isolado do mundo real. Aliás, o cotidiano informacional trata da própria vivência do mundo real, sendo neste aspecto vivencial cotidianista que a biblioteca deve se inspirar a fim de que a informação a ser construída seja impregnada do contexto real dos sujeitos/usuários.

Lefebvre (1991) insere três categorias “família, trabalho e lazer” que nos ajudam a refletir sobre o cotidiano informacional atinente à biblioteca. Podemos ainda, além das categorias propostas, acrescentar mais uma categoria que reflete a formação da informação cotidiana: a individualidade dos sujeitos/usuários. Esta categoria reflete um complemento inexorável das três anteriores, já que em termos pragmáticos, a satisfação individual da informação é um dos primados basilares de busca e apropriação da informação pelos sujeitos/usuários.

As categorias suprarreferidas atestam seguintes atividades da informação cotidiana nas bibliotecas reiterando que é fundamental o uso do espaço físico da biblioteca interno e externo (murais, por exemplo) e virtual (redes sociais, blogs, sites, canais no youtube, aplicativos, etc.) para consagração da informação cotidiana nas bibliotecas:

- a) família – disponibilidade de fontes gerais e especializadas de informação sobre família; elaboração de eventos (palestras, seminários, etc.) acerca do valor da família, perspectivas de convivência na familiar, preservação de saúde da família, educação (formal e informal) no ambiente familiar; elaboração de campanhas e projetos em prol do fortalecimento “convivencial” da família; disponibilidade de dados em redes sociais, blogs, sites e outros instrumentos virtuais acerca do direito da família e do papel de cada componente da família valorizando o caráter individual e respeito coletivo familiar;
- b) trabalho – promoção de palestras, seminários e qualificação de profissionais nos mais diversos níveis ou no estilo de público que a biblioteca contempla; disseminação seletiva de informações sobre estágios, empregos; estímulo à didática profissional como estratégias para elaboração de currículos, como se comportar em entrevistas de emprego, dicas para concursos públicos, etc.;
- c) lazer – dicas de passeios culturais, esportivos, programações de entretenimento em nível local e nacional, programação de cinema, teatro, shows de artistas (musicais e humorísticos, por exemplo); estímulo aos espaços de diálogo e convivência em que a biblioteca está inserida, favorecendo a percepção de que a biblioteca é um espaço que está preocupado com a socialização dos sujeitos na instituição que faz parte. Por exemplo, em uma biblioteca universitária, é

pertinente que a biblioteca estimule espaços de socialização dos sujeitos/usuários dentro e fora da Faculdade/Universidade. O lazer, talvez seja uma das oportunidades mais concretas da biblioteca mostrar que faz parte do cotidiano informacional dos usuários, já que se constitui como permanente eixo de busca da informação;

- d) individualização – a constituição do sujeito ocorre a partir da individualização que é entendida como a conjunção de relações heterogêneas entre sujeitos e entre sujeito e meio com vistas ao reconhecimento das necessidades e satisfação dos sujeitos. Podemos dizer que a individualização é uma condensação dos três primeiros aspectos porque reflete a construção de procedimentos interacionais para produção da informação. A individualização envolve uma relação que deve ser apreendida como relação no ser, relação do ser, maneira de ser e não como simples relação entre dois termos que poderíamos conhecer de modo adequado mediante conceitos, porque teriam uma existência efetivamente separada. (SIMONDON, 2005, p. 32). A individualização não considera o sujeito em sua individualidade, mas como “[...] ponto singular de uma infinidade aberta de relações” (SIMONDON, 2005, p. 32). De outro modo, a individualização confere a dinâmica das formas como os sujeitos interagem entre si (e com o meio) e como preconizam de forma heterogênea seu cotidianismo familiar, trabalho e lazer. O cotidianismo da individualização não vê o sujeito como fenômeno

isolado, mas como um percurso intercambiável e imanente da relação entre sujeito-individual e sujeito-coletivo (o sujeito com necessidades de informação específicas e a relação entre sujeitos com necessidades diferentes e/ou semelhantes e como fazem para satisfazê-las). Por exemplo, a satisfação da necessidade informacional da família atenta para como e com que membros da família a biblioteca interage construindo meios para que os sujeitos exerçam um estímulo individuacional através do poder de diálogo, reconhecimento das necessidades de cada membro e respeito às diferenças da família) para que ocorra contribuições relevantes para o cotidiano informacional da família. Já no cotidiano do trabalho, a biblioteca deve estimular perspectivas individuacionais de como o trabalhador pode se relacionar com outros trabalhadores e como se relacionar com a instituição que atua ou pretende atuar. No cotidiano do lazer, a biblioteca pode exercer uma individuação mostrando possibilidades diversas de diversão e entretenimento contemplando tanto o sujeito, em caráter isolado, quanto um conjunto de sujeitos em associação. A individuação seria, portanto, a capacidade da biblioteca aflorar questões do cotidiano (família, trabalho, lazer e outras questões) permitindo aproximação junto à comunidade e estimulando a percepção dos sujeitos sobre questões do dia a dia. A ideia de individuação é um dos grandes desafios da biblioteca a fim de concretizar a perspectiva da informação cotidiana e evitar que a

biblioteca seja um centro acessível apenas a minoria da população.

Observamos que a informação em biblioteca pode ser levada à plenitude social quando pensada a partir dos fundamentos cotidianos que cercam a realidade dos sujeitos/usuários. Seria uma forma da biblioteca fazer parte do dia a dia da comunidade de usuários e desmistificar a ideia de que a informação em biblioteca é eminentemente restritiva ou burocrática de ser apropriada.

Já o significado de informação em arquivo, assim como na biblioteca possui visão sistêmica, mas com a diferença de que no arquivo o sistema é semifechado, ou seja, não tem como pretensão primordial a informação sustentada no cotidiano dos sujeitos/usuários, mas a preservação da informação entre gerações e o fortalecimento institucional da memória documental arquivística de determinados sujeitos, grupos e instituições/organizações.¹⁷ Contudo, não quer dizer que o arquivo por ser sistema semifechado não esteja preocupado com o acesso à informação, mas apenas planeja o acesso com mais acuidade no que concerne aos tratos com os documentos pelos profissionais (sujeitos/mediadores) e os manuseios pelos

¹⁷ Evidentemente que há bibliotecas como o intuito de preservar a informação entre gerações mais do que socializar, assim como existe arquivo com o intuito de não somente preservar, mas também socializar, mas aqui nos referimos a um eixo central de cada centro de informação, sendo a biblioteca reconhecidamente um sistema aberto e arquivos/museus sistemas semifechados, dado a declarada concepção de preservação histórica da informação destes dois últimos ambientes de informação.

sujeitos/usuários.

O significado de informação em arquivo é refletido a partir das próprias mudanças no fazer científico da arquivística atrelado, por um lado, aos contextos históricos, funcionais e estruturais dos registros arquivísticos e, por outro lado, aos processos de proveniência, ordem original, registro (considerando a tríade estrutura-conteúdo-contexto), descrição, avaliação e preservação que promovem um redimensionamento da concepção organizadora e preservacionista dos registros. Ressaltamos ainda que este desenvolvimento está diretamente relacionado ao lato desenvolvimento das tecnologias digitais que abre espaços para se pensar várias mudanças de pensamento, estudo e práticas profissionais no arquivo constituindo a informação não como algo simplesmente preservado, mas permanentemente construído e socializado.

Cook (2012, p. 26) afirma que todas essas mudanças tiram o foco teórico (e prático) da ciência arquivística do registro e coloca o foco no ato criativo ou intenção de autoria ou processo ou funcionalidade por trás do registro. Neste novo mundo, portanto, o trabalho intelectual essencial da ciência arquivística deve se concentrar mais em iluminar os contextos funcionais e estruturais de registros, e sua evolução ao longo do tempo, e a construção de sistemas de conhecimento capazes de capturar, recuperar, exibir e compartilhar esta informação conceitual-proveniência como a base de todo o processo de decisão arquivístico, não mais focado no desenho de sistema e avaliação do que é aparente, mas focado na programação pública e atividades de extensão

que estão por trás.

A informação em arquivo não é contemplada apenas a partir de um viés preservacionista, mas se sobressai diante de uma atividade eminentemente intelectual, pois esta informação é produzida a partir de processos diversos que envolvem a organização dos documentos, criação e uso adequado de softwares de recuperação de documentos, especialização humana no trato com os documentos e suas formas de mediação que auxiliam nos processos decisórios individuais e organizacionais.

A informação em arquivo é um processo múltiplo de prática técnica e social. Silva (1999a, p. 214) afirma que “[...] o arquivo emerge, sistêmico, do fenômeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria ação humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional.”

Podemos afirmar que a informação em arquivo é sistêmica quando emerge a partir da realidade humana e/ou institucional que produz informação no âmbito do cotidiano (o arquivo provém de um conjunto de informações produzidas na realidade objetiva); é fenomênica quando produz efeitos de anseios, desejos e necessidades de busca pelos sujeitos/usuários e organização/representação para facilitar a vida de sujeitos e de organizações de forma mais ampla; é processual quando passa por ciclos documentais de organização, circulação, mediação, disseminação e apropriação envolvendo os diversos sujeitos que participam direta ou indiretamente na produção dos documentos arquivísticos.

Os significados da informação em arquivo podem ser contemplados a partir do conceito de informação orgânica. O conceito de informação orgânica é considerado de estudo recente no campo acadêmico e na prática profissional arquivística e tem seu pioneirismo consagrado nos estudos canadenses e estadunidenses. Moreno (2007, p. 9) afirma que “[...] a noção de informação arquivística ou informação orgânica é recente na literatura da área e ainda precisa de aprofundamento teórico.”

Precisamente o caráter de inovação na pesquisa, prática profissional e relevância organizacional fomenta delimitações conceituais de informação orgânica. Carvalho e Longo (2002, p.115) definem que “[...] a informação orgânica é um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos e foi produzido no cumprimento das atividades e funções das organizações.” Diante deste conceito é possível admitir que:

- a) toda informação orgânica é informação social quando se desenvolve no âmbito da concepção coletiva e institucional da organização, assim como se estabelece a partir de um conjunto específico de conteúdos (dados/documentos);
- b) a informação orgânica comumente tem um fim específico implicando dizer que é produzida pautada em cumprir finalidades e objetivos delimitados a partir de necessidades da organização em que está inserida;
- c) a informação orgânica é produzida a partir dos documentos arquivísticos, caracterizando uma

materialidade da informação no âmbito documental tendo como objetivo promover sentido ao funcionamento gerencial da organização e preservar a potencialidade informacional nas organizações no contexto histórico;

- d) a informação orgânica é funcional na medida que é estipulada para resolver determinado problema organizacional e estrutural quando auxilia conjuntamente na resolução de vários problemas organizacionais em caráter simultâneo ou não.

O fruto da materialidade da informação orgânica é contemplado em documentos como diretivas, relatórios, planejamentos, programas, normas, procedimentos, orçamentos, balanços financeiros, atas, contratos, processos de clientes, processos de contratação de pessoal, etc. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65). Para compreensão mais efetiva da informação orgânica, podemos perceber segundo Gama e Ferneda (2010, p.149) que:

A informação orgânica é produzida por entidades, ou seja, indivíduos e instituições no exercício de funções e atividades por meio do registro em documentos de arquivo. Os registros são gerados, portanto, durante uma sequência de trâmites administrativos que compõem as transações das atividades que, por sua vez, permitem a execução de funções administrativas. Esse processo é denominado fluxo documental.

A informação orgânica não é pronta e acabada e não pode ser generalizável, isto é, deve ser pensada para resolver

problemas de informação específicos e cada problema merece um olhar particularizado pelos profissionais e usuários (sujeitos/autores ou mediadores e sujeitos/usuários) envolvidos. Isso significa que os documentos listados se adequam à produção da informação orgânica de acordo com três fatores: fator de cunho humano que envolve a capacidade dos sujeitos em interpretar, compreender e se apropriar conteudisticamente dos documentos disponíveis; fator de cunho técnico que expressa a quantidade documental disponível e a consistência de organização e representação que apresentam a fim de promover recuperação eficaz e estimular uma produção informacional orgânica mais célere e objetiva; e fator de cunho estratégico que está ligado às maneiras como os sujeitos envolvidos na produção da informação orgânica conseguem resolver os problemas definidos na atividade organizacional.

O significado de informação orgânica está intrinsecamente ligado à percepção de documento no sentido de que através deste a construção da informação se viabiliza. A informação orgânica está expressa no próprio conceito de arquivo definido como “[...] um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família” (RODRIGUES, 2006, p.105).

A informação orgânica é resultado do tratamento eficiente e eficaz dos documentos arquivísticos e da capacidade cognitiva, humana e social dos sujeitos em produzir informação a partir do apropriado nos documentos.

Contudo, não estamos simplesmente falando do documento isolado, mas de um conjunto de documentos arquivísticos que significam segundo Camargo e Bellotto (1996, p.38) na obra Dicionário de Terminologia Arquivística “[...] documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial”. Estes documentos devem ser sistematicamente organizados, gerenciados com finalidades definidas de preservação e promoção de acesso à informação. Para o êxito da informação orgânica é fundamental o desenvolvimento sistematizado e eficaz da gestão documental entendida como um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Observamos um termo muito relevante e com múltiplas significações quando falamos em arquivo, documento, gestão documental e informação orgânica ou informação arquivística: conjunto. Este termo designa que toda informação orgânica só pode ser concebida se pensada de forma associada, planejada e construída coletivamente. O conjunto designa que a instituição arquivo só se desenvolve no âmbito de um conjunto de documentos; o termo conjunto mostra que o documento só tem sentido de vinculado às perspectivas de sujeitos ou organizações; o conjunto na gestão de documentos enfatiza que é preciso uma variedade (cojuntiva) de sujeitos, documentos e tecnologias para organização do arquivo; e o conjunto mostra que a informação orgânica é resultado dos processos de organização/representação, mediação, disseminação e

apropriação dos documentos gerenciados.

A gestão de documentos é a atividade que melhor representa a noção de conjunto por perpassar todas as etapas e necessidades da construção da informação orgânica. Sem uma gestão documental dinâmica e estruturadas em termos de profissionais especializados e tecnologias disponíveis, provavelmente a informação orgânica será ineficiente e ineficaz atrapalhando o desenvolvimento gerencial da organização como um todo.

Com uma informação gerencial deficitária ou mal apropriada a organização provavelmente apresentará sérios problemas de comunicação e resolução de problemas inerentes ao cotidiano da organização, tanto para os funcionários, quanto para os usuários. Em outras palavras, a dificuldade em produzir informação orgânica interfere negativamente nos processos de tomada de decisão. Lousada e Valentim (2011, p.156-157) ressaltam que:

A informação orgânica é um dos elementos que subsidia o processo decisório. É um recurso informacional acessível somente pela própria organização, fato que a torna um recurso informacional estratégico, principalmente após análises diferenciadas em que é possível agregar valor à informação original, transformando-a em um insumo informacional diferenciado. Este tipo de informação se constitui em um dos fatores responsáveis pela sobrevivência das organizações, visto que desempenha papel relevante no processo decisório, propiciando ao gestor conhecimento sobre os pontos fortes e fracos da organização e, conseqüentemente, proporciona mais segurança no momento da

decisão em relação aos riscos e incertezas, influenciando diretamente o desempenho da organização.

A informação orgânica subsidia o processo decisório porque está presente em todos os níveis da organização: primeiramente em nível contábil em que os documentos como atas, relatórios, balanços financeiros, documentos de contratação/demissão de pessoal, etc. são produzidos através do diálogo entre o conjunto de sujeitos atuantes na organização (é uma produção informacional que precisa ser preservada para fins futuros); segundo em nível técnico onde os documentos precisam ser tratados (fluxo documental), visando a disponibilidade para todos os sujeitos que dele necessitem e/ou que possam ter acesso, conforme às normas organizacionais; terceiro em nível estratégico quando os documentos disponíveis auxiliam na resolução de problemas e tomadas de decisão.

A informação orgânica é historicista porque está contextualizada na trajetória da organização (e de todos os sujeitos envolvidos) e apresenta uma (multi)temporalidade dialogada no sentido de que documentos do passado podem ajudar a resolver questões do presente; documentos do presente podem ajudar a resolver lacunas do passado; e documentos do passado/presente podem ajudar na previsão de questões evitando futuros problemas e atraindo futuras perspectivas para continuidade dinâmica da organização.

A informação orgânica também está fincada na contribuição dos processos de preservação da memória a fim de expressar de forma mais ampla a história de sujeitos e

organizações na medida em que toda informação orgânica só se sustenta se pensada nos processos de preservação documental.

Assim, a informação orgânica é resultado do desenvolvimento dos processos arquivísticos aproximando estreitamente a conjunta significação de informação-documento que contribuem mutuamente para sobrevivência organizacional. A informação é produzida e registrada em documentos gerando construtos de conhecimento. Este conhecimento registrado é passível da produção de novas informações e, por conseguinte, de novos conhecimentos aferindo que a informação em arquivo é múltipla por tratar de variados assuntos, tipos de documentos, tecnologias e sujeitos. A multiplicidade da informação em arquivo é sustentada por Silva (1999a, p. 31) quando afirma que:

[...] incentivam um debate ainda em aberto, [...] a indagação em torno da raiz epistémica da informação [...] a questão imediata é: que tipo de objecto? A resposta mais razoável consiste em apresentar a informação como um fenómeno inscrito na realidade humana e social e, deste modo, abarcando um leque vasto de facetas, como a político-administrativa, a cultural, a científica etc., não se fixando em nenhuma delas em particular.

A informação em arquivo, seja no âmbito da prática profissional, seja como objeto de estudo científico denota que possui um objeto físico/digital específico que é o documento, mas atentam para uma infinidade de objetos como desdobramentos de estudos documentais como o contexto organizacional, científico, artístico, educacional,

cultural, político-administrativo, entre outros.

A informação em arquivo não deve se ater ao documento como algo pronto, mas como documento consubstanciado na permanente construção de sentidos e conhecimento para o desenvolvimento humano individual ou coletivo. O documento é um meio passível de transformação social, sendo esta transformação medida pela produção informacional que coloca o conteúdo do documento como meio vivo e pertinente de ser compartilhado em caráter local e global através de elementos físicos e digitais.

Por fim, a informação em museu possui características subjacentes em face da preocupação primordial de preservação física dos objetos aferindo que “[...] a preservação enquanto prática tem deixado sistematicamente em segundo plano, aspectos ligados à informação” (LOUREIRO, 2000, p.112).

Todavia, isso não significa dizer que não há significações expressivas da informação na prática museal, mas que está subjacente a representação e preservação física dos documentos e, por conseguinte, a preservação da memória. Mais precisamente, entendemos que o museu “[...] na qualidade de instância de representação da memória social e espaço no qual a informação é considerada insumo cultural, é terreno propício para o desenvolvimento de estudos e ações relacionadas à informação” (LE COADIC, 2004, p.4).

Neste caso, a informação em museu está relacionada à formação de subsídios para preservação da cultura que se

delinea no espaço e mais hodiernamente no espaço virtual. Para tanto, o ideário de informação no museu está relacionado à prática organizacional e preservacionista do documento e artefato. Oliveira (2012, p.179) reflete sobre o caráter informacional do museu:

Na atualidade, museu é sinônimo de coleção, de acervo, de documentação, conservação, exposição e informação de qualquer tipo de objeto, organizado por alguém ou por uma instituição, com ambição de apresentar ao público, criar formas educativo-pedagógicas, pesquisa e extensão. E esse novo museu, que está no ciberespaço, o virtual, prescinde do espaço físico onde estão as “coisas” que devem ser vistas.

Diferentemente da biblioteca em que as ideias de documento e informação efervescem de forma intrínseca e no arquivo em que o documento gera perspectivas para apropriação da informação, no museu (especialmente aquele tradicional) a ideia de informação não é ponto central, mas divide espaço com as atribuições pragmáticas da coleção, acervo, documento, conservação, sendo a partir da configuração destes aspectos possível de conceber a semântica informação.

No museu moderno que envolve a inserção dos espaços virtuais, a informação passa a ter configuração mais relevante no tocante à lógica pragmática de apresentação dos acervos/coleções/documentos/artefatos que permite a apropriação da informação pelo público através de estratégias educativo-pedagógicas e extensionistas promovidas pelo museu.

A informação museal implica que depende, sobretudo, das formas de tratamento das coleções/acervos e de suas formas de preservação. Em outras palavras, a informação é visualizada como ponto consequencialista do tratamento de acervo, sendo este desenvolvido através de diretrizes internacionais como a elaborada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) ou diretrizes locais em museus específicos.

Almeida (1998, p.135) comenta que “[...] essas diretrizes têm como finalidade os objetivos-chave da documentação museológica, quais sejam: possibilitar o inventário das coleções, dar subsídios para o seguro das coleções, manter uma documentação histórica das coleções, garantir o acesso à informação existente sobre elas.”

Desse modo, a informação museal está impregnada de fatores indiretos e diretos que ajudam em sua composição semântica seguindo a regra de que a informação em museu também é favorecida como processo e o museu em si como sistema de informação pautado na organização, acesso, uso das coleções e apropriação da informação, conforme revela o quadro a seguir:

Quadro 10: Fatores diretos e indiretos na construção da informação em museu

Fatores indiretos	Fatores diretos
Elaboração de diretrizes para dinamização técnico-social das coleções	Estudos de público em museus
Tratamento das coleções	Adaptação das coleções à

	realidade do público
Conservação das coleções	Promoção de acesso das coleções
Preservação histórica das coleções	Uso das coleções
Formação das coleções no âmbito da valorização cultural	Apropriação das coleções

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os fatores indiretos dizem respeito às formas como as coleções serão gestadas e agrupadas no espaço museal. Já os fatores diretos dizem respeito às possibilidades de acesso, uso e apropriação das coleções, conforme as diretrizes desenvolvidas para dinamização técnico-social das coleções. A delimitação em fatores diretos e indiretos traz novas percepções ao contexto da informação em museu, a saber:

- a) traz, por um lado, uma integração técnica e social do museu com outros ambientes de informação como bibliotecas, arquivos e museus e, por outro lado, a integração com dos estudos e práticas museológicas com o campo da Ciência da Informação e Documentação, além de disciplinas como a Biblioteconomia e Arquivologia;
- b) da concepção tradicionalista de objeto museológico valorizada pela sua materialidade, passa à valorização do objeto como documento, como fonte ilimitada de informação. Esta perspectiva introduz potencialidades sobre o que é um objecto museológico e amplia a

concepção teórica sobre a Museologia (MARQUES, 2010, p.51);

- c) a informação em museu é sustentada pela tríade coleção–espaço–informação sendo que o êxito desta última depende amplamente das maneiras como as duas primeiras são concebidas;
- d) a informação em museu aproxima culturas e sujeitos a partir dos objetos e coleções que representam e preservam contemplando uma aproximação pragmática entre o museu e o público que utiliza os serviços oferecidos;
- e) a informação em museu perpassa diretamente pela contextualização dos estudos de público, pois “[...] vêm atraindo o interesse crescente de profissionais que atuam nos museus e se constituem, hoje, em aspecto cada vez mais relevante para o planejamento da instituição, refinamento de seus programas e atendimento ao público” (STUDART; ALMEIDA; VALENTE, 2003, p. 129);
- f) a relevância dos estudos de público para construção da informação em museu se dá nos seguintes níveis: descritivo, do tipo perfil de público, que são fundamentais para dar base a qualquer outro conhecimento sobre público que se pretenda ter. Funcionam como grandes diagnósticos. Os dados em geral são coletados ano a ano, de forma a poder indicar modificações na clientela do museu e apontam a constituição de grupos/visitantes sozinhos, faixa

etária, sexo, escolaridade, procedência, meio de divulgação que o trouxe ao museu etc.; avaliação relativos a metas de exposições e programações educativas que envolve a aproximação dos estudos entre Museologia, Ciência da Informação e Ciências Cognitivas no âmbito das reflexões acerca da psicologia do visitante de museu e, particularmente, o processo da comunicação museológica e da percepção da informação veiculada e das peças; e os teóricos, que descrevem as grandes linhas de pensamento na área (CARVALHO, 2005, p.26-27);

- g) a informação em museu não está preocupada apenas com o momento, mas com os múltiplos contextos históricos que favorecem pensar momentos específicos de acesso às coleções e apropriação da informação. A informação em museu é histórica na medida em que focaliza prioritariamente não um sujeito isolado, mas um conjunto de sujeitos, não apenas um grupo em si, mas um conjunto de grupos que perpassam diversas gerações;
- h) a informação em museu perpassa diretamente pela atuação deste centro de informação como mediação cognitivo que é criada através de uma ação global com múltiplos agentes iniciada pelo usuário através de uma manipulação direta da informação [...] que pode ser definida em três critérios: uma representação contínua do objeto de interesse; ações físicas por intermédio de botões, e não por sintaxes complexas; e o impacto imediato na manipulação de “objetos-

ícones” virtuais (SHNEIDERMAN, 1982).

A informação em museu se constitui a partir de um conjunto de fatores, sendo a informação resultado de processos indicados no quadro, em especial, dos fatores indiretos. A informação em museu é, portanto, resultado de um lato processo de elaboração de diretrizes, gerenciamento/tratamento/conservação das coleções, uso de tecnologias digitais, preservação histórica, valorização cultural das coleções, estudos de público, promoção de acesso, uso e apropriação das coleções.

Em síntese, partindo das múltiplas compreensões apresentadas sobre bibliotecas, arquivos e museu, entendemos um conceito que abarca a generalidade comum como sendo um ambiente de informação estrategicamente planejado com intencionalidades político-institucionais e sociais que atuam com gestão (de pessoas, acervos, tecnologias e serviços/produtos), processos (a exemplo da produção, coleta, organização, seleção mediação, disseminação, acesso, busca, recuperação, uso e apropriação), fluxos (atinente ao curso/fluidez dos ambientes de informação em suas diversas ações) e tecnologias (acesso/uso dos diversos suportes/documentos/ de cunho físico e/ou digital) para e com sujeitos humanos (equipe de profissionais e usuários), não humanos (documentos/acervos/artefatos) e institucionais (gestores) com a finalidade de promover ações para satisfação de desejos/demandas/necessidades de informação, formação de competências e habilidades, dinamização da inteligência, promoção do aprendizado, tomadas de decisão, construção

de novos conhecimentos, geração de novos processos comunicacionais e solução de problemas de informação em geral.

5 PROPOSIÇÃO DE CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NOS CONTEXTOS DOS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, HUMANOS E TÉCNICO-PRAGMÁTICOS

Chegando ao ponto culminante de nosso itinerário lógico baseado nas perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas que representam os fundamentos da informação, iniciamos com as interpelações “O que significa um conceito?” e “O que podemos extrair sobre o conceito de um conceito de informação?” Essas perguntas são cabíveis porque o conceito não deve ser visto apenas como uma simples representação do ambiente social e muito menos como algo determinado distante do ambiente social como se concepção teórica e práticas ocorressem como fenômenos de segregação.

É premente afirmar que o teórico, ao produzir um conceito, parte de algum contexto do ambiente social e histórica para concebê-lo, mas nem todo conceito produzido e a realidade da qual o teórico partiu representa, de fato, a amplitude majoritária daquilo que a sociedade necessita ou aquilo que o fenômeno/objeto significa na prática. Há conceitos que destoam categoricamente de muitas concepções da realidade humana por apresentarem redução semântica, deturpação perceptiva ou seletividade intensificada da realidade em que o teórico se apropriou para produção do conceito.

Isto quer dizer que todo conceito é ideacional, mas

para que seja efetivo, precisa ter sintonia direta com o ambiente social para propor uma sincronia com o objeto conceituado. Entretanto, esta sintonia não depende apenas do nível de representação ideacional da realidade, mas, sobretudo, de um processo crítico-criativo da realidade, isto é, há um processo analítico-interpretativo do objeto investigado em sua dimensão histórico-social para proposição de um novo conceito com a finalidade de refutar e elucidar de outro modo a realidade.

No livro “Fundamentos da Informação I: perspectivas em Ciência da Informação”, foram analisados, interpretados uma variedade de conceitos de informação para proposição de um conjunto de conceitos que explicita o conceito de informação a partir deste campo do conhecimento. A pretensão foi promover uma visão mais unificada diante da pluralidade conceitual de informação e da dispersão semântica sobre o conceito de informação apresentada na Ciência da Informação e em outros campos do conhecimento.

Neste sentido, o papel do pesquisador/escritor não é desprezar a pluralidade e as diferenças conceituais de informação, mas analisar/interpretar de maneira pedagógica os múltiplos conceitos de informação e buscar propor um conceito próprio que possibilite novos entendimentos sobre informação. A partir dessa visão pedagógica, apropriamo-nos da percepção deleuziana sobre a formação pedagógica do conceito e suas implicações como fenômeno prático. Deleuze e Guatarri (1997, p. 21) discorrem sobre a ideia de conceito:

Os pós-kantianos giravam em torno de uma enciclopédia universal do conceito, que

remeteria sua criação a uma pura subjetividade, em lugar de propor uma tarefa mais modesta, uma pedagogia do conceito, que deveria analisar as condições de criação como fatores de momentos singulares. Se as três idades do conceito são a enciclopédia, a pedagogia e a formação comercial profissional, só a segunda pode nos impedir de cair, dos picos do primeiro, no desastre absoluto do terceiro, desastre absoluto para o pensamento, quaisquer que sejam, bem entendidos, os benefícios sociais do ponto de vista do capitalismo universal.

Então, diante de uma visão enciclopédica, pedagógica e profissional do conceito, defendemos a pedagógica por ponderar que é a mais expressiva em termos de significação social que está para além de uma atribuição instrutiva do conceito de informação e também além daquilo que o sistema capitalista determina como ponto ideal de vida.

A visão pedagógica do conceito de informação implica em superar as abstrações e constituir uma lógica conceitual mais expressiva a partir do seguinte esquema:

Ambiente social (realidade, cotidiano e interação ⇨ social)
Percepções valorativa (crença, ética/moral, ideologia e memória) ----- processual (dado, mensagem, comunicação e os processos e produção, organização, mediação, acesso, recuperação, uso e apropriação) ---- técnica (linguagem natural e artificial, tecnologias, documentos, serviços e produtos) do ambiente social ⇨ análise/interpretação do ambiente social e das percepções valorativa, processual e técnica ⇨ a concepção de informação retorn ⇨ ao ambiente social/novas práticas de informação.

A formulação de um conceito pedagógico de informação busca reconhecer a diversidade de processos inerentes ao conceito e ao mesmo tempo pensar que o desenvolvimento do conceito é fundamentado na dimensão teórico-prática por meio de um desiderato praxiológico que [...] supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer um questionamento das questões de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento de sua efetivação. (BOURDIEU, 1994, p.47).

Por isso, quando vindicamos uma dimensão praxiológico-pedagógica¹⁸, estamos referenciando as

¹⁸ Chamamos de praxiológico, pois está relacionado à capacidade de pensar o conceito de informação em suas múltiplas nuances a partir de uma apropriação do ambiente social, considerando aspectos como: diversidade de conceitos de informação produzidos, análise e interpretação sobre os conceitos, percepções sobre a realidade informacional no cotidiano social, possíveis aplicabilidades desses conceitos, proposição de novo conceito e consistência/exequibilidade do conceito proposto. Além disso, a noção de praxiológico está inserida na ideia do conceito de informação como fenômeno relacionado aos processos de aprendizagem, aprimoramento da inteligência, formação de competências e habilidades, construção de novos conhecimentos, geração de novas atividades comunicacionais, identificação/satisfação de desejos/demandas/necessidades, solução de problemas sociais/informacionais e ao desenvolvimento humano de modo geral. Chamamos de pedagógica por ser a mola motora que articula o praxiológico, pois essa pedagogia da informação é constituída a partir de elementos de cunho social, valorativo, processual/técnico e psíquico, isto é, o conceito de informação se move para o desenvolvimento humano quando associado a outros termos/conceitos que condensam o aparato semântico, apropriação e executivo da informação enquanto fenômeno

múltiplas condições pelas quais o conceito de informação pode ser produzido e aplicado. Por isso, apresentamos um conceito para cada fundamento (epistemológico, humano e técnico-pragmático) e fechamos com um conceito geral de informação que une os três fundamentos, preconizando, por um lado que todo conceito apresenta uma variação entre o local e o total (SANTOS, 2008) e todo conceito se pavimenta em uma relação dialógica entre o macro e o micro ou o todo e as partes.

Os conceitos de informação aqui propostos, no contexto dos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos são norteados por uma visão praxiológico-pedagógica no sentido de propor vários preenchimentos semânticos para o desenvolvimento do campo da informação. Aqui, detalhamos um pouco mais o esquema formulado mais acima dos seguintes modos, quais sejam:

- a) conceito de informação com relação de interdependência a outros conceitos (caráter social) – alusivo ao ambiente social e suas devidas realidades, cotidianos, relações e interações sociais que são a base do princípio galvanizador do conceito de

social para o desenvolvimento humano. Assim, praxiológico e pedagógico são suas faces em uma mesma medida de associação conceitual da informação, pois ambos estão preocupados com a vazão do desenvolvimento humano, sendo que o primeiro focaliza a noção estrutural do ambiente social e toda sua carga de cotidiano, relação e interação e o segundo cria mecanismos para que esse ambiente social seja fluido nos caracteres social, valorativa, processual/técnica e psíquica que incorporam os entendimentos do conceito de informação.

informação;

- b) conceito de informação com relação de interdependência a outros conceitos (caráter valorativo) – concernente as crenças, ética/moral, ideologias e memória inerentes à produção da informação. Atua como corte de fundo do caráter anterior, pois tanto o caráter social fundamenta a construção do caráter valorativo, quanto o caráter valorativo tensiona e modifica o caráter social em um eterno devir;
- c) conceito de informação com relação de interdependência a outros conceitos (caráter processual/técnico) – relativo as relações da informação com os conceitos de dado, mensagem, comunicação e os processos e produção, organização, mediação, acesso, recuperação, uso e apropriação, bem como da linguagem natural e artificial, tecnologias, documentos, serviços e produtos. O caráter processual/técnico dinamiza o caráter social e valorativo, conferindo uma semântica mais consistente para a produção conceitual de informação;
- d) conceito de informação com relação de interdependência a outros conceitos (caráter psíquico) – trata da apropriação de conteúdo de todos outros caracteres na psique humana na mente que focalizam a catalisação do pensamento e da ideia, afinando a inteligência que, por fim, é selecionado pela consciência.

Os caracteres expostos mostram uma visão pedagógico-praxiológica da informação mostrando que o conceito de informação deve ser empreendido através de uma semantização que segue um ritual social-valorativo-processual/técnico-psíquico e busca a proposição de um conceito que promova uma nova concepção e execução sobre a noção do ambiente social reconhecendo a amplitude dos processos sociais (desde os meios até as relações, interações, exposições e descobertas promovidas nas práticas interacionistas) para compreensão do conceito de informação.

Mediante a articulação entre todos esses caracteres (social-valorativo-processual/técnico-psíquico) poderíamos nomear de caráter holístico do conceito de informação, já que todas as relações de interdependências conceituais expostas concretizam um olhar mais amplo sobre o conceito de informação.

Contudo, considerando as reflexões até aqui envidadas, é possível avançar de maneira mais profunda na construção conceitual de informação. Para tanto, os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos são categorizações que visam auxiliar na reestruturação/ampliação conceitual de informação na CI no sentido de ampliar sentidos e compreensões. Por isso, no que se refere à segunda vertente é pertinente apresentar perspectivas conceituais em cada fundamento a fim de estabelecer um conceito geral de informação oriundo desta obra.

O conceito de informação formulado a partir dos

fundamentos epistemológicos se refere à perspectiva crítico-analítica de cunho teórico-metodológico-epistemológico acerca da informação representada no quadro que segue:

Quadro 11: Conceito de informação no âmbito dos fundamentos epistemológicos

Fundamentos epistemológicos
Fenômeno cognitivo de caráter associativamente social e natural, de fundamentação (multi)temporal entre passado-presente-futuro, motivado por uma perspectiva meta-mediacional e subjetiva/intersubjetiva, perpetuada pela vontade de poder e uma lógica dialética que congrega perspectivas pluridisciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares e éticas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos epistemológicos, revela simbioticamente que a informação contribui para formação e aplicação dos fundamentos humanos e técnico-pragmáticos, norteada pelo caráter objetivista ou subjetivista, (multi)temporal, disciplinar, assim como a aplicabilidade dos fundamentos humanos e técnico-pragmáticos são relevantes para aprimoramento dos fundamentos epistemológicos.

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos humanos é amplo e está situado entre o conceito epistemológico e técnico-pragmático por ser um conceito mediacional, ou seja, é o conceito do cotidiano social que envolve, tanto questões epistemológicas, quanto técnico-pragmáticas, apresentando uma ampla transversalidade. Neste caso, o conceito de informação

apresenta três acepções:

- a) a informação como processo de produção de uma intencionalidade prévia baseada em aspectos culturais, educacionais, político-econômicos, ideológicos e de produção da memória (individual e/ou coletiva) que produz novas intencionalidades resultando em concentração informacional ou partilha da informação;
- b) fenômeno de estímulo à inclusão e protagonismo social por meio de uma cultura coletiva e de respeito às diferenças fincada nos princípios da desterritorialização, (multi)temporalidade, multi-interacionismo, desenvolvimento humano, formação de competências ética, alteritária, institucional, apropriativa, política, tecnológica, psíquica e histórica com as finalidades de preservar a memória, construir novos conhecimentos e gerar novos processos comunicacionais;
- c) processo de construção ideológica estrategicamente de composição proselitista situado no âmbito de um poder cultural da informação baseado na dominação com uma preocupação centrada na manipulação dos procedimentos interacionais primando pela satisfação individual de desejos/crenças.

A primeira acepção expressa uma realidade geral da produção informacional no sentido de que a autonomia dos sujeitos é crucial para o entendimento da informação produzida. Em outras palavras, a primeira acepção sustenta

diversas possibilidades de produção informacional. Já a segunda acepção é mais ideacional e prima pelo caráter ético e alteritário da informação, enquanto a terceira acepção considera o caráter mais capcioso de produção informacional de manipulação e produção de intencionalidades, calcadas na competitividade (comumente desleal), focalizada apenas nos resultados (importa para o sujeito se a produção da informação é benéfica para si, relegando a um plano inferior a realidade produtiva da informação dos outros sujeitos).

As duas primeiras acepções concebidas mostram que a construção da informação exerce um primado histórico quando está preocupada (quem está preocupado? O primado histórico? Ou a construção da informação? Se a última, a concordância pede preocupada) com o que é preservado e a constituição de meios para preservação da memória, visando auxiliar a sustentação da informação e do conhecimento para futuras gerações, e um primado plural quando considera que a informação é fruto de relações entre sujeitos humanos e não-humanos diversificados, tendo como base o respeito às diferenças e ao controle das intencionalidades. A terceira acepção se apropria dos processos históricos e da memória, conforme suas conveniências e não respeita a pluralidade das relações sociais, atinando apenas para o que convém em termos de pluralidades, diferenças e intencionalidades.

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos técnico-pragmáticos é fruto de um construto fenomenotécnico no qual a informação é vista como, conforme o quadro:

Quadro 12: Conceito dos fundamentos técnico-pragmáticos

Fundamentos técnico-pragmáticos
Fenômeno de processos protagonizados pela mediação documentária, pautado por valores estratégicos de cunho gerencial (delimitação, indicativo, organizacional, comunicação, comercial, produtividade e político), aparato tecnológico, aspectos linguísticos aplicados em ambientes de informação físicos e/ou virtuais, em especial, bibliotecas (relativo ao contexto das fontes, serviços de informação cotidiana e categorias como trabalho, lazer, família e individuação), arquivos (processos de informação orgânica e gestão documental) e museus (construção de sentidos informacionais através dos artefatos).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste caso, a informação é processual na medida em que está voltada a satisfações fundamentais para a expressão do cotidiano institucional, profissional e existencial dos sujeitos da informação. O conceito técnico-pragmático de informação apresenta um caráter **institucional** quando é referente à relação entre grupos institucionais e profissionais, entre grupos institucionais e sujeitos/usuários (em caráter individual ou grupal) ou entre profissionais e sujeitos/usuários, **visando à satisfação** de necessidades, demandas ou desejos de informação. Apresenta um caráter **instrucional** quando as atividades processuais, gerenciais, tecnológicas e linguísticas indicam informações prévias (dados, documentos ou mensagens) endereçadas aos sujeitos da informação, conforme os interesses das instituições ou pedido dos sujeitos (comumente sujeitos/usuários). Apresenta ainda caráter **profissional** no que tange ao fato

deste se constituir como mediador (estratégia pragmática física, social e/ou ontológica) entre instituição e sujeitos/usuários.

O conceito de informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos representa a concepção aplicacional das estratégias processuais, gerenciais, tecnológicas e linguísticas para produção da informação, em especial, concretizadas em ambientes de informação. Por um lado, o conceito de informação está pautado na relação entre o sujeito e o meio não-humano (processos, aspectos gerenciais e tecnológicos aplicados em centros de informação e outros espaços informacionais) e, por outro lado, vinculado a relação entre o homem e o meio externo humano (interação com outros sujeitos da informação e a representação informacional a partir do nível de contextualização linguística).

O conceito técnico-pragmático pode ser denominado de conceito estratégico de preparação para lidar com aspectos humanos e não-humanos. Reconhecendo que essa preparação não é simplesmente intuitiva, mas situada na base de estratégias fenomênicas de observação dos fatos (caráter técnico-pragmático da informação).

Logo, é fundamental afirmar que, embora os conceitos de informação propostos a partir desses três fundamentos sejam desenvolvidos para/com/pela CI, é inegável que exigem um diálogo transversal em termos de literatura científica entre os campos do conhecimento a fim de que sejam compreendidos de forma mais ampla.

Os três fundamentos propostos, para avançarem na

formulação de um conceito de informação, além de produzirem conceitos próprios, apresentam uma carga de interdependência entre si, permitindo a fusão em um conceito único que representa o resultado mais expressivo das múltiplas interlocuções conceituais da informação na CI apresentadas nesta obra.

Desse modo, o conceito geral de informação proposto, que também pode ser denominado de síntese conceitual, indica no quadro a seguir que:

Quadro 13: Conceito geral de informação como integração dos três fundamentos

Conceito geral de informação
A informação é um fenômeno multiplamente produzido com base em diálogos de cunho natural-social, (multi)temporal, objetivista, subjetivista e/ou intersubjetivista, disciplinares no contexto da multi/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade e da ética (fundamento epistemológico), articulado na realidade social, considerando aspectos culturais, político-econômicos, educacionais e ideológicos com perspectivas de preservação da memória (fundamento humano) e aplicado mediante atividades processuais protagonizadas pela mediação, valores gerenciais estratégicos, desenvolvimento de suportes tecnológicos físicos e/ou digitais, embasados por elementos linguísticos (meio de identificação dos sujeitos; meio de organização da informação; meio de mediação da informação; meio de compreensão e apropriação da informação; meio para construção do conhecimento e para construção da cultura informacional) em ambientes de informação (fundamento técnico-pragmático), visando a construção de novos conhecimentos, perspectivas de armazenamento, dinamização dos fluxos informacionais, formação de competências e habilidades, geração

de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, solução-resposta para problemas, (re)formulação de práticas gerenciais, (re)formulação de políticas e planejamento para futuras atividades em geral.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conceito de informação proposto nesta obra é, portanto, fruto da união dos conceitos propostos nos três fundamentos da informação, considerando que os fundamentos epistemológicos definem os princípios teórico-práticos norteadores da informação, enquanto os fundamentos humanos são referentes às estratégias relacionais e de correlação de forças de poder que dinamizam a construção da informação e os fundamentos técnicos envolvem as operacionalidades informacionais, ou seja, são as resultantes das causas propostas no contexto epistemológico e humano.

Logo, o conceito proposto a partir da interseção dos três fundamentos, que não são antagônicos, mas complementares, permite um contorno mais preciso do que seja o conceito de informação a partir de uma contribuição da CI. Isso significa que é pertinente aferir que os conceitos apresentados, seja em cada fundamento estruturado, seja o conceito geral a partir da fusão dos três fundamentos, possuem a finalidade de representar, de forma mais ampla, o cotidiano de sujeitos e instituições que atuam na produção da informação, sugerindo possibilidades conceituais *ad infinitum* dos sujeitos da informação, conforme suas perspectivas mediante conduta na prática de cada fundamento inserido neste conceito geral.

Por outro lado, também é um conceito ideacional na medida em que sugere uma conduta humanística, valorativa e ética da informação, já que a informação deve primar por procedimentos éticos que possibilitem a construção de valores pautados na pluralidade, respeito às diferenças e satisfação coletiva de necessidades.

Assim, o conceito geral apresentado abrange a perspectiva institucional quando é referente à relação entre grupos institucionais ou entre grupos institucionais e sujeitos (em caráter individual ou grupal), visando à satisfação de necessidades, demandas ou desejos de informação; também abrange a perspectiva social pelo fato de considerar a informação como um fenômeno que se desenvolve no contexto das relações e forças humanas de cunho cultural, política, econômica, educacional e ideológica; abrangendo ainda a perspectiva epistemológica ao considerar os aspectos históricos (temporalidades) e filosóficos (éticos); sem deixar de considerar a perspectiva técnica, quando focaliza os processos de informação diversos, assim como de processos de acepção linguística; e cognitivos pelo fato de estar fundamentado na dinâmica de ação do conhecimento e situado na construção de novos conhecimentos.

A utilização do termo “fenômeno” utilizado nos conceitos propostos, em cada fundamento quanto no conceito geral de informação, é pautada na noção de que o conceito de informação é produzido a partir de fatos no âmbito de práticas de observação da realidade, sendo essas práticas observacionais elementos para expressão linguística que produz sentido factível ao conceito de informação. A

noção de fenômeno é um dos principais fatores de produção das crenças dos sujeitos que constroem informação a partir da observação dos fatos com base nas crenças.

Contudo, a presente obra não tem a finalidade de enrijecer o conceito em apenas uma lógica de ordenação itinerária, mas, ao contrário, convida a uma abertura conceitual que envolva os três fundamentos, nela analisados, considerando a possibilidade de inversão dos fundamentos, conforme necessidades de pesquisa ou de práticas acadêmico-científicas.

O conceito geral de informação, baseado nos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos, possui uma lógica específica, mas que pode variar ou se inverter, conforme a percepção do leitor/pesquisador, caso este inicie o olhar sobre o conceito geral de informação a partir dos fundamentos humanos ou técnico-pragmáticos em vez de iniciar pelos fundamentos epistemológicos.

O que se coloca em relevo nesta obra é que o conceito geral de informação possui uma lógica estruturada que busca uma representação conceitual que incluem as práticas sociais e profissionais, não estando circunscrita apenas ao caráter metafísico do conceito de informação (natureza da informação), justificando os grandes desafios pragmáticos, sociais e epistemológicos que a Ciência da Informação deve encarar nos estudos e práticas informacionais.

Foram precisamente as múltiplas interlocuções entre informação e os fundamentos epistemológicos, humanos e

técnico-pragmáticos, considerando seus aspectos generalistas (todas as relações entre informação e os assuntos/tópicos de cada fundamento) e peculiares (as relações específicas entre a informação e cada assunto/tópico tratado) que permitiram a proposição de conceitos de informação à luz de cada fundamento, a partir dos quais foi possível delinear o conceito geral de informação, na articulação entre os fundamentos, gerando uma fusão teórico-conceitual.

É preciso assinalar ainda, a partir da presente obra, em especial, dos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos que os apontamentos conceituais dispostos foram possíveis face ao desenvolvimento de uma fundamentação crítico-analítica e propositiva de caráter teórico, como uma contribuição à permanente, e necessária, ampliação e verticalização do debate para a evolução das bases conceituais da Ciência da Informação.

Os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos construídos na obra, além de sustentarem perspectivas para o(s) conceito(s) de informação, apontam também para a construção teórico-conceitual e pragmática de uma consciência em informação. Esta consciência só é possível a partir do momento em que há um entendimento sobre quais ocorrências e conceitos são apresentados sobre informação, ressaltando que os fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos e os conceitos formulados a partir deles podem sustentar a) construção de uma consciência em informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o conceito de informação a partir de fundamentos foi uma maneira de subsidiar um conjunto de conhecimentos alicerçando a Ciência da Informação como campo do conhecimento voltado para uma construção epistemológica da noção de informação em diálogo com variados campos do conhecimento das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e outros ramos.

A informação como um dos objetos de estudo mais valorizados em diversas áreas do conhecimento demanda um olhar cauto através de uma racionalidade hermenêutica que galvanize uma interlocução entre a capacidade de teorização e de aplicação prática da informação.

O entrelaçamento de fundamentos em nível perspectivista epistemológico, humano e técnico-pragmático mostra que a Ciência da Informação sustenta a base de uma concepção ampla que parte de uma visão epistemológica da realidade, composta pela condição humana e culmina com uma acepção técnico-pragmática da informação.

Por isso, partir do olhar interno significa ver a informação dentro da própria fundamentação sobre informação que a Ciência da Informação promove em caráter elementar, isto é, implica em um conhecimento internalizado da Ciência da Informação sobre si mesma no que tange ao conceito de informação, enquanto partir do olhar externo implica em ver o conceito de informação associado a outros conceitos/terminologias que representam um olhar mais holístico sobre a realidade (sociedade como aspecto maior

que circunscreve a cultura, política/economia, educação e também a ideologia e a memória), atestando que os pressupostos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos possibilitam uma compreensão mais abrangente da informação, tanto para a Ciência da Informação, quanto para outros campos do conhecimento.

Desse modo, constatamos que:

- a) a divisão dos conceitos de informação em fundamentos (de modo particularizado ou integrado) buscam constituir uma nova proposta de princípios epistemológicos da informação no campo da Ciência da Informação, no sentido de conceber uma conexão entre fundamentos teóricos clássicos e contemporâneos;
- b) os fundamentos da informação no contexto da Ciência da Informação devem ser permanentemente aprimorados e reestruturados, com vistas a ampliar o leque de concepções teórico-conceituais e aplicacionais sobre a informação sob vários vieses em nível nacional e global;
- c) a necessidade de obras mais densas como livros de autoria independente com um olhar delineado do início ao fim que absorva um conjunto de fundamentos necessários para que a Ciência da Informação apresente pressupostos teórico-epistemológicos sobre informação;
- d) a ponderação de que a divisão entre epistemológico, humano e técnico-pragmático é uma concepção

praxiológico-pedagógica do conceito de informação que pode ser desdobrada em múltiplos outros fatores temáticos, atestando que é possível acrescer outros elementos temáticos aos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos;

- e) além dos fundamentos propostos no primeiro livro da Trilogia que trata mais especificamente do aparato epistemológico da informação na Ciência da Informação e dos fundamentos propostos neste segundo livro (epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos), há ainda a terceira obra que tratará pormenorizadamente dos fundamentos filosóficos da informação a partir de um olhar da Ciência da Informação em diálogo com a Filosofia e outros campos do conhecimento, fechando, em termos de proposta teórico-conceitual, o desiderato dos fundamentos da informação propostos;
- f) os fundamentos epistemológicos galvanizam uma articulação perceptiva dos olhares -humanos e técnico-pragmáticos, pois a atribuição de um olhar mais epistemológico possibilita uma sistematização mais lógica que aproxima humano e técnico-pragmático, assim como arregimenta os axiomas necessários para fundamentação da informação como visão triádica epistemológica, humana e técnico-pragmática;
- g) os fundamentos epistemológicos constataam que o conceito de informação deve ser pensado primariamente como categoria de ação para que

posteriormente seja concebido como categoria de conhecimento, isto é, o conceito deve partir do ambiente social, dialogando com aspectos valorativos para que seja assimilado de modo mais completo;

- h) os fundamentos humanos exercem o teor mediacional entre os fundamentos epistemológicos e técnico-pragmáticos, pois é a partir do olhar humano que é possível redimensionar de modo mais lato os fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação e simultaneamente promover as condições aplicativas para os fundamentos técnico-pragmáticos no que se refere a informação;
- i) os fundamentos humanos denotam a amplitude da informação como conceito interdependente e irremediavelmente vinculado a sociedade (incluindo cultura, política/economia e cultura) além de ideologia e memória) no sentido de que todos os elementos inseridos nos fundamentos humanos são princípios e procedimentos para construção conceitual da informação;
- j) os fundamentos humanos denotam conceitos de escala progressiva (os dois primeiros) e negativo (terceiro) da informação e um grande confronto entre esses conceitos, atestando que o conceito de informação possui várias nuances a depender das condições sociais (inclusive culturais, político-econômicos e educacionais), ideológicas, de memória e dos valores produzidos a partir dessas condições;

- k) os fundamentos humanos denotam uma visão mais alteritária sobre o conceito de informação, visando instituí-lo como um fenômeno potencial de múltiplos olhares sobre a realidade, baseado, por exemplo, no respeito às diferenças e de partilha (caráter afirmativo do conceito de informação) em sobreposição à ideia de transferência (caráter negativo do conceito de informação);
- l) os fundamentos técnico-pragmáticos pressupõem uma dimensão fenomenotécnica na medida em que pensam a técnica a partir de uma ruptura com o olhar reducionista do conceito de tecnicismo no campo da Ciência da Informação, promovendo uma nova forma de olhar, principalmente a partir da percepção sobre os processos de informação, gestão, tecnologias, da linguagem e a produção da construção informacional como elemento que depende, sobretudo, da ação humana para que seja superado, podendo assimilar a prática em informação de maneira mais dinâmica e fluida e, por fim, a proposição de um olhar sobre os conceitos de ambiente de informação e a necessidade de agregar toda carga processual, gerencial, tecnológica e linguística para compreensão do caráter conceitual e aplicativo da informação nos ambientes como bibliotecas, arquivos e museus;
- m) os fundamentos técnico-pragmáticos denotam uma visão descontínua do conceito de informação, pois pensa a técnica a partir de um olhar mais amplo da realidade pragmática (relações mútuas entre

processos, gestão, tecnologias e linguagens aplicadas em ambientes de informação) e busca também a superação da visão do senso comum mecanizada sobre informação pelo viés da técnica no campo da Ciência da Informação;

- n) os conceitos de informação produzidos possuem uma característica praxiológico-pedagógica, unindo conceitos de Bourdieu (1994) e Deleuze e Guatarri (1997), observando que a praxiologia está relacionada a uma segmentação de cunho social, valorativo, processual/técnica e psíquica e a pedagógica institui os meios para conceber como essas segmentações podem ser apreendidas, assimiladas e apropriadas para fins diversos;
- o) o caráter praxiológico-pedagógico dos conceitos de informação elaborados no âmbito dos fundamentos epistemológicos, humanos e técnico-pragmáticos e o conceito geral de informação que articula os três fundamentos, anunciam uma relação com os fundamentos filosóficos, compreendendo que estes buscam estabelecer uma dimensão mais holística sobre o conceito de informação, já que agrega a carga de conteúdos das duas primeiras obras da Trilogia e consolida uma visão própria de aparato filosófico sobre o conceito de informação através de temáticas diversas que foram direta ou indiretamente investigadas nas duas primeiras obras.

Finalmente, a expectativa é que o segundo livro da Trilogia possa contribuir para construção científica da

informação na Ciência da Informação e de diversos campos que atuam com informação, principalmente no que se refere às questões teórico-práticas, vislumbrando novos fenômenos de investigação e desenvolvimento de pesquisas, favorecendo a consolidação de uma mentalidade mais crítico-criativa da informação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. Ensaio sobre o desenvolvimento humano na pós-modernidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 417-427, jul./set. 2008.
- AGGER, B. iTime: Labor and life in a smartphone era. **Time & Society**, v. 20, n. 1, 119-136, 2011.
- AGUIAR, A. de C. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 1991.
- AHMAD, M.; TEREDESAI, A. Modeling Proliferation of Ideas in Online Social Networks. *In*: KENNEDY, P. C. et al. (eds.). **Proceedings**. Sydney: Australian Computer Society, 2006.
- AITYAN, S. K. Eras of Material, Energy and Information Production. **Journal of Social Sciences**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 429-434, 2012.
- ALBUQUERQUE, A. R. R. de; LIMA-MARQUES, Mamede. Sobre os fundamentos da arquitetura da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. esp., p. 60-72, out. 2011.
- ÁLLAN, S.; SOUZA, C. B. A. de. Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em Abordagens Comportamentais da Cognição Humana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 241-248, abr./jun. 2011.
- ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. 3. ed. Wokingham: Addison Wesley, 1954.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008a.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In: VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação***. São Paulo: Polis, Cultura Acadêmica, 2008b. p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009.

ALMEIDA, M. C. B. de. **Por uma rearquitetura dos serviços de informação em arte na cidade de São Paulo**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAIDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Thomsom Learning Pioneira, 1998.

ANDERSEN, R. M. Revisiting the behavioral model and access to medical care: does it matter? **J Health Soc Behav**, [s. l.], v. 36, p. 1-10, 1995.

ANDRADE, J. A. Globalización, ideología y cultura digital. **Enl@ce Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 35-48, 2012.

ARAÚJO, C. A. Á. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, set. 2010.

ARAÚJO, E. A. de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001.

ARDALAN, K. On the Role of Paradigms in Understanding Economic Globalization. **Forum for Social Economics**, v. 40, n. 2, p. 197-219, jul. 2011.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

ASSIS, W. M. **Metodologia para construção de produtos de informação nas organizações**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Grupo de Trabalho 5 – Política e Economia da Informação. **Coordenações e Ementas de GT**. [S. l.]: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-ementas-de-gt/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

AVRAMESCU, A. Contribution to the foundation of bibliometric laws. **Studii si Cercetari de Documentare**, Bucharest, v. 75, n. 1, p. 3-19, 1973.

AZEVEDO, C. **Globalização, informação e classificação decimal universal**, 2006. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/590/2/57-61FCHS2006-7.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BALLESTRIN, L.; LOSEKANN, C. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 236, p. 181-210, may-ago. 2013.

BARELL, J. **Problem-based learning: an inquiry approach**. Thousand Oaks: Corwin, 2007.

BARRETO, A. de A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005.

BARRETO, A. de A. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação: apenas um olhar em três documentos sobre o assunto. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, abr. 2003.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, Ed. da UNICAMP, 1991.

BERGSON, H. **A Evolução criadora**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BICALHO, L.; OLIVEIRA, M. de. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas**

em Ciência da Informação, [s. l.], v. 16, n. 13 p. 47-74, jul./set. 2011.

BOBBIO, N. Sociedade Civil. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs). **Dicionário de Política**. São Paulo: Perspectiva; Brasília: Ed da UnB, 2000. v. 2.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. *In*: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. G.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.

BOISOT, M. Discipline et interdisciplinarité. *In*: CENTRE FOR EDUCATIONAL RESEARCH AND INNOVATION. **L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: UNESCO/OCDE, 1972. p. 90-97.

BOLTON, G; GREINER, B; OCKENFELS, A. Engineering trust: reciprocity in the production of reputation information. **Management science**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 265-285, 2013.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BORGES, M. E. N.; SOUSA, M. C. V. de. Serviços e produtos de informação para empresas: um desafio estratégico para profissionais da informação. *In*: PAIM, I. **Gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Ciência da Informação, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BREY, P. Global Information Ethics and the Challenge of Cultural Relativism. *In*: EUROPEAN REGIONAL CONFERENCE ON THE ETHICAL DIMENSIONS OF THE INFORMATION SOCIETY. Publicado com o título: Is Information Ethics Cultural-Relative? *In*: **Journal of Technology and Human Interaction**, v. 3, n. 3, 2007, p. 12-24. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/fr/files/25455/11909030571Brey-Philip.pdf/Brey-Philip.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BROCKMAN, P.; LIEBENBERG, I.; SCHUTTE, M. Comovement, information production, and the business cycle. **Journal of Financials Economics**, [s. l.], v. 97, n. 1, p. 107-129, 2010.

BROOKES, B. C. The developing cognitive viewpoint in information science. *In*: INTERNATIONAL WORKSHOP ON THE COGNITIVE VIEWPOINT, 1977, Ghent. **Anais [...]**. Ghent: University of Ghent, 1977. p. 195-203.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 1, p. 125-133, 1980.

BUENO, M. F.; JANNUZZI, P. de M. A economia da informação no Brasil: dimensionamento e espacialização através das ocupações do censo demográfico de 2002. *In*: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6, 2005, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s.l.], 2005. CD-ROM.

BUNGE, M. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BUNGE, M. **Filosofia da Física**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003a.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 16, n. 44, jan./abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 22 jun. 2021.

BURKE, P. **Uma História Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. São Paulo: Zahar, 2003b.

BUSTAMANTE RAMIREZ, E. España y Latinoamérica. Economía creativa del entretenimiento digital. *In*: BUSTAMANTE RAMIREZ, E. (coord.): **Industrias Creativas**: Amenazas sobre la cultura digital. Barcelona: Gedisa, 2011, p. 117-144.

CADAVID, J. A. P. La criptografía e la protección a la información digital. **Revista La Propiedad Inmaterial**, [s. l.], n. 14, p. 59-90, 2010.

CALVA GONZÁLEZ, J. J. Introducción. *In*: CALVA GONZÁLEZ, Juan José. **Estudios de usuarios en diferentes comunidades**: necesidades de información y comportamiento informativo. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2013.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, L. S. de A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da Informação para biblioteca digital personalizável: elementos e critérios. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., p. 1-16, 2006.

CAMBAÚVA, L. G.; TULESKI, S. C. A pseudoconcreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia. **Revista de Educação**, [s. l.], n. 23, p. 79-90, 2007.

CANAGARAJAH, A. S. **Critical Academic Writing and Multilingual Students**. [s. l.]: The University of Michigan Press, 2005.

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. *In*: FREIRE, G. H. de A. (org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens e aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 11-51.

CAPURRO, R. Digital ethics. *In*: GLOBAL FORUM ON CIVILIZATION AND PEACE, 2009, Seoul. **Proceedings** [...]. Seoul: Academy of Korean Studies, 2009. p. 207-216.

CAPURRO, R. Intercultural Information Ethics. *In*: HIMMA, K. E.; TAVANI, H. T. (ed). **The Handbook of Information and Computer Ethics**. New Jersey: Wiley, 2008. p. 639-665.

CAPURRO, R. Privacy: An intercultural perspective. *In*: **Ethics and information technology**, [s. l.], v. 7, p. 37-43, 2005.

CAPURRO, R. Towards an ontological foundation of Information Ethics. *In*: **Ethics and Information Technology**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 175-186, 2006.

CARTER, R. C. Development of supply strategies. *In*: CAVINATO, J. L.; KAUFFMAN R. G. **The purchasing handbook: a guide for the purchasing and supply professional**. 6 ed. New York: McGraw-Hill, 1999. p. 81-98.

CARVALHO, E. L.; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação e Informação**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-133, jul./dez. 2002.

CARVALHO, R. M. R. de. **As transformações da relação museu e público**: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CASTRO, M. H. S. de. O universo de crenças na argumentação da publicidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 35, p. 126-133, abr., 2008.

CEITIL, M. (Org.). **Gestão e desenvolvimento de competências**. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. **Globalização da cultura**. São Paulo: Manole, 2005.

CHANG, Y-W.; HUANG, M-H. A study of the evolution of interdisciplinarity in library and information science: Using three bibliometric methods. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 22–33, jan. 2012.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHERRY, J. M. et al. Student Perceptions of the Information Professions and Their Master's Program in Information Studies. **Library & Information Science Research**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 120-131, 2011.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. [s. l.]: Campos, 2005.

CHOI, Y.; RASMUSSEN, E. What is needed to educate future digital librarians. **D-lib magazine**, [s. l.], v. 12, n. 9, p. 1-8, sept. 2006.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

COHEN, S. Contextualism, Skepticism and Structure of Reasons. *In*: TOMBERLAIN, J. **Philosophical Perspectives 13, Epistemology**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1999.

COLAVITTI, F. Um Orkut para os ricos e famosos. **Revista Época**, [s. l.], 9 maio 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI72005-15228-2,00-UM+ORKUT+PARA+OS+RICOS+E+FAMOSOS.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

COLECTIVO SITUACIONES. **19 y 20 Apuntes para el nuevo protagonismo social**. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 2002.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.

COOK, T. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

COUZINET, V. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 10-16, set. 2009.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1995.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, M. B. da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 13, n. 1, p.2-17, jan./abr. 2008.

DACHEUX, E. La communication: éléments de synthèse. **Communication & langages**, [s. l.], v. 141, n. 1, p. 61-70, 2004.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação como processo? **Prisma.com – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETEC**, [s. l.], n. p. 1-36, jun. 2007.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DE ROSE, K. Contextualismo: explanação e defesa. *In*: GRECO, J.; SOSA, E. (org.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 297-324.

DE SMAELE, H. Mass media and the information climate in Russia. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 59, n. 8, p. 1299-1313, 2007.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, G. O ato de criação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 1999. Caderno Mais! Transcrição de conferência realizada em 1987.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DENNETT, D. C. Intentional systems. **Journal of Philosophy**, [s. l.], v. 68, p. 87–106, 1971.

DENNETT, D. C. Précis of the intentional stance. **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], v. 11, p. 495-546, 1988.

DENNETT, D. C. Taking the intentional stance seriously: Author's response. **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], v. 6, p. 379-388, 1983.

DENNETT, D. C. **The intentional stance**. Cambridge, MA: MIT Press/Bradford Book, 1987.

DENNETT, D. C. When does the intentional stance work? **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], v. 8, p. 763-766, 1985.

DIAS, G. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. O direito da propriedade intelectual: relações com os entregáveis da arquitetura da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s. l.], v. 1, p. 73-85, 2011.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 73-78, 2010.

DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, Regina C. B. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: EDUSC, 2003.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Providence: Foris Publications, 1989.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge, MA: MIT, 1981.

DRETSKE, F. I. Minds, machines and meaning. In: MITCHAM, C.; HUNING, A. (Eds.), **Philosophy and technology II: Information technology and computers in theory and practice**. Dordrecht: The Netherlands: Reidel, 1986. p. 97-109.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da Individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: UNESP, 1997.

EGGHE, L.; GUNS, R. Applications of the generalized law of Benford to informetric data. **Journal of the American Society**

for Information Science and Technology, [s. l.], v. 63, n. 8, p. 1662-1665, 2012.

EINSTEIN A. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ESS, C. Culture and Global Networks. Hope for a Global Ethics? *In*: HOVEN, J.; WECKERT, J. (eds.): **Information Technology and Moral Philosophy**. Cambridge University Press, 2008. p. 195-225.

ESTELLA, A. M.; VERA, C. S. La enseñanza en competencias en el marco de la educación a lo largo de la vida y la sociedad del conocimiento. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s. l.], v. 47, p. 159-183, 2008.

FABRE, I.; GARDIÈS, C. La médiation documentaire. *In*: LIQUÈTE, V. (dir.). **Médiations**. Paris: CNRS Ed., 2010. p. 121-139. (Les essentiels d'Hermès).

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FERCHLAND, R.; REIMANN; A. **A informação social: potencial para uma política social solidária e uma democracia participativa**. Berlim: Instituto para Análises de Dados Sociais, 2004.

FERREIRA A. B. de H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma**

do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, 2004.

FEUERSTEIN, R. Mediated learning experience leading to structural cognitive modifiability. In: FÓRUM INTERNACIONAL PEI, 1., 2000, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2000.

FIGUEIREDO, M. N. Acumulação Tecnológica e Inovação Industrial: conceitos, mensuração e evidência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 54-69, 2005.

FIGUEIREDO, M. N. Aprendizagem Tecnológica e Inovação Industrial em Economias Emergentes: uma Breve Contribuição para o Desenho e Implementação de Estudos Empíricos e Estratégias no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 323-61, jul./dez. 2004.

FIX, J-F. **La dynamique de la médiation**. [s. l.]: Presses Universitaires de France, 1997.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2000.

FLORIDI, L. Information ethics and globalization. In: GLOBAL FORUM ON CIVILIZATION AND PEACE, 2009, Seoul. **Proceedings [...]**. Seoul: Academy of Korean Studies, 2009. p. 217-230.

FLORIDI, L. Information ethics: its nature and scope. In: HOVEN, J. van den; WECKERT, J. (ed.). **Information technology and moral philosophy**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2008. p. 40-65.

FLORIDI, L. Information ethics: on the philosophical foundation of computer ethics. *In: Ethics and information technology*, [s. l.], v. 1, p. 37-56, 1999.

FLORIDI, L. Is Semantic Information Meaningful Data. **Philosophy and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 70, n. 2, p. 351-370, 2005.

FLORIDI, L. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FLUSSER, V. A contra-informação como ato cultural. *In: SILVA, C. E. L. (org.). Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez, Intercom, 1982. p. 159-164.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FOUCAULT, M. **A água e a loucura**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2: O uso dos prazeres.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985a. v. 1: A vontade de saber.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985b. v. 3: O cuidado de si.

FREEMAN, C; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Unicamp, 2008.

FREIRE, P. Algumas reflexões em torno da utopia. *In*: FREIRE, A. M. de A. (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 85-86.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIDERICHS, B. de P. Sul: o espaço regional na teia multimídia. *In*: MELO, J. M.; MORAIS, O. J. de (org.). **Mercado e Comunicação na Sociedade Digital**. São Paulo: Intercom; Santos: Unisanta, Unisantos e Unimonte, 2007. p. 149 –156.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

FUJINO, A. **Serviço de informação tecnológica para empresa industrial**: subsídios para planejamento a partir do estudo de usuários. São Paulo: USP/ECA, 1993.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GAMA, F. A.; FERNEDA, E. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 148-169, jul./dez. 2010.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 3-21.

GERE, C. Algunas reflexiones sobre la cultura digital. **Digithum**, [s. l.], n. 12, may. 2010.

GERE, C. **Digital Culture**. 2. ed. London: Reaktion Books, 2008.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010.

GOMES, N. D. **Publicidade: Comunicação Persuasiva**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma en Bibliotecologia”. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-54, set./dez. 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**, [s. l.], v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUSDORF, G. **A Agonia da Nossa Civilização**. São Paulo: Ed. Convívio, 1978.

GUSDORF, G. Para uma Pesquisa Interdisciplinar. In: **Diógenes**: Antologia. Brasília: Editora da UnB, 1984. v. 7.

GUSDORF, G. **Professores para que?** Lisboa: Moraes, 1967.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTLEY, R. V. L. Transmission of information. **Bell System Technical Journal**, [s. l.], v. 7, p. 335-363, 1928.

HECKHAUSEN, H. Discipline et interdisciplinarité. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **L'interdisciplinarité**: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités. Paris: UNESCO/OCDE, 1972. p. 83-90.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HEIMANN, H. Mehr Ungleichheit wagen? Zum anhaltenden Boom der Egalitarismuskritik. **Blätter für deutsche und internationale Politik**, [s. l.], v. 6, p. 711-718, 2001.

HEISENBERG, W. **Física e filosofia**. Milano: Il saggiatore, 2008.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HENN, G.; FRANÇA, H.; DIAS, G. A. Navegabilidade em portais: estudo com usuários dos portais dos jornais O Norte e Jornal da Paraíba. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 37-52, 2010.

HERSCOVICI, A. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas: uma apresentação geral. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, [s. l.], v. 5, n. 3, Sep./Dic. 2003.

HIMMA, K. E. The intercultural ethics agenda from the point of view of a moral objectivist. **Journal of Information, Communication & Ethics in Society**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 101-115, 2008.

HIMMA, K. E.; TAVANI, H. T. **The Handbook of Information and Computer Ethics**. New Jersey: Wiley. 2008.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge organization**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HOBBS, T. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFSTADTER, D.R. **Um entrelaçamento de gênios brilhantes: Godel, Escher, Bach.** Brasília: Editora UnB, 2000.

JAHODA, M.; ACKERMAN, N. W. **Distúrbios emocionais e anti-semitismo.** São Paulo: Perspectiva, 1969.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JAPIASSU, H. F. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JEUDY, H.-P. **Memórias do Social.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

KAPP, K. W. **Toward a science of man in society: A positive approach to the integration of social knowledge.** Haia: Martinus Nijhoff, 1961.

KAUFFMAN, S. et al. Propagating organization: An enquiry. **Biology & Philosophy**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 27-45, 2008.

KAYE, D. The nature of information. **Library Review**, West Yorkshire, UK, v. 44, n. 8, p. 37-48, 1995.

KEANE, J. **A Sociedade Civil: velhas imagens e novas visões.** Lisboa: Temas e Debates, 2001.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. (2004). Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: Fundamentos epistemológicos.** São Paulo: Cortez, 2004. v. 3: p. 251-300.

KOHEN, R. *et al.* Association of serotonin transporter gene polymorphisms with poststroke depression. **Arch Gen Psychiatry**, [s. l.], v. 65, n. 11, p. 1296–1302, 2008.

KOHLER GONZALEZ, Z.; DE FÁTIMA GUARESCHI, N. M. O protagonismo social eo governo de jovens. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [s. l.], v. 7, n. 1, 2009.

KOLTAY, T. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

KOTLER, P.; BLOOM, P. **Marketing para serviços profissionais**. São Paulo: Atlas, 1988.

KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. Norwood: Ablex, 1993.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 35, n. 2, maio/ago. 2006.

LACAN, J. A significação do falo. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 692-703.

LAMIZET, B. **La médiation culturelle**. Paris: L’Harmattan, 1998.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. Chaves para o terceiro milênio na Era do Conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S (org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 7-26.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

LEFFA, V. J. Writing for the scientific community: the challenge of being original under constraint. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA INGLESA*, 14., 1999, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 1999. p. 337-344.

LENOIR, T. **Instituindo a ciência**: a produção cultural das disciplinas científicas. São Leopoldo: Usininos, 2004.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencia del hombre, 1978.

LESCH, K. P. *et al.* Association of anxiety-related traits with a polymorphism in the serotonin transporter gene regulatory region. **Science**, [s. l.], n. 274, p. 1527–1531, 1996.

LESH, R. A.; HAMILTON, E.; KAPUT, J. J. (org.). **Foundations of the future in mathematics education**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA-MARQUES, M.; MACEDO, F. L. O. Arquitetura da informação: base para a Gestão do Conhecimento. *In: TARAPANOFF, K. O. (ed.). Inteligência, informação e conhecimento*. Brasília: IBICT, 2006. p. 241-255.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Lisboa: Edições 70, 2010.

LIQUÈTE, V.; FABRE, I.; GARDIÈS, C. Faut-il reconsidérer la médiation documentaire? **Les Enjeux de l'information et de la communication**, [Échirrolles], v. 11, n. 2, p. 43-57, 21 déc. 2010. Dossier. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/enic.hs02.0300>. Acesso em: 21 mar. 2022.

LOGAN, R. K. **Que é informação?** A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LOUREIRO, M. L. de N. M. A obra de arte musealizada – de objeto de contemplação à fonte de informação. *In*: PNHEIRO, L. V. R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (org.). **Interdiscursos da Ciência da Informação**: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/ DEP/DDI, 2000, p. 105-123.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 147-164, jan./mar. 2011.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LÖWY, M. Resistências Culturais à Dominação Imperial. A Alternativa Socialista. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 202-209, 2007.

LUKÁCS, G. “Il Problema dell’ ideologia”, “Il lavoro come posizione teleológica” e “Il momento ideale nell’economia”

In: LUKÁCS, G. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

LYRA, M. R.; DUQUE, C. G. Uma proposta de posicionamento da arquitetura da informação no gerenciamento de serviços de TI. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 5, n. 1, p. 50-55, jan./jun. 2011.

MAFFESOLI, M. **L'ombre de Dionysos**: contribution à une sociologie de l'orgie. Paris: Méridiens, Klincksieck et Cie, 1985. Edição brasileira: A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

MAHLER, G. Quantum Information. In: KORNWACHS, K.; JACOBY, K. (eds.). **Information**: New questions to a multidisciplinary concept. Berlin: Akademie Verlag, 1996. p. 103-118.

MANHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARQUES, I. da C. **O museu como sistema de informação**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, 2010.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995.

MARTELETO, R. M.; COUZINET, V. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação**,

Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2013.

MARX, K. **O Capital (livro 1)**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 99-103.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATSUNO, K. Internalist stance and the physics of information. **Bio Systems**, [s. l.], v. 38, p. 111-118, 1996.

MAY, R. H. **Discernimento moral**: uma introdução à ética cristã. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MCLUHAN, M. **Understanding media**: the extensions of man. New York: McGraw Hill, 1964.

MELRO, A.; OLIVEIRA, L. O uso dos novos media e a redefinição de tempos e espaços no meio rural. *In*: ARAÚJO, E.; DUQUE, E. **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo**: um debate para as ciências sociais e humanas. Minho: Universidade de Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2012. p. 149-168.

- MERINO, F. M. B. de O. N. **A Inovação Tecnológica como Elemento de Dinamização Empresarial**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Minho, 2011.
- MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Shéma et Schématisation**, [s. l.], n. 14, p. 51-63, 1981.
- MIRANDA, V. Conciencia moral. *In*: VIDAL, M. **Conceptos fundamentales de la ética teológica**. Madrid: Trotta, 1992.
- MONCLÚS ESTELLA, A.; SABÉN VERA, C. La enseñanza en competencias en el marco de la educación a lo largo de la vida y la sociedad del conocimiento. **Revista IberoAmericana de Educación**, [s. l.], v. 47, p. 159-183, 2008.
- MONTALLI, K. M. L.; CARMELLO, B. dos S. Fontes de informação sobre companhias e produtos: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 321-326, set./dez. 1997.
- MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. Tomo II.
- MORAES, D. **Planeta mídia: tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.
- MORENO, N. A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 9-19, jan./abr. 2007.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Edição revista e modificada pelo autor.

MORIN, E. **O método V**: a humanidade da humanidade - a identidade humana. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

MORIN, E. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCO, V. Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique. **Réseaux**, [s. l.], v. 18 n. 101, 2000.

MOTTA, F. C. P. (coord.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOURA, P. T. C. de. Crítica à teoria da democracia institucionalista contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 118, p. 161-170, mar. 2011.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero**, [s. l.], v. 5, n. 5, 2004.

NHACUONGUE, J. A.; FERNEDA, E. O campo da ciência da informação: contribuições, desafios e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 3-18, abr./jun. 2015.

NICOLIS, S. C. Information flow and information production in a population system. **Physical review**: E, Statistical, nonlinear, and soft matter physics, [s. l.], v. 84, n. 1, p. 1-8, 2011.

NIETZSCHE, F. W. **A “Grande Política”**, fragmentos. Campinas: Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH-UNICAMP, 2002.

NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras 2001a.

NIETZSCHE, F. W. **A Vontade de Poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NIETZSCHE, F. W. **Ecce Homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Porto Alegre: L&MP, 2017.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da Moral**: Uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. W. **O crepúsculo dos ídolos** (ou como se filosofar com o martelo). São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

NIETZSCHE, F. W. **Para além do Bem e do Mal ou prelúdio de uma Filosofia do futuro**. Curitiba: Hemus, 2001b.

NONATO, R. dos S. *et al.* Arquitetura da informação em bibliotecas digitais: uma abordagem da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 125 -141, jul./dez. 2008.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

OKIKE, C.; FERNANDES, K. J. Impact of information use architecture on load and usability. **Information Processing & Management**, [s. l.], v. 48, n. 5, p. 995-1016, 2012.

OLIVEIRA, B. J. de. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

OLIVEIRA, J. C. A. de. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. **Museologia & Interdisciplinaridade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, v. 1, n. 1, jan./jul. 2012.

OLIVEIRA, M. A. de. **Dialética hoje**: lógica, metafísica e historicidade. São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVEIRA, M.; BERTUCCI, M, da G. E. S. **A pequena e média empresa e a gestão da informação**. 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/bibliotecaonline>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OPPENHEIMER, J. R. **Science and the common understanding**. Paris: Gallimard, 1957.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.

ORTEGA, C. D. Mediação da informação: do objeto ao documento. In: ENCUENTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EM CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE, 8., Madrid. 2015. **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital**: actas...

Madrid: Asociación de Educación e Investigación em Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe, 2015.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, L. S. Informação enquanto artefato. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun. 1995.

PALMADE, G. **Interdisciplinaridade e Ideologias**. Madrid: Narcea, 1979.

PALMER, C. L.; NEUMANN, L. J. The information work of interdisciplinary humanities scholars: Exploration and translation. **Library Quarterly**, [s. l.], v. 72, n. 1, p. 85-117, 2002.

PEREIRA, M. O currículo por competências: a construção de um instrumento de verificação do desenvolvimento das aprendizagens, mediador da cooperação entre professores e psicólogos da educação. **Revista do Movimento da Escola Moderna**, [s. l.], v. 23, p. 5-43, 2005.

PÉREZ GUTIÉRREZ, M. **El fenómeno de la información**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Saberes e fazeres na contemporaneidade. *In*: LARA, M.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007.

PIAGET, J. Méthodologie des Relations Interdisciplinaires. **Archives de Philosophie**, [s. l.], v. 34, p. 539-549, 1971.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. Original publicado em 1932.

PIAGET, J. **Psicologia e epistemologia**: por uma teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais Eletrônico...** Salvador: [s. n.], 2007.

PINHEIRO, L. V. R. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morfheus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Protagonismo infantil no processo político: as crianças ea elaboracao legislativa nos anos 80. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 31, p. 73-102, mai./ago. 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. *In*: POMBO, Olga. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. 2 ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

PREBOR, G. Analysis of the interdisciplinary nature of library and information science. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 256–267, 2010.

PRIOR, P. Are communities of practice really an alternative to discourse communities? *In*: AMERICAN ASSOCIATION FOR APPLIED LINGUISTICS CONFERENCE, 2003, Arlington. **Proceedings** [...]. Arlington: AAAL, 2003. p. 1-29. Available at: <http://netfiles.uiuc.edu/pprior/Prior/PRIORAAL03.pdf> Acesso em: 19 jul. 2020.

QUILICI-GONZÁLEZ, J. A. *et al.* Ubiquitous computing: any ethical implications? **International Journal of Technoethics**, [s. l.], v. 1, p. 11-23, 2010.

RECUERO, R. Comunidades virtuais: uma abordagem teórica. **Ecos Revista**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 109-126, 2001.

RENDÓN-ROJAS, M. Á. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor: Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão &**

Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, O. B.; VIDOTTI, S. A. B. G. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 105-116, 2009.

ROBERTS, R. J. **Las farmacéuticas bloquean las medicinas que curan, porque no son rentables, impidiendo su distribución**. 2011. Disponível em: <http://outropolitica.wordpress.com/2011/06/23/las-farmaceticas-bloquean-las-medicinas-que-curan-porque-no-son-rentables-impidiendo-su-distribucion/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

ROSSEAU, J. I.; COUTURE, C. O lugar da arquivística na gestão da informação. *In*: ROSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 61-76.

ROTHSCHILD, B. **The body remembers**. New York: London: W. W. Norton, 2000.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou Da Educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SALAZAR PÉREZ, R. Plutocracia, nueva derecha y securitización de los recursos naturales estratégicos en

América Latina: una reflexión necesaria. **Opción**: Revista de Ciencias Humanas y Sociales, Maracaibo, v. 27, n. 64, p. 13-45, 2011.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010.

SANCHEZ, R. M.; CICONELLI, R. M. Conceitos de acesso à saúde. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, v. 31, n. 3, 2012.

SANTA ANNA, J.; PIERI, É. M. M. Práticas profissionais em Ciência da Informação: uma revisão na literatura brasileira. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 51-70, jan./mar. 2017.

SANT'ANA, R. Critérios para a Definição de Obras Raras. **Revista Online Biblioteca prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2001.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2000.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M. de P. **Competência informacional**: um estudo com os professores associados I do Centro de Tecnologia da UFPB. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SARTRE, J.-P. **A Náusea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SARTRE, J.-P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SARTRE, J.-P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVAZONI, R.; COHN, S. **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue Editorial, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2009/09/cultura-digital-br.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SAVIN-BADEN, M.; WILKIE, K. **Problem-based learning on line**. London: Open University Press, 2006.

SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 68-94, dez. 2010a.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para gestão da preservação digital. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010b.

SEARLE, J. R. Consciousness denied: Daniel Dennett's account. *In*: SEARLE, J. R. (ed.). **The mystery of consciousness**. New York Review Book, 1997. p. 96-131.

SEARLE, J. R. Consciousness, explanatory inversion and cognitive science. **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], n. 13, p. 585-596, 1990a.

SEARLE, J. R. How the mind works: Intentionality. *In*: SEARLE, J. R. (ed.). **Mind, language, and society**: Philosophy in the real world. New York: Basic Books, 1998. p. 85-109.

SEARLE, J. R. **Intentionality**. [s. l.]: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, J. R. **Mind**: A brief introduction. [s. l.]: Oxford University Press, 2004.

SEARLE, J. R. **The rediscovery of the mind**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992.

SEARLE, J. R. Who is computing with the brain? **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], n. 13, p. 632-640, 1990b.

SEN, A. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984, **Journal of Philosophy**, [s. l.], v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SERRA, P. **Informação e sentido**: notas para uma abordagem problemática do conceito de informação. 1999. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-informacao_e_sentido.html. Acesso em: 5 jun. 2021.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SHERMANN, W. 33 reasons why libraries and librarians are still extremely important. **Information Outlook**, [s. l.], v. 11, n. 6, p. 67-84, June 2007.

SHNEIDERMAN, B. The future of interactive systems and the emergence of direct manipulation. **Behaviour & Information Technology**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 237-256, 1982.

SILVA, A. M. da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999a.

SILVA, A. M. da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999a.

SILVA, A. M. da. História local e arquivística: dos equívocos à partilha diferenciada de um objecto comum. *In*: CONGRESSO MAIA, HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL, 1999, Maia. **Actas do** [...]. Maia: Câmara Municipal, 1999b. p. 187-204. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/35690>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, J. L. C. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 27, n. 59, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/36601>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, J. L. C. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. O conceito de informação pelo viés da alteridade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA

EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16, Florianópolis, 2013. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2013.

SILVA, J. L. C.; SILVA, A. S. R. A Mediação da Informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

SILVA, T. E.; ALCARÁ, A. R. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100 - 116, jul./dez. 2009.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. *In*: MORAIS, E. (org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMONDON, G. **L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information**. Grenoble: Millon, 2005.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, M.L. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 1: p. 9-23.

SNOW, C. P. **The two cultures and a second look**: An extended version of the two cultures and the scientific revolution. London: Cambridge University Press, 1959.

SOUSA FILHO, A. de. **Ideologia e transgressão**. 2011. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Ideologia%20e%20transgressao.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

SOUSA, M. R. F. et al. InfoArch: uma ontologia para modelar o domínio da Arquitetura da Informação para Web. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2011.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação.** Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

STEVENS, G. **O círculo privilegiado: fundamentos da distinção arquitetônica.** Brasília: Editora UnB, 2003.

STINE, G. Skepticism, relevant alternatives, and deductive closure. **Philosophical Studies**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 249-261, 1976.

STOCKINGER, G. **A sociedade da comunicação: o contributo de Niklas Luhmann.** Rio de Janeiro: Papel virtual, 2003.

STOECKL, K. Inovação Tecnológica: Como Garantir a Modernidade do Negócio. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 178-178, 2011.

STUDART, D.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. Pesquisa de Público em Museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). **Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência.** Rio de Janeiro: Access, 2003. p. 129-157.

SWALES, J. **Genre analysis: English in academic and research settings.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, A. G. **The organization of the information.** 2.ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

THOMAS JR., R. R. **Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity.** New York: AMACON, 1991.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOMASELLO, M. **Constructing a language**: A usage-based theory of language acquisition. Cambridge: London: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M. et al. Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition. **Behavioral and brain sciences**, [s. l.], v. 28, n. 5, p. 675-691, 2005.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge: London: Harvard University Press, 1999.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TORRES, M. T. M. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

TRAVERSO, A.; CROWDER-TARABORRELLI, T.; PRADO, A. Anarchism and Counterinformation in Documentaries From Civil War Spain to Post-2001 Argentina. **Latin American Perspectives**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 50-59, 2013.

TRAVICA, B. Information politics and information culture: A case study. Informing Science. **International Journal of an Emerging Transdiscipline**, [s. l.], v. 9, p. 211-244, 2005.

TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. **Mind**, [s. l.], v. 59, p. 433-460, 1950.

VALENTIM, M. L. P. **O custo da informação tecnológica**. São Paulo: Polis/APB, 1997.

- VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE Editora, 2006.
- VENKATESH, V. *et al.* User acceptance of information technology: Toward a unified view, **MIS Quarterly**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 425-478, 2003.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas III: Problemas Del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor Distribuciones, 2000.
- WALSH, R. Lifestyle and mental health. **American Psychologist**, [s. l.], v. 66, n. 7, p. 579, 2011.
- WANG, M. The impact of information culture on managing knowledge a double case study of pharmaceutical manufacturers in Taiwan. **Library Review**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 209-221, 2006.
- WATZLAWICK, P.; WEAKLAND, J.; FISCH, R. **Change: Principles of Problem Formation and Resolution**. New York: Norton and Co, 1974.
- WEIZSÄCKER, C. F. von. **Die Einheit der Natur**. München: DTV, 1974.

WIDÉN-WULFF, G. *et al.* Information behaviour meets social capital: a conceptual model. **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 3, n. 34, p. 346-355, 2008.

WIENER, Nobert. **Cybernetics or control and communication in the animal and the machine**. 2. ed. New York: MIT Press, 1961. (Primeira edição de 1948).

WILSON, E. O. **Sociobiology: the new synthesis**. Cambridge: Belknap, 1975.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WORSTER, D. **Rivers of empire: water, aridity, and the growth of the American West**. Oxford University Press, USA, 1992.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de Informação**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.

ZEMAN, J. O Significado Filosófico da Noção de Informação. In: ZEMAN, J. **O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p. 154-179.

SOBRE O AUTOR

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPA). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Curso de Graduação e Pós-Graduação stricto sensu em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Foi Coordenador dos Programas Profissionais da Área de Comunicação e Informação - Capes. Foi Vice-Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB - 3 Região (Ceará-Piauí). Foi Diretor Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN, 2016-2019). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) - Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA (2016-2017).

E-mail: jonathascarvalhos@yahoo.com.br

"Fundamentos da Informação II: perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas" é uma obra que congrega a segunda parte de uma trilogia da informação que busca uma compreensão sobre o conceito de informação a partir da seguinte estrutura: **perspectivas epistemológicas** que contempla: a informação no contexto científico-natural e científico social; a informação e a (multi)temporalidade; a informação como fenômeno de objetividade, subjetividade e intersubjetividade; a informação como fenômeno pluri, inter e transdisciplinar; e informação e ética; **perspectivas humanas** que contempla: informação e sociedade (inclui também informação e cultura, informação e política-economia e informação e educação); informação e ideologia; e informação e memória; **perspectivas técnico-pragmáticas** que contempla: a informação na perspectiva dos processos; a informação na perspectiva da gestão; a informação na perspectiva da tecnologia; informação e linguagem; e informação em ambientes de informação. A obra propõe uma visão informacional para ensino e pesquisa em nível de graduação e pós-graduação.

ISBN: 978-65-86228-09-0

